

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARCELO NAIR DOS SANTOS

FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS DO REGISTRO BIBLIOGRÁFICO:
REVISITANDO A COMPREENSÃO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE A
ENTRADA PRINCIPAL REPRESENTATIVA DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO

Belo Horizonte

2019

MARCELO NAIR DOS SANTOS

**FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS DO REGISTRO BIBLIOGRÁFICO:
REVISITANDO A COMPREENSÃO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE A
ENTRADA PRINCIPAL REPRESENTATIVA DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e uso da informação

Orientadora: Dr^a Cristina Dotta Ortega.

Belo Horizonte

2019

(CIP) Dados internacionais de publicação na fonte

025.3201

S237f

Santos, Marcelo Nair dos, 1973-

Fundamentos estruturais do registro bibliográfico : revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação / Marcelo Nair dos Santos. - 2019.

p.

Orientadora: Dra. Cristina Dotta Ortega.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2019.

Inclui referências.

1. Lubetzky, Seymour, 1898-2003. 2. Catalogação - Fundamentos 3. Catalogação descritiva - Regras. 4. Registros bibliográficos. 5. Obra (entidade bibliográfica) I. Ortega, Cristina Dotta. II. Título.



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS DO REGISTRO BIBLIOGRÁFICO: REVISITANDO A COMPREENSÃO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE A ENTRADA PRINCIPAL REPRESENTATIVA DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO"

Marcelo Nair dos Santos

Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**doutor em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Organização e Uso da Informação**".

Tese aprovada em: 09 de maio de 2019.

Por:

Prof. Dra. Cristina Dotta Ortega - ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento - UFES

pl

Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva - USP - por videoconferência

pl

Prof. Dra. Naira Christofolletti Silveira - UNIRIO - por videoconferência

Dra. Kátia Lúcia Pacheco - UFMG/ Biblioteca Universitária

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Prof. Maria Guiomar da Cunha Frota
Coordenadora

Versão final aprovada em 02/08/2019

Prof. Cristina Dotta Ortega
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **MARCELO NAIR DOS SANTOS**, matrícula: 2015666448

Às 14:00 horas do dia 09 de maio de 2019, reuniu-se na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 10/04/2019, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Fundamentos estruturais do registro bibliográfico: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação. Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

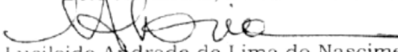
Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega - Orientadora	APROVADO
Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento	APROVADO
Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva	APROVADO
Profa. Dra. Naira Christofolletti Silveira	APROVADO
Dra. Kátia Lúcia Pacheco	APROVADO

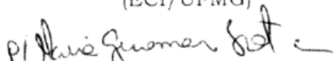
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

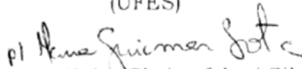
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2019.

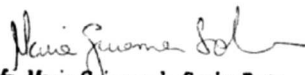

Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega
(ECI/UFMG)


Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
(UFES)


Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva
(USP) - por videoconferência


Profa. Dra. Naira Christofolletti Silveira
(UNIRIO) - por videoconferência


Dra. Kátia Lúcia Pacheco
(UFMG/ Biblioteca Universitária)


Profa. Maria Guimarães da Cunha Preta
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

À Rita, amada esposa e companheira.

Ao Deus que me suporta.

À minha amada e querida mãe, Oscalina Svirino dos Santos (*in memoriam*), que partiu há poucos dias da defesa desta tese.

AGRADECIMENTOS

De modo especial à Cristina Ortega, que me instigou a refletir além dos horizontes da prática catalográfica. Sua perspicácia mostrou-me um caminho mais excelente em minha carreira acadêmica, sinto-me privilegiado em assentar-me a seus pés.

Aos amigos mineiros, colegas e professores de todo o Brasil, que me acolheram ao convívio desta estimada Escola de Ciência da Informação.

Aos amigos capixabas, especialmente os colegas da Universidade Federal do Espírito Santo, que apoiaram sem reservas, contribuindo com conselhos, apoio e incentivos físico e emocional.

Aos membros da minha estimada Igreja, os quais suportaram-me espiritualmente por intermédio de suas orações.

Aos familiares, aos amigos e vizinhos mais chegados que, de alguma forma, compreenderam as minhas ausências nos momentos de confraternização e convívio social.

A todos que me consolaram e apoiaram com suas palavras e ações, ante à perda inestimável de minha mãe.

“E, demais disto, filho meu, atenta: não há limite para fazer livros, e o muito estudar é enfado da carne.” (ECLESIASTES, 12:12).

RESUMO

Revisita os estudos de Seymour Lubetzky sobre regras de catalogação, pelos quais ele expôs sua compreensão do significado de entrada principal. A catalogação, por vezes, é explicada pelos instrumentos normativos que o instruem, e há indícios de que tal direcionamento ficou mais acentuado com a proposição de seus modelos conceituais no limiar do século XXI, pois muitos estudos em Catalogação da atualidade estão voltados à compreensão e à prática desses modelos e instrumentos, porém e menos quanto à teoria por trás deles. Decerto, entende-se que a Catalogação deve ser pensada fundamentalmente como fez Lubetzky, na década de 1950, quando avaliou um conjunto de regras de seu tempo, uma vez que seu modelo de análise teórico deu à Catalogação um caminho crítico e metodológico para o estabelecimento de regras catalográficas. A ideia central revelada em seus estudos afirma que o registro bibliográfico deve representar uma publicação como manifestação de uma obra. Nesses termos, tem-se a hipótese de que as ideias de Lubetzky são válidas num contexto dos ainda insuficientes fundamentos de Catalogação e, particularmente, das regras de catalogação de tradição anglo-americana. Daí propõe-se um estudo que objetiva revisitar as ideias de Lubetzky, de maneira a avaliar a consistência de sua compreensão para os dias atuais. Para fins de delimitação, temos como objeto material da pesquisa o registro bibliográfico, especialmente o ponto de acesso representativo dos atributos da entidade bibliográfica obra, o qual será examinado na perspectiva teórica de Lubetzky. Em abordagem qualitativa, tem-se uma pesquisa de caráter exploratório sobre conceitos, fundamentos e estudos relacionados com tema em questão, que adota a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como procedimentos metodológicos predominantes. O desenvolvimento da pesquisa se deu por intermédio dos momentos significativos da Catalogação que observa: o contexto catalográfico anterior aos estudos de Lubetzky; a análise e a repercussão dos estudos de Lubetzky sobre regras catalográficas, a partir do qual ele propôs uma função peculiar para a entrada principal em Catalogação; o caminho trilhado pelas regras catalográficas anglo-americanas após os estudos de Lubetzky no tocante à função da entrada principal; e estudos e modelos da Catalogação pelos quais o registro bibliográfico pode ser estruturado, conforme a função da entrada principal proposta por Lubetzky sobre entrada principal. Conclui-se que a função da entrada principal indicada por Lubetzky é pertinente à catalogação de nossos dias, pois representar a publicação como manifestação de uma obra em registro bibliográfico que observa o relacionamento das publicações equivalentes e derivativas de uma unidade literária é um aspecto fundamental da prática catalográfica.

Palavras-chave: Lubetzky, Seymour, 1898-2003. Fundamentos da Catalogação. Regras de Catalogação. Registros bibliográficos. Entrada principal. Obra (entidade bibliográfica).

ABSTRACT

This study comes back to Seymour Lubetzky's studies on cataloging rules through which he explained the function of the main entry. Cataloging should be thought fundamentally as Lubetzky did in the 1950s, when he evaluated a set of rules of his time. His theoretical analysis model is a critical and methodological path to the establishment of cataloging rules. His studies revealed that the bibliographic record must represent a publication as a manifestation of a given work. Therefore, we have hypothesized that Lubetzky's thoughts are still valid in the insufficient foundations of Cataloging by the Anglo-American tradition. Hence it is proposed a study that aims to revisit the ideas of Lubetzky, in order to evaluate the consistency of his understanding for the present day. We have delimited our material object of the research to bibliographic record, especially the access point representing the entity work, which will be examined from the theoretical perspective of Lubetzky. This research is carried out in an exploratory qualitative approach and it uses bibliographic and documentary research as predominant methodological procedures. In this way, the development of the research is divided according to the significant moments of the Cataloging: the prior cataloging context of Lubetzky's studies; the analysis and repercussion of the Lubetzky's studies on cataloging rules, from which he indicated a specific function for the main entry in Cataloging; the way followed by Anglo-American cataloging rules after Lubetzky's studies about the function of the main entry; and studies and models of the Cataloging through which the bibliographic record can be structured, according to the main entry function proposed by Lubetzky. We concluded that the function of the main entry revealed by Lubetzky is still sound for the cataloging of our days, because representing the publication as manifestation of a work in bibliographic record is a fundamental aspect that cannot be ignored in the cataloging practice that observes the relationship of the equivalent and derivative publications of a literary unit.

Keywords: Seymour Lubetzky (1898-2003). Theory of Cataloging. Cataloging Rules. Bibliographic records. Main entry. Work entity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– O contexto do objeto da pesquisa _____	29
Figura 2	– Família das obras _____	55
Figura 3	– Períodos da História Mundial e as eras da catalogação _____	63
Figura 4	– Excerto do <i>Catalogus Impressorum Librorum Bibliothecae Boldleianae in Academia Oxoniensi</i> (1674) _____	67
Figura 5	– Extrato do catálogo da <i>Sion College Library</i> (1724) _____	69
Figura 6	– Períodos da Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas _____	83
Figura 7	– Exemplos de entradas secundárias _____	138
Figura 8	– Formação do cabeçalho designativo da unidade literária nas entradas de um catálogo, conforme AACR (1967) _____	181
Figura 9	– Unidade literária representada pelo título em extrato de entrada catalográfica elaborada conforme AACR (1967) _____	182
Figura 10	– Formação de cabeçalho não designativo de unidade literária em entrada principal de um catálogo, conforme AACR (1967) _____	184
Figura 11	– Cabeçalho com título coletivo para edições de duas ou mais obras publicadas conjuntamente, conforme regra 107 do AACR (1967) _____	185
Figura 12	– Entradas principais representativas da obra e sua manifestação transpostas para entradas secundárias de assunto, conforme AACR2 _____	192
Figura 13	– Entradas unitárias sob título transpostas para entradas secundárias de assunto, conforme AACR2 aplicado sem o cabeçalho de entrada principal _____	193
Figura 14	– Comparativo de projeção das entradas principais e entradas unitárias sob título nas secundárias de assunto, conforme AACR2 _____	194
Figura 15	– Componentes de um campo de registro MARC _____	200
Figura 16	– Título da obra e da publicação em excertos de registros MARC _____	201
Figura 17	– Obra identificada em um e em dois campos em registro MARC _____	202
Figura 18	– Exemplo de descrição bibliográfica pela ISBD _____	208
Figura 19	– Subcabeçalho de forma e título convencional em registro bibliográfico do AACR2 _____	212
Figura 20	– Título uniforme como título coletivo conforme AACR2 _____	213
Figura 21	– Esquema de formação do cabeçalho e dos subcabeçalhos de título uniforme designativo da Bíblia em entrada principal, conforme AACR2 _____	214
Figura 22	– Relação todo-parte de unidades documentárias e sua representação em registro bibliográfico _____	217
Figura 23	– Atributos da entidade obra nos FRBR _____	229
Figura 24	– Exemplo de ponto de acesso sob obra na normativa RDA _____	234
Figura 25	– Agrupamento de registros bibliográficos representativos da obra manifesta numa publicação _____	236
Figura 26	– Agrupamento de registros bibliográficos ordenados pelos títulos das publicações _____	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Roteiro planejado da pesquisa	48
Quadro 2	– Sumário das regras catalográficas no Código da ALA de 1949	115
Quadro 3	– Orientações do Código da ALA quanto à entrada de obra com coautores e obra composta colaborativamente	117
Quadro 4	– Orientações do Código da ALA (1949) quanto às entradas secundárias de obra com coautores e de obra composta colaborativamente	118
Quadro 5	– Exemplos de obras compostas cabíveis em coletâneas	120
Quadro 6	– Comparativo das regras 4A(2), 4B(1), 4B(2) e 4B(3)	122
Quadro 7	– Regras relativas a tipo especial de obras no Código da ALA (1949)	123
Quadro 8	– Comparativo das regras 3A, 4A(2), 4B(1) e 6A sobre a formação de cabeçalho da entrada principal	124
Quadro 9	– Orientações do Código da ALA quanto a mudança de nome pessoal	126
Quadro 10	– Condição variável das obras publicadas e de seus autores representados em entradas	137
Quadro 11	– Assuntos e interlocutores críticos dos estudos de Lubetzky no período de 1953 a 1961	143
Quadro 12	– Esquema de formação do cabeçalho principal e dos subcabeçalhos de título uniforme designativo da Bíblia, conforme AACR (1967)	186

LISTA DE SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i> (1967)
AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i> , 2ª ed. (1978)
AACR2R	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i> , 2ª ed. rev. (1988; 1998; 2002)
AFNOR	<i>Association Française de Normalisation</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCR	<i>Code of Cataloging Rules</i>
DGM	Designação geral de material
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
FRSAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICCP	<i>International Conference on Cataloguing Principles</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographical Description</i>
ISDS	<i>International Serial Data System</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
ISTA	<i>Information Science & Technology Abstracts</i>
LAUK	<i>Library Association of the United Kingdom</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LISTA	<i>Library, Information Science & Technology Abstracts</i>
LLIS	<i>Library Literature Information Science</i>
LRM	<i>IFLA Library Reference Model</i>
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
OPAC	<i>Online Public Access Catalog</i>
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
RDC	<i>Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress</i>

REICAT *Regole italiane di catalogazione*

UC Berkeley *University of California, Berkeley* (Universidade da Califórnia, *campus* Berkeley)

UCLA *University of California* (Universidade da Califórnia, Los Angeles, Estados Unidos)

UNISIST *United Nations International Scientific Information System*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.1	INTRODUÇÃO AO TEMA E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	28
1.2	O PROBLEMA E A JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	35
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	44
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO	45
2	DEFINIÇÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS EM CATALOGAÇÃO	51
2.1	A COMPREENSÃO DE UM REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	51
2.2	REGRAS DE CATALOGAÇÃO	57
2.3	MÉTODOS E PRINCÍPIOS CATALOGRÁFICOS	59
3	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO RELATÓRIO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE REGRAS CATALOGRÁFICAS	63
3.1	A TRAJETÓRIA DA CATALOGAÇÃO INGLESA	65
3.2	O DESPONTAR DAS REGRAS CATALOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX	71
3.3	CONTEXTO HISTÓRICO DAS REGRAS CATALOGRÁFICAS DE 1900 A 1940	82
3.4	CONTEXTO CATALOGRÁFICO DA DÉCADA DE 1940 E OS PRIMEIROS ESTUDOS DE SEYMOUR LUBETZKY	92
4	ANÁLISE E REPERCUSSÃO DO RELATÓRIO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE REGRAS DE CATALOGAÇÃO	113
4.1	ESTA REGRA É NECESSÁRIA?	114
4.2	OBJETIVOS E PRINCÍPIOS PARA UM CÓDIGO CATALOGRÁFICO	128
4.2.1	OBJETIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO	129
4.2.2	CONDIÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E SEUS PRINCÍPIOS, CONFORME LUBETZKY	136
4.3	REPERCUSSÕES, DEBATES E RESULTADOS DOS ESTUDOS DE SEYMOUR LUBETZKY	141
4.3.1	O RELATÓRIO DE LUBETZKY EM DEBATE	144
4.3.2	RUMO A UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO SUPERIOR	149
4.3.3	O RASCUNHO DE UM CÓDIGO EM FOCO	159
4.4	OS EMBATES DA ENTRADA PRINCIPAL NA CONFERÊNCIA DE PARIS	163
5	A ENTRADA PRINCIPAL NAS REGRAS DE CATALOGAÇÃO ANGLO- AMERICANA APÓS A CONFERÊNCIA DE PARIS	175
5.1	ENTRADA PRINCIPAL NO ÂMBITO DO <i>ANGLO-AMERICAN CATALOGING RULES</i> (AACR)	175

5.2	ENTRADA PRINCIPAL NO <i>ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES, 2ND EDITION</i> (AACR2)	188
5.2.1	A QUESTÃO DA ENTRADA PRINCIPAL E DA ENTRADA UNITÁRIA SOB TÍTULO	189
5.2.1.1	A entrada principal no formato MARC	196
5.2.1.2	A junção da <i>International Standard Bibliographic Description</i> no AACR2	204
5.2.2	INCOERÊNCIAS DO CABEÇALHO DA ENTRADA PRINCIPAL DETERMINADO POR UM CÓDIGO VACILANTE	210
6	O REGISTRO BIBLIOGRÁFICO REPRESENTATIVO DA OBRA MANIFESTA NUMA PUBLICAÇÃO	221
6.1	ESTUDOS E PROPOSIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO EM REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	224
6.2	A REPRESENTAÇÃO DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO NOS <i>FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS</i> (FRBR)	228
6.3	A REPRESENTAÇÃO DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO EM <i>RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS</i> (RDA)	232
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
	REFERÊNCIAS	245

1 INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1970 a 1980, os estudos sobre regras catalográficas e suas implicações pareciam não mudar substancialmente os fundamentos da Catalogação¹, mas essa aparente calma foi inquietada com a publicação da família dos FR, três modelos bibliográficos concebidos sob a técnica de análise entidade-relacionamento proposta por Peter Chen, pelos quais é possível projetar regras catalográficas: *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), de 1998; os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), de 2009; e os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), em 2010². Em agosto de 2017, tendo em conta algumas incoerências entre os três modelos, eles foram combinados e harmonizados para compor um único modelo publicado sob o título *IFLA Library Reference Model* (LRM)³.

Tais modelos, chancelados pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), buscam apresentar uma compreensão conceitual do universo bibliográfico para a catalogação, que possibilita a estruturação lógica de um registro bibliográfico, no sentido de fonte potencial de informação para que usuários de sistemas de informação documentária identifiquem documentos de seu interesse. A publicação desses modelos foi um acontecimento importante para a catalogação, porque eles estão agora no centro de um intenso debate na comunidade catalográfica nacional e internacional, sendo apresentados como a base sobre a qual as regras, que regulam o processo, devem ser estabelecidas.

Desde então, regras catalográficas modeladas pelos FRBR vêm sendo preparadas para aplicação em certas partes do mundo, como é o caso da Itália – *Regole italiane di catalogazione* (REICAT), publicada pelo *Istituto centrale per il catalogo unico delle biblioteche italiane e per le informazioni bibliografiche* (2009) – e da comunidade anglo-americana – *Resource Description and Access* (RDA), normativa publicada pela *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2011), substituta do *Anglo-American Cataloging Rules, 2nd edition* (AACR2)⁴.

Com efeito, os profissionais catalogadores têm reconhecido o valor dos modelos bibliográficos e das normativas concebidas a partir deles, pois estes oferecem aparentemente um modelo de universo bibliográfico para a catalogação melhor do que havia no AACR2,

¹ Grafamos “Catalogação” como substantivo próprio para designá-la enquanto campo de estudo teórico-metodológico, em contraponto ao substantivo comum designador dos processos de produção de descrição bibliográfica e pontos de acesso. Essa distinção de nome próprio para campo de estudo teórico-metodológico estende-se a casos análogos que ocorram no texto.

² Em português, os três modelos bibliográficos podem ser traduzidos assim respectivamente: *Requisitos Funcionais dos Registros Bibliográficos* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009); *Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2013); *Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto* (ZENG; ŽUMER; SALABA, 2010).

³ *Modelo de Referência para Bibliotecas* (RIVA; LE BŒUF; ŽUMER, 2017).

⁴ *Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª. edição* (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004).

sobretudo quanto à distinção das entidades bibliográficas desse universo. Nesses termos, muitos estudos e manuais elaborados para a comunidade catalográfica por autores como Taylor (2007), Hart (2010), Oliver (2011), Jin, Lazinger e Intner (2012), Maxwell (2013), dentre outros, têm tido como objeto esses modelos e as normativas estabelecidas deles, sobretudo para fins de compreensão e aplicabilidade na prática catalográfica.

Note-se ainda que muitos estudos desenvolvidos no Brasil e no exterior sobre a aplicabilidade de modelos conceituais do universo bibliográfico têm identificado certas incongruências como: dificuldades na estruturação dos limites entre as entidades dos modelos bibliográficos; falsas associações na elaboração de registro bibliográfico; incompatibilidade de concepções entre os diferentes instrumentos normativos empregados no processo, como entre modelo bibliográfico e formato de intercâmbio de registro bibliográfico, entre outras incoerências (MORENO, 2006; FUSCO, 2010; BRENNE, 2004; O'NEILL, 2007).

Tais estudos e manuais são significativos e necessários para a Catalogação, entretanto algo que também deve ser investigado é o fundamento teórico e estrutural por trás do registro bibliográfico constituído a partir dos modelos conceituais da catalogação. O problema é que os FR omitem no seu texto as contribuições teóricas daqueles que propiciaram o seu estabelecimento, salvo pela menção aos autores utilizados no desenvolvimento da análise entidade-relação, único crédito declaradamente mencionado no texto introdutório dos FRBR e replicado nos demais modelos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 10). Sem dúvida, é possível rastrear alguns de seus fundamentos pelas pesquisas produzidas pelos autores dos modelos, porém, outros estudiosos – sobretudo os precursores da Catalogação – não foram creditados textualmente.

Veja-se que Alfredo Serrai (2002 *apud* LE BOEUF, 2005, p. 4), por exemplo, citou o artigo de Heaney (1995) como precursor dos FR, pois neste artigo o autor propôs um modelo de catalogação orientado a um objeto constituído por três elementos: obra abstrata, publicação e cópia. Daí, Serrai observar que os estudos de Heaney foram ignorados pela IFLA, a ponto de insinuar que as ideias do referido precursor foram plagiadas pelos consultores dos FRBR. Ante esse exemplo, podemos questionar se as ideias de outros estudiosos da catalogação não tiveram o devido crédito como percussores do FR.

Seja como for, qualquer avaliação de regras de catalogação implica a existência de suas bases teóricas. No entanto, como afirma Frías Montoya (1995, p. 204), as regras catalográficas de nosso tempo vêm sendo insuficientemente tratadas, tendo em conta que não se explica o porquê delas. Aliás, esse autor indicou ainda que as bases teóricas das regras catalográficas (sua história, princípios, objetivos, projeções, principais teóricos etc.) são pouco conhecidas da comunidade catalogadora. Essa omissão levou a um hiato teórico nos FR, cujo risco é o de que ele seja preenchido por entendimentos baseados em suposições deduzidas de fatos catalográficos isolados ou sem fundamentos robustos.

De nossa parte, temos a compreensão de que, embora um ou outro catalogador conheça alguns eventos da história da catalogação, se dá pouca atenção a essa base teórica e

histórica, sobretudo aos princípios orientadores da catalogação e a certos teóricos da catalogação, motivo pelo qual esses aspectos serem de interesse direto nesta pesquisa. Por isso, é válido retomar os estudos anteriores aos FR, pois seus precursores podem revelar o modo pelo qual as questões sobre o fundamento estrutural do registro bibliográfico foram discutidas e enfrentadas em Catalogação no transcurso dos anos.

Nesse sentido, Seymour Lubetzky é um dos estudiosos a quem se deve o título de precursor daquilo que os modelos conceituais da Catalogação desenvolveram posteriormente, pois sua compreensão sobre a entrada principal como representação de uma dada obra e sua manifestação apontou caminhos coerentes à fundamentação estrutural do registro bibliográfico.

Cumprir abrir um parêntesis para esclarecer que, nos termos desta pesquisa, consideramos como correspondentes os termos “registro bibliográfico” e “entrada” – modo pelo qual este último termo era referido em bibliotecas antes do advento da tecnologia eletrônica no século XX. Nesse sentido, registro bibliográfico é um termo relativamente recente, fruto da incorporação da automação na atividade catalográfica, o qual é utilizado para substituir termos como “ficha catalográfica” ou “entrada bibliográfica”, segundo Rios Hilário (2003).

A identificação de um documento representado no registro bibliográfico pelos usuários de sistemas de informação é feita por um ponto de acesso designativo de autor, de título, de assunto etc. inscrito no próprio registro. Vale acrescentar que, outrora, o ponto de acesso era referido por cabeçalho – denominado assim por estar localizado na parte superior da ficha catalográfica. Desse jeito, o cabeçalho desta cumpria a mesma função do ponto de acesso em registro bibliográfico, por isso temos a compreensão de que ponto de acesso de um registro corresponde ao cabeçalho da ficha catalográfica.

Para além disso, cumpre acrescentar que o termo “entrada”, por vezes, também foi empregado para designar a determinação do cabeçalho para o corpo da própria entrada, no qual está a descrição bibliográfica de uma publicação (HARROD, 1977, p. 306). Nessa direção, a questão terminológica, que muitas vezes confunde a estudantes e especialistas, é a de que o termo “entrada” é usado tanto para o cabeçalho da ficha, quanto para a própria ficha catalográfica; nesta pesquisa, porém, vale-se de “entrada” para indicar o segundo significado e “cabeçalho da entrada” para o primeiro.

É preciso esclarecer também que obras de referência da Catalogação indicam que a qualificação “principal” se refere àquela entrada com informações bibliográficas completas representativas de uma publicação específica, a qual é elaborada a partir de um cabeçalho designativo do autor principal ou do título de uma dada publicação. A partir da entrada principal, é possível estabelecer uma ou mais entradas secundárias designativas do assunto, do título, de coautor etc. presentes na publicação representada. Por analogia, se há um cabeçalho da entrada principal, então há um ponto de acesso principal, de maneira que ambos são equivalentes.

Dentro da compreensão de uma entrada principal, a figura de Lubetzky se destacou dentre os estudiosos porque ele evidenciou em seus estudos que a função dela excede ao que foi dito acima, desde que elaborada em função da obra incorporada numa dada publicação. Nesses termos, a entrada principal deve representar primordialmente tal obra, e essa foi a ideia condutora das questões catalográficas defendidas e debatidas por ele e por outros estudiosos da Catalogação durante a marcante Conferência de Paris de 1961⁵.

Ante a esse contexto de estudos, manuais, normativas e hiatos em torno dos FR, propõe-se um estudo que revise as ideias de Seymour Lubetzky sobre Catalogação, porque somente ao explorando em profundidade será possível saber a sua compreensão sobre o significado da entrada principal, a fim de avaliar o quanto esta é válida para a fundamentação estrutural de um registro bibliográfico de nosso tempo.

Para tanto, nas seções desse capítulo, convém contextualizar e compreender os temas elementares da pesquisa, introduzindo seu objeto de estudo. Mais precisamente, cumpre delinear o problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e o referencial teórico da pesquisa, a fim de delimitá-la àquilo que se propõe realizar.

1.1 INTRODUÇÃO AO TEMA E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

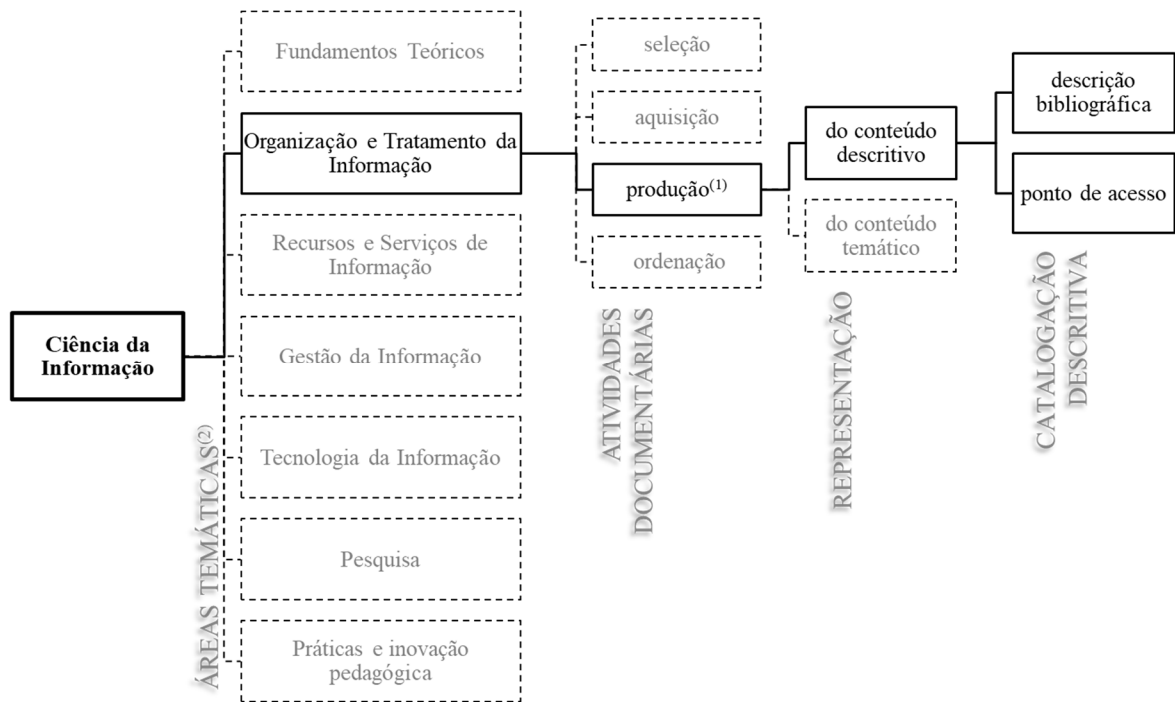
Conforme sinalizado anteriormente, temos como objeto empírico de estudo a entrada principal e sua estruturação fundamental, de acordo com a compreensão de Seymour Lubetzky. Para cumprir tal propósito, é necessário delimitar o objeto empírico ao ponto em que seja possível realizar esta pesquisa.

Essas escolhas delimitadoras, incluindo a figura do próprio Lubetzky, suscitam questões a serem respondidas, de modo a efetivar um recorte temporal e espacial do que se pretende investigar. Assim, de início, vale contextualizar o cenário e o pano de fundo da pesquisa em questão.

Decerto, no contexto atual, a proposta dos modelos bibliográficos e os estudos que têm gerado – inclusive as normativas catalográficas – constituem porção considerável da agenda de pesquisa em Catalogação, uma das áreas de estudos da Organização e Tratamento da Informação, parte da Ciência da Informação que trata dos fundamentos e dos métodos de produção e de gestão de sistemas de informação documentária. Nesses termos, para compreender melhor o contexto da pesquisa, ilustra-se na Figura 1 o norteamento dela.

⁵ A Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação foi realizada em Paris, no ano de 1961, daí ser conhecida como “Conferência de Paris”, evento internacional significativo de Catalogação do século XX, o qual, dentre outras coisas, teve como objetivo “[...] chegar a um acordo sobre os princípios fundamentais relativos à escolha e à forma do cabeçalho no catálogo de autores e de títulos.” (FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 300, tradução nossa).

Figura 1 – O contexto do objeto da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo Autor.

(1) Produção de catálogos e bases de dados.

(2) Áreas temáticas da Ciência da Informação conforme indicado no XI Encontro de Diretores e X Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do MERCOSUL (2016), realizado em Belo Horizonte, MG.

Na Organização e Tratamento da Informação, notadamente a de abordagem bibliográfica (originária dos estudos realizados em Biblioteconomia, em Bibliografia e em Documentação), há atividades documentárias, portanto, realizadas sobre documentos, no sentido de entidades retentoras de informação fixada em suporte material que objetiva o conhecimento. Essas atividades são realizadas em cadeia (seleção \Rightarrow aquisição \Rightarrow produção \Rightarrow ordenação), cujo objetivo é viabilizar a recuperação de documentos por usuários que buscam a informação identificada nos mesmos dentro de uma dada coleção documental.

Dentre as atividades documentárias, importa destacar a produção de catálogos e bases de dados, sobretudo nos aspectos que dizem respeito à representação de atributos documentais (informações predicativas do documento), pelos quais – isolados ou combinados – os usuários de uma dada coleção reconhecem documentos de seu interesse. Para tanto, é nesta atividade que se identifica e se destaca atributos do documento original para inscrevê-los posteriormente em documento subsidiário, o qual funciona como substituto representativo do original.

O documento substituto reúne um ou mais atributos de um dado documento, afigurando-se na forma de um registro bibliográfico, conjunto coerente de atributos documentais

relacionados entre si determinados por normas. Assim, o referido registro tem a finalidade de identificar um documento específico, ressaltando inclusive as características gerais do referente.

Nos termos do registro bibliográfico, é possível notar que a representação dos atributos nele ocorre duplamente, em razão de ela operar no conteúdo descritivo e temático dos documentos. No conteúdo descritivo, trata-se de representar primordialmente os atributos que dão feição ao documento (autor, título, edição, publicador, data de publicação, dentre outros atributos descritivos do documento), isto é, a representação dos atributos pelos quais o documento passa a existir, os quais permitem identificar, manipular, disseminar e acessar o mesmo.

A representação do conteúdo descritivo é caracterizada por dois segmentos fundamentais: (1) a **descrição bibliográfica** trata da identificação dos atributos que, no conjunto, singularizam um documento em particular, com a finalidade de distingui-lo de outros documentos por suas características individuais; (2) **ponto de acesso**, dado que proporciona acesso aos atributos descritivos, assentados em registros na forma de índices em catálogo ou em base de dados.

Para além disso, é preciso registrar que pontos de acesso não estão restritos somente ao conteúdo descritivo, em razão de eles operarem também no conteúdo temático documental. Neste, pontos de acesso são referidos como cabeçalhos de assuntos ou descritores, produtos documentários tratados nos termos da análise documental, que objetiva evidenciar os aspectos documentais provenientes de processos de indexação, de classificação⁶ e de elaboração de resumos. Como no conteúdo descritivo, a representação dos atributos temáticos tem igualmente segmentos próprios no registro bibliográfico.

Desse modo, essa dicotomia é inerente ao processo de representação dos atributos documentais em registro bibliográfico, pois subjaz ao próprio documento a natureza dupla de conteúdo descritivo e temático, de maneira que as duas representações se completam, sem prescindir uma da outra. Dentro dessa dicotomia de representação no processo documental, há diversidade de terminologia e de concepção.

Na Espanha, por exemplo, há duas abordagens fundamentais: (1) designar o processo de representação do conteúdo descritivo e temático documentais como análise documental; (2) designar que a análise documental se ocupa tão somente dos conteúdos temáticos dos documentos (GARRIDO ARILLA, 1996a; 2006; CLAUSÓ GARCÍA, 1993). Nos dois casos, cada uma das operações é distinguida propriamente: análise externa (conteúdo descritivo) e análise interna (conteúdo temático), ou análise formal e análise de conteúdo respectivamente. Alguns estudiosos espanhóis vão além e tratam a análise documental em sentido restrito, pois eles entendem que o processo de analisar – decompor um todo em suas partes – é um termo adequado para designar tão somente a operação de examinar o conteúdo temático do

⁶ Vale enfatizar que a classificação contempla outros atributos documentais, não se limitando somente aos aspectos temáticos do documento.

documento, enquanto a representação do conteúdo descritivo deve ser distinguida do âmbito da análise de conteúdo temático.

Diga-se de passagem, a abordagem (2) , que é seguida por esta pesquisa, tem correspondência na comunidade anglo-americana, pois esta denomina a operação de representar conteúdos descritivos do documento de catalogação descritiva (expressão cunhada na década de 1940) e o ato de representar o conteúdo temático dos documentos, de catalogação de assunto⁷.

Daí se observa uma abrangência ampla e estrita da análise documentária: restritamente, ela lida tão somente com o conteúdo temático do documento; de modo amplo, remete às origens do processo de elaborar catálogos. Assim, o sentido lato da catalogação lida com a representação de atributos documentais – tanto conteúdo descritivo quanto temático – abrangendo a própria atividade de representação, tratando da descrição bibliográfica e do estabelecimento de pontos de acesso representativos dos atributos descritivos e temáticos do documento – mais precisamente, as operações que levam a cabo a preparação de um registro em catálogos ou em base de dados, inclusive a atividade de ordenação.

Dentro da diversidade de concepções, é possível observar outras segmentações, como aquela que, por exemplo, dentro da análise descritiva, distingue a descrição bibliográfica e a catalogação (CLAUSÓ GARCÍA, 1993, LÓPEZ HERNÁNDEZ, 1999; RAMOS FAJARDO, 2001): a primeira designa o ato de singularizar o documento e a segunda designa o ato de estabelecer pontos de acesso ao mesmo documento. Por tal entendimento, a catalogação é vista de modo estrito à operação de estabelecer pontos de acesso; contudo, de nossa parte, temos a compreensão de que a catalogação integra todo o processo de representação em registro bibliográfico – conteúdo descritivo e temático do documento.

Apesar desses segmentos diversos, nenhum deles invalida o fato de que a catalogação exerce função indispensável à Organização da Informação, pois o processo de representação do conteúdo descritivo contribui decisivamente para a identificação e recuperação singular de documento, parte de documento ou de conjuntos documentais.

No mais, cumpre enfatizar que os segmentos em questão (descrição bibliográfica e o estabelecimento de pontos de acesso) são referidos pela literatura como “catalogação descritiva”, ou ainda como representação descritiva, para dar uma dimensão mais ampla desse processo para além dos catálogos elaborados na atividade bibliotecária.

Em face do cenário exposto acima, principiamos os termos desta pesquisa, direcionando-a tão somente ao processo catalográfico orientado para a representação do conteúdo descritivo do documento, sobretudo para o ponto de acesso, sem prescindir da descrição bibliográfica, quando for o caso.

⁷ A distinção entre catalogação descritiva e catalogação de assunto data da década de 1940, conforme relatado por Osborn (1991, p. 39).

No mais, o escopo da pesquisa impõe uma delimitação que considera a produção intelectual de Lubetzky nos Estados Unidos, onde ele se formou profissionalmente, desenvolveu seus estudos e seguiu sua carreira acadêmica no século XX. Por isso, a pesquisa se vale primordialmente dos estudos catalográficos realizados no contexto anglo-americano da Catalogação.

Cumprе salientar que não se ignora as tradições catalográficas existentes no mundo, especialmente nos países da Europa Continental, mas a delimitação da pesquisa pela vertente anglo-americana de Catalogação se deu também em função de ela se esforçar em constituir e aprimorar o processo catalográfico, ainda que com avanços e reveses, conforme veremos adiante. Além disso, a envergadura da catalogação anglo-americana desponta de tal modo a ponto de influenciar, sobrepor ou ofuscar a prática catalográfica em muitos países, inclusive no Brasil. Daí ser o legado dessa vertente de interesse direto no contexto catalográfico brasileiro.

Quanto ao estudioso em questão, em meados do século XX, Lubetzky avaliou regras de catalogação e propôs soluções para torná-las mais fundamentadas e consistentes. Isso pôde ser observado numa análise que o estudioso fez em regras de catalogação publicadas em 1949 – as *A.L.A. Cataloging Rules for Author and Title Entries* (Código da ALA de 1949⁸). Na contribuição mais notável à Catalogação rememorada por uma emblemática pergunta (*Is This Rule Necessary?*), Lubetzky expôs os aspectos problemáticos e ineficientes desse conjunto de regras catalográficas prolixo e, em grande medida, destituído de consistência lógica para conceber entradas estruturadas entre si.

Aliás, o emblema “Esta regra é necessária?” é ilustrativo da perspectiva teórica de Lubetzky e sua respectiva análise em Catalogação. Com ela em riste, o estudioso constatou, por exemplo, que o fundamento de uma dada regra já estava presente em uma ou mais regras, de maneira que as regras redundantes deveriam ser eliminadas ou revisadas.

Com essa atitude, Lubetzky acabou por desvendar aquilo que os elaboradores do Código da ALA de 1949 e seus antecessores tentaram lidar, mas não conseguiram: o caráter duplo dos documentos que a biblioteca coleciona, sobretudo o livro identificado por suas características individualizadas de autor e de título, ao mesmo tempo que é portador de uma criação intelectual passível de ser publicada várias vezes em outros documentos sob diferentes nomes de autor e de título. Daí, ele ter proposto objetivos e princípios para a catalogação e uma função própria para a entrada principal, pelos quais o catálogo seria efetivado de modo mais lógico e consistente. Assim, preterir ou desconhecer as ideias desse estudioso da Catalogação implica ignorar meios de fundamentar a estrutura de um registro bibliográfico.

Isso posto, é certo que regras catalográficas influenciaram o modo como um registro bibliográfico é efetivado, levando em conta que a consistência deste exige a existência de

⁸ ALA é sigla de *American Library Association*.

regras catalográficas igualmente consistentes. Como veremos mais adiante, Lubetzky só pôde defender a estruturação consistente da entrada por intermédio de princípios e objetivos para catalogação após estudar regras catalográficas.

Por certo, Lubetzky não foi o único a estudar e dar contribuições teóricas em Catalogação. Antes dele, outros estudiosos contribuíram fundamentalmente com o processo catalográfico, dos quais Lubetzky é devedor. Do século XIX, convém citar: Antonio Panizzi (1797-1879), que elaborou metódica e criticamente regras catalográficas para a Biblioteca do Museu Britânico, percebendo aspectos essenciais que as entradas do catálogo deviam representar, como distintas edições de obras em catálogo, daí suas ideias terem contribuído fundamentalmente para o modo de se constituir a catalogação; e Charles Ammi Cutter (1837-1903), que elaborou regras catalográficas em função de objetivos que o catálogo deveria atingir por intermédio de suas entradas, as quais seriam elaboradas conforme a conveniência do público.

Além desses dois expoentes da Catalogação, vale citar alguns estudiosos do século XX – contemporâneos de Lubetzky – que analisaram a catalogação criticamente no contexto anglo-americano: Julia Pettee (1936), crítica mordaz do Código da ALA de 1908, declarou em artigo que esse conjunto de regras era pedante e com orientações específicas para cada caso possível da prática catalográfica; o célebre Ranganathan (1938, p. 54), ao tratar das cinco Leis da Biblioteconomia no âmbito do processo catalográfico, discutiu virtudes e limites da lei da parcimônia, suscitando algumas questões fundamentais desse processo; Andrew Osborn (1941), que mencionou alguns aspectos referentes aos problemas de catalogação, na década de 1940, revelando quatro perspectivas de abordagem sobre regras catalográficas – legalista, perfeccionista, bibliográfica e pragmática; a iugoslava Eva Verona (1959; 1963; 1971), estudiosa da abrangência do conceito de unidade bibliográfica e de unidade literária em regras de catalogação da Europa e dos Estados Unidos do início do século em questão, a qual apresentou vantagens e desvantagens de privilegiar tais unidades na entrada principal.

Com efeito, as ideias desses estudiosos, bem como os estudos de Lubetzky, contribuíram decisivamente para o sucesso da conhecida Conferência de Paris, realizada em 1961, e muitas delas foram incorporadas no texto final da *Declaração dos Princípios da Catalogação*, produzida e aprovada naquela ocasião. Após esse evento, convém destacar dois estudiosos relevantes para este trabalho: O primeiro é Michael Gorman, autor prolífico de vários estudos sobre regras de catalogação, sendo sua contribuição mais marcante a sistematização das áreas da descrição bibliográfica resultando na ISBD (*International Standard Bibliographical Description*), no fim da década de 1969, pela qual ele se notabilizou e se habilitou a exercer a função de editor do AACR2; o segundo é Hamdy (1973), o qual avaliou o conceito de entrada principal no âmbito do AACR2, a fim de defender que as entradas pelo título da publicação recuperam-na com mais sucesso do que as entradas principais sob autor e título.

De fato, as contribuições desses e outros estudiosos foram e vêm sendo debatidas em eventos sobre o processo catalográfico desde o século XIX, e devem ser observadas quando se trata de estudar a Catalogação. Ante a tantas contribuições, surge a questão do por que escolher Seymour Lubetzky e se seria conveniente considerá-lo como parâmetro para avaliar a estruturação de registros bibliográficos. A resposta disso passa pelo fato de que o referido teórico foi identificado durante nossos estudos em Catalogação (SANTOS, 2013; SANTOS; ORTEGA, 2013), quando se verificou ser esse estudioso emissor de uma mensagem singular e relevante à compreensão da entrada principal na atividade catalográfica. Considere-se ainda que seus estudos foram e vem sendo reconhecidos, acolhidos e citados pela comunidade catalogadora internacional, e são identificados como teoria da Catalogação por estudiosos pelo mundo desde então, conforme Jolley indicou (1961, p. viii).

Nesses termos, há que ter em conta as implicações de se considerar o argumento de autoridade ou *ad verecundiam*, assim chamado pelo filósofo John Locke, segundo o qual o argumento “supõe um respeito, uma reverência em relação à autoridade invocada, porque ela é especialmente confiável e reconhecida como fonte de conhecimento num dado tema [...]” (*apud* FIORIN, 2016, p. 176).

O argumento de autoridade tem sua função sobretudo quando os resultados obtidos pelo estudioso em questão servem para guiar a pesquisa e podem ser citados para confirmar soluções encontradas por meio do método científico, conforme indicam Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 28). Para tanto, segundo Fiorin (2016, p. 176-178), o argumento precisa ser robusto, apoiado em provas ou plausível, ainda que não necessariamente o melhor argumento.

Além disso, deve-se ter cuidado com o argumento de autoridade, de modo a assegurar que ele, “[...] quando evocado, tenha passado pelo crivo austero da análise e da crítica mais rigorosa possível, sem o que não terá qualquer eficácia.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 28). Assim, esses critérios são observados na validação do argumento de Lubetzky, de sorte que não se trata, portanto, de recorrer vagamente à sua autoridade, como se quisesse calar e silenciar opiniões contrárias ou aceitar passivamente suas ideias.

Levando isso em consideração, temos constatado que as contribuições de Lubetzky têm caráter próprio, pois elas revelam sua abordagem ímpar quanto à necessidade de as regras catalográficas serem elaboradas metodicamente e sustentadas por princípios, condições ou fundamentos norteadores, sobretudo para estruturar cada parte de uma entrada catalográfica com funções firmes.

Com um direcionamento consistente, é possível conceber regras regulamentadoras da “[...] variedade potencialmente infinita de nomes de autores, títulos de documentos e outras características de identificação de documentos, através da aplicação de um número bastante limitado de regras de transformação.” (WELLISCH, 1987, p. 25-26). Nesse âmbito, considere-

se ainda evitar a complexidade e o volume dos códigos catalográficos, reduzindo regras excepcionais sem razoabilidade, variações das regras básicas, regras supérfluas e as regras sustentadas por razões históricas, econômicas ou políticas.

Além das regras catalográficas, o valor dos estudos de Lubetzky se revela quando se observa também certos aspectos fundamentais em Catalogação, os quais podem ser exemplificados naquilo que ele enfatizou sobre a necessária distinção entre obra e livro no processo catalográfico, isto é, a indispensável representação em registros catalográficos tanto da unidade literária – termo correspondente à obra enquanto criação intelectual de um autor – quanto da unidade bibliográfica – o livro enquanto objeto material que incorpora a obra.

Aliás, nessa distinção, subjaz o ponto central daquilo que Lubetzky defendeu como objetivo para a catalogação, protagonizado pelo cabeçalho da entrada principal: encontrar o livro específico e revelar edições e tradução de uma dada obra. Nesses termos, Lubetzky (2001, p. 231, 236) ressaltou que livros são representações de obras, não a obra em si, sendo sua identidade o aspecto fundamental que a catalogação não deve prescindir. Acrescente-se que tal identidade pode ser melhor reconhecida quando a entrada da publicação representar a obra, e essa foi uma das ideias defendidas por ele e que serviu como ponto de partida às discussões levadas a cabo durante a conhecida Conferência de Paris de 1961, da qual trataremos mais adiante.

Face ao exposto nesta seção, podemos precisar ainda mais o escopo desta pesquisa. Temos um objeto empírico, que é o registro bibliográfico, sobretudo os segmentos relativos aos atributos descritivos de uma publicação, pelos quais se inicia a estruturação de tal registro de modo consistente, na perspectiva teórica de Lubetzky – sendo esta última o objeto teórico sob o qual a pesquisa em curso se fundamenta. Isso posto, delimitada a pesquisa, pode-se delinear o problema da pesquisa e os seus objetivos, bem como a justificativa, a metodologia e o referencial teórico.

1.2 O PROBLEMA E A JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Exposto o contexto e as delimitações da pesquisa, de início, nessa seção cumpre mencionar alguns aspectos problemáticos identificados em Catalogação, os quais têm relação com aquilo que se aborda nesta pesquisa. Vale lembrar, conforme se tem sinalizado, que a escolha do tema se deu a partir dos estudos e dos debates acadêmicos e profissionais gerados a partir da proposição dos FR e das normativas concebida deles. Nesse âmbito, é possível observar que boa parte da agenda de pesquisa em Catalogação se encerra nos próprios modelos e normativas e pouco nos princípios ou fundamentos subjacentes a eles que permitem ao catalogador conceber produtos catalográficos.

Isso não é de hoje em razão de, historicamente, sobretudo no século XX, o processo catalográfico ter sido menos observado quanto aos seus fundamentos, porque, não raro, era explicado habitualmente por intermédio de seus instrumentos, especialmente os prevalentes no cenário internacional: a ISBD, o AACR2 e o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC), os quais antecederam os modelos FR e a normativa RDA. Se isso for mantido, então explique-se a catalogação também pelos modelos bibliográficos propostos recentemente, já que, em tese, eles orientam o processo catalográfico configurado pela normativa RDA, a qual vem substituindo paulatinamente o AACR2.

Nesses termos, é questionável empregar os instrumentos da catalogação como explicação basilar do processo catalográfico, tendo em conta que o problema dessa abordagem encerrada em si é problemática, pois “[...] uma disciplina deve ser definida pelo seu objeto de estudo, não por suas ferramentas [...]” (HJØRLAND 2000, p. 29, tradução nossa). Vale considerar que explicar e realizar o processo catalográfico a partir dos instrumentos normativos da catalogação é inconveniente porque o estabelecimento de algumas regras de catalogação apoiou-se em casuística ou pragmatismo superficial nem sempre consistente, indício de que tais regras não tinham fundamentos tão sólidos, por isso elas não poderiam produzir registros bibliográficos estruturados para certos tipos de publicações.

De fato, em muitas situações, tais regras responderam satisfatoriamente ao processo catalográfico, especialmente na representação de documentos impressos com autoria principal declarada, mas elas eram insuficientes para dar respostas satisfatórias ou claras em certas situações que se supunham serem efetivas. A inconsistência de algumas regras chegou a ser, e ainda é, crônica em alguns casos; daí elas estarem fadadas a revisões constantes que nem sempre conseguem resolver satisfatoriamente a estruturação de registros bibliográficos consistentes, trazendo incômodo e dificuldade de aplicação em algumas situações.

Além disso, vale salientar que, no esteio desses instrumentos e modelos, salvo exceções pontuais, notamos ser a literatura de Catalogação composta marcadamente por manuais ou textos interpretativos do uso de regras de catalogação que pouco as questionam, em detrimento de textos privilegiadores dos fundamentos norteadores da constituição de registros bibliográficos consistentes. A despeito de não serem os únicos, os instrumentos e modelos da Catalogação da vertente anglo-americana e os manuais que emergem da literatura são, pois, evocados para explicar a Catalogação, notadamente no Brasil. Por isso, tal situação de instrumentos explicativos acaba trazendo consequências e incongruências de compreensão e de aplicação prática da catalogação.

No âmbito da literatura em questão, é possível constatar que os estudos teóricos sobre princípios catalográficos têm tido pouca visibilidade quando comparados aos temas estudados em Catalogação desde o século XIX. Isso é sinalizado por dois escritos, os quais, ao serem combinados, oferecem uma visão geral daquilo que se estudou em Catalogação entre 1835 a 2011: (1) o estudo de Lehnus (1974), que compreende os anos de 1835 a 1969; (2) a série de artigos de revisão publicados na *Library Resources & Technical Services* no período

de 1967 a 2011. Vale acentuar que são escritos independentes e que a sobreposição de datas não traz impactos significativos, porque o objetivo dessa menção é demonstrar somente a pouca visibilidade dos estudos teóricos sobre Catalogação. Assim, por essas fontes documentais, é possível traçar um mapa do que se tem pesquisado em Catalogação desde meados do século XIX até a primeira década do século XXI.

Para mapear a produção bibliográfica de 1835 a 1969, Lehnus (1974) fez uma análise de citação em Catalogação de uma rede formada por ele a partir da obra de James Tait (1969) – *Authors and Titles* – considerada por Lehnus apropriada aos fins de sua pesquisa. Dessa obra, foram identificados 63 escritos⁹ citados e referenciados por Tait, os quais foram delineados de modo a identificar outros escritos e, assim, o processo foi repetido sucessivamente, expandindo a rede gradualmente, de modo a formar um leque ou uma árvore genealógica composta por 7.209 citações, provenientes de 2.532 obras escritas por 1.412 autores pessoais ou corporativos, sendo Lubetzky o autor pessoal mais citado dentro da rede de citações (LEHNUS, 1974, p. 14).

Dentre as 184 obras mais citadas na rede, Lehnus as classificou em 15 categorias definidas por ele deste modo: **códigos de catalogação**, os códigos em si, ou seja, não os escritos sobre eles; **desenvolvimento de códigos**, visão geral sobre a revisão de códigos e os efeitos, mudanças e problemas que a revisão causa nos catálogos de biblioteca; **manuals de catalogação**, escritos didáticos empregados em cursos de catalogação; **teoria**, escritos teóricos sobre princípios de autoria e catalogação em geral; **história**, escritos sobre história da catalogação, de códigos de catalogação e comparação entre eles; **entrada de autoria corporativa**, escritos sobre teoria, história e desenvolvimento desse tipo de entrada; **catalogação descritiva**, a descrição de um item com o propósito de distingui-lo de outros itens; **catalogação seletiva**, por vezes tida como economia em catalogação, escritos sobre a eliminação de detalhes excessivos no processo de um dado contexto documentário; **catalogação em situações especiais**, escritos sobre a catalogação de acordo com o usuário e sobre problemas de recatalogação; **materiais especiais**, guias e procedimentos da catalogação de mapas, periódicos, música e afins; **catálogos**, escritos sobre formação, uso e manutenção de catálogos; **catálogo dividido**, estudos sobre catálogos de autor, título e assuntos; **administração**, escritos sobre organização e gestão dos serviços técnicos; **custo da catalogação**, estudos sobre análise e determinação dos custos dos serviços técnicos para as bibliotecas; **bibliografia e biblioteconomia**, escritos gerais sobre bibliografia e biblioteconomia que incluam, de alguma forma, temas relativos à catalogação. Os resultados do estudo de Lehnus (1974) estão apresentados na tabela a seguir:

⁹ No estudo de Lehnus (1974), “escrito” é um item bibliograficamente único, podendo ser: monografia, artigo de periódico ou qualquer contribuição textual que faça parte de publicações como antologias.

Tabela 1 – Categorias das obras mais citadas no estudo de Lehnus (1974)

CATEGORIAS	OBRAS		CITAÇÕES	
	absolutas	%	absolutas	%
1. códigos de catalogação	24	13,0	684	23,4
2. catálogos	20	10,9	241	8,3
3. manuais de catalogação	15	8,2	422	14,5
4. história	15	8,2	188	6,4
5. bibliografia e biblioteconomia	15	8,2	166	5,7
6. teoria	13	7,1	224	7,7
7. desenvolvimento de códigos	12	6,5	131	4,5
8. entrada de autoria corporativa	12	6,5	151	5,2
9. catálogo dividido	11	6,0	142	4,9
10. custo da catalogação	11	6,0	116	4,0
11. catalogação seletiva	9	4,9	121	4,1
12. catalogação em situações especiais	8	4,3	90	3,1
13. materiais especiais	7	3,8	89	3,1
14. administração	7	3,8	77	2,6
15. catalogação descritiva	5	2,7	75	2,6
TOTAL	184	100,0	2917	100,0

Fonte: Adaptado de Lehnus (1974, p. 19).

Embora tais categorias possam ser questionadas quanto à sobreposição entre elas, é possível afirmar que obras e citações dedicadas à teoria da catalogação não passam de 10% da produção dentro da rede de citações estudadas por Lehnus (1974), pois 7,1% das 184 obras mais citadas e 7,7% de um total de 2.917 citações identificadas nas obras mais citadas dedicam-se à teoria da catalogação. Com essas cifras, o número de obras sobre teoria fica atrás de temas como códigos de catalogação (13,0%), catálogos (10,9%), bibliografia e biblioteconomia (8,2%), história de catalogação (8,2%) e manuais de catalogação (8,2) e, em se tratando de citações, fica atrás de temas como códigos de catalogação (23,4%), manuais de catalogação (14,5%) e catálogos (8,3%).

Em nosso exame dos artigos de revisão publicados na *Library Resources & Technical Services*, no período de 1967 a 2011, em geral, a teoria de catalogação está oculta e não tem visibilidade até 1987, quando surgem seções voltadas a esse aspecto da catalogação (HILL, 1987; 1988; RUSCHOFF, 1990; LAMBRECHT, 1991; WEISS; CARSTENS, 2001; KIM 2003). Vale acrescentar que, em parte, a ocultação ocorreu porque muitos dos artigos anteriores a 1987 não trataram exclusivamente do processo catalográfico, dado que eles discorriam também sobre o processo classificatório, a catalogação de assuntos e o arranjo de publicações nas estantes. Após 2003, no entanto, a teoria da catalogação em si voltou a perder visibilidade, ofuscada eventualmente pelas discussões em torno dos modelos bibliográficos que

surgiram por esse tempo, uma vez que eles tendem a ser colocados como a própria teoria da catalogação.

Apesar da pouca visibilidade, um exame mais profundo nos artigos desse periódico e nos estudos de Lehnus (combinado com outras estratégias de busca e identificação de fontes bibliográficas, as quais detalhamos na seção sobre procedimentos metodológicos) tem revelado autores que escrevem sobre teoria de Catalogação.

Svenonius (2000), por exemplo, voltou aos estudos de Ranganathan sobre catalogação para tratar de princípios específicos que guiam o projeto de construção daquilo que ela denominou de linguagem bibliográfica. Estes são os princípios: da conveniência do usuário e uso comum; da representação e da precisão (abrangência, proximidade, persistência); da suficiência, da necessidade e da significância; da padronização; e da integração.

Outro pesquisador, Nam (1997), buscou resgatar a teoria da Catalogação a partir das ideias de Cutter sobre “conveniência do público”, das abordagens de Osborn sobre catalogadores – legalista, perfeccionista, bibliográfica e pragmática – e das ideias de Lubetzky.

Vale mencionar também os estudos de López Guillamón (2012), que esquadriha as questões mais recentes relativas aos princípios da catalogação, sobretudo da *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação*, de 2009, tendo em vista as ideias precursoras de Javier Lasso de la Vega (1950) sobre sete princípios que os códigos catalográficos deveriam atender: uniformidade, unificação, compensação (que tem a ver com remissivas), identificação, justificação (para certas fontes dos dados constantes na entrada) e qualificação.

Lee (2015), por sua vez, estudou os princípios de catalogação descritiva na obra de Lubetzky, afirmando que eles são imprescindíveis ao processo e que devem incluir características como: necessidade, simplicidade, unidade, consistência e finalidade, bem como caracterizar inter-relações e esclarecer o propósito da catalogação.

Por ora, os autores mencionados são suficientes para comprovar que um exame mais aprofundado na literatura sobre Catalogação revela estudos norteados por princípios do processo. A despeito disso, é possível afirmar que a teoria catalográfica não tem a devida visibilidade na agenda de estudos da Catalogação, a menos que se esquadrinhe os meandros literários desse tema.

Em prosseguimento, as situações expostas sobre a pouca fundamentação do processo catalográfico e a literatura caracterizada por textos e manuais de catalogação incidem de alguma maneira sobre o ensino e a prática desse processo, uma vez que estes últimos vêm sendo conduzidos a partir da aplicação dos instrumentos documentários e da compreensão de modelos conceituais sob os quais foram elaborados.

Veja-se o caso do ensino, por exemplo, no qual, outrora excessivo, tende hoje à redução, como revelou Revelli (2005), sobre a manifestação de uma universidade sul-africana pela redução do ensino da Catalogação, por acreditar que: “o aumento das fontes de informação e dos formatos [documentais] reduz a importância da catalogação quanto ao tempo de

trabalho, de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos básicos.” (BOER; COETZEE *apud* REVELLI, 2005, p. 17, tradução nossa).

Ora, não nos parece razoável dizer que o aumento das fontes documentais seja proposição suficiente para reduzir a importância do ensino e prática catalográficos, porquanto compreensões assim têm o pressuposto aparente de que o tempo dedicado ao estudo teórico da Catalogação deve ficar em segundo plano, tendo em conta que urge catalogar os documentos de pronto. Esse movimento pode induzir indivíduos à ideia de um ensino de catalogação circunscrito à aplicação de regras desprovido das devidas reflexões sobre seus fundamentos sustentadores. Com tal abordagem, a redução do ensino de catalogação acaba acentuando o fato de as regras serem vistas como explicativas do processo. Nessa altura, vale observar o que Lubetzky declarou sobre um ensino da prática catalográfica: “um conhecimento vazio das regras de um dado código em um dado momento limita o estudante no seu desenvolvimento profissional, no serviço à biblioteca que o emprega, e na sua possível contribuição para a arte de sua profissão.” (LUBETZKY, 2001, p. 241, tradução nossa).

Some-se a essa atitude a expectativa de que as novidades desenvolvidas para a catalogação, sobretudo as tecnológicas, parecem induzir a comunidade de catalogadores a adotá-las de imediato sem as devidas reflexões e reformulações, como se deu, desde o início, com os catálogos automatizados que imitavam os catálogos em ficha¹⁰. No entanto, não é função da automação, enquanto meio, resolver a consistência catalográfica, pois o problema está na estrutura das regras, insuficientes para regular de modo adequado os segmentos descritivos de registros bibliográficos representativos de certas publicações.

Aliás, a automação acabou por expor ainda mais certas incoerências catalográficas, como Yee (2000) percebeu nos formatos MARC 21. Numa espécie de improviso, o formato MARC de autoridade é adaptado para representar obras em certos casos. Segundo a autora, uma obra é,

[...] representada apenas na entrada principal de um registro bibliográfico, sem registro de autoridade de obra correspondente. Assim, quando os sistemas forçam os usuários a escolher entre uma busca de registros de autoridade e uma busca de registros bibliográficos, como sempre fazem, a representação da obra, realizada tanto pelos registros de autoridade quanto pelos registros bibliográficos em conjunto, é feita imperfeitamente não importa qual escolha o usuário faça. (YEE, 2000, p. 97, tradução nossa).

Isso é um exemplo de incoerência proveniente de nossas regras catalográficas que desestruturam fundamentalmente os registros bibliográficos de um catálogo ou de uma base de dados.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, que alguns dos avanços da catalogação ocorridos no passado foram esquecidos na ficha catalográfica, como aconteceu com a remissiva *ver e ver também*, cuja função é ignorada em muitos catálogos *on-line*.

A despeito das incoerências identificadas pela referida autora, a automação não deve ser usada como justificativa para abandonar os avanços catalográficos alcançados no âmbito dos catálogos em fichas ou em formato de livro. Sobre isso,

Malinconico [1980] admitiu que os princípios podem estar sujeitos a mudanças, mas negou categoricamente a capacidade da tecnologia de promover tal mudança. 'Os avanços tecnológicos não tiveram e não podem influenciar os princípios sobre os quais se baseia o controle bibliográfico.' (*apud* RIJK, 2002, p. 40, tradução nossa).

Dito de outro modo, “quando a teoria é rejeitada, não declarada e, portanto, não examinada, as suposições aparecem para preencher o vácuo.” (HAMPSHIRE *apud* JOLLEY, 1963, p. 48, tradução nossa). Por isso, não se pode prescindir dos estudos teóricos da Catalogação, porque reduzi-los sob o pressuposto de que a automação é suficiente para resolver a prática catalográfica não vai contribuir para a fundamentação dela, haja vista que a consistência e a coerência de tal prática são discutidas e tratadas adequadamente pela pesquisa, não pela instrumentalização ou pela automação.

Nesses termos, a pesquisa é válida para lembrar aos profissionais, professores e pesquisadores de Catalogação o quanto vale pensar o processo catalográfico racionalmente e com atitude crítica, do contrário estamos fadados a sermos reprodutores de práticas tradicionais aparentemente resolvidas.

Vale enfatizar que conhecer e resgatar os estudos de Lubetzky sobre os princípios norteadores de regras catalográficas à luz das condições e casos levantados por ele é premente, sobretudo para os currículos de Biblioteconomia, conforme indicou Fiuza (1985, p. 265). Dentre outras coisas, essa professora defendeu a ideia de que estudos como os de Lubetzky serviriam de coroamento às disciplinas catalográficas. Não se pode discordar dela, porque tais estudos, de fato, devem ser examinados nessas disciplinas como fundamento da Catalogação.

Assim, o resgate histórico dos estudos de Catalogação é válido para fortalecer uma prática cuja teoria está pouco evidente e, por vezes, é explicada através de suas regras, muitas das quais ainda desprovidas de fundamento lógico. Nesses termos, mais importante que discutir como empregar, decorar ou usar regras de catalogação como se fossem explicativas desse processo, é refletir sobre fundamentos, princípios e condições que permitem estruturar de modo consistente os registros bibliográficos, conforme fez Lubetzky. Por seus estudos, ele pôde constatar a necessária eliminação de certas regras determinadas por casuísticas infundadas, minuciosidades e detalhismos desnecessários, as quais tornavam o processo catalográfico enigmático até mesmo para os catalogadores, conforme veremos adiante.

A abordagem profunda, criativa e racional do estudioso, segundo Svenonius e McGarry (2001c, p. 76), deu à Catalogação um modelo perene para revisão de regras, esclarecendo o que se entende por teoria da área. Nesse âmbito, surge a questão de como dar conta de contextos informacionais e necessidades tão diferentes quanto às do tempo de Lubetzky e às do nosso tempo. Com efeito, o tempo dele não é o mesmo de nossos dias, porém partimos do pressuposto de que suas ideias excedem o seu tempo, porquanto seus escritos apontam

as condições de princípios norteadores das regras catalográficas como aspecto fundamental da Catalogação. Isso vale para qualquer contexto ou situação catalográfica, independente do espaço ou do tempo. Daí nos valem os seus estudos como ponto de apoio para esta pesquisa em Catalogação.

No mais, embora revisões às regras sejam inevitáveis de todo, entendemos que é possível reduzi-las substancialmente, caso a atitude propositiva desse estudioso articulada com a de outros estudiosos da Catalogação seja considerada de modo mais pleno na concepção de regras de catalogação que possibilitem a estruturação lógica de registros bibliográficos.

Assim, constata-se a existência de aspectos problemáticos na catalogação, que têm deteriorado tal prática, dentre os quais se coloca em evidência: instrumentos catalográficos como explicação basilar da prática catalográfica; inconsistência estrutural de regras dos códigos de catalogação; manuais e textos didáticos sobre aplicação de regras catalográficas adotados como literatura de Catalogação; ensino de catalogação pautado primordialmente pelos instrumentos catalográficos; pouca visibilidade dos estudos teóricos da Catalogação; e adoção de novidades tecnológicas em catalogação, sem as devidas reflexões teóricas quanto à consistência estrutural do registro bibliográfico.

Ante aos aspectos problemáticos expostos, sobretudo na pouca visibilidade de estudos que permitam compor, de modo mais satisfatório, um conjunto de fundamentos mais sólidos à prática catalográfica, de fato, é possível afirmar que Seymour Lubetzky foi um dos principais pensadores da Catalogação, em especial, das regras anglo-americanas, porquanto suas contribuições são citadas por muitos estudiosos. Porém, em parte, essas contribuições não foram efetivamente apropriadas pela área, porque os códigos de catalogação subsequentes ao que ele analisou não seguiram de todo suas recomendações, pois mantiveram casuísticas infundadas, minuciosidades e detalhismos desnecessários, dentre outras incongruências estruturais em regras catalográficas, conforme veremos adiante.

O dito anteriormente faz supor a existência de lacunas na construção teórica e aplicada da área, a despeito das contribuições relevantes feitas por ele. Daí, a questão central que permeia esta pesquisa é: De que modo a abordagem fundamental de Seymour Lubetzky sobre regras de catalogação e a constituição da entrada principal é válida para fundamentar a estrutura dos registros bibliográficos? No intuito de respondê-la, outras indagações precisam ser respondidas previamente: Quais são as ideias de Lubetzky sobre regras de catalogação, sobretudo no tocante à função de uma entrada principal nos registros bibliográficos? Em que ou a partir de que contexto histórico Lubetzky desenvolveu sua compreensão sobre o significado da entrada principal em catalogação? Como os problemas identificados por ele nas entradas dos catálogos da década de 1950 e 1960 foram enfrentados ou discutidos na Catalogação no decorrer dos anos para estruturar registros bibliográficos lógicos? Na atualidade, existem lacunas que ainda tornam inconsistentes registros bibliográficos que poderiam ser solucionadas pelas ideias de Lubetzky?

Para responder a tais questões, como premissa inicial, supomos que a compreensão de Seymour Lubetzky sobre o significado da entrada principal é válida para a fundamentação estrutural dos registros bibliográficos de catálogos e bases de dados de nossos dias. Nesse sentido, se os problemas identificados por Lubetzky em seus estudos foram compreendidos e resolvidos nas regras propostas a partir da década de 1960, então as atuais regras de catalogação são instrumentos que possibilitam um processo catalográfico produtor de registros bibliográficos lógicos; do contrário, se a compreensão desse estudioso se perdeu no tempo, com os modelos bibliográficos, por exemplo, então seus questionamentos permanecem em nossos dias.

Em sendo preterido, é possível que o pensamento desse teórico tenha se perdido, o que pode contribuir para aquilo que constatou Osborn (1956, p. 277, tradução nossa): “nota-se que toda a história da catalogação consiste em uma geração refazendo o trabalho de outra.” Contrariamente a isso, observar sua história é o primeiro passo a ser dado por uma área acostumada a repetir erros identificados no passado.

Resta-nos, por fim, expressar os motivos que justificam a pesquisa do ponto de vista da relevância, da viabilidade e da originalidade do tema, bem como as contribuições esperadas pela pesquisa. Quanto à relevância acadêmica e científica, conforme já temos sinalizado anteriormente, é possível verificar que a análise dos princípios firmadores que permitam estruturar registros bibliográficos consistentes é tema legítimo em Organização da Informação, sendo de interesse de uma comunidade extensa dentre os que lidam com sistemas de informação bibliográfica, e é mobilizadora das questões atuais da atividade catalográfica discutidas no âmbito dos modelos FR e da normativa RDA.

A efetivação da pesquisa é viabilizada pela extensa literatura que vem sendo produzida por estudiosos da Catalogação, como os escritos de e sobre Seymour Lubetzky (2001), a normativa RDA e os modelos bibliográficos. Predominam fontes bibliográficas e documentais produzidas fora do Brasil, e grande parte delas está disponível em bibliotecas, em bases de dados e no mercado editorial acessíveis física ou remotamente, conforme detalharemos mais adiante nos procedimentos metodológicos.

A partir dessa literatura, buscamos a originalidade da pesquisa conforme as delimitações assinaladas anteriormente, de maneira que, embora esse recorte temático não seja de todo inédito em Catalogação, a originalidade vai permanecer presente em outras dimensões, seja pelas fontes documentais utilizadas, pelos direcionamentos teóricos ou pelas conexões e análises estabelecidas.

Quanto a contribuições e resultados da pesquisa, espera-se que ela aponte caminhos sobre os quais a Catalogação possa trilhar no tocante à produção de registros bibliográficos consistentes em sua estrutura. Com isso, acreditamos ser esta pesquisa uma contribuição para que o processo catalográfico não seja visto apenas como transcrição mecânica padronizada e arrumada de atributos documentais em registro bibliográfico. Acima de tudo, que a catalogação seja vista como um processo de proporção maior compreensível por seus

conhecimentos técnicos e científicos robustos, os quais permitam questionar criticamente o que se representa em registro bibliográfico, de modo a dar-lhe consistência, independentemente das múltiplas condições em que uma obra publicada tenha sido criada ou intitulada.

Apresentados os problemas e as razões de ordem prática e teórica em Catalogação (instrumentos como explicação basilar do processo, a inconsistência presente em certas regras catalográficas, que se refletem na literatura, no ensino e na prática da catalogação e a necessidade de se fundamentar o processo catalográfico), as questões da pesquisa e as justificativas da pesquisa (relevância, exequibilidade, motivos, viabilidade, originalidade e contribuições da mesma), é possível propor os objetivos que se pretende alcançar neste estudo.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Diante do exposto, pode-se propor uma pesquisa que retome os princípios teóricos de Seymour Lubetzky, de modo a fazer uma análise contemporânea de suas ideias sobre os segmentos do registro bibliográfico relativos aos atributos descritivos que possibilitam representar a obra manifesta numa dada publicação, pelos quais é possível fundamentar a estrutura de tal registro. Desse modo, buscamos atingir aos objetivos geral e específicos enunciados a seguir. Como objetivo geral, busca-se:

- revisitar os estudos de Seymour Lubetzky sobre regras de catalogação pelos quais ele expôs sua compreensão do significado da entrada principal concebida da entidade obra, de modo a avaliar como tal entendimento é válido para a fundamentação estrutural de um registro bibliográfico de catálogos e base de dados em nossos dias.

Para alcançar tal desígnio, propomos os seguintes objetivos específicos:

- (1) contextualizar os momentos precedentes e concomitantes aos estudos de Lubetzky, com o fim de identificar o entendimento dos precursores e dos contemporâneos desse estudioso com respeito à função da entrada principal;
- (2) dispor as questões fundamentais das regras catalográficas que os estudos de Lubetzky revelaram no tocante à significação da entrada principal para o processo catalográfico, a fim de compreender suas ideias a respeito da consecução de uma entrada estruturada de modo fundamental;
- (3) investigar como o significado da entrada principal exposto por Lubetzky foi discutido em Catalogação no transcurso dos anos, para determinar como a função entrada em questão foi observada na fundamentação estrutural do registro bibliográfico;
- (4) avaliar estudos e modelos da Catalogação pelos quais o registro bibliográfico pode ser estruturado conforme Lubetzky, com o propósito de verificar como a compreensão do estudioso sobre entrada principal é válida para nossos dias.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO

Em função das características e dos objetivos do estudo, propomos uma pesquisa em abordagem qualitativa, que adota predominantemente a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como procedimentos metodológicos. Fundamenta-se, portanto, em análise crítica da literatura pertinente, identificada e descrita adiante, com o fim de fornecer sustentação teórica às unidades de análise e aos contextos do estudo.

A partir de Eco (2016), podemos depreender que a literatura sobre o tema em questão pode ser agrupada em fontes de primeira e de segunda mão: as primeiras dizem respeito aos textos escritos pelo próprio Lubetzky e os instrumentos normativos de catalogação publicados no transcurso dos anos, documentos de interesse direto na pesquisa; por sua parte, as fontes de segunda mão compreendem os escritos sobre Lubetzky e os textos que discutem as regras catalográficas nos aspectos referentes à fundamentação estrutural dos registros bibliográficos, ou seja, a literatura crítica dos temas centrais e subsidiários da pesquisa. Em quaisquer dos grupos, a escolha das fontes leva em consideração a identificação delas com os temas da pesquisa, onde são encontradas, se estão acessíveis, se são manuseáveis e se são compreensíveis.

Tendo isso em conta, no primeiro grupo, identificamos os textos de Lubetzky (2001) sobre Catalogação, compilados por Svenonius e McGarry, e os instrumentos normativos da catalogação anglo-americana. No âmbito desse grupo, vale acrescentar ainda que observamos eventualmente outros textos preteridos pelas compiladoras. No mais, a busca, a acessibilidade e o manuseio dessas e de outras fontes de primeira mão seguem os mesmos passos que vamos detalhar mais adiante nas fontes de segunda mão.

A propósito, o desafio de identificação e de escolha das fontes de segunda mão mostrou-se mais complexo devido ao seu volume e sua multiplicidade comparativamente às fontes de primeira mão que citamos anteriormente, pois compreendem abordagens variadas quanto a língua e a tipologia: obras de referências, livros, artigos de periódicos científicos (inclusive os de revisão), teses, dissertações, periódicos e outras fontes disponíveis, acessíveis em banco de dados e em biblioteca.

Para a busca e identificação de fontes em base de dados, efetivamos um exame exploratório sobre os temas centrais da pesquisa – como Seymour Lubetzky, catalogação, regras de catalogação e registro bibliográfico – em: base de dados com abrangência internacional, como *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA)¹¹, *Library and Information Science Abstracts* (LISA)¹², *Library Literature Information Science* (LLIS)¹³, *Library, Information*

¹¹ ISTA: <https://www.ebsco.com/products/research-databases/information-science-technology-abstracts>.

¹² LISA: <https://www.proquest.com/products-services/lisa-set-c.html>.

¹³ LLIS: <https://www.ebsco.com/products/research-databases/library-literature-information-science-full-text>.

Science & Technology Abstracts (LISTA)¹⁴, Portal de Periódicos da CAPES¹⁵, *Scopus*¹⁶ e *Web of Sciences*¹⁷; base de dados com abrangência nacional ou regional, como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)¹⁸ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁹ do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Para além dessas bases de dados, a *Internet Archive*²⁰, biblioteca digital sem fins lucrativos, a *HathiTrust Digital Library*²¹ e o *Google Livros* se mostraram mais efetivas para a identificação e aquisição de publicações relevantes a essa pesquisa.

Essas bibliotecas digitais disponibilizam gratuitamente para *download* ou para empréstimo milhares de fontes bibliográficas sobre diversos assuntos (muitas delas fora do prelo), dentre as quais identificamos vários livros e periódicos sobre catalogação que utilizamos no desenvolvimento histórico da pesquisa. Quando necessário, consideramos estabelecer limites de tempo ou tipologia documental, de acordo com o que cada base possibilita, com o fim de refinarmos os resultados quando os mesmos avolumassem.

Outra prática que se mostrou frutífera foi observar as referências de uma ou outra fonte documental, isto é, as citações e referências dadas pelos autores nas próprias fontes bibliográficas obtidas nas bases de dados e nas bibliotecas. Por elas, foi possível identificar mais fontes de primeira e segunda mãos relacionadas com o nosso estudo, de modo que, uma vez acessadas, pudemos aprofundar ainda mais a abordagem dos temas centrais em estudo. Desse modo, a título de exemplificação, além da coletânea citada anteriormente, pudemos identificar fontes documentais diretamente relacionadas com Seymour Lubetzky, como: escritos de um simpósio sobre seus pensamentos (CONNELL; MAXWELL, 2000), o relato de um estudante que o teve como professor (CARPENTER, 1998) e um estudo do pensamento desse estudioso (LEE, 2015).

Em bibliotecas, em especial as localizadas em universidades brasileiras, priorizamos a busca de fontes documentais naquelas com acervo significativo de Catalogação, recorrendo aos seus catálogos *on-line* à procura de livros existentes em suas coleções, e, naquelas acessíveis presencialmente, percorremos os corredores entre as estantes agrupadoras dos temas da pesquisa, escrutinando cada fonte nelas, de modo a preencher os meandros temáticos prescindidos dos catálogos da biblioteca. Naquelas em que não pudemos adentrar presencialmente, acessamos as fontes documentais de interesse à pesquisa pelos serviços

¹⁴ LISTA: <https://www.ebsco.com/products/research-databases/library-information-science-and-technology-abstracts>.

¹⁵ CAPES é Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cujo portal de periódicos é acessível em <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

¹⁶ *Scopus*: <https://www.scopus.com/>.

¹⁷ *Web of Science*: <https://login.webofknowledge.com>.

¹⁸ BRAPCI: <http://www.brapci.inf.br/>.

¹⁹ BDTD: <http://bdttd.ibict.br/>.

²⁰ *Internet Archive*: <https://archive.org/>.

²¹ *HathiTrust Digital Library*: <https://www.hathitrust.org/>.

bibliográficos – como intercâmbio de publicações e comutação bibliográfica – disponibilizados pelas bibliotecas que frequentamos.

Além de bibliotecas e de base de dados, algumas fontes foram identificadas e obtidas oportunamente: durante nossa trajetória acadêmico-profissional; explorando livrarias, especialmente as que apresentam catálogos de venda *on-line*; por indicação ou sugestão de profissionais e de pesquisadores de Catalogação, com os quais fizemos interlocuções ao longo dos estudos de pós-graduação. Dessa forma, entendemos que as condições necessárias à realização da pesquisa foram delineadas, sendo o tema ora proposto de nosso interesse e que a metodologia da pesquisa é exequível, pois as fontes documentais são acessíveis, manuseáveis e compreensíveis pelo pesquisador.

Desse percurso (por base de dados, por bibliotecas e por situações oportunas), identificamos e encontramos as fontes documentais com as quais realizamos a revisão de literatura, da qual definimos o referencial teórico empregado nesta pesquisa. Daí, foi possível traçar o direcionamento deste trabalho através da sistematização de um roteiro planejado com a estrutura sumarizadora da pesquisa em questão, o qual está disposto no Quadro 1 da página seguinte, que considera o título, a estrutura textual, os objetivos da pesquisa e o desenvolvimento capitular do estudo.

No quadro em questão, vale considerar que a ordenação e o desenvolvimento capitular da pesquisa foram adaptados das eras históricas da catalogação dispostas por Eugene Hanson e Jay Daily (1970): Era dos Inventários, Era das Listas de Busca e Era dos Debates e do Escrutínio de Regras Catalográficas, os quais detalhamos mais adiante. Ante a essa cronologia, pelo roteiro planejado e dentro do escopo das fontes examinadas, podemos, então, resumir o modo em que o texto está organizado, discriminando as principais fontes documentais utilizadas em cada capítulo do desenvolvimento textual.

No capítulo introdutório, apresentamos uma exposição geral do tema, a justificativa, o problema e o objetivo da pesquisa, a fim de contextualizar o tema pesquisado no âmbito da Ciência da Informação, mais especificamente na Organização e Tratamento da Informação de abordagem bibliográfica, especialmente nos estudos da Biblioteconomia. Nesta etapa, citamos alguns estudos sobre o tema em questão. Outrossim, apresentamos os procedimentos metodológicos, traçando o desenvolvimento da pesquisa e descrevendo o modo como o referencial teórico foi identificado e escolhido.

No capítulo 2, apresentamos algumas definições e conceitos catalográficos, a fim de ponderar certas compreensões catalográficas em torno de conceitos sobre registros bibliográficos e as regras de catalogação que os estruturam, inclusive o entendimento do método e princípio catalográficos que as regem. Para tanto, valemo-nos de obras de referências da Linguística, da Catalogação e da Filosofia.

Quadro 1 – Roteiro planejado da pesquisa

título	<ul style="list-style-type: none"> Fundamentos estruturais para o registro bibliográfico a partir da compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal.
introdução	<p>1 INTRODUÇÃO Realiza-se a exposição introdutória ao tema, de modo a contextualizar e delimitar os temas da pesquisa, inclusive a apresentação do problema, da justificativa, dos objetivos, dos procedimentos metodológicos e do referencial teórico da pesquisa.</p>
desenvolvimento	<p>2 DEFINIÇÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS EM CATALOGAÇÃO Apresenta-se definições e conceitos fundamentais relacionados com a pesquisa;</p>
	<p>3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO RELATÓRIO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE REGRAS CATALOGRÁFICAS Faz-se uma revisão de literatura que busca contextualizar os momentos anteriores ao Relatório de Lubetzky sobre regras de catalogação, de modo a apontar as questões pertinentes em Catalogação dos antecessores de Lubetzky em vista de uma catalogação produtora de entradas consistentes.</p>
	<p>4 ANÁLISE E REPERCUSSÃO DO RELATÓRIO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE REGRAS DE CATALOGAÇÃO Efetiva-se uma revisão de literatura que examina o estudo analítico que o estudioso fez no Código da ALA de 1949 e os estudos e os debates em torno do pensamento de Seymour Lubetzky sobre princípios de regras de catalogação, pelos quais ele defendeu sua compreensão do significado da entrada principal</p>
	<p>5 A ENTRADA PRINCIPAL NAS REGRAS DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANA APÓS A CONFERÊNCIA DE PARIS Investiga-se como o significado da entrada principal exposto por Lubetzky foi discutido em Catalogação após a Conferência de Paris, para determinar como tal entrada foi tratada para fundamentar a estrutura do registro bibliográfico, sobretudo nas edições do AACR, na ISBD e no formato MARC bibliográfico.</p>
<p>6 O REGISTRO BIBLIOGRÁFICO REPRESENTATIVO DA OBRA MANIFESTA NUMA PUBLICAÇÃO Avalia-se estudos e modelos da Catalogação pelos quais o registro bibliográfico pode ser estruturado à luz de Lubetzky sobre entrada principal, com o propósito de verificar se a compreensão do estudioso é válida para nossos dias.</p>	
conclusão	<p>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS Conjuga-se um ou mais destes tipos de conclusão: referência ao título, reafirmando o assunto da pesquisa; sínteses do desenvolvimento, destacando as contribuições mais relevantes para a Catalogação que a pesquisa identificou; retomada das questões ou dos objetivos da introdução; e, oportunamente, sugestão de estudos futuros.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nota: o número entre parêntesis remete ao objetivo específico correspondente listado na seção de objetivos, contudo isso deve ser entendido sobriamente, porque não há a intenção de marcar limites tão rígidos.

No capítulo 3, realizamos uma revisão de literatura que contextualiza os momentos anteriores aos estudos de Seymour Lubetzky, da Antiguidade até o início da década de 1950, observando a disposição sugerida por Hanson e Daily (1970). Além desses autores, para essas eras, consideramos as contribuições de Charles Cutter (1876; 1889; 1891; 1904), Dorothy Norris (1939), Ruth Strout (1956), Virgil Blake (2002) e outros autores e fontes documentais (principalmente códigos de catalogação deste período), que em menor ou maior grau, apresentam pormenores não detalhados ou citados por Hanson e Daily (1970). Desse modo, é possível ter uma visão histórica de como regras de catalogação foram constituídas nos períodos em questão.

O capítulo 4 trata do período da reavaliação crítica, que compreende o contexto catalográfico das décadas de 1940, de 1950 e do início da década de 1960. Nele, discorreremos sobre: os estudos de Lubetzky na década de 1950; a discussão sobre conceitos e princípios da Catalogação frente ao seu relatório; o exame, as repercussões e os debates em torno dos estudos de Lubetzky surgidos após a divulgação de seu relatório, em 1953, os quais serviram para nortear e determinar os debates catalográficos ocorridos na Conferência de Paris de 1961.

Para tanto, valemo-nos dos textos de Andrew Osborn (1941) e de Kathryn Henderson (1976), os quais expressam o sentimento dos profissionais da década de 1940, limiar aos estudos de Lubetzky, e dos códigos de catalogação publicados neste período (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1941; 1949; THE LIBRARY OF CONGRESS, 1949). Vale enfatizar que o entendimento dos estudos de Lubetzky foi feito por intermédio de seus próprios textos (LUBETZKY, 2001), pois daí identificamos os princípios que ele empregou em Catalogação para dar sentido à entrada principal.

Compreendidas as ideias de Lubetzky, foi possível correlacioná-las com as de outros estudiosos de seu tempo, por isso examinamos textos que discutiram as ideias de Lubetzky, os quais foram apresentados: em periódicos de Biblioteconomia, publicados entre 1953 e 1961; em eventos sobre Catalogação, sobretudo a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris, no ano de 1961 (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963). Dessas análises, foi possível compreender o contexto catalográfico no qual Lubetzky empreendeu seus estudos e seu entendimento sobre a entrada principal.

Para o capítulo 5, do interstício dos anos de 1962 a 1997 (período da execução e consolidação), buscamos apurar o modo como as ideias de Lubetzky repercutiram após a Conferência de Paris e se fizeram presentes em regras e textos de Catalogação. Vale enfatizar que o próprio Lubetzky foi testemunha dessa trajetória histórica até o estabelecimento dos FRBR no final do século XX, pois esse teórico produziu texto sobre Catalogação até o ano 2000 – *The Vicissitudes of Ideology and Technology in Anglo-American Cataloging Since Panizzi and a Prospective Reformation of the Catalog for the Next Century* (LUBETZKY, 2001, p. 419-429). Por esse percurso, entendemos ser possível verificar o quanto as ideias de Lubetzky foram trabalhadas, apropriadas ou rejeitadas no estabelecimento de regras de catalogação, especialmente pelos instrumentos de catalogação do contexto anglo-americano – o formato MARC, as ISBD e as edições do AACR com suas revisões. Destaca-se nesse cenário, a proposta de Hamdy (1973) em favor de uma catalogação pela entrada unitária sob título, a qual não observa a função de uma entrada principal sob autor e título.

Por sua vez, expomos no capítulo estudos e modelos da Catalogação pelos quais o registro bibliográfico pode ser estruturado, sobretudo os FRBR e a normativa RDA. Boa parte deles considera em grande medida a função da entrada principal proposta por Lubetzky. Há alternativas que não passam pela combinação em pontos de acesso à obra do nome de autor

e do título dela, de sorte que é possível evitar a complexidade da determinação de uma autoria principal nos pontos de acesso representativo da obra. Desses estudos e das análises realizadas nos capítulos anteriores, é possível verificar se o aspecto fundamental que o estudioso deu sobre a função de uma entrada principal permanece válido para a prática catalográfica de nossos dias.

Finalmente, no capítulo 7, concluímos, resumindo e destacando as contribuições mais relevantes que a pesquisa identificou, seja por: referência ao título, reafirmação do assunto da pesquisa; síntese do desenvolvimento; retorno às questões ou aos objetivos da introdução; e, oportunamente, sugestão de estudos futuros.

2 DEFINIÇÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS EM CATALOGAÇÃO

Antes de prosseguir ao cerne da pesquisa, é necessário definir e ponderar certos conceitos fundamentais em Catalogação que permeiam o estudo. Embora algumas definições tenham sido abordadas na parte introdutória, nesta seção cumpre discorrer detidamente sobre a compreensão e a extensão dos conceitos envolvidos no papel representativo do registro bibliográfico e as regras de catalogação que lhe dão feitiço, incluindo a compreensão de métodos e princípios incidentes sobre o registro bibliográfico.

2.1 A COMPREENSÃO DE UM REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

No âmbito do registro bibliográfico, temos dito ser este termo equivalente a “entrada”, tendo em conta que isso é sustentado pela literatura pertinente, pois tal termo deve ser compreendido como “um registro único no catálogo de biblioteca que representa um item contido em sua coleção”, correspondente ao registro em base de dados bibliográfica representativo de um dado ente bibliográfico, podendo se referir a uma referência de bibliografia (REITZ, 2017).

Ressalva-se, no entanto, que “entrada” e “ficha catalográfica”, outro modo de designar o registro bibliográfico, são termos mais usuais na catalogação manual, de sorte que o emprego do termo “registro bibliográfico” é mais apropriado aparentemente na catalogação feita pelo computador, segundo López Yepes (2004, p. 117).

Independente disso, registros são as unidades principais de trabalho em catálogos ou base de dados, ou seja, “as coisas que representamos em uma base de dados denominam-se *entidades* e suas representações denominam-se *registros*.” (ABADAL; CODINA, 2005, p. 22, tradução nossa). Em base de dados documentária, os registros representam entidades, isoladas ou combinadas, como: documento, autoria, assunto, título etc., e cada tipo de entidade necessita de um tipo de registro. Quando se elabora a base de dados, precisamos considerar os tipos de entidades bibliográficas relevantes à representação (ABADAL; CODINA, 2005, p. 23).

Nesse sentido, reafirma-se que o registro bibliográfico é fonte potencial de informação para usuários de sistemas de informação documentária, pelo qual eles identificam documentos ou publicações de seu interesse representados em registro. Outrossim, enfatiza-se o entendimento de ser o documento, antes de tudo, informação fixada em suporte que objetiva o conhecimento, compreensão desenvolvida a partir dos estudos de autores da Documentação como Meyriat (1981), López Yepes (1997), Martínez Comeche (1996), Moreiro González (1998), Rendón Rojas (2005), dentre outros.

Por sua vez, publicação ou obra publicada designa o documento publicado em múltiplos exemplares para ser difundido (MARTÍNEZ DE SOUSA, 2004, p. 764). Ou ainda “cada um dos exemplares que se edita nos Meios de Comunicação, tanto de caráter unitário, como os livros, como as [publicações] que aparecem periodicamente, periódicos e revistas. Também os diferentes conteúdos escritos, sonoros, iconográficos etc., editados sem periodicidade.” (LÓPEZ YEPES, 2004, p. 353, tradução nossa). Nesse sentido, publicação e documentos são termos com sentidos convergentes, por isso utilizamo-los como correlatos.

Além de representar as publicações, temos assinalado que o termo “entrada” também foi empregado para designar a determinação do cabeçalho da própria entrada (HARROD, 1977, p. 306). Daí, é mais adequado dar tal designação por intermédio da expressão “entrada sob”, conforme indicam Massa de Gil, Beatriz, Goy e Trautman (1973, p. 17), ao que acrescentamos também a expressão “entrada por” com o sentido de “entrada por intermédio de”. Assim, pelo texto, a dualidade de sentido da entrada – o próprio registro ou o cabeçalho do registro – será distinguido pelo acréscimo da partícula “sob” ou “por”.

Nesse âmbito, conforme já mencionado, cabeçalho que figura na parte superior da entrada assentada em ficha catalográfica é termo correspondente a ponto de acesso de um registro bibliográfico do catálogo *on-line*. Nesse aspecto, pontos de acesso ou cabeçalhos são compreendidos como um ou mais termos representativos de uma entidade bibliográfica presente em um documento, pelos quais este é identificado num catálogo ou base de dados.

Pontos de acesso também servem para ordenar os registros no catálogo para fins de recuperação de documentos, “[...] já que atuam como elementos de indexação da informação armazenada.” (LÓPEZ YEPES, 2004, p. 361, tradução nossa). Para além do que foi dito, vale acrescentar que um cabeçalho pode ser composto por dois ou mais segmentos: o primeiro é denominado de cabeçalho principal; os subsequentes, de subcabeçalhos, os quais servem para delimitar o segmento antecedente.

Em sendo representativos de elementos de entidade bibliográfica, o cabeçalho pode ser designativo de autoria, de assunto, de título, dentre outros meios pelos quais o usuário pode procurar uma dada publicação. Aliás, as entradas são tipificadas diversamente e isso passa frequentemente por seus cabeçalhos, de acordo com o propósito para o qual elas se prestam dentro da catalogação: principal, secundária, analítica, de forma, de autoridade, de assunto, de título etc.

Seria contraproducente discorrer sobre cada uma dessas tipologias, de sorte que uma ou outra será explicada pelo texto quando for necessário. Por ora, no entanto, cumpre compreender o significado dos termos “entrada principal” e “entrada secundária” em catalogação, pois Lubetzky desenvolveu seu entendimento na estruturação fundamental das entradas catalográficas por eles.

Assim como o termo do qual deriva, entrada principal carrega duplo sentido, indicam certas obras de referência da Biblioteconomia (MASSA DE GIL; GOY; TRAUTMAN, 1973, p. 19; HARROD, 1977, p. 524; CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 151; MARTÍNEZ DE SOUSA, 2004, p. 68; LÓPEZ YEPES, 2004, p. 116; REITZ, 2017). Assim, conforme já assinalado, o primeiro sentido de entrada principal denota ser aquela que apresenta as informações bibliográficas completas representativas de um documento que permitem identificá-lo singularmente e da qual, a depender das circunstâncias, é possível criar uma ou mais entradas secundárias a partir dos cabeçalhos inscritos na própria entrada principal após a descrição bibliográfica.

O segundo sentido de entrada principal, no bojo da definição de Harrod (1977, p. 306), denota o modo de estabelecer o seu cabeçalho, tendo em conta que “[...] a maioria dos bibliotecários está se referindo ao cabeçalho da entrada principal quando dizem ‘entrada principal’.” (CONNERS, 2008, p. 86, tradução nossa). Como se nota, nenhuma das definições apresentadas vai além desses sentidos, de maneira que parecem ignorar a função da entrada principal exposta por Lubetzky em seus estudos, da qual se trata mais adiante.

Essa dualidade terminológica e o duplo sentido de uma entrada principal além das definições expostas foram ignoradas, exploradas ou incompreendidas por alguns autores para justificar a retirada do cabeçalho principal de registros bibliográficos e, assim, defender seu entendimento de que se quer “pontos de acesso” no catálogo; não “entradas” (BIERBAUM, 1994, p. 81). Dessa maneira, há incompreensão do valor pleno da entrada principal, uma vez que ela é vista simplesmente como “uma ficha no catálogo [o registro bibliográfico em si]; ou uma linha acima da descrição, servindo como um ponto de acesso.” (BIERBAUM, 1994, p. 82, tradução nossa).

Dentre todas as entidades bibliográficas identificadas num documento a ser catalogado, em geral, uma delas é escolhida para servir de cabeçalho ou ponto de acesso à entrada principal, de maneira que as demais são relegadas a um plano “secundário”, embora isso não diminua a sua importância enquanto ponto de acesso à publicação representada no registro. Nesse plano, a entrada secundária pode ser definida como “qualquer outra que não seja a principal.” (MASSA DE GIL; GOY; TRAUTMAN, 1973, p. 19, tradução nossa) ou a entrada resultante de cabeçalho distinto do principal (MARTÍNEZ DE SOUSA, 2004, p. 68). Para além disso, qualquer informação contida num registro bibliográfico pode ser utilizada para elaborar pontos de acesso secundários, de maneira que,

Um registro pode ter vários pontos de acesso secundários, dependendo das informações contidas no documento e do nível de descrição [detalhada ou não] que foi usado. O critério para estabelecê-los é a capacidade de fornecer determinada informação para recuperar o documento através dela. (LÓPEZ YEPES, 2004, p. 362, tradução nossa).

Em geral, o autor principal e o título ou, às vezes, só o título são os elementos escolhidos para figurar no cabeçalho da entrada principal, o qual é sucedido pela descrição bibliográfica. Tal composição é útil, por exemplo, para compor entradas únicas de bibliografias e catálogos coletivos e para elaborar o número de livro para fins de ordenação de publicações nas estantes, segundo Massonneau (1971, p. 502-503).

Além disso, a junção autor e título é válida para a composição de “[...] listas padronizadas das obras de um autor e as necessidades do mundo do livro, tradições de citação [em textos] e troca internacional de dados bibliográficos, que exigem a ordem padrão de ‘Sobrenome, nome próprio’ em forma plena para cabeçalhos pessoais.” (FATTAHI, 1997, p. 19, tradução nossa). Esse aspecto da citação foi defendido por Carpenter, para quem a “[...] ordem de citação usual [em texto] determina um arranjo nesta ordem: autor (se houver), obra (nome da obra, como seu título) e edição.”, e essa ordem é usada nos registros bibliográficos “[...] como elemento de ordenamento, se não por outra razão do que o fato de ela refletir nossa ordem de citação habitual.” (CARPENTER, 1989, p. 78, tradução nossa). Nas palavras de Delsey (*apud* WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 370, tradução nossa),

[...] admite-se em geral que o cabeçalho da entrada principal, combinado com o título uniforme (se aplicável) ou com o título principal para o item que se descreve, constituem a forma padrão de citação para a ‘obra’. Uma segunda suposição é que dois itens com o mesmo cabeçalho de entrada principal e título uniforme (ou título principal) são formas de realização da ‘mesma obra’.

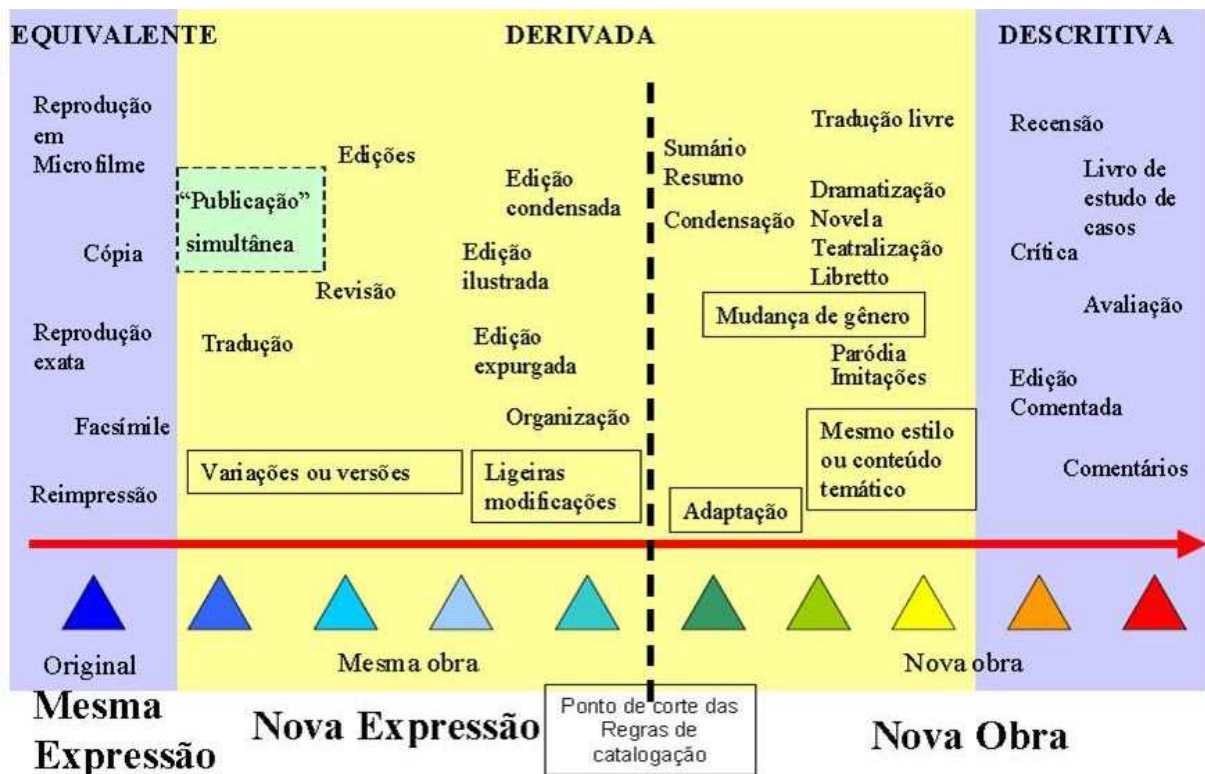
Para além dessas utilidades, a composição autor-título de um cabeçalho da entrada principal em si encerra uma representação variável, uma vez que não designa unicamente uma entidade da catalogação. Lubetzky, porém, valeu-se disso para dar uma função própria para o cabeçalho da entrada principal que levou em conta a noção de obra, ou seja, de unidade literária que paira nas publicações representadas nas entradas catalográficas, conforme se detalha adiante.

Por ora, vale compreender que unidade literária é um termo introduzido por Julia Pettee pelo qual ela declarou: “o livro à mão não é considerado como um item único, mas como representante de uma unidade literária.” (1936, p. 270, tradução nossa). Mais tarde, Verona (1959) fez um contraponto a essa unidade ao propor o termo “unidade bibliográfica”, o qual é compreendido como o livro específico, seja edição ou tradução de uma dada obra.

Assim, temos a compreensão que “unidade bibliográfica” corresponde a um documento específico e unidade literária corresponde a uma “obra” específica manifestada num documento. Esta última é entendida como entidade bibliográfica abstrata, fruto da criação intelectual ou artística diferenciada de um ou mais indivíduos, cuja essência permanece e é observável especialmente nos casos de obra prolífica, isto é, a que gera profusão de reproduções, de expressões (edições, versões, revisões, traduções e outras) e, inclusive, novas obras.

A descendência da obra materializa-se em documentos de diversos tipos e formatos nos quais a essência da obra original pode ou não ser mantida. Ao explicar os FRBR, tal prolificidade foi sistematizada por Tillett (2003) e está exposta na Figura 2.

Figura 2 – Família das obras



Fonte: Tillett (2003).

A figura em questão revela que a entidade bibliográfica “expressão”, meio de realização da obra operando em nível abstrato, desempenha um papel primordial no estabelecimento dos agrupamentos de relacionamentos bibliográficos, pois é ela que determina a manutenção ou a alteração dos conteúdos da obra original. Nesse contexto, a realização é posta em sentido etimológico e torna alguma coisa real, ou seja, a obra não é real até ser notada como expressão (MAXWELL, 2008, p. 27).

Nessa direção, as relações bibliográficas estão assim compreendidas: o primeiro agrupamento refere-se à **relação equivalente**, na qual a expressão permanece inalterada: “[...] partilham dos mesmos conteúdos intelectuais ou artísticos, percebidos através do mesmo modo de expressão.” (TILLET, 2003, p. 4, tradução nossa).

Mudanças ou variações da expressão, inclusive novas expressões da mesma obra, levam-nos ao segundo agrupamento dos relacionamentos bibliográficos de conteúdo, **relação derivativa** ou **horizontal**. A depender da mudança ou variação da expressão, no relacionamento em questão ocorre o ponto de corte em que se determina a existência de uma nova

obra. Desse modo, a relação derivativa é composta por dois subagrupamentos: novas expressões de uma dada obra, como tradução, revisão, edição etc.; e novas obras, como adaptação, condensação, dramatização etc. da obra original.

O terceiro agrupamento dos relacionamentos bibliográficos de conteúdo consiste em **relação descritiva** ou **referencial** em nova obra, a qual inclui avaliação, crítica, comentários, revisões, edições anotadas, relativos a uma obra. Na Figura 2, “em direção à extrema direita desse *continuum* encontram-se relacionamentos ‘descritivos’ que envolvem novas obras descrevendo algumas obras originais.” (TILLET, 2003, p. 4). O agrupamento em questão não é consensual entre catalogadores, reconheceu a própria Tillett (2001), mas ela achou plausível mantê-lo assim. De nossa parte, consideramos a relação descritiva como conteúdo retrabalhado e reconstruído conforme entendimento de um avaliador, crítico, comentarista ou alguma função similar a estes. Por isso, depreendemos que diferenciar relacionamento descritivo não traz avanços significativos para a prática catalográfica, embora possa ser proveitoso compreender o seu significado.

No âmbito da Família das Obras, Smiraglia (2005) tratou cada membro da descendência como o instante da obra, ou seja, a instanciamento de uma obra ocorre quando ela é realizada num ponto específico de tempo e se manifesta em suporte documental, ou seja, envolve materialização. Nesse sentido, a noção de instanciamento (*Instantiation*) do latim *instantia*, é termo correlato a: instante (*instant*), instância (*Instance*), instanciar (*Instantiate*). Em português, “instanciamento” designa ato ou efeito de fornecer instância concreta de algo (PRIBERAM, 2013) e essa “instância” designa a qualidade do que é instante, no sentido de ocorrência (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 418). Daí, vale empregar, por exemplo, o termo instanciamento documental para nos referir à materialização da obra em documentos.

Levando em conta esse entendimento, Smiraglia (2001; 2004) aprofundou a análise da relação derivativa dos relacionamentos bibliográficos de conteúdo exposta por Tillett, propondo duas divisões para abordá-la: derivação propriamente dita e mutação.

Na **derivação propriamente dita**, Smiraglia (2001, p. 199) considerou que o conteúdo ideacional e semântico das instâncias documentais de uma obra permanece inalterado ou apresenta pouca alteração, sem descaracterizá-la. É o caso de: edição simultânea, instanciamento publicada simultaneamente em duas edições em lugares diferentes; edição sucessiva e novas edições revistas ou atualizadas; edição ampliada, instanciamento em que o texto original é ampliado por ilustrações, por críticas ou por concordâncias; e extrato, instanciamento publicada em forma de resumo ou de condensação.

Na **mutação**, o conteúdo ideacional e semântico é alterado substancialmente mediante processos de: tradução, em que a obra original expressa num idioma é transmitida para outro contexto idiomático; adaptação, em que a obra original é modificada para fins de simplificação, de roteirização, de rearranjo musical, de releitura, etc.; e, *performances*, instanciamento na qual a obra original é encenada, executada ou declamada (SMIRAGLIA, 2001, p. 199-200).

Como se nota, a complexidade por trás da descendência de uma dada obra é real e relevante para quem a busca, por isso os relacionamentos equivalentes e derivativos de uma obra precisam ser evidenciados nos registros de um catálogo ou de uma base de dados bibliográficos. Dito de outra maneira, importa considerar a estruturação consistente do que se representa e se assenta em um registro bibliográfico regulada por algum conjunto de regras catalográficas, elaboradas metodicamente e apoiadas em princípios fundamentais. Nesses termos, tem-se em conta três componentes do processo catalográfico: regra, método e princípio.

Em termos racionais, faz mais sentido iniciar a constituição de regras catalográficas por um ou mais princípios empregados metodicamente para elaborá-las. Também é razoável supor a existência de um fluxo contínuo entre esses componentes, pelo qual eles cooperam e se sustentam mutuamente, de sorte que a retirada ou insuficiência de um deles desestrutura a catalogação e, por conseguinte, a elaboração de registros bibliográficos consistentes.

No entanto, ao se observar a história da catalogação, de fato, verifica-se ser a regra o componente prevalente do trio, porque ele ficou mais evidente do que os outros até meados do século XIX, quando método e princípio, outrora ocultos sob as regras, começaram a ter mais visibilidade nas discussões sobre o processo catalográfico. Antes desse momento, segundo Pettee (1936, p. 272), a concepção das regras catalográficas foi baseada, não na teoria, mas na prática catalográfica.

Porém, com o desenvolvimento da catalogação cooperativa nos Estados Unidos capitaneada pela LC com seu serviço de distribuição de fichas catalográficas, tentativas foram feitas para equiparar as práticas de diferentes bibliotecas americanas a partir da formulação de regras gerais aplicáveis a todas elas. No entanto, tais tentativas foram infrutíferas para constituir uma prática catalográfica metódica e consistente, uma vez que a catalogação da primeira metade do século XX se mostrou carente de princípios e métodos catalográficos sólidos, porque constituiu regras *ad hoc* definidas de casos específicos anteriores, em vez de princípios gerais aplicáveis por senso comum.

Isso será detalhado mais adiante, por ora importa dizer que, ante as incoerências advindas de regras *ad hoc*, a comunidade catalográfica começou a perceber a necessidade de se constituir métodos e princípios fundamentais para tal prática. Ante a isso, para fins da exposição a seguir, é cabível valer-se da prevalência histórica tratando os componentes nesta ordem inversa: regra, método e princípio.

2.2 REGRAS DE CATALOGAÇÃO

No âmbito do primeiro componente sustentador, constata-se na catalogação a intitulação diversa das regras – padrão, regra, norma, código, esquema, manual, dentre outras intitulações – indicando, de modo geral, correlações que ao mesmo tempo denotam algum propósito ao qual elas se prestam. Veja-se que “padrão” pode servir de modelo para a

constituição de uma “regra”, e mesmo uma regra pode servir como padrão, embora, em termos etimológicos, tais termos sejam distintos, pois padrão é um modelo ou exemplo que serve de referência a algo (CUNHA, 2010, p. 468); por sua vez, a regra regula, dirige, rege ou governa, sem a qual alguma coisa se torna irregular (CUNHA, 2010, p. 553-554).

Por isso, embora correlatos, manter tal distinção é razoável, porque a regra catalográfica é um dispositivo de controle que regula o assentamento dos atributos documentais em registros de catálogos ou de base de dados, sem ser um padrão necessariamente. O aspecto regulatório das regras é tratado por autores como García Gutiérrez (1984), para quem as atividades movidas por impulsos sistemáticos e regulares necessitam de normalização, pois isso é fator imprescindível e condicionante à comunicação que se busca estabelecer nas atividades documentárias.

Desse modo, ao se constituir uma regra, temos a norma, ou seja, foi estabelecida uma normalidade pelo sentido construído do texto da regra. Em termos bibliográficos, Cunha e Cavalcanti (2008) sinalizam ser a norma resultante de esforço de normalização particular, que frequentemente toma a forma de um documento contendo um conjunto de condições ou de preceitos a serem cumpridos, do qual se pode constituir outras normas, códigos, padronizações, regulamentos etc. No tocante à catalogação, regras estabelecem o que é normal no processo dentro de um contexto documentário, donde, vale acentuar: o que é normal em um contexto pode não ser em outro. De mais a mais, é possível constatar que a norma e a regra têm definições correlatas, em razão de as regras apresentarem características similares às que indicam os autores mencionados, por isso a indistinção entre elas não causa problemas fundamentais a esta pesquisa, daí elas serem tratadas como correspondentes.

Por vezes, norma é referida como um conjunto de preceitos destinado a determinar, recomendar ou fixar os atributos documentais que devem ou não ser usados em catalogação. Esse direcionamento corresponde ao entendimento do termo “código”, o qual, em sentido mais amplo, é originário de *códice*, coleção ou conjunto de leis, regras ou preceitos (CUNHA, 2010, p. 159). Em outro uso linguístico, o *códice* é proveniente do latim *cōdex*, cujo sentido remete às tabuinhas de madeira com capa de cera usadas pelos gregos para escrever; outrossim, designa o formato chato e quadrado dos livros manuscritos em pergaminho, tal qual se vê hoje nos livros impressos, cujas “[...] folhas podiam ser agrupadas uma dentro das outras para formar cadernos [...]” (MILLARES CARLO, 1971, p. 30, tradução nossa). Em termos bibliográficos, código é um modo de designar ou denominar um conjunto de regras catalográficas aplicado num dado contexto documentário.

Reunidas as regras em código, tal conjunto pode ser publicado como um “manual”, isto é, aquilo que está à mão, “livro pequeno ou compêndio que se pode ter nas mãos”, conforme etimologia do termo (CUNHA, 2010, p. 409). Assim, manual é algo a ser transportado facilmente, o qual, em termos catalográficos, diz respeito a um documento de tamanho portátil com instruções, regras ou operações, indica Reitz (2017). Diante disso, regras de catalogação

podem ser publicadas como manual, estando sempre nas mãos daqueles que elaboram registros bibliográficos sobre os quais se assentam os atributos determinados pelas mesmas.

Outro modo de denominar instrumentos da catalogação é “esquema”, etimologicamente, “figura que representa as relações e funções dos objetos, resumo” (CUNHA, 2010, p. 267). Daí, quando esses instrumentos são constituídos de algum método ou modelo lógico, é plausível de serem esquematizáveis ou descritos por “[...] estrutura e regras de estruturação de objetos, indicando quais os elementos que são permitidos e as possíveis combinações entre eles.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 156).

Diante do exposto, independentemente da denominação, constatamos que os termos em questão (regras, normas, códigos, manuais, esquemas) são correlatos – às vezes correspondentes – os quais, se entendidos assim, não comprometem substancialmente a efetivação dos propósitos desta pesquisa, salvo a distinção entre regra e padrão, pois este pode servir de modelo àquele. De resto, essas constatações nos permitem afirmar que regras: determinam o que é norma; podem formar um código; podem ser publicadas como manual; e podem ser esquematizáveis. Por isso, tratamos tais termos como correlatos, preferindo empregar principalmente os vocábulos “regras” – usualmente adjetivadas como “catalográficas” – e “código” – um conjunto de regras – no texto da pesquisa, de sorte que os demais termos são reservados para situações em que o significado dos mesmos se mostrar mais adequado ou preciso ao contexto em discussão.

Além da denominação, regras catalográficas, no sentido de instrumentos concretos, apresentam diversidade quanto à abrangência, refletindo ocasionalmente as perspectivas de Catalogação das quais tratamos na introdução. A título de exemplificação, alguns instrumentos foram concebidos apenas para tratar da descrição bibliográfica – como a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD); outras, como o AACR2, tratam da descrição e dos pontos de acesso relativos aos conteúdos descritivos; e ainda outras, como as *Normas para Catalogação de Impressos* da Biblioteca Apostólica Vaticana, tratam da descrição e dos pontos de acesso relativos aos conteúdos descritivos e temáticos dos documentos impressos; e assim por diante.

Diante do exposto, espera-se tão somente que regras de catalogação – orientadas a objetivos práticos – sejam capazes de instruir o processo catalográfico de descrição bibliográfica e de estabelecimento de pontos de acesso, de maneira que tais segmentos concorram à consistência lógica dos registros bibliográficos.

2.3 MÉTODOS E PRINCÍPIOS CATALOGRÁFICOS

Nos termos do segundo componente do tripé sustentador do processo catalográfico, há o pressuposto de que regras são elaboradas metodicamente, de modo a ter um padrão lógico que permita elaborar registros bibliográficos consistentes. Diga-se de passagem, mesmo as

regras sem padrão formalmente constituído ou declarado foram elaboradas subjacentes a algum meio, contanto que o método escolhido seja aplicado com alguma razoabilidade.

Em termos linguísticos, método é o caminho ou o atalho sobre os quais uma atividade idealizada racionalmente chega a determinado fim, isto é, “[...] um procedimento de investigação organizado, repetível e autocorrigível que garanta a obtenção de resultados válidos.” (ABBAGNANO, 2007, p. 668). Além disso, um método consistente e pertinente é um meio, recurso ou forma de ser econômico ou, nas palavras de Ferrater Moura (1991, p. 264): “Tem-se um método quando se segue um certo caminho, para alcançar um certo fim, proposto de antemão como tal.”

Nesse sentido, um método aplicado racionalmente possibilita alcançar um resultado planejado, evitando situações inesperadas que levem à sucessiva tentativa-erro, improvisação ou azar, e mesmo que elas ocorram, o planejado terá influência maior no resultado final. Daí termos a compreensão de ser o método um procedimento orientador à realização lógica de uma catalogação produtora de registros bibliográficos consistentes. Contudo, não basta a existência de regras e métodos, pois ainda que nos ocupemos,

[...] *metodicamente* com um domínio do saber, quando o pesquisamos segundo um plano, pomos em destaque suas peculiaridades e articulações, ordenamos os conhecimentos parciais de acordo com a realidade, os ligamos com rigor lógico e tornamos inteligíveis, consoante os casos, valendo-nos de demonstrações; no final, devemos saber, de todas e de cada uma das coisas, não só ‘que são’, mas também ‘por que são’, deste ou daquele modo, por conseguinte, não apenas o fato, mas também a razão dos mesmos. (BRUGGER, 1977, p. 271-272, grifo do autor).

Nos termos da Biblioteconomia, Morales López (2005, p. 103-104) declarou que os profissionais em questão frequentemente tomam métodos provenientes de outras disciplinas, porquanto muitos trabalhos de metodologia na Biblioteconomia concentram-se em descrever métodos e técnicas recomendáveis ao campo de estudo, que partem da perspectiva positivista.

No entanto, há que ter sobriedade e considerar se tais métodos foram tomados de modo arbitrário sem as devidas adequações à Biblioteconomia, pois é necessário “[...] ter uma atitude crítica em relação a esses métodos, de modo que se evite reformulá-los sem os valorizar e os adaptar às necessidades da Biblioteconomia.” (MORALES LÓPEZ, 2005, p. 105, tradução nossa).

Nessa direção, ainda que as regras orientem atividades práticas de fins utilitários, o processo catalográfico não deve prescindir de indagações conceituais, segundo Frías Montoya (1995, p. 202). Com isso em riste, é indispensável examinar os princípios e os fundamentos estruturais que orientam o método, especialmente o método catalográfico pelo qual se constitui as regras concorrentes à fundamentação estrutural de registros bibliográficos consistentes. Nesse ponto, chegamos ao terceiro componente do tripé da catalogação ao qual temos aludido, donde, de início, vale definir o que se entende por princípio e fundamento, buscando significações mais refinadas na origem e no sentido dos termos.

Em termos etimológicos, “princípio” é palavra de origem latina, *prīncīpiūm*, derivada do verbo principiar, *prīncipiāre*, correspondente às ações de iniciar, começar ou abrir (CUNHA, 2010, p. 521). Por sua vez, “fundamento” é igualmente palavra de origem latina, *fundamentum*, derivada do adjetivo fundo – *fundus* – que designa a parte mais interior de um objeto, cavidade etc., inclusive âmago, capital ou lastro de algo, derivando termos como fundação, fundamental, profundidade dentre outras (CUNHA, 2010, p. 304).

Em sentido linguístico mais amplo, o termo princípio denota: “o primeiro momento, ou de uma ação ou processo; começo, início [...]; o que serve de base a alguma coisa; [...] proposição elementar e fundamental que serve de base a uma ordem de conhecimentos [...]” (HOUAISS, 2009, p. 1552). Ou ainda, o ato de principiar algo, a base, o fundamento, “aquilo que regula o comportamento ou a ação de alguém; [...] frase ou raciocínio que é base de uma arte, de uma ciência ou de uma teoria (PRIBERAM, 2013).

Por sua vez, o significado de fundamento implica: base principal, prova, causa, motivo ou fundação, sendo que o verbo “fundar” denota instituir, estabelecer, edificar, assentar, basear, firmar, aprofundar, apoiar-se e arraigar-se, e, além de sentidos semelhantes, o verbo “fundamentar” inclui ainda o sentido de documentar (PRIBERAM, 2013). Como se pode observar, princípio e fundamento têm significações etimológicas e linguísticas próprios, mas não se pode prescindir das suas significações e correlações convergentes, pois são aspectos proveitosos aos propósitos de qualquer atividade, como a prática catalográfica.

Princípio (em caráter conceitual) se refere aos fundamentos epistemológicos de algo, o qual – inter-relacionado com definições, teses e hipóteses – compõe proposições que formam a teoria do processo catalográfico, tendo em conta que esta, segundo Minayo (2014, p. 175), “[...] reúne pressupostos e axiomas (uma afirmação cuja verdade é evidente e universalmente aceita em determinada disciplina) e proposições logicamente inter-relacionadas e empiricamente verificáveis.” Por sua parte, a teoria é comparada como rede lançada para capturar “o mundo”, a fim de racionalizar, explicar e dominar o mesmo, e “nossos esforços são no sentido de tornar as malhas da rede cada vez mais estreitas.” (POPPER, 1989, p. 61-62).

De modo mais estrito, princípio e fundamento são termos debatidos recorrentemente em Filosofia. Note-se que Abbagnano (2007, p. 792) estreita o primeiro termo com os significados de fundamento e de causa, entendendo princípio como ponto de partida e fundamento dalgum processo, não diferindo do sentido etimológico do termo, e isso não é de todo impróprio, se entendermos o princípio como proposição que serve de fundamento a uma dedução, isto é, o raciocínio ascendente da causa para os efeitos, como indicou Houaiss (2009, p. 1552).

O primeiro a enumerar significados de princípio foi Aristóteles, indicam Ferrater Mora (1991, p. 323) e Abbagnano (2007, p. 792): ponto de partida de movimento; melhor ponto de partida, que facilita aprender algo; ponto de partida de produção; causa externa de processo ou movimento; o que, com a sua decisão, determina movimentos ou mudanças; aquilo de que parte um processo de conhecimento. Daí, Aristóteles afirmar que “o carácter comum de todos

os princípios é o ser a fonte donde derivam o ser, ou a geração, ou conhecimento.” (*apud* FERRATER MORA, 1991, p. 323).

Não vemos divergências substanciais nessas definições, salvo que há, em parte da Filosofia, a tendência de considerar princípio apenas o ponto de partida não proveniente de outro ponto de partida, tidos como primeiros princípios. Mesmo assim, “pode admitir-se que os princípios de uma determinada ciência são, por sua vez, dependentes de certos princípios superiores, dos chamados ‘primeiros princípios’ ou ‘axiomas’.” (FERRATER MORA, 1991, p. 323). Nesse aspecto, há princípios mais fundamentais do que outros, cabendo tão somente determinar se um ou mais deles são prevalentes.

Em direção paralela, as definições de Abbagnano sobre princípio e fundamento (2007, p. 474-476) não distam em essência do que apresentamos anteriormente: “o que estabelece a condição primeira e mais geral pela qual alguma coisa possa existir, [...]”, daí tem-se o pressuposto de haver princípios subsidiários ou secundários a um ou mais princípios fundamentais. Desse modo, em Filosofia, princípio e fundamento relacionam-se estreita e mutuamente, e a distinção entre eles fica evidente quando se admite a existência de princípios mais fundamentais do que outros. Daí, em nível fundamental, termos a compreensão de que, em Catalogação, pode haver um ou mais princípios fundamentais sobre os quais o processo pode ser constituído.

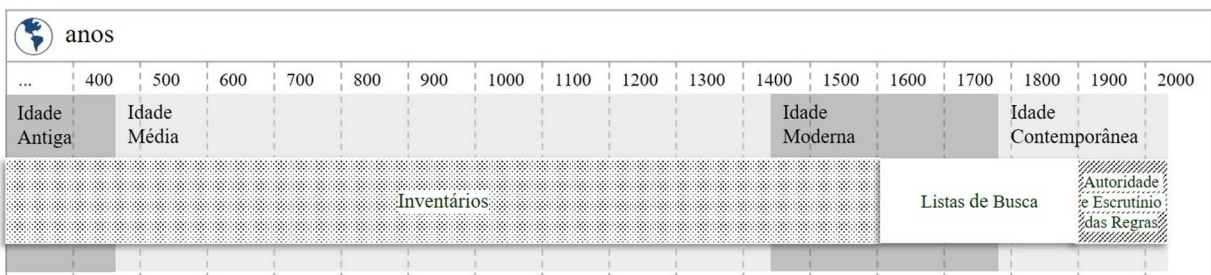
Tendo em conta as definições e ponderações expostas neste capítulo sobre os conceitos em torno do registro bibliográfico e a compreensão de regras, métodos e princípios da catalogação, podemos, então, retomar o cerne da pesquisa, a começar pela contextualização histórica da catalogação pela qual Lubetzky desenvolveu seu entendimento sobre o sentido de uma entrada principal na estruturação lógica das entradas.

3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO RELATÓRIO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE REGRAS CATALOGRÁFICAS

Antes de discutir os estudos de Seymour Lubetzky em Catalogação, cumpre contextualizar os momentos anteriores a ele, com o propósito de identificar as questões fundamentais tratadas em catalogação, bem como os precursores e os contemporâneos desse estudioso.

Para tanto, consideramos os períodos cronológicos dos catálogos e da catalogação sistematizados por Hanson e Daily (1970): **Era dos Inventários**, caracterizada por listas inventariantes das coleções, período que vai da Idade Antiga ao século XVI; **Era das Listas de Busca**²², lista dos livros da biblioteca com entradas contendo informações básicas dos mesmos, do século XVII ao século XIX; **Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas**, do século XX em diante, quando a prática da catalogação passa a ser determinada por regras elaboradas e debatidas coletivamente, em âmbito internacional, não se limitando a uma biblioteca ou a um dado contexto institucional. Essas eras são assinaladas comparativamente aos períodos da História Mundial na Figura 3.

Figura 3 – Períodos da História Mundial e as eras da catalogação



Fonte: Hanson e Daily (1970).

Para os propósitos desta pesquisa, seria contraproducente tecer minúcias sobre a primeira era. No entanto, por ora, é preciso sublinhar que este foi um período caracterizado pela presença de uma protocatalogação pautada pelo gosto de cada catalogador, feita em listas rudimentares para fins de inventário patrimonial da coleção em biblioteca²³, as quais, *a priori*, não eram elaboradas para servir de índice. Para além das iniciativas inventariantes

²² No texto original de Hanson & Daily (1970, p. 255), o termo “lista de busca” é referido como *finding list*. Vale dizer que Cunha & Cavalcanti (2008, p. 74) traduzem-no como catálogo simplificado, mas preferimos manter como listas de busca, porquanto se trata de um catálogo embrionário, contendo uma lista dos livros de uma biblioteca em que cada um deles é representado por uma entrada contendo informações elementares, em geral o nome do autor, o título, e sua localização na biblioteca (REITZ, 2017).

²³ O entendimento atual de biblioteca não corresponde exatamente ao que ela era na Antiguidade, segundo Escolar (1990, p. 15), pois houve somente uma expressão para denominar as atividades de bibliotecas e arquivos: *E-DU-BA* (em sumério) e *bit tuppi* (em acádio), isto é, “casa das tabuletas”, que também significava escola.

elementares, vale mencionar as *Pinakes*, elaborada no século III a.C. por Calímaco, o poeta erudito que atuou como bibliotecário na Biblioteca de Alexandria: “[...] bibliografia crítica, em 120 volumes, que catalogava toda a vasta coleção de literatura grega guardada na biblioteca” (BATTLES, 2003, p. 36).

A despeito dessa iniciativa, a situação não mudou substancialmente até a Alta Idade Média, pois as coleções das bibliotecas medievais continuaram a ser arroladas em listas de inventário, sobretudo quando a elaboração destas se justificava pelo grande volume documental ou por ordem de alguma autoridade régia ou monástica. Além disso, a elaboração das listas em folhas de pergaminho ou de papiro pelos bibliotecários medievais levava em consideração o custo elevado desses suportes, por isso a produção delas atinha-se tão somente a informações sucintas, de modo a atender ao propósito pretendido.

No entanto, à medida que a Idade Média progrediu, a situação começou a mudar impedida pelo aumento do volume das coleções bibliotecárias e, por conseguinte, cumpria compilar listas de inventário mais elaboradas para controlar tais coleções. Daí outras informações e novos dispositivos da catalogação, como as remissivas, começaram a ser testados e acrescentados às entradas das listas, de modo a lhes dar um caráter além de simples listas inventariantes.

Isso se deu, com avanços e retrocessos, por intermédio da incorporação de outros elementos além do autor e do título dos livros, como: palavras iniciais do livro, nome de doador, indicação das condições físicas do livro, juízo de valor (livro bom, inútil, legível, estética etc.), dentre outras informações peculiares a cada biblioteca. Assim, os aprimoramentos levados à cabo durante a Baixa Idade Média, combinados inclusive com os avanços da tipografia dos séculos XV e XVI, acabaram por abrir caminho para catálogos impressos mais elaborados em formato de livro.

No contexto catalográfico anglo-americano, é deste ponto em diante que se começa a despontar um conceito de entrada principal, por isso, nesta seção capitular, vale abordar de modo mais detido o último século da Era dos Inventários, a Era das Listas de Busca e o início da Era da Autoridade e Escrutínio, em razão de esses momentos serem de interesse direto para contextualizar o entendimento de Lubetzky sobre o significado da entrada principal na catalogação anglo-americana.

De mais a mais, além do texto de Hanson e Daily (1970), a feitura desta seção pautou-se por outras fontes bibliográficas que tratam do percurso, da trajetória e do ambiente da catalogação anglo-americana e suas regras, como os textos de Norris (1939), Strout (1956) e outros autores que abordam a história da catalogação, especialmente nos aspectos não abrangidos pelo texto de Hanson e Daily.

3.1 A TRAJETÓRIA DA CATALOGAÇÃO INGLESA

Na catalogação ocidental, a existência de uma entrada principal começou a tomar forma a partir do problema de determinar a autoria da publicação representada pelas entradas. Aliás, segundo Hamdy (1973, p. 21), cumpre dizer que o conceito de entrada principal e de autor ficaram tão imbricados no processo catalográfico a ponto de serem considerados como quase sinônimos, embora isso seja, por definição, insustentável. A despeito disso, é da entrada de autor que se pôde desenvolver o significado da entrada principal.

O conceito de autoria, segundo Hamdy (1973, p. 21), foi formalizado somente no século XIX por Anthony Panizzi, mas as suas raízes remontam ao *Catalogue of English Printed Books*, de Andrew Maunsell (1595). Segundo Malclès (1961), esse catálogo foi inspirado por métodos e princípios já aplicados na Alemanha por Georg Willer, pelos quais Maunsell definiu que as entradas representativas das publicações em seu catálogo seriam ordenadas alfabética e concomitantemente sob assuntos, sob autores ou sob títulos – como que um catálogo dicionário.

Nesse âmbito, o valor das contribuições de Maunsell se deu no modo pelo qual as entradas são pesquisadas por quem consulta catálogos, ou seja, como se faz o acesso a elas, o que é, no final de contas, o ponto de acesso ao registro bibliográfico, o primeiro dado que determina ordenação de um conjunto de registros. No catálogo de Maunsell, além do assunto, as entradas eram acessíveis: (1) pelo sobrenome do autor da publicação; (2) por um cabeçalho titular de função agregadora das publicações da ou sobre a Bíblia; (3) pelo título de publicações sem autoria evidente; e (4) pelo sobrenome do tradutor em publicações traduzidas. Desde então, segundo Hamdy (1973, p. 21), o conceito de autoria foi ganhando proeminência, tornando-se a base pela qual as regras catalográficas do Ocidente foram concebidas posteriormente.

Isso, no entanto, se deu aos poucos, quando uma catalogação medieval caracterizada por compilar lista inventariante para fins de controle administrativo da coleção de uma biblioteca foi elevada para outra condição, que a levou à Era de Lista de Busca, iniciada no século XVII. Nessa altura, a nova abordagem foi dada à catalogação: “[...] homens como James, Durie e Rost levaram em consideração os estudantes que poderiam usar a biblioteca e, portanto, elaboraram esquemas para atender às necessidades deles. Essa é a grande diferença entre o passado e o futuro.” (NORRIS, 1939, p. 178, tradução nossa).

Mesmo assim, considere-se que o contexto catalográfico de muitas bibliotecas do século XVII era guiado mais por razões administrativas e menos em favor do leitor. Por esse tempo, o catálogo manuscrito passou a ser impresso, constituído de lista que arrolava a ordem dos livros nas estantes combinada com índices de autor e outras informações, as quais podiam ser: índice de assunto, entradas analíticas, remissivas ou informações de data e local de impressão. Seja como for, o catálogo desse momento foi desenvolvido como experimentação, de acordo com os termos de seus proponentes.

No âmbito anglo-americano, o protagonismo catalográfico, antes de 1853, se deu tão somente entre ingleses, como os citados acima por Norris (Thomas James, John Durie e F. de Roostgaard). Nos catálogos concebidos por eles e nos catálogos como o da *Sion College Library* e os da *Norwich Library* predominaram entradas ordenadas de acordo com a ordem dos livros nas estantes, estes dispostos por meio de algum critério classificatório, como tamanho ou assunto (HANSON; DAILY, 1970, p. 255). Desse modo, tais catálogos se afiguraram como catálogo classificado ou sistemático, ou seja, aquele em que “[...] as entradas são ordenadas segundo algum esquema prévio, agrupando ou associando os assuntos correlatos.” (SHERA; EGAN, 1969, p. 25). Porém, dentre tais catálogos, os compilados na Biblioteca Bodleiana, onde Thomas James atuou, marcaram a história da catalogação, de sorte que a abordagem desse bibliotecário ao compilar um desses catálogos, em muitos aspectos, deu seguimento ao trabalho iniciado por Maunsell.

Essa biblioteca foi destruída por um incêndio que a consumiu por inteiro, em 1549, daí *Sir* Thomas Bodley, diplomata caído em desgraça, mas hábil para argumentar, ter se oferecido ao Vice-Reitor da Universidade de Oxford para reconstruí-la. A oferta de Bodley foi aceita e ele se tornou um tipo de diretor da Biblioteca, reaberta ao seu público, em 1602. A dedicação de Bodley ao trabalho bibliotecário foi reconhecida a ponto de seu nome ser imortalizado na biblioteca, que passou a ser conhecida como Biblioteca Bodleiana (OLIVEIRA, 1987, p. 283).

Seguindo a prática usual à época, o catálogo bodleiano de 1605, concebido conforme o entendimento de seu benfeitor, foi um espelho da ordenação dos livros e dos manuscritos nas estantes, segundo Frost (1976, p. 261). Porém, esse arranjo nem sempre foi seguido à risca por razões práticas ou circunstanciais, porque em certos casos havia problemas de classificação nas disciplinas ou havia a necessidade de armazenar livros em disciplinas menos volumosas, tendo em conta que não havia espaço disponível nas disciplinas sob as quais o livro deveria ser posto. Na Biblioteca Bodleiana, o catálogo elaborado em 1613 não trouxe novidades, e permaneceu manuscrito, até que, em 1620, foi publicado um catálogo inovador, o qual deu primazia à ordenação por ordem alfabética dos sobrenomes dos autores e não por assunto, abordagem definida por Thomas James (FROST, 1976, p. 249).

O catálogo de 1674 desenvolveu ainda mais aquilo que James indicara, porque seu prefácio, escrito por Thomas Hyde, é revelador dos aspectos fundamentais usados por ele para elaborar o catálogo, segundo Norris (1939, p. 150-152): 1) obras anônimas, agrupadas por assunto ou pela primeira palavra do título; 2) o nome do autor é destacado do título, com as letras do sobrenome inscritas em caixa alta ou em itálico, se bem que o sobrenome não figurava antes do prenome; 3) autores conhecidos por prenome, devem ser inscritos como tal; 4) livros com muitos autores têm entrada pelo primeiro somente; 5) pseudônimos ou autores com iniciais de nomes abreviados devem ser qualificados, pseudônimos e o nome verdadeiro do autor têm entradas próprias no catálogo; 6) tradutores devem ser inscritos e remissivas são feitas para os autores das obras; 7) biografias são postas sob o assunto exclusivo; 8)

dicionários têm entrada sob o nome do autor e sob o cabeçalho Lexicon; 9) recomenda-se a transcrição exata da página de rosto; 10) Emprego do latim para cabeçalho de assuntos.

Nesses termos, para Pettee (1936, p. 278), Thomas Hyde foi o primeiro a dar importância ao agrupamento de unidades literárias no catálogo por intermédio de palavra destacada em maiúscula, modo pelo qual as entradas eram pesquisadas por quem consultava o catálogo bodleiano de 1674, o que, em essência, correspondeu aos pontos de acesso dos atuais registros bibliográficos.

Porém, segundo Rijk (1992), autora que esquadrinhou a admissibilidade da declaração de Pettee à luz do prefácio escrito por Hyde, seria mais seguro afirmar ter este prefaciador aprimorado o arranjo alfabético de autor iniciado por seus antecessores nas entradas do catálogo bodleiano, dado que,

Thomas James adotou o arranjo de autor alfabético para o catálogo bodleiano de 1620. Essa decisão envolveu o abandono do popular arranjo classificatório do primeiro catálogo de Bodley em favor de um cujas virtudes não estavam estabelecidas de todo. Hoje estamos tão acostumados com o catálogo do autor que talvez seja difícil perceber, como Jayme assinalou, que, para os leitores do século XVII, essa mudança poderia muito bem parecer revolucionária. (RIJK, 1992, p. 43, tradução nossa).

Além de reunir as obras de um dado autor, de fato, Hyde estava cômico da variação do nome dos autores e dos títulos que ocorria eventualmente nas edições de uma dada obra publicada, por isso ele buscou indicar no catálogo tais variações, em benefício dos estudantes que consultavam o catálogo bodleiano, conforme o próprio expressou em seu prefácio (HYDE, 1674 *apud* RIJK, 1992, p. 45). Na Figura 4, veja-se exemplo disso em um excerto do catálogo bodleiano de 1674, identificado por Frost.

Figura 4 – Excerto do *Catalogus Impressorum Librorum Bibliothecae Bodleianae in Academia Oxoniensi* (1674)

Theodorus BALSAMON, Patriarcha Antiochenus. v. Fl. *Conftantinus*.
[...]
Collectio Constitutionum Ecclesiasticarum, Gr. Lat. è Cod. Dig. & Novellis Justiniani, (à Leunclavio olim edita sub nomine Paratitlorum,) cum Notis Leunclavii & Fabroti [...]

Fonte: Hyde (1674, p. 62).

Nota: Título de edição de uma obra publicada – *Collectio Constitutionum Ecclesiasticarum*.

Título de edição posterior da mesma obra – *Leunclavio olim edita sub nomine Paratitlorum*.

Por essa singela percepção, Hyde acabou por indicar um caminho pelo qual a catalogação começou a notar a relevância das unidades literárias na estruturação das entradas

catalográficas, posto que “[...] se todas as obras de um dado autor tiverem entradas sob um cabeçalho único, todos os itens [publicações] de uma dada unidade literária pertencente a esse autor serão agrupados.” (VERONA, 1959, p. 81, tradução nossa).

Quanto aos outros catálogos do século XVII citados por Norris (1939, cap. 8), nenhum deles trilhou de todo o caminho transformador dos catálogos bodleianos, ou seja, de um catálogo sistemático para um catálogo alfabético por autor. Longe disso, datado de 1697, o método catalográfico de Roostgaard (1698), por exemplo, primou por um catálogo com entradas dispostas sob 24 assuntos, nos quais foram estabelecidas quatro colunas nas duas páginas do catálogo voltadas uma para a outra. Cada coluna deveria comportar as entradas representativas de livros, conforme o tamanho deles: (1) *in folio*, (2) *in quarto*, (3) *in octavo*, (4) *in duodecimo etc.*²⁴ Dentro de cada classe, cada entrada representativa de um volume documental foi marcada com um número de ordem seguida de certas informações bibliográficas transcritas da página de rosto do livro.

Aparentemente, esse número de ordem é um indicativo de que a compilação do catálogo considerou a disposição física dos livros nas estantes. Para além disso, vale observar a noção de obra manifestada pelo criador deste método: “[...] nós os dispostemos [os livros] no Catálogo de modo que **todos os autores, que tratam do mesmo assunto, e todas as edições da mesma obra, estejam sempre juntos [...]**” (ROSTGAARD, 1698, p. 117, tradução nossa, grifo nosso). Em catálogos sistemáticos, como o de Roostgaard e os da *Norwich Library*, índices de autor ou de título foram acrescentados a eles para completá-los (NORRIS, 1939, p. 179).

Um tanto destoante, nem alfabético de autor e nem sistemático, foi o catálogo da *Sion College Library* de 1650 que, a despeito de imitar o catálogo bodleiano de 1620, seguiu um caminho alternativo, pois suas entradas foram dispostas sob cabeçalhos de autores e de assuntos simultaneamente, de sorte a assimilar-se a um catálogo dicionário (NORRIS, 1939, cap. 8).

Assim, ao contrário de seus contemporâneos, as entradas nos catálogos bodleianos de 1620 e 1674 tiveram suas estruturas lógicas apoiada no princípio de autoria, de maneira que, ao se combinar o autor seguido do título da publicação, foi possível reunir eventualmente algumas (não todas) unidades literárias de um dado autor e de uma dada obra.

No século XVIII, a situação não se alterou substancialmente, já que não houve grandes inovações na feitura do catálogo, conforme se pode observar no catálogo da *Friends' Library*, no catálogo da *Sion College Library* e no catálogo da *Chetam Library*, inclusive nos catálogos da Biblioteca Bodleiana (NORRIS, 1939; HANSON; DAILY, 1970).

²⁴ Os termos *in folio*, *in quarto*, *in octavo* etc. designam o número de páginas obtidas com a dobradura de folha de papel. É uma forma de apresentação do documento (OTLET, 1934, p. 52-53): *in folio* (1 dobradura com 4 páginas); *in quarto* (2 dobraduras com 8 páginas) e *in octavo* (3 dobraduras com 16 páginas).

No catálogo da *Friends' Library*, elaborado pelos Quakers²⁵, Norris (1939) observou que ele teve suas entradas dispostas cronologicamente sob os sobrenome dos autores das publicações, porém algumas entradas foram incluídas sob divisões de forma, de assunto e de título (este último para obras publicadas anonimamente), daí não ser possível considerá-lo como catálogo alfabético de autor.

De sua parte, a *Sion College Library*, em 1666, foi danificada por um incêndio, por isso foi necessário a preparação de outro catálogo, o qual, datado de 1724, não manteve as características do catálogo dicionário de 1650, uma vez que seu compilador, William Reading, elaborou-o sistemático, conforme se observa no extrato desse catálogo na Figura 5.

Figura 5 – Extrato do catálogo da *Sion College Library* (1724)

O extrato do catálogo mostra duas entradas principais:

BIBLIA SACRA ANGLICE ETC. IN FOLIO A. IX
 I Bible English, by Myles Coverdale 1535. *wants title.*
Rob. Lovel

THEOLOGI SCOLASTICI IN QUARTO. L. V
 Petri Abelardi & Heloisae conjugis ejus opera.
 4to. Paris. ap. N. Buon. 1616. *Eliz. vicecom*
Camden.

Diagrama de classificação:

- classe: aponta para "BIBLIA SACRA ANGLICE ETC. IN FOLIO A. IX"
- prateleira: aponta para "THEOLOGI SCOLASTICI IN QUARTO. L. V"
- ordem na prateleira: aponta para o número "30" associado à obra de Petri Abelardi.

Índice de Entradas:

INDEX ENTRIES			
<i>Abaelardi, Petrie</i>			
Opera	L	5.	30.
<i>Abarbinelis</i> Marchebath			
Hamishne	C	1.	15
<i>Bible English</i>	A	9.	1, etc.
<i>Biblia</i> Heb. Lat. Montani	A	1.	1

Fonte: Norris (1939, p. 185-186).

Nesse catálogo, as entradas foram dispostas sob 25 classes de assuntos e, dentro delas, ordenadas deste modo: formato do livro, número da prateleira e ordem na prateleira (NORRIS, 1939). Daí as entradas na *Sion College Library*, ao serem estruturadas conforme

²⁵ Quakers é uma sociedade fraternal religiosa surgida na Inglaterra, em meados do século XVII, em meio as convulsões sociais trazidas pela Reforma Protestante nesse país (LEVENDUSKI, 2000, p. 571).

tal disposição, não terem qualquer relação com a autoria da publicação, salvo que esta podia ser identificada por meio de um índice das entradas acrescido ao catálogo. Assim, a biblioteca em questão alterou sua abordagem catalográfica, adotando plenamente um catálogo sistemático no lugar de um catálogo alfabético de autor.

Por sua vez, não há muito o que dizer sobre o catálogo de 1738 da Biblioteca Bodleiana, pois essa edição refinou os aspectos adotados na versão anterior de 1674, segundo Frost (1976, p. 250). Dentre outras coisas, esse autor notou, por exemplo, que as entradas das obras de um mesmo autor no catálogo de 1738 foram dispostas cronologicamente, conforme as datas de publicação; e que “[...] traduções e outras edições [de uma obra] são reunidas sob o título original, com subgrupos de acordo com o idioma.” (FROST, 1976, p. 260, tradução nossa).

No caso do catálogo da *Chetam Library*, datado de 1791, Norris (1939) apresentou evidências das mazelas e das contradições de um catálogo sistemático elaborado por critérios classificatórios imprecisos e determinados isoladamente por um bibliotecário, especialmente num catálogo que ficou sem índice até o ano de 1826. Um exemplo de contradição se deu no caso das biografias, cujas entradas poderiam constar sob o nome do biógrafo, do biografado ou ainda “[...] descobrir que as vidas [biografia] de clérigos têm entrada sob História: Historia Ecclesiastica, mas ele [o consultante do catálogo] precisa ler 25 páginas para encontrar a entrada certa.” (NORRIS, 1939, p. 195, tradução nossa).

Ante ao exposto nesta seção, a trajetória da catalogação inglesa nos séculos XVII e XVIII foi caracterizada pelo predomínio de um catálogo sistemático. No entanto, essa situação começou a mudar devido às iniciativas da Biblioteca Bodleiana, que elaborou as entradas de catálogo a partir do princípio da autoria. Em consequência disso, ao se combinar um cabeçalho autoral com o título da publicação (usualmente, o primeiro elemento da descrição bibliográfica), começou-se a perceber a importância de reunir as unidades literárias de um autor e de uma dada obra na prática catalográfica. Assim, pelos meios indicados por Hyde, é possível afirmar que estava aberto o caminho pelo qual a catalogação pôde estruturar posteriormente as entradas catalográficas a partir das unidades literárias.

Antes de prosseguir para o século XIX, vale enfatizar que, ao adotarem um catálogo sistemático, as bibliotecas desse período se viram obrigadas a acrescentar um índice para completar seus catálogos, como fez a *Sion College Library*. Se considerarmos a definição de a entrada ser “uma unidade de um índice que consiste de um cabeçalho (e expressão qualificadora, se houver) com pelo menos uma referência à localização do item [...]” (HARROD, 1977, p. 306, tradução nossa), então, nessa compreensão, já é possível identificar na prática catalográfica a presença de entradas principal e secundárias.

Por sua vez, as bibliotecas que adotaram o catálogo de autor compuseram uma entrada principal para otimizar os custos de impressão dos catálogos impressos em livro, a qual continha,

[...] todos os dados bibliográficos necessários para identificar e recuperar um item em particular. Tal entrada foi encabeçada pelo nome do autor, se ele fosse conhecido.

[Outras] entradas breves foram impressas sob cabeçalhos para o título da obra, o nome de coautor etc. (BIERBAUM, 1994, p. 81, tradução nossa).

Além disso, vale lembrar que o catálogo formado com entradas sob autor continha entradas sob cabeçalhos não autorais, sobretudo de cabeçalhos designativos de assuntos ou forma de publicação, os quais tinham a finalidade de agrupar certos tipos de publicações como: academias, congressos, efemérides, dicionários etc. Aliás, tal orientação, firmada no pressuposto de que seria mais conveniente ao consulente do catálogo, perdurou por muito tempo nos textos dos códigos catalográficos surgidos nos séculos XIX, e seus vestígios alcançaram o AACR2, que há anos vem determinando a prática catalográfica de muitas bibliotecas.

A despeito disso, a estruturação de cada entrada principal foi feita a partir da representação de uma publicação específica sem vinculação com a obra manifesta nela, embora, conforme temos indicado, a combinação de autor e título como elementos iniciais em tal entrada possibilitasse eventualmente a reunião de unidades literárias. A importância disso começou a ser percebida com mais racionalidade no século XIX, quando as condições e os contextos catalográficos permitiram certos estudiosos da Catalogação a observar as publicações como manifestações de uma dada obra, conforme veremos na próxima seção.

3.2 O DESPONTAR DAS REGRAS CATALOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX

O século XIX marcou o início do protagonismo americano em Catalogação, o qual, unido aos seus parceiros britânicos, desenvolveram ações e estudos dos quais Lubetzky pôde definir uma função para entrada principal na prática catalográfica. Antes de prosseguir, porém, convém mencionar que a chegada do século coincidiu com este fato: "[...] diversas tecnologias convergiram no sentido de acelerar dramaticamente o ritmo de produção de livros e de outros materiais impressos." (BATTLES, 2003, p. 125). Somou-se também o aumento da capacidade de a biblioteca colecionar livros, decorrente do uso de estantes de aço de modo a permitir que elas "[...] contivessem livros em maior número, mais bem organizados e protegidos contra o fogo do que seria possível imaginar em outros tempos." (BATTLES, 2003, p. 127).

Nesse sentido, a mecanização da produção de livros, o aperfeiçoamento do mobiliário e o emprego de novas tecnologias em prol da biblioteca contribuíram para proliferar edições e traduções e outras publicações de uma obra. Um catálogo que desse conta de tal diversidade tornou-se indispensável para as bibliotecas.

Ademais, a partir de 1820, de acordo com Osborn (1963, p. 8; 1991, p. 36), surgiu a necessidade de se considerar o autoatendimento por parte dos leitores em bibliotecas, quando cerca de 200 leitores por dia compareciam à Biblioteca do Museu Britânico, esperando sentados o atendimento do bibliotecário, e isso estava além da capacidade de atendimento desse profissional, tido àquele tempo como catálogo vivo, pois, outrora simples, a demanda desses leitores tornara-se mais complexa.

Por isso, no transcurso do século XIX, o estabelecimento de um conjunto de regras de catalogação orientadoras da elaboração de entradas de catálogos que dessem conta de demandas, como as mencionadas acima, tornou-se indispensável para a atividade em bibliotecas nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Europa Continental. No contexto anglo-americano de catalogação, as regras mais notórias foram oriundas de um projeto maior liderado por expoentes da catalogação, sustentados sob os auspícios de instituições com grandes bibliotecas que acolheram seus ideais, como foi o caso de Antonio Panizzi, Charles Jewett e Charles Cutter, pioneiros da Catalogação desse tempo, citados recorrentemente na literatura do tema.

O primeiro deles, o italiano Antonio Panizzi (1797-1879), advogado anarquista refugiado nas Ilhas Britânicas, despontou na biblioteca do Museu Britânico, em Londres, quando assumiu o *Department of Printed Books*, em 1837. A ele, coube a tarefa de compilar o *Catalogue of Printed Books In the British Museum* (BRITISH MUSEUM, 1841), no qual estão as *Rules For the Compilation of the Catalogue*, conjunto de 91 regras catalográficas concebidas e forjadas por ele, daí elas serem conhecidas como as *91 Regras* de Panizzi. A escolha dele não se deu por acaso, segundo Battles (2003), pois ele organizara uma complicada coleção de panfletos da Guerra Civil Inglesa, a qual acabou por servir de “laboratório” à sua tarefa futura. Nesse trabalho, Panizzi observou que a coleção era composta por panfletos,

[...] que podiam ser reimpressões de artigos publicados em periódicos, ou excertos de livros, e aparecer simultaneamente sob diversas formas e selos editoriais. [...] Panizzi criou uma série de regras que permitiam reproduzir as principais relações existentes entre os livros no próprio catálogo, de modo que os bibliotecários e, acima de tudo, os leitores pudessem rastrear essas relações. (BATTLES, 2003, p. 132-133).

Nessa ação, constatou Battles (2003), Panizzi pôde elevar seu catálogo à condição de catálogo de busca. Além dessa experiência, o italiano, antes de elaborar suas regras, segundo Osborn (1963, p. 8), efetuou estudos e observações em 36 bibliotecas europeias, com a finalidade de conhecer e avaliar catálogos, códigos e práticas catalográficas de outras bibliotecas.

A experiência com a organização dos panfletos e as informações obtidas durante as viagens pelo interior das Ilhas Britânicas e pela Europa Continental contribuíram para que o refugiado italiano criasse regras que contemplassem as relações existentes entre os livros dentro do próprio catálogo. No âmbito da biblioteca do Museu, “diversas pessoas estabeleceram anteriormente algumas orientações para a compilação de catálogos, mas ninguém tentou empreender um projeto maior, como fez Panizzi, ao escrever as 91 Regras.” (LEHNUS, 1972, p. 37, tradução nossa).

Vale enfatizar que o catálogo da biblioteca nos dias de Panizzi era impresso ou manuscrito em forma de livro, no qual cada entrada era representativa de um livro da coleção. Nesses termos, a entrada principal pelo autor se mostrou mais eficiente, tendo em conta que, “em um catálogo de livros, a escolha da entrada era essencial porque o registro bibliográfico estava fixado numa página do livro [...]”, segundo Connors (2008, p. 88, tradução nossa). Desse modo, em muitos casos, “havia apenas um ponto de acesso possível para o registro, tornando

a escolha do cabeçalho da entrada principal muito importante.” (CONNERS, 2008, p. 90, tradução nossa). E isso permaneceu válido mesmo para os catálogos de fichas, cujo emprego se tornou comum em grande parte do século XX.

No entanto, as ideias do italiano foram incompreendidas por alguns de seus interlocutores (parlamentares britânicos, curadores do Museu e usuários proeminentes da biblioteca), por isso houve intervenções e discussões constantes em torno da aplicação das *91 Regras*. Daí, Panizzi foi instado a defendê-las, explicando os fundamentos sob os quais elas foram constituídas, como se pode observar na declaração dele reproduzida por Denton por ocasião da animosidade do escritor Thomas Carlyle contra o catálogo.

‘O leitor pode conhecer a *obra* que quer; mas, não se pode esperar que conheça as particularidades das diferentes *edições* [...]’ aqui há duas pessoas olhando para o mesmo objeto – o livro – mas vendo coisas diferentes. Carlyle viu o livro como um objeto material, entidade separada e alheia a qualquer outro livro na biblioteca e ele não viu porque não está representada no catálogo. Panizzi viu o livro como uma edição de uma obra específica relacionada intimamente a outras edições e traduções da obra que a biblioteca pode ter [...] (DENTON, 2007, p. 39, tradução nossa, grifo do autor).

Como se observa no trecho, Panizzi percebeu que uma ou mais publicações podiam ser edição ou tradução de uma obra determinada, por isso ele buscou contemplar tais aspectos nas *91 Regras*. Veja-se, por exemplo, esta orientação do trecho inicial da regra 52: “Traduções devem ter entrada imediatamente após a [versão] original, geralmente apenas com a indicação do idioma em que a versão foi feita, em itálico;” (BRITISH MUSEUM, 1841, p. vii, tradução nossa). Em outra instrução, naquilo que viria a ser desenvolvido posteriormente como título uniforme, a regra 79 deu orientações com a finalidade de reunir publicações bíblicas sob um título padronizado – Bíblia. Como se nota, as orientações presentes no texto das regras citadas têm o objetivo de agrupar a obra e suas manifestações.

Por outro lado, no entanto, Panizzi se viu obrigado a incluir cabeçalhos especiais para certas publicações entre as regras 80-91 de seu código catalográfico, com o fim de dispô-las no catálogo sob estes cabeçalhos: Enciclopédias, Dicionários, Efemérides, Publicações Periódicas, Academias e Catálogos (BRITISH MUSEUM, 1841). De acordo com Verona, o italiano foi contrário a tais cabeçalhos de caráter generalizante, como indica esta declaração dada por ele: “É especialmente interessante notar também que a maioria dos leitores questionados durante a investigação se opuseram ao fato de que uma vasta massa de títulos, que deveriam estar sob cabeçalhos específicos, foram reunidos sob cabeçalhos gerais.” (PANIZZI *apud* VERONA, 1962, p. 298, tradução nossa).

Assim, segundo Carpenter (2002, p. 30), tais cabeçalhos estavam relacionados geralmente a obras publicadas anonimamente e sua inclusão nas *91 Regras* se deu devido à pressão de certos leitores influentes da biblioteca, interessados por algum tipo de catálogo sistemático. Por isso, ainda que contrário a tais cabeçalhos de caráter generalizante, no fim de contas, Panizzi se viu obrigado a aceitar “[...] não um catálogo de autores, mas uma espécie de catálogo de nomes com elementos fortemente classificados.” (CARPENTER, 2002, p. 34, tradução nossa).

No transcurso dos anos, “esses cabeçalhos de forma e títulos padronizados [das 91 Regras] evoluíram para títulos uniformes. Muitos dos cabeçalhos de forma foram eventualmente descartados em favor de cabeçalhos de assunto.”²⁶ (VELLUCCI, 1990, p. 48-49, tradução nossa).

Malgrado as intervenções e discussões em torno da catalogação no Museu, vale enfatizar que nos debates e na defesa de seu trabalho, Panizzi esclareceu formalmente os fundamentos pelos quais forjou suas regras. Assim, apesar das concessões que o italiano precisou fazer, as 91 Regras são consideradas o marco inicial da Catalogação moderna por muitas razões:

[...] foram desenvolvidas por um grupo e não por um homem (embora Panizzi fosse certamente a força motriz); foram objeto de debate, de escrutínio e de justificação intensos; foram aprovadas por órgãos governamentais; foram usadas em uma grande biblioteca; receberam atenção internacional; e, no fundo, elas foram regras úteis produzidas por um grande bibliotecário e forneceram um catálogo melhor do que havia antes. (DENTON, 2007, p. 39, tradução nossa).

As ideias de Panizzi se propagaram entre seus contemporâneos, dentre os quais destacamos o americano Charles Coffin Jewett (1816-1868), segundo expoente da Catalogação anglo-americana, o qual esteve por alguns meses em Londres, onde teve a oportunidade de conversar com Panizzi, conhecendo suas ideias sobre catalogação (FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 278). De volta aos Estados Unidos, ele elaborou os *Smithsonian Reports on the Construction of Catalogues of Libraries, and of a General Catalogue, and Their Publication by Means of Separate, Stereotyped Title, With Rules and Examples* (1853), originalmente publicado em 1852, conhecido abreviadamente como *On the Construction of Catalogs*. É possível notar que algumas de suas regras são cópias das 91 Regras; outras, alteradas, outras acrescentadas e “[...] outras se conformam mais com as regras propostas pelo Sr. Panizzi do que as finalmente sancionadas pelos administradores do Museu.” (LONDON *apud* FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 276, tradução nossa).

Registra-se pela primeira vez no trabalho de Jewett a possibilidade de se tratar entidades coletivas²⁷ como autor. Porém, a contribuição mais notável desse expoente da Catalogação excede suas regras, pois ele é mais conhecido por ter retomado a ideia da catalogação cooperativa dos ingleses do século XIII, pioneiros dessa prática, com o *Registrum Librorum*

²⁶ De acordo com Osborn (1963, p. 36), cabeçalho de forma é um dispositivo empregado no catálogo que serve para agrupar as entradas das edições de uma publicação, independentemente do modo que elas estão identificadas em suas respectivas páginas de rosto. Mais tarde, no âmbito do AACR, segundo Hamdy (1973, p. 74-75), esse tipo de cabeçalho foi empregado em publicação que tinha entrada de acordo com sua forma ou conteúdo temático, e nesse código ele é definido a partir de um nome convencional: “Nome diverso do real ou oficial pelo qual uma pessoa, entidade coletivas, lugar, ou objeto, tornaram-se mais bem conhecidos” (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE BIBLIOTECAS *et al.*, 1969, p. 416). Exemplo disso pode ser observado em publicações que encerram conteúdo legal ou religioso, casos em que “a entrada principal preferida pode ser por exemplo, um cabeçalho de forma ou um título uniforme (HAMDY, 1973, p. 130).

²⁷ Entidade coletiva, traduzido do inglês *corporate body*, é “[...] pessoa jurídica responsável pela edição ou publicação de um item/documento; autor coletivo, autor corporativo, autor institucional, autoria (entidade coletiva), entidade coletiva como autor, entrada coletiva. [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 149).

Angliae, o qual, segundo Norris (1939, p. 30), foi uma lista unificada das coleções de bibliotecas de mosteiros ingleses, compilado entre 1250 a 1296.

A catalogação cooperativa proposta por Jewett apoiou-se na ideia de uma publicação ser catalogada apenas uma vez, preferencialmente em seu local de origem, e tal cooperação seria auxiliada pelo uso de recurso tecnológico (processo de estereotipia), o qual reduziria os custos da catalogação. No seu tempo, segundo Edlund (1976, p. 387), Jewett propusera que o *Smithsonian Institution* imprimisse os catálogos das bibliotecas americanas dispostas a pagar por tal serviço, de modo que essa instituição funcionasse como agência centralizada de catalogação, porém ela não se dispôs a executar o plano do expoente da catalogação.

Com efeito, Jewett priorizou a entrada por autor em seus catálogos, indicada por ele como “*principal entry*” (entrada principal) na edição de 1852 de seu código, a qual deveria conter informações completas de uma publicação. Nela, há pressuposto de “[...] que nenhum título terá entrada na íntegra, mais de uma vez. Todas as outras entradas se referem a tal entrada completa e serão chamadas de *remissivas*. Essas serão abreviadas [...]” (JEWETT, 1852, p. 24, tradução nossa).

De fato, a estrutura sumarizadora das regras de Jewett publicadas em 1853, subdivididas em regras para os títulos (o corpo da entrada) e para os cabeçalhos das entradas, revela que seu código foi concebido para reunir unidades bibliográficas sob um autor ou sob um título, embora seja possível observar no texto de algumas regras certa consideração por unidades literárias, como se nota na regra 23: “As traduções devem ter entradas sob o título da obra original, com uma remissiva do nome do tradutor para a do autor.” (JEWETT, 1852, Regra XXIII, p. 53, tradução nossa). Para além dessa regra específica, não há dúvidas de que a combinação de títulos agrupados sob seu cabeçalho autoral eventualmente reuniu obras literárias, mas isso foi insuficiente para alterar o caráter de a entrada principal conter essencialmente todas as informações necessárias à descrição e à representação de uma publicação específica.

Aliás, diante da necessidade da otimização dos custos operacionais do processo de estereotipia para estabelecer os catálogos, Jewett decidiu “[...] que todos os cabeçalhos, incluindo os cabeçalhos da entrada principal do autor, deveriam ser estereotipados separadamente das descrições bibliográficas, que ele chamou de ‘títulos’.”, segundo Tate (1980, p. 111, tradução nossa). Por isso, segundo o este autor, o recurso tecnológico escolhido por Jewett forçou-o a estabelecer catálogos a partir de uma entrada básica ou fundamental sob título da publicação.

Na prática, a catalogação cooperativa de Jewett não prosperou, sobretudo por causa do custo do processo, mas a essência da ideia – sua contribuição mais memorável – permaneceu, porque, com efeito, ditou operacional e substancialmente a prática catalográfica no século XX.

Charles Ammi Cutter (1837-1903), o terceiro expoente da Catalogação anglo-americana, natural de Boston (Estados Unidos), foi influenciado direta ou indiretamente pelas

contribuições de Panizzi, Jewett, Perkins, Abbot, Poole e outros bibliotecários de seu tempo, embora Cutter proclamasse ser o primeiro pesquisador a anunciar os princípios de catalogação e o primeiro a estabelecer as regras de catalogação sistematicamente (HUFFORD, 1992, p. 31; HANSON; DAILY, 1970, p. 275). A despeito de sua declaração, é inegável que Cutter seguiu caminhos próprios, fundamentando suas ideias essencialmente em sua experiência como bibliotecário da Biblioteca do *Boston Athenæum*, uma das bibliotecas independentes mais antigas dos Estados Unidos.

Mesmo enfrentando certas limitações financeiras, ele concebeu um conjunto de regras de catalogação para catálogo dicionário, as *Rules for a Printed Dictionary Catalogue*²⁸, pautadas por objetivos a serem atingidos pelo catálogo modelado por elas. Esses objetivos, referidos por ele como objetos, foram criados tendo em conta o princípio de interesse de usuário de informação, sendo eles um legado icônico da Catalogação. Ei-los (CUTTER, 1876, p. 10, tradução nossa):

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro, em que,
 - (A) o autor seja conhecido;
 - (B) o título seja conhecido;
 - (C) o assunto seja conhecido.

2. Mostrar o que a biblioteca tem,
 - (D) de um autor determinado;
 - (E) sobre um assunto determinado;
 - (F) em um tipo determinado de literatura.

3. Ajudar na escolha de um livro,
 - (G) quanto à sua edição (bibliograficamente);
 - (H) quanto ao seu caráter (literário ou temático).

Todavia, tais objetivos nem sempre foram cumpridos à risca, pois a criação das entradas foi flexibilizada em certos casos para atender à conveniência do usuário do catálogo ou quando elas atingiam mais de um objetivo, de maneira que a aplicação de tais objetivos foi comprometida por razões circunstanciais ou por avaliações subjetivas.

Exemplo disso pode ser visto na regra 123 da quarta edição de seu código, que contém orientações sobre como ordenar as entradas relativas às publicações bíblicas. Na regra em questão, ele reconheceu textualmente que estaria mais de acordo com os princípios de um catálogo dicionário “[...] colocar os livros bíblicos independentes sob seus nomes próprios, conforme está na versão [bíblica] inglesa revista [...]” (CUTTER, 1904, p. 57, tradução nossa). Porém, ao considerar a conveniência do usuário do catálogo, ele entendeu que o modo de formar e ordenar o cabeçalho desses livros como subcabeçalhos de Bíblia, conforme orienta

²⁸ *Regras para o Catálogo Dicionário Impresso – as Regras de Cutter.*

a regra 123, é o melhor para tratar as entradas das publicações relativas à Bíblia e suas partes.

Desse modo, pautado pela presumida conveniência do usuário, o próprio Cutter afirmou: “Nenhuma regra pode tomar o lugar da experiência e do bom senso, mas alguns dos resultados da experiência podem ser mais bem indicados por regras.” (CUTTER *apud* MIKSA, 1974, p. 476, tradução nossa). Tal abordagem indica que Cutter trabalhou mais em termos pragmáticos e menos em termos científicos quando comparado a Panizzi. Por essa constatação, convém esclarecer que não se descarta, em absoluto, a abordagem pragmática, já que ela tem o seu valor, desde que seja constituída fundamentalmente e sem improvisos ao sabor de cada catalogador.

Apesar disso, houve avanços, pois Cutter, por exemplo, conseguiu expandir o uso do título uniforme de que se serviram Maunsell e Panizzi, de modo a abranger não só as publicações bíblicas mas também outras obras sagradas e obras anônimas. Nas traduções das últimas, Cutter deu instruções para que a entrada fosse feita sob o título original das obras anônimas (VELLUCCI, 1990, p. 49). Aliás, o expoente da catalogação rejeitou ainda os cabeçalhos Academias e Efemérides do *British Museum*, considerados por ele intrusão de catálogos sistemáticos em catálogos de autores (CUTTER, 1869, p. 102) e criticou o emprego do cabeçalho de forma Catálogos no lugar do de autor, conforme ele próprio expressou em suas regras.

8. Os livreiros e leiloeiros devem ser considerados como autores de seus catálogos, a menos que o contrário seja declarado expressamente.
Dar entrada somente sob o cabeçalho de forma **Catálogos** é próprio da idade das trevas da catalogação. Coloque o catálogo de uma biblioteca sob o nome da biblioteca. (CUTTER, 1876, Regra 8, p. 19, tradução nossa, grifo do autor).

Por outro lado, Cutter (1904) acrescentou o subcabeçalho Coleções para obras literárias (Regra 189) e manteve apenas Enciclopédias (Regra 191) e Periódicos (Regra 192). A seu modo, Cutter denominou tais subcabeçalhos de “entrada de forma”, “registro [formato] sob o nome do tipo de literatura ao qual o livro pertence.” (CUTTER, 1904, p. 20, tradução nossa). Assim, em geral, o americano reduziu o uso de subcabeçalhos de forma, comparativamente ao que Panizzi precisou aceitar, mas não os eliminou de suas regras catalográficas.

No tocante à entrada principal, Cutter alterou o termo “*principal entry*” de Jewett para “*main entry*” e ofereceu uma explicação a respeito dela, na quarta edição de suas regras, que não distou do sentido dado anteriormente: A entrada principal geralmente é dada sob autoria e “[...] se distingue das entradas secundárias por ter o conteúdo completo, que pode ser abreviado ou omitido na entrada de assunto, e por ter todas as notas bibliográficas, a maioria das quais são omitidas na entrada secundária.” (CUTTER, 1904, p. 21, tradução nossa).

No âmbito de um catálogo em fichas com entradas de conteúdo igual, a entrada principal pode ser distinguida por conter outros cabeçalhos pelos quais o livro pode ser encontrado. Assim, esse é o sentido que Cutter (1904, p. 26) propôs para a entrada principal, composta a

partir da autoria de uma publicação, seja ela feita por autor ou por substituto dele, geralmente o título.

No mais, convém referir que, diferentemente de Panizzi, Cutter não teve a preocupação de deixar claro nas entradas bibliográficas a distinção entre livro e obra, pois ele os usa indiscriminadamente. A despeito disso, não se deve desconsiderar, em absoluto, a importância das ideias de Cutter, porque, apesar de algumas questões que possam haver, seu trabalho é citado e reconhecido em Catalogação e suas regras foram desenvolvidas, revisadas e alteradas para constituir várias regras subsequentes, sobretudo na vertente anglo-americana, de maneira que tal vertente é herdeira direta das regras concebidas por Cutter:

Em 1908, a primeira edição das normas da *American Library Association* foi editada como outra revisão de Cutter. Ela foi seguida pela segunda edição preliminar das normas da *American Library Association*, em 1941; vindo depois as normas da *American Library Association* para autor e entrada de título, em 1949; as normas da Biblioteca do Congresso para catalogação descritiva de 1949; e as novas normas de catalogação Anglo-Americana, em 1967. (IMMROTH; DAILY, 1971 *apud* FERRAZ, 1991, p. 101).

Conforme temos assinalado, os ideais desses expoentes não teriam se desenvolvido tanto se não fossem apoiados pelas bibliotecas que os acolheram em seus quadros. Além delas, outras instituições bibliotecárias – sobretudo associações profissionais – deram igualmente impulso àquilo que eles conceberam inicialmente. Mais precisamente, no bojo das ideias desses expoentes, algumas ações desenvolvidas institucionalmente para a catalogação anglo-americana do século XX foram iniciadas ou tiveram suas bases lançadas no último quarto do século XIX, das quais mencionamos as mais recorrentes identificadas na literatura (STROUT, 1956; MARTEL, 1969; DUNKIN, 1969; HANSON; DAILY, 1970; HENDERSON, 1976; BOLL, 1985; HUFFORD, 1992; BLAKE, 2002): a fundação de associações bibliotecárias nos Estados Unidos e no Reino Unido, cujas atividades contribuíram significativamente ao desenvolvimento da catalogação na comunidade anglo-americana, sobretudo como fórum fomentador da catalogação cooperativa; e a parceria entre essas associações, especialmente quanto ao estabelecimento de um conjunto unificado de regras de catalogação.

Ainda em 1876, segundo Martel (1969, p. 40) e outros autores da Catalogação, a fundação da *American Library Association* (ALA), da qual participaram ativamente Mevil Dewey – conhecido criador da Classificação Decimal de Dewey – e próprio Charles Cutter, deu impulso ao desenvolvimento das atividades bibliotecárias nos Estados Unidos, com vistas à busca de soluções para os problemas da biblioteca.

De acordo com Blake (2002, p. 13), uma das preocupações iniciais da ALA foi retomar as ideias de Jewett sobre catalogação cooperativa, por isso essa instituição constituiu algumas comissões para viabilizá-la. As atividades das comissões foram divulgadas por meio de

relatórios publicados periodicamente no *Library Journal*²⁹, um dos quais foi apresentado como conjunto de regras recomendado pela ALA à instrução da prática catalográfica nos Estados Unidos: as *Condensed Rules for Cataloging*³⁰ (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1878), chanceladas pela *Committee on Uniform Title Entries*, composta por Cutter, Spofford, Green, Dyer e Jones. Por trás disso, havia a intenção dos criadores das *Condensed Rules for Cataloging* de dar-lhe um caráter de regras resumidas de suas matrizes, declarou textualmente o próprio Cutter: "Sumariar um código, que permanecerá como a recomendação desta Associação até que seja ordenado de outra forma." (CONFERENCE OF LIBRARIANS, 1879, p. 299, tradução nossa).

Mais tarde, em 1883, sob a chancela da *Cooperation Committee* da ALA, essas Regras foram revisadas e renomeadas para *Condensed Rules for an Author and Title Catalog*³¹, que, de acordo com Hufford (1992, p. 32), foram criadas sob o espírito de Panizzi, de Jewett e de Cutter, tanto que este último as incorporou como apêndice I da segunda edição de suas regras (CUTTER, 1889, p. 99). Aliás, a própria comissão sugeriu que os profissionais as observassem conjuntamente com as Regras de Cutter³², as Regras da *Library Association of the United Kingdom*³³ (LAUK) e as Regras dos catálogos bodleianos para definições, para a discussão de casos específicos e para exemplos ilustrativos (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1883, p. 251).

Desse modo, por si só, as *Condensed Rules for an Author and Title Catalog* foram insuficientes para servir de padrão único à catalogação nos Estados Unidos, na medida em que "[...] simplesmente combinou as Regras de Cutter e os códigos ingleses como fonte de recomendação e apoio para catalogadores individuais." (HEISEY *apud* BLAKE, 2002, p. 46, tradução nossa).

A propósito, no lado europeu do Atlântico, a LAUK, criada um ano após a associação americana, em 1877, trilhou caminho paralelo à sua coirmã e buscou parceria mútua nas questões catalográficas desde aqueles tempos, pois era comum haver participantes de um país nas conferências promovidas pelo outro lado do Atlântico, a ponto de os americanos aguardarem o progresso britânico em regras catalográficas com a intenção de propor um código anglo-americano unificado (BLAKE, 2002, p. 13; HUFFORD, 1992, p. 32). Do mesmo

²⁹ Vale dizer que a *Library Journal*, publicação periódica editada pela ALA, nasceu junto com tal associação, tornando-se importante meio de divulgação das atividades bibliotecárias dos Estados Unidos e do Reino Unido.

³⁰ Em português, *Regras Condensadas para Catalogação*.

³¹ Em português, *Regras Condensadas para Catálogo de Título e Autor*, mais tarde, revisadas pela *Advisory Catalog Committee* e publicadas em 1902 pela *Library of Congress*.

³² Atento a essa recomendação, Cutter aprimorava seu código acrescentando mais regras para casos específicos, definições e exemplos ilustrativos nas edições subsequentes de suas regras: 2ª edição, em 1889; 3ª edição, em 1881, e a 4ª edição, em 1904.

³³ Associação de Bibliotecas do Reino Unido.

modo que a ALA, a LAUK publicou duas edições de suas regras – *Cataloguing Rules of the Library Association of the United Kingdom* – em 1881 e 1883, produzidas a partir das discussões em conferências realizadas pela associação no Reino Unido.

Constituídas essas associações, elas começaram a empreender ações em prol da atividade bibliotecária. No âmbito catalográfico, convém destacar a ideia de Jewett sobre catalogação cooperativa, dado que, segundo Henderson (1976, p. 228), de fato, ela fomentou substancialmente o direcionamento da catalogação anglo-americana, sobretudo ao apontar a necessária uniformidade nos procedimentos catalográficos, isto é, adesão pelos catalogadores de trabalharem a catalogação cooperativamente sob práticas e regras comuns.

Além de suas regras catalográficas, a ação de Jewett que merece atenção, conforme temos sinalizado, diz respeito à face mais visível de sua ideia – o serviço de distribuição de fichas para catálogos, o qual ganhou visibilidade quando a LC o assumiu plenamente, em 1901. Antes disso, entre 1853 e 1901, houve algumas iniciativas e ideias para estabelecer tal serviço, relatam Hanson e Daily (1970, p. 269-270) a partir de um relatório publicado pela LC.

À semelhança da experiência de Jewett, tais iniciativas não tiveram continuidade nem foram bem sucedidas, segundo Jordan (1904), porque esbarraram em certas dificuldades, dentre as quais citamos: não tiveram apoio suficiente para compensar as despesas do empreendimento; resistência por parte dos profissionais em modificar métodos de trabalho; lentidão de entrega das fichas devido à demora por parte dos publicadores em enviar os livros; incompatibilidade das fichas impressas com as existentes nas bibliotecas, muitas das quais com cabeçalhos desnecessários ou indesejáveis; dentre outros entraves.

Apesar de percalços, o projeto de estabelecer um meio centralizado de impressão de fichas prosseguiu, conforme indica a cronologia que Jordan (1904) descreveu. Por esse autor, é possível constatar que o desenvolvimento da ideia e a distribuição de fichas, em 1893, esteve por conta da *Library Bureau* – empresa comercial privada criada por Dewey para fornecer produtos bibliotecários. Naquele ano, a empresa se dispôs a produzi-las e, de fato, produziu-as até 1896, quando repassou o trabalho à *ALA Publishing Section*.

Na ocasião, essa instituição privada admitiu textualmente no *Library Journal* a impossibilidade de dar continuidade ao trabalho que se propusera a fazer devido a problemas no trato com os publicadores dos livros. Por isso, o *Library Bureau* desistira do serviço, acreditando que o mesmo teria menos dificuldades se fosse chancelado pela *ALA Publishing Section* (THE L. B. PRINTED..., 1896, p. 278).

Ainda em 1896, por meio de uma circular cujas instruções foram publicadas no *Library Journal*, a referida seção deu explicações às bibliotecas assinantes do serviço a respeito de como elas deveriam proceder para obter as fichas impressas ao custo de dez centavos de dólar por livro, mas o serviço – sem apoio e demandas suficientes – não prosperou e foi abandonado (JORDAN, 1904, p. 319).

A despeito desse insucesso, a *ALA Publishing Section* insistia na ideia de constituir o serviço de fichas impressas, porque buscou parceria com instituições bibliotecárias americanas com o intuito de restabelecê-lo para periódico e outros tipos de publicação. Houve alguns avanços, mas a intervenção decisiva se deu quando a ALA firmou parceria com a LC para que esta tomasse a frente dos trabalhos, em 1901. Isso será retomado na próxima seção, por ora vale dizer que essa biblioteca vinha produzindo fichas impressas para suas necessidades desde 1898, e também começou a armazenar quantidades extras delas para uso próprio e para vendas futuras, conforme divulgado num relatório da própria LC, referido por Edlund (1976, p. 399).

Daí, ante ao exposto nesta seção, é possível constatar que as contribuições dos expoentes da Catalogação anglo-americana no século XIX – Panizzi, Jewett e Cutter – lançaram as bases que sustentariam a concepção das regras anglo-americanas de catalogação do século XX. Cada um deles notabilizou-se em aspectos determinantes sobre os quais as regras desse processo catalográfico deveriam se sustentar: Panizzi, com sua atitude crítica de catálogos e regras de catalogação, percebeu os aspectos essenciais em entradas do catálogo, como a representação das distintas edições de obras em catálogo; Jewett defendeu a ideia de catalogação cooperativa minimizadora de custos da catalogação, caminho que determinou consideravelmente o processo catalográfico no século XX; e Cutter elaborou regras catalográficas em função de objetivos aos quais o catálogo deveria atingir e em função da conveniência do usuário do catálogo.

Com efeito, eles são reconhecidos como expoentes da Catalogação anglo-americana, sendo constantemente rememorados por suas contribuições e pioneirismo nos estudos da área, sobretudo quanto à proposição de regras catalográficas. Por isso, é possível encontrar na literatura referências ao século XIX, como: a Idade de Ouro, referida assim pelo próprio Cutter, em 1903 (VAN HOUTEN, 1981, p. 363), ou a Era dos Pioneiros (HENDERSON, 1976, p. 227).

No tocante à entrada principal, os três a mantiveram como a entrada formada sob um dado autor, a qual contém as informações completas representativas de uma dada publicação, ao passo que indica também outras entradas secundárias pelas quais a publicação pode ser acessada. Nas situações em que o autor não pudesse ser determinado satisfatoriamente, o título ou um indicativo de forma poderia ser um substituto da autoria. À exceção do título, observa-se que é impróprio formar a entrada principal sob um indicativo de forma, em razão de este ser adequado à composição de catálogo sistemático.

Em seus termos, Panizzi tentou modificar tal cenário para dar um sentido mais fundamental à entrada principal, mas foi demovido de seus propósitos por seus opositores e teve que aceitar cabeçalhos não designativos de autor e de título em seu catálogo. Por sua parte, Jewett e Cutter mantiveram a tradição dos cabeçalhos de forma na entrada principal de certas

publicações, dando instruções em seus respectivos catálogos sobre o uso deles, embora o último expoente tenha reduzido a extensão previsional deles em suas regras.

Os ideais concebidos por esses expoentes, desenvolvidos com o apoio das bibliotecas que os acolheram, foram fortalecidos ainda mais quando a comunidade e as instituições bibliotecárias se dispuseram a adotá-las. Mais que se apropriar dos ideais dos expoentes, as instituições bibliotecárias deram seguimento e executaram aquilo que eles conceberam inicialmente em catalogação. Isso foi feito por intermédio das comissões criadas por tais instituições e das conferências promovidas por elas, com o fim de estudar, discutir, divulgar e encaminhar uma catalogação pautada pelo trabalho cooperativo em escala binacional. Nessas ações, as associações serviram de fórum à comunidade catalográfica anglo-americana, na qual indivíduos e instituições bibliotecárias tinham a condição de apreciar, estudar e questionar a catalogação.

Desde então, as ações dessas associações em catalogação começaram a ganhar força, notoriedade e autoridade, e isso ficou tão impregnado na catalogação que determinou os ditames da catalogação anglo-americana no transcurso do século XX. Assim, o cenário estava pronto, dado que as bases catalográficas lançadas por intermédio dos referidos expoentes da catalogação, combinadas com as ações institucionais levadas a cabo, abriram o caminho para uma nova era da catalogação, conforme veremos na sequência.

3.3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS REGRAS CATALOGRÁFICAS DE 1900 A 1940

Conhecidas as eras da catalogação (dos inventários e das listas de busca), inclusive o despontar das regras catalográficas e as ações em prol de uma catalogação cooperativa, chega-se, enfim, ao século XX – Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas, referidos assim por Hanson e Daily (1970), porque se torna habitual o ato de discutir e de examinar coletivamente a prática e as regras catalográficas, além dos muros de uma única biblioteca ou de um contexto institucional.

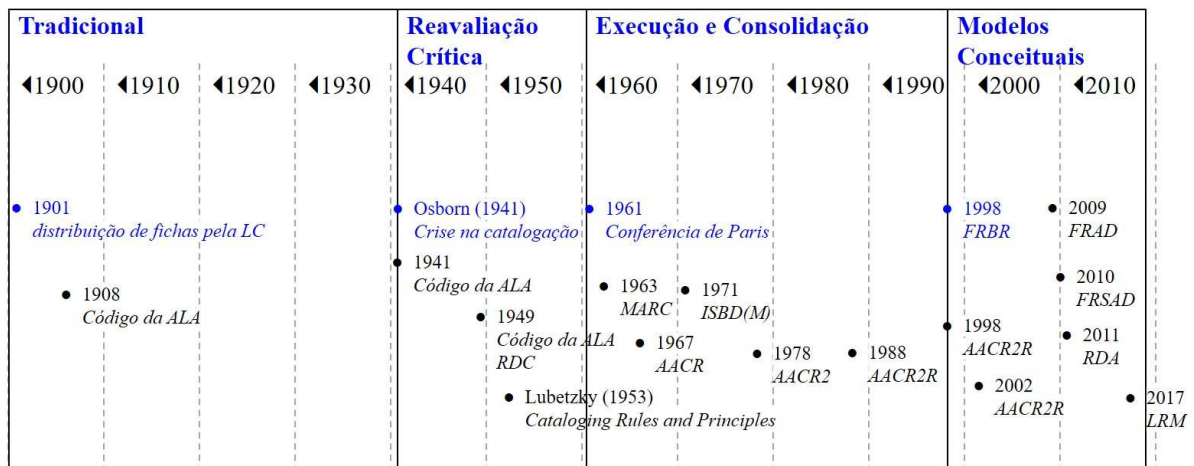
De mais a mais, é nesse momento que as contribuições anglo-americanas para a prática catalográfica começam a ditar o rumo das regras de catalogação em muitos países, a ponto de exercer uma autoridade subliminar na prática catalográfica internacional, ofuscando a existência das regras de outros países.

Considere-se que Hanson e Daily (1970) subdividem a última Era da Catalogação em dois períodos (Período Tradicional e Período da Reavaliação Crítica), os quais retrabalhamos para acrescentar outras subdivisões além das dos autores, pois o texto escrito por eles não abrange completamente o século XX e o início do século XXI.

Na adaptação, mantivemos os períodos definidos pelos autores e acrescentamos outros dois: 1) **Período Tradicional**, que se estende até 1941, com a publicação de artigo de Osborn

(1941) – *The Crisis in Cataloging*; 2) **Período da Reavaliação Crítica**, de 1941 a 1961, limitado pela realização da Conferência de Paris, época de discussões críticas que buscavam uma fundamentação consistente das regras e dos instrumentos de catalogação; 3) **Período da Execução e Consolidação**, de 1961 a 1998, no qual as regras e outros instrumentos da catalogação anglo-americana foram elaborados a partir das discussões levadas a cabo no período anterior, postos em prática, atualizados e incorporados a catalogação de muitos países (período delimitado pela publicação do primeiro modelo conceitual da catalogação – os FRBR); e 4) **Período dos Modelos Conceituais**, de 1998 em diante, no qual ocorre a publicação dos FRBR, dos FRAD, dos FRSAD, da normativa RDA e do modelo LRM. Essa cronologia está ilustrada na Figura 6.

Figura 6 – Períodos da Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas



Fonte: Adaptado de Hanson e Daily (1970).

Nota: as edições do AACR2 de 1988, de 1998 e de 2002 são revisões.

Tendo esses períodos como pano de fundo, de início, antes de nos debruçarmos sobre o primeiro período da era em questão, é preciso assinalar o entendimento do termo “tradicional” que o caracteriza. Em sentido etimológico, é o ato de transmissão de técnicas, de fatos ou de dogmas de uma geração a outra, ou seja, a herança produzida e deixada por uma geração a outra num campo do conhecimento. Tal herança é recebida por geração posterior, que a faz frutificar, mesmo ela não sendo necessariamente o melhor resultado produzido pela geração anterior (ABBAGNANO, 2007, p. 967; PRIBERAM, 2013; CUNHA, 2010, p. 643). Nesse âmbito, o problema da tradição é tomá-la como apoio principal à prática da catalogação, visto que tal atitude é diametralmente oposta à posição crítica esperada do profissional catalogador. Logo, a tradição catalográfica deve ser observada quanto ao seu valor, contanto que seja examinada criticamente.

Para além disso, se considerarmos que a prática catalográfica nas três primeiras décadas do século XX é uma frutificação das propostas de Panizzi, Jewett e Cutter potencializadas pelas ações de instituições bibliotecárias, então podemos legitimar o caráter tradicional do período – aquilo recebido de predecessores, como se evidencia nas práticas catalográficas adotadas no primeiro período da Era da Autoridade e Escrutínio Catalográfico, quiçá um momento de experimentar as propostas desses expoentes repercutidas através das ações institucionais.

Dito isso, por esse tempo, a ALA se esforçou para fortalecer a catalogação cooperativa proveniente de Jewett, sobretudo em estabelecer definitivamente a face mais visível da ideia desse expoente da catalogação – o serviço de distribuição de fichas impressas. Para tanto, havia a compreensão entre os profissionais daquele tempo que estas ações deveriam ser firmadas antes de iniciar o serviço: acordo sobre o tamanho padronizado de fichas e sobre o que descrever sobre elas, sinaliza Putnam (*apud* EDLUND, 1976, p. 391), e também “[...] uma estrutura organizacional forte para coordenar e monitorar o esforço.” (TILLET, 1994, p. 26, tradução nossa).

Em vista disso, a *ALA Publishing Board*, denominação nova dada à *ALA Publishing Section*, por intermédio de sua *Advisory Committee on Cataloging Rules*³⁴, fez recomendações sobre aspectos tipográficos e forma das fichas impressas, cujo serviço de distribuição estava previsto para ser iniciado ainda em 1901 (HENDERSON, 1976, p. 230; BLAKE, 2002, p. 16). Assim, na toada da parceria, a ALA e a LC atuaram para estabelecer em definitivo o serviço de distribuição de fichas impressas, num período caracterizado pelo crescente emprego de catálogos em ficha.

Nesse contexto, autores como Scott (1976) e Edlund (1976) levantaram algumas razões para o sucesso desse serviço comparativamente às experiências realizadas ao fim do século XIX. Muitas das razões foram relatadas por aqueles que a testemunharam e dentre as quais citamos: a clientela estável e crescente popularidade dos catálogos de fichas que começava a substituir os catálogos impressos em livros; a otimização de custos de aquisição das fichas impressas, as quais poderiam ser solicitadas de acordo com as necessidades de cada biblioteca, em vez de pagar por todas as fichas impressas da LC, como era no modelo das fichas publicadas pela ALA no século anterior; as sugestões de assuntos dadas nas fichas; a capacidade de a LC produzir regularmente as fichas em gráficas próprias; equipe profissional capacitada para lidar com o fornecimento das fichas impressas; dentre outras razões.

No âmbito do serviço, convém ressaltar o avanço trazido pelo serviço de fichas catalográficas impressas da LC, no tocante ao fato de que,

Na era dos catálogos impressos em livro e dos catálogos de fichas manuscritas, a entrada mais completa sempre foi estabelecida pelo primeiro autor com entradas abreviadas pelos nomes dos outros autores. A adoção de fichas impressas da LC permitia

³⁴ Comissão Consultiva para Regras de Catalogação.

a entrada completa de cada um dos autores, já que todas as cópias das fichas seriam idênticas. (BLAKE, 2002, p. 17, tradução nossa).

Nesse sentido, o papel da entrada principal em conter informações completas representativas de uma publicação no catálogo impresso em livro foi transferido para o catálogo em fichas: “[...] na verdade estava vendendo lotes de fichas de entrada principais – isto é, fichas duplicadas com a informação bibliográfica completa em cada ficha sob um cabeçalho de nome de autor.” (BIERBAUM, 1994, p. 82, tradução nossa). De uma ficha de entrada principal, cada biblioteca participante do serviço podia duplicá-la, com o fim de acrescentar na parte superior de cada cópia um ou mais cabeçalhos além do que figurasse na entrada principal, assim o catalogador podia criar tantas entradas secundárias que necessitasse.

Além da questão de recomendar padrões de fichas impressas e estabelecer um serviço de distribuição de fichas impressas, ainda havia outra demanda a ser enfrentada pela *Advisory Committee*: a concepção de conjunto de regras para a catalogação cooperativa. De início, com anuência da ALA, a LC valeu-se de suas próprias regras, publicadas em 1898, como parâmetro regulador da catalogação em fichas impressas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1904, p. 3, tradução nossa).

A despeito dessa aceitação, havia o entendimento de que a comissão da ALA deveria continuar seu trabalho para conceber um novo código substituto das *Condensed Rules for an Author and Title Catalog*, de 1883 (BLAKE, 2002, p. 16). Segundo Henderson (1976, p. 230-231), a parceria da LC com a ALA resultou na publicação das *A.L.A. Rules, Advance Edition*³⁵, em agosto de 1902, o qual, em essência, não distou das regras da LC de 1898.

Assim, munida de fichas padronizadas e de regras catalográficas, a distribuição de fichas impressas pela LC³⁶ progrediu e, com efeito, caracterizou a prática catalográfica do início do século XX nos Estados Unidos e foi uma ação inovadora para a época, tornando-se uma atividade rentável para essa biblioteca, a ponto de a mesma tratar a catalogação mais sob o ponto de vista prático do que sob o ponto de vista teórico de processo consistente, segundo Van Houten (1981, p. 365).

Com isso, a LC passou a ordenar as práticas catalográficas nos Estados Unidos, incluindo-as nos catalogadores como processo pensado por ela e oferecido à comunidade catalográfica como produto acabado, cuja compreensão passa pelo peso de condicionantes

³⁵ Em português, *Regras da ALA, edição avançada*.

³⁶ A distribuição das fichas pelas bibliotecas dos Estados Unidos, disponível para todas as bibliotecas que pagassem por elas, se deu num momento em que o catálogo de fichas começava a prevalecer sobre outras formas de apresentação, como constatou Martel (1969, p. 43) ao apresentar dados comprobatórios de tal crescimento: na década de 1870, o catálogo em ficha estava em estágio experimental, comparativamente aos 1010 catálogos impressos em livros listados em relatório do *Bureau of Education*, publicado em 1876; em 1893, o relatório de Lane (1896) listou 43 catálogos em ficha; em 1902, a consolidação desse catálogo fica mais evidente com o crescente aumento nos anos subsequentes da distribuição de fichas de catálogos pela Divisão de Fichas da *Library of Congress*. Porém, tal crescimento incomodou os catalogadores e os administradores bibliotecários por causa dos custos e a complexidade que o processo tendia a ter.

econômicos e tecnológicos. Ilustração parcial disso é o trecho das questões de J. Rowell sobre catalogação, publicado no *Library Journal*, em 1905, o qual foi remetido a J. Hanson, um dos integrantes da comissão consultiva da ALA:

Se lhe escrevo de vez em quando, [... é para] compreender definitivamente e saber sua madura e equilibrada decisão a respeito de casos ou formas especiais, para que possamos ser coerentes com as fichas impressas recebidas da LC [...] 1. Daqui em diante você pretende grifar regularmente cabeçalhos oficiais em itálico? [...] 2. Estamos dispostos a divergir de você quanto à forma de escrever nomes completos [dos autores], [...] 3. Estamos extremamente ansiosos para saber se você, juntamente com a Comissão da ALA, chegou a qualquer definição a respeito de cabeçalhos diretos ou invertidos para as divisões de governos ou estados, [...]. (QUESTIONS..., 1905, p. 278, tradução nossa).

Embora Kroeger (1902, p. 1012) acreditasse que códigos – como as *A.L.A. Rules, Advance Edition* – não teriam quaisquer alterações radicais no futuro, questões recorrentes como as de Rowell deram indícios de que mudanças nas regras seriam inevitáveis.

Em vista da necessidade de novas regras catalográficas, em 1904, a ALA, por intermédio da *Advisory Committee on Cataloging Rules* intensificou vínculos com a LAUK, com o fim de harmonizar regras catalográficas aplicáveis nos Estados Unidos e no Reino Unido. Para esse propósito, as duas comissões formadas em cada país com representantes de vários tipos de bibliotecas realizaram suas atividades ao longo de quatro anos, resultando na elaboração de outro conjunto de regras catalográficas.

Apesar do trabalho desafiador enfrentado pelas comissões anglo-americanas, o resultado foi surpreendente, pois elas conseguiram alcançar consenso para a maioria das regras catalográficas. Porém, 8 das 174 regras do futuro código apresentaram divergências, segundo Frías Montoya (1995, p. 289), porque os britânicos preferiram utilizar nomes e títulos mais antigos enquanto os americanos preferiram utilizar os mais recentes.

Por causa das divergências, duas versões do código catalográfico vindouro foram publicadas, uma para cada país. Observe a carta escrita pelo Sr. Minto, secretário da comissão britânica para revisão de regras do catálogo, a qual foi reproduzida no prefácio desse Código:

Nós entendemos que o código deve ser impresso em duas edições (inglesa e americana), mas elas devem, tanto quanto possível, ser idênticas em disposição e redação, e que, quando uma divergência de opinião entre as duas comissões existirem com relação a uma regra específica, tal diferença de opinião deve ser explicada em nota anexa à regra em questão ou pela impressão das duas regras lado a lado, mostrando qual é qual. Confio, no entanto, sermos capazes de chegar à unanimidade na maioria dos pontos, de modo que os casos em que há divergência de opinião possam ser muito poucos, de fato. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; LIBRARY ASSOCIATION, 1908, p. vii, tradução nossa).

Desse modo, o cenário anglo-americano de regras de catalogação daquela época foi formado por duas versões publicadas em 1908, fruto da parceria de duas associações: uma versão para os Estados Unidos, publicada pela *American Library Association* e intitulada *Catalog Rules: Author and Title Entries*, a qual referimos como Código da ALA de 1908; e uma versão para as Ilhas Britânicas, publicada pela *Library Association* com o título *Cataloguing*

Rules: Author and Title Entries, que perdurou entre os britânicos por 59 anos até ser substituída pela primeira versão do AACR (1967). Contíguo a isso, o Código da ALA de 1908 foi analisado criticamente por autores como Dunkin (1969, p. 10), para quem esse conjunto de regras foi elaborado sem causa ou razão, comparativamente ao que Cutter fizera em seu código (DUNKIN, 1969, p. 10).

De modo semelhante, críticas pontuais foram dadas por Tait (1969) e Needham (1971), das quais citamos: condições e casos analisados de modo incompleto, causando inconsistências e omissões em algumas regras; definições inadequadas; exemplos ilustrativos, muitos dos quais inadequados por estarem em alemão ou latim, por condizerem somente com o contexto americano, por serem grafados em itálico sem razão aparente ou por conflitarem entre si; a tendência de ignorar a identidade do autor estabelecida no documento (pseudônimos, por exemplo, eram preteridos em favor do nome real); dúvidas quanto ao modo de o catálogo ter entrada direta ou colocativa³⁷, de maneira que muitas regras privilegiavam a colocação, algumas das quais, de modo inconsistente; sugestão de cabeçalhos não autorais³⁸, cuja colocação resultante é raramente necessária e lógica para os usuários do catálogo; questões sobre autoria corporativa, como a distinção entre sociedades e instituições e o modo de estabelecer os cabeçalhos, por vezes de difícil compreensão.

Além disso, no Código da ALA de 1908 houve a tendência de basear regras, “[...] não sobre o problema bibliográfico envolvido pela informação da página de rosto, mas em critérios puramente irrelevantes” (TAIT, 1969, p. 70, tradução nossa). Prosseguindo, esse autor constatou também que o referido código aceitou “[...] o conceito de unidade literária de catalogação de autores e títulos, mas geralmente ignora o conceito de unidade bibliográfica”; subjazendo nas regras de 1908 o conceito de responsabilidade intelectual para determinar cabeçalhos do autor, embora isso nem sempre pudesse resolver a questão de autoria, completou esse autor (TAIT, 1969, p. 49). Por isso, afirmou-se que se tratava de um código sem causa ou razão.

O texto dessas regras mantém o sentido da entrada principal ser a que contém informações completas representativas de uma dada publicação e os cabeçalhos com todas as entradas sob o qual tal publicação pode ser pesquisada no catálogo.

No tocante ao título uniforme, o código em questão tratou-o do mesmo modo que Cutter estabeleceu em suas regras para Bíblia e obras anônimas, ou seja, o Código da ALA de 1908

³⁷ De acordo com Needham (1971, p. 28), o catálogo direto contém entradas diretas a um documento específico sob o nome do autor, como aparece na página de rosto da obra, isto é, o objetivo principal desse catálogo é recuperar um ou mais documentos específicos quando seu autor é conhecido. Por sua vez, o catálogo colocativo, também chamado de catálogo bibliográfico, reúne as entradas dos documentos de um autor, seja qual for o nome usado por ele em seus escritos.

³⁸ Cabeçalho não autoral é um conceito problemático, posto que, por definição, ele é empregável para indicar cabeçalho de título ou de assunto, por exemplo. No contexto da primeira metade do século XX, no entanto, o uso desse cabeçalho foi defendido para tratar de: cabeçalhos designativos de autor pessoal ou corporativo seguido do designativo *réu* ou *autor*; cabeçalhos elaborados do nome de um navio quando este fosse o designativo nominal das publicações produzidas por uma expedição científica; cabeçalhos descritivos de publicações legais; 3. cabeçalhos com título convencional para obras clássicas anônimas (ELLINGER *apud* LUBETZKY, 2001, p. 162).

deu continuidade ao uso de títulos uniformes para relacionar manifestações de algumas obras. Porém, isso não se deu com as obras anônimas traduzidas, pois elas tiveram suas entradas estabelecidas de seu título traduzido (VELLUCCI, 1990, p. 50). Outrossim, esse código catalográfico manteve o uso de certas subdivisões de forma com o fim de facilitar o uso do catálogo, a despeito dos questionamentos contrários que as consideravam entradas estranhas dentro de um catálogo de autor (MARSHALL, 1980, p. 186).

Sendo um mosaico de orientações catalográficas sem fundamento lógico e consistente, as incoerências elencadas mostram que não havia princípios sólidos e suficientes no Código da ALA de 1908 para estruturar entradas principais coerentes entre si. Em que pese a quantidade de críticas, de acordo com Henderson (1976, p. 231), o Código da ALA de 1908 acabou por cooperar para: a catalogação cooperativa, dentro e fora dos países envolvidos; a liderança da LC em determinar e implantar as práticas de catalogação na vertente anglo-americana; o caráter da catalogação descritiva, o qual considera sobretudo as entradas sob autor e sob título. No entanto, ainda que empregado como base da catalogação no contexto anglo-americano do início do século XX, há dúvidas se os bibliotecários adotaram o referido código sem emendas (BAKEWELL, 1972, p. 31).

Com o estabelecimento do Código da ALA de 1908 e com a liderança da LC em conduzir os processos catalográficos aceita pela comunidade catalogadora nos Estados Unidos, houve um momento de decantação desse conjunto de regras nas décadas de 1910 a 1930, em que essa biblioteca continuou à frente na determinação de regras catalográficas nos Estados Unidos, publicando regras suplementares, relativas a especificidades desse processo, com a expectativa de atender todas as necessidades da comunidade catalogadora desse país, segundo Henderson (1976, p. 232).

Exemplo disso foi relatado por Gjelsness (1937, p. 366), o então presidente da *ALA Catalog Code Revision Committee*, o qual afirmou que Harriet Pierson, membro da *Library of Congress Catalog Division*, revisou regras de entradas para instituições e sociedades. Pierson as enviou aos integrantes de sua comissão para que eles as estudassem e criticassem. Tais regras foram compiladas e editadas por ele no *Guide to the Cataloguing of the Serial Publications of Societies and Institutions* (PIERSON, 1919), publicação cuja primeira edição e tiragem se deu em 1919. Em seguida, o presidente declarou que: “essas regras (cinquenta e quatro páginas de cópias fotostáticas) foram oferecidas como revisões provisórias das regras 72 a 111 do Código da A.L.A. [1908]” (GJELSNESS, 1937, p. 366, tradução nossa). Além disso, Gjelsness relatou os progressos havidos quanto à revisão de regras das entradas de publicações seriadas, de publicações religiosas, de publicações com música, de incunábulo, dentre outros avanços.

Porém, isso teve seu preço, pois, conforme Gallagher (1991, p. 9), o Código da ALA de 1908 funcionou como uma das duas fontes primárias que guiava a catalogação daqueles tempos; a outra, eram as práticas regradas da própria LC aplicadas em combinação com as regras da ALA. O problema é que essas fontes variavam suas orientações, por isso o entendimento

e a aplicação delas era tarefa complexa, possível apenas àqueles com a experiência de trabalhar por algum tempo na LC (GALLAGHER, 1992, p. 11). Vale considerar que, segundo esse autor, as práticas regradas da biblioteca em questão eram definidas por um conjunto de precedentes catalográficos específicos, uma espécie de jurisprudência catalográfica que considera casos anteriores, em vez de princípios gerais aplicáveis por senso comum.

Assim, longe de haver um ambiente catalográfico estável, frequentemente a LC fornecia regras, publicando-as para cada situação ou caso específico surgidos na prática catalográfica, reforçando assim o caráter tradicional desse período da catalogação. Desse modo, “[...] a catalogação se tornara um padrão *ad hoc*, em que cada decisão da LC poderia ser fonte potencial de controvérsia. Para dissipar controvérsias, regras eram formuladas para cada detalhe, e o número delas se multiplicou.” (VAN HOUTEN, 1981, p. 365, tradução nossa).

Nesse âmbito, vale mencionar aquilo que Lane já constatara em 1904: que os códigos se tornariam mais longos quanto mais fossem revistos, a despeito de haver a intenção de tornar os processos catalográficos mais simples, uniformes e econômicos (LANE, 1904, p. 141).

Considere-se também a percepção de Charles Hastings (*apud* HENDERSON, 1976, p. 231), chefe da divisão de fichas da LC, o qual deu a entender em relatório que as fichas distribuídas pela biblioteca estavam prejudicando o modo de catalogar das bibliotecas. Sobre isso, “à medida que as bibliotecas cooperantes preparavam a cópia para Washington, elas frequentemente tinham que pedir ajuda à *Library of Congress* sobre regras de catalogação, especialmente quando encontravam duas ou mais práticas variantes nas fichas [...]”, registrou Osborn (1991, p. 38, tradução nossa).

Esse relato oferece indícios de diferentes práticas catalográficas entre os profissionais e setores da própria LC. Em parte, isso ocorreu no momento histórico conturbado e incerto causado – sobretudo – pela I Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, e pela Grande Depressão, em 1929, quando a equipe responsável pelo serviço de distribuição de fichas foi afetada quantitativa e qualitativamente por causa dos baixos salários e das mudanças constantes de seus membros. Por outra parte, isso se deveu às próprias práticas regradas da LC pautadas por casos precedentes analisados isoladamente sem razão ou causa.

Com esse cenário, era impossível haver entradas catalográficas estruturadas de modo consistente nos catálogos bibliotecários. Svenonius e McGarry (2001b, p. 47) assinalaram isso quando afirmaram que as regras vigentes nesse momento contribuíram ao retrocesso da catalogação durante três décadas, já que eram desprovidas de propósito ou princípio.

Desse modo, segundo Osborn (1942, p. 207), as regras da ALA, em combinação com as regras revisadas ou suplementares publicadas entre 1908 e 1933, trouxeram mais discrepâncias ao processo catalográfico. Por isso o Código da ALA de 1908 permaneceu à deriva, sem princípios orientadores, ao passo que demandava mais e mais regras específicas e detalhadas não abrangidas pelo texto original do código, como um efeito bola de neve morro abaixo. Ao catalogador, restava “[...] apelar para um código derivado do século anterior, o qual

tinha informações limitadas, ou apelar para a prática da LC, que prometia aumentar em vez de diminuir o acúmulo de obras não catalogadas na biblioteca.” (GALLAGHER, 1991, p. 11, tradução nossa).

Ante um cenário de regras catalográficas instáveis e de um serviço de fichas impressas defeituoso, as atividades bibliotecárias começaram a ser examinadas criticamente pela comunidade catalogadora dos Estados Unidos, sobretudo a partir da década de 1930. Por esse tempo, havia clamor pela efetivação de novas regras e o reexame das existentes com atenção, tendo em vista a catalogação cooperativa (GJELSNESS *apud* HENDERSON, 1976, p. 233).

Para tanto, em 1930, a ALA formou uma subcomissão, com o fim de revisar o seu Código de 1908. Em 1932, ela foi elevada à condição de comissão da ALA sob a denominação *Catalog Code Revision Committee*. Entre 1930 e 1935, quando as atividades da comissão foram iniciadas, houve estudos e discussões intensas em reuniões regionais sobre o direcionamento a ser dado às regras do novo código para a concepção das entradas do catálogo.

Em geral, segundo Gallagher (1991, p. 10), havia o entendimento de que o novo código deveria ser expandido sem mudanças radicais nas regras, conforme expressou Gjelsness em carta enviada a Ruth Wallace: “Minha própria ideia sobre o escopo do novo código é que ele será substancialmente o mesmo que o anterior, com considerável expansão das regras antigas, a adição de algumas novas e mais exemplos.” (*apud* CARPENTER, 1981, p. 21, tradução nossa). De fato, essa comissão apresentou um texto preliminar do novo Código em 1941, mas isso será tratado com mais detalhes na próxima seção.

Por ora, vale mencionar o entendimento contrário à expansão minuciosa das regras catalográficas, declarado por Julia Pettee, estudiosa de Catalogação daquele tempo, num artigo publicado em 1936, no qual tratou do desenvolvimento e da formulação das regras catalográficas sobre entradas de autoria. Ela sugeriu que os revisores das regras fizessem uma análise “[...] mais cuidadosa de todas as regras para descobrir princípios básicos que, se aplicados consistentemente, simplificarão os problemas e eliminarão muitas decisões especiais.” (PETTEE, 1936, p. 290, tradução nossa).

Para tanto, os revisores do código deveriam se pautar pela elaboração de regras e definições catalográficas mais simples e claras das principais questões que permeavam os profissionais, a despeito de contingências existentes. Do contrário, sem limites nas regras, o código seria uma “[...] enciclopédia de distinções pedantes e orientações específicas para cada capricho possível.” (PETTEE, 1936, p. 290, tradução nossa). Desse modo, tem-se dois entendimentos contrários sobre os direcionamentos a serem dados para regras catalográficas: se pautadas por expansão de regras ou por princípios, e esse foi o dilema que ritmou as discussões sobre catalogação na década de 1940.

Ante o exposto nesta seção, o Período Tradicional da Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas, entre 1900 e 1940, foi caracterizado por duas ações que visavam fomentar a catalogação cooperativa, nos termos defendidos inicialmente por Jewett: o

estabelecimento do serviço de distribuição de fichas e o estabelecimento de um código catalográfico comum à comunidade catalogadora de dois países. Ao mesmo tempo, a LC – em parceria com outras instituições bibliotecárias americanas e britânicas – começou a exercer sua liderança em determinar regras catalográficas na comunidade anglo-americana, notadamente pelo Código da ALA de 1908 e pelas regras próprias que estabeleceu, as quais são devedoras de Jewett e dos outros expoentes da Catalogação – Panizzi e Cutter.

As referidas ações foram bem-sucedidas em alguma medida. Postas em prática, porém, revelaram-se limitadas, sobretudo quando se constata que as regras catalográficas foram insuficientes para estabelecer registros bibliográficos bem estruturados, a despeito dos esforços da LC em fornecer regras adicionais ou criar comissões para discutir e revisá-las. Ressalte-se que a entrada principal, por este tempo, continuou a ser vista como a entrada que contém as informações representativas ou descritivas de um documento, da qual provém as entradas secundárias formadas a partir dos cabeçalhos pelo qual a publicação pode ser pesquisada no catálogo.

Nesse contexto, o serviço de distribuição de fichas compeliu a LC a se pautar por uma abordagem mais imediata em detrimento de uma abordagem teórica sobre a estrutura da entrada principal, induzindo a biblioteca a fornecer mais regras de caráter *ad hoc* para cada novo caso que surgia na prática catalográfica, causando prolixidades e prolifidades de regras determinadas circunstancialmente e destituídas de propósitos ou de princípios orientadores. Mas, isso degradou ainda mais a catalogação, dado que trouxe mais dificuldades para os catalogadores, os quais se viram obrigados a valer-se de guias catalográficos contraditórios e instáveis em seu trabalho.

Ante a essa situação, surgiram críticas efusivas na comunidade catalográfica quanto à catalogação determinada pelas instituições bibliotecárias, especialmente nos Estados Unidos, por isso, em resposta às críticas e aos problemas do processo agravados durante a década de 1930, a LC formou comissões constituídas por especialistas em catalogação de dentro e de fora dessa biblioteca, cujos resultados só foram surtir efeitos a partir da década de 1940.

A faceta positiva das ações levadas à cabo no Período Tradicional da Catalogação é delineada por Van Houten (1981, p. 365), para quem a distribuição das fichas não só abriu caminhos à catalogação cooperativa, mas também acabou por promover a necessidade de uma discussão mais ampla sobre regras de catalogação. Assim, nessa altura, vemos que o Período Tradicional já não é preponderante, pois o caráter crítico da era se fortaleceu de modo a dar o tom de discussões mais fundamentadas sobre regras de catalogação, daí temos o Período da Reavaliação Crítica, quando surgem as contribuições e os debates teóricos de Seymour Lubetzky e de outros estudiosos da Catalogação, momento a ser tratado na seção subsequente.

3.4 CONTEXTO CATALOGRÁFICO DA DÉCADA DE 1940 E OS PRIMEIROS ESTUDOS DE SEYMOUR LUBETZKY

Nesta seção, chega-se ao Período da Reavaliação Crítica, que compreende o interstício de 1941 a 1961, o contexto catalográfico antecedente à análise feita por Lubetzky no tocante à elaboração de regras da catalogação. Nesse sentido, nesta seção há que priorizar a apresentação desse estudioso, levando em conta sua formação profissional, sua ascensão à profissão, seus primeiros estudos e debates realizados em Catalogação. Além disso, convém considerar o contexto vivido pelo estudioso, sobretudo os fatos da Catalogação surgidos nesse momento, em especial as questões fundamentais levantadas por seus contemporâneos a respeito do processo e de suas regras publicadas no período em questão.

Esse período foi caracterizado pelo surgimento de críticas mais efusivas à prática catalográfica, embora uma ou outra já estivesse presente na década de 1930, conforme sinalizamos na seção anterior com Julia Pettee. O fato que marca o início do Período da Reavaliação Crítica se deu no artigo *The Crisis in Cataloging*, de autoria de Andrew Osborn, no qual, além de introduzir um modo de pensar a catalogação, ele mencionou questões pertinentes aos problemas de Catalogação existentes naquele momento, constatando que o sistema catalográfico formado pela LC a partir do início do século XX estava colapsando (OSBORN, 1941, p. 410).

A repercussão do artigo na comunidade catalográfica dos Estados Unidos foi tamanha, que marcou, com efeito, o início desse período de crítica às práticas catalográficas, o qual se estendeu pelas décadas de 1940 e 1950, momento em que despontaram estudos questionadores do processo catalográfico regulamentado pelas regras da vertente anglo-americana publicadas nesse período: códigos da ALA, publicados em 1941 e em 1949, e as *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress* (RDC), publicada em 1949. É nesse cenário, pois, que Lubetzky desenvolveu e expôs seus estudos iniciais em Catalogação, os quais são indissociáveis dos fatos catalográficos ocorridos nesse período.

Seymour Lubetzky (1898-2003), judeu da Europa Oriental e americano por adoção, nasceu na pequena cidade de Zelwa, naquela época, pertencente à Rússia, posteriormente à Polônia, à União Soviética e, nos dias atuais, à Belarus. Segundo Carpenter (1998, p. 185), ainda na Polônia, a educação de Lubetzky capacitou-o a analisar detalhadamente vários ângulos de uma questão, qualidade importante mantida por ele nos escritos que concebeu durante sua vida.

Em 1927, segundo Svenonius e McGarry (2001h, p. xi), ele imigrou da Europa pós I Guerra Mundial com um irmão e duas irmãs, por causa das condições políticas e sociais que havia neste continente na época (CARPENTER, 1998, p. 185). Ele mudou-se para os Estados Unidos e, um ano depois, matriculou-se na Universidade da Califórnia (UCLA), em Los Angeles, onde se formou em Alemão, no ano de 1931, com formação secundária em Francês, Psicologia, Música e Educação.

Assim, Lubetzky se diplomou inicialmente em ensino de línguas e de literatura, mas esse destino não se concretizou de todo, porque ele não conseguiu atuar como professor de letras. Em parte, isso se deu devido à dificuldade que ele teve para encontrar emprego por causa da recessão econômica daqueles dias e do fato de ele sofrer preconceito antisemita. A despeito disso, sua formação contribuiu para as futuras atividades que desenvolveria em Catalogação, especialmente nos discursos e escritos dele (SVENONIUS; MCGARRY, 2001h, p. xi).

Ante as dificuldades em ser professor de línguas e literatura, Lubetzky encontrou refúgio na atividade bibliotecária, na qual desenvolveu sua carreira profissional, que pode ser dividida em três fases, de acordo com Svenonius e McGarry (2001h, p. xii-xx): (1) a formação do catalogador, de 1934 a 1942; (2) no meio dos acontecimentos, de 1943 a 1959; (3) ensino e aposentadoria, de 1960 a 2003. Em alguma medida, vale observar tais fases concomitantemente com as questões catalográficas fundamentais discutidas pelos contemporâneos de Lubetzky, de modo a atender aos propósitos desta pesquisa.

Em relação à sua formação profissional, há que voltar à década de 1930, quando o encaminhamento de Lubetzky para a Biblioteconomia foi dado por Sydney Mitchell, a quem Lubetzky tinha por seu mentor, atribuindo-lhe o seu sucesso. Mitchell foi reitor da Universidade da Califórnia, *campus Berkeley (UC Berkeley)*, onde Lubetzky obteve o certificado em Biblioteconomia, em 1934.

Em 1936, ele começou a trabalhar na *UCLA Library*, onde atuou por dois anos no departamento de periódicos, sendo transferido posteriormente para o departamento de catalogação, por intervenção de seu segundo mentor, Jens Nyholm, quem percebeu a sua capacidade de raciocínio crítico e sua análise original dos problemas de catalogação dessa biblioteca. Por isso, Nyholm, envolvido na organização da conferência anual da ALA de 1939 em São Francisco, pediu o auxílio de Lubetzky para fazer observações a artigos que seriam apresentados numa mesa redonda. Tal parceria levou à escrita do primeiro artigo de Lubetzky intitulado *Crisis in the Catalog*, apresentado na conferência e publicado em 1940, o qual inaugura textualmente o seu ingresso às discussões sobre Catalogação.

Nesse artigo, Svenonius e McGarry (2001h, p. xii) citam Custer para assinalar que já era possível observar a capacidade de Lubetzky para reduzir um problema a seus aspectos essenciais, considerando-os um a um. Em seu texto, o estudioso examinou argumentos e questões sobre catálogo dicionário ou dividido, avaliando méritos e deméritos de cada um deles relativos: ao uso simultâneo dos catálogos e ao modo como seus usuários os abordam; à complexidade do tamanho e volume dos catálogos; às razões e implicações a considerar quando da divisão do catálogo para o arquivamento das fichas e para o usuário de bibliotecas. Para enfrentar tais dilemas, Lubetzky sugeriu meios constituídos de dois planos que minimizavam as dificuldades em dividir o catálogo, a despeito de aumentar o trabalho do catalogador.

Vale dizer que tais sugestões, “[...] ainda formam as bases da divisão entre arquivos de autoridade de nome e de assunto na LC.” (CARPENTER, 1998, p. 186, tradução nossa). Com isso, constatam Svenonius e McGarry (2001a, p. 1), ele evidenciou seu método de avaliação, que permeou sua escrita por mais de meio século. No texto, transparece o recado de Lubetzky pelo qual se constata que qualquer abordagem em catalogação deve considerar as implicações favoráveis e desfavoráveis de cada ato ou princípio seguido no processo catalográfico.

Ainda em 1940, foi publicado outro artigo de Lubetzky – *Capital Punishment for Catalogers?* – no qual ele discutiu espirituosamente as práticas inconsistentes da catalogação, mais precisamente as regras relativas ao ato de maiuscular o que se inscreve nas entradas do catálogo, fonte de incômodo para catalogadores e de estranheza para usuários do catálogo: “o ímpeto para [escrever] esse artigo foi as provisões barrocas para maiuscular nas regras de descrição do código preliminar de 1941, um rascunho que Nyholm pediu a Lubetzky para examinar.” (CARPENTER, 1998, p. 186, tradução nossa). Segundo Lubetzky (2001, p. 10), as regras catalográficas do ato de maiuscular nesse código preliminar estavam dando um golpe ortográfico, porquanto estabeleceram meios próprios para maiuscular as entradas, apócrifos aos definidos pelas gramáticas de cada língua, de maneira que esse encargo adicional, desnecessário ao catalogador e resolvível por gramáticos, conflitava com vários sistemas de maiuscular em uso no mundo e, sobretudo, infernizava a vida do catalogador.

Nessa direção, lidar com o debate em torno do ato de maiuscular letras pode se converter na pena capital dos catalogadores – trocadilho presente no título do artigo – capital – o qual, na língua inglesa, dentre outras coisas, denota tanto ato de maiuscular quanto a pena de morte. Desse texto, subjaz o entendimento de que regras de catalogação devem ater-se tão somente às questões do processo catalográfico, de modo a evitar: encargos desnecessários ao trabalho da catalogação e disposições inusitadas nas entradas para os usuários de catálogos.

Em outro artigo espirituoso com trocadilho, publicado em 1941 com o título *Titles: Fifth Column of the Catalog*, Lubetzky (1941, p. 412), por meio de exemplos, criticou a multiplicação descomedida de entradas sob títulos, muitas distorcidas ou desfiguradas, as quais sabotavam o desempenho do catálogo, daí haver o termo “quinta-coluna” para intitular o artigo. O termo em questão foi apropriado àquele momento de guerra quando o artigo foi escrito: “pessoa que ajuda o inimigo do seu país, em caso de guerra ou invasão.” (PRIBERAM, 2013). Desse modo, pode designar: sabotador, traidor, espião, difusor de boatos dentre outras ações afins.

Tal proliferação de entradas sob título – segundo o autor – decorre da falta de limitação funcional dele, o qual tem sido usado como *factótum*³⁹ ou curinga no catálogo, para encobrir as falhas do catalogador ou para justificar seu desvelo excessivo em criar entradas catalográficas sob cabeçalhos presumivelmente procurados pelos usuários do catálogos (LUBETZKY,

³⁹ *Factótum* – palavra de origem francesa – designa “indivíduo responsável pelos afazeres de outrem.” (PRIBERAM, 2013).

1941, p. 414). Nesse sentido, a entrada de título servia frequentemente de paliativo a outros tipos de entrada – autor, assunto e remissiva – quando julgados insuficientes para a catalogação de uma publicação.

Por exemplo: o estudioso identificou uma entrada da publicação *An Absolute Determination of the Ohm* na qual se indicava elaborar entradas secundárias sob cabeçalho Medições Elétricas, tendo em conta que o assunto específico Ohm não tinha cabeçalho de assunto exclusivo àquela época. Para abrangê-lo, além do próprio título da publicação, indicava-se em pista⁴⁰ da entrada principal a elaboração de uma entrada sob um segundo título – *The ohm, An absolute determination* – o qual “[...] foi usado como substituto para um cabeçalho de assunto desejado”. (LUBETZKY, 1941, p. 414, tradução nossa).

Assim, segundo o estudioso, há que se dar função própria e consistente às entradas sob título, senão a multiplicidade das funções causará no catálogo: (1) títulos sem função; (2) títulos que duplicam a função de outras entradas; e (3) títulos conflitantes com as funções de outras entradas (LUBETZKY, 1941, p. 418-419). Por isso, a entrada de título no catálogo deve ter sua própria função, logo não pode servir de substituto a outras entradas e nem assumir outras funções além das suas próprias.

Em termos funcionais, a entrada de título é mais distintiva comparativamente a de autor e assunto, porque a função das duas últimas é agrupar livros relacionados (por autor ou por assunto) e a função da entrada de título é individualizar ou identificar o livro dentre outros, de sorte que essas entradas constituem as três colunas sobre as quais o catálogo é constituído. No entanto, a terceira coluna – entrada de título – se torna a “quinta-coluna” do catálogo se for estabelecida sem critérios (LUBETZKY, 1941, p. 430). Desse texto, podemos apreender que a representação dos elementos bibliográficos da catalogação não deve ser deixada ao gosto de cada catalogador, ou antes, deve haver orientações objetivas e claras, de modo a definir as funções de cada elemento da catalogação, sem desvios ou improvisações.

Dessa maneira, ainda como catalogador da UCLA, os três primeiros artigos críticos de Lubetzky sobre catalogação começaram a dar-lhe reputação e condição de apontar os problemas causados pelas complexidades que existiam nas regras catalográficas de seu tempo. No entanto, apesar dos artigos, Lubetzky foi notado por poucos da comunidade catalográfica dos Estados Unidos, mas graças a esses poucos ele seria notado por muitos. Era questão de tempo e oportunidade, como veremos mais adiante.

Nesse ínterim, por volta de 1940, a LC seguia formando comissões constituídas por especialistas de dentro e de fora dessa biblioteca para discutir a Catalogação. Uma delas, de caráter consultivo, foi constituída por Carleton B. Joeckel, Paul N. Rice e Andrew Osborn, com a finalidade de investigar as práticas catalográficas daquele período e, posteriormente, publicar suas recomendações em relatório confidencial (HENDERSON, 1976, p. 236). Depois de

⁴⁰ A pista é um “roteiro indicado na entrada principal das entradas de assunto e secundárias que deverão ser providenciadas a fim de que o documento catalogado seja representado no catálogo.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 283).

examinar o trabalho realizado pelas divisões de classificação e catalogação da LC e de entrevistar seus profissionais, a comissão apresentou seu relatório em junho de 1940 (GALLAGHER, 1991, p. 22).

Dentre as recomendações desta comissão, relatadas por Osborn (1963, p. 13), citamos: (1) conceber apoio administrativo para planejar as atividades de catalogação em grande escala; (2) reduzir e simplificar o número de regras catalográficas, de modo a permitir que os catalogadores conseguissem dar conta do volume documental crescente nas bibliotecas – tarefa encarregada mais tarde a Lubetzky; (3) introduzir um sistema de catalogação preliminar⁴¹ para poupar o tempo do catalogador; (4) separar cabeçalhos de assunto da catalogação descritiva, adicionando-os à classificação de assuntos, com o fim de constituir a catalogação de assunto.

Dessa forma, do relatório emitido pela comissão, o termo “catalogação descritiva” passou a ser usado para distingui-la da catalogação de assunto, esta, então, tida como processo separado daquela. Com isso, segundo Osborn (1991, p. 39), havia a intenção de se afastar do termo predominante “catalogação bibliográfica”, conotação que se queria evitar no âmbito de bibliotecas, pois, no entendimento do referido autor, este termo dava outra conotação ao trabalho do catalogador, por isso “catalogação descritiva” foi cunhada para designar operações relativas “[...] a escolha e forma das entradas principal e secundárias, a transcrição dos detalhes da página de título, colação, etc.” (OSBORN, 1965 *apud* HENDERSON, 1976, p. 236, tradução nossa).

Enquanto a comissão de Osborn era formada e desenvolvia seu trabalho para a LC, a *Catalog Code Revision Committee* da ALA buscava concluir o texto do novo código catalográfico que substituiria o Código da ALA de 1908. Até a conclusão dos trabalhos, segundo Henderson (1976, p. 233), alguns catalogadores expressaram sua insatisfação com os atrasos na revisão do código, chegando mesmo a questionar a capacidade de os membros da comissão concluírem o trabalho.

A despeito dessa impaciência, em agosto de 1941, fruto da *ALA Catalog Code Revision Committee*, a nova edição do Código da ALA foi publicada, como expansão e revisão do Código publicado em 1908 – as *A.L.A. Catalog Rules Author and Title Entries*, que já nasceu com caráter provisório desde sua publicação, por isso é referida frequentemente por versão

⁴¹ Catalogação preliminar, experiência iniciada em 1925 por T. Franklin Currier (1940) na biblioteca da *Harvard College Library*, é o meio que envolve certas práticas preliminares executadas pela equipe bibliotecária (composta por pesquisadores de catálogo, por especialistas em dado assunto e por datilógrafos) antes de os livros e panfletos chegarem aos catalogadores. Nesse âmbito, os livros e os panfletos recebidos eram pesquisados nos catálogos dessa instituição, de modo a: (1) identificar duplicatas do que foi adquirido e (2), no caso de não duplicatas, traçar preliminarmente um caminho preparatório à catalogação. Para o segundo caso, uma ficha preliminar com os dados básicos de cada livro e panfleto era datilografada de acordo com os dados fornecidos pelos pesquisadores e pelos especialistas de assunto (inclusive forma do nome de autor e cabeçalhos de assunto, por exemplo). Com isso, os catalogadores ficavam livres de encargos mecânicos ou demorados e poderiam se dedicar aos aspectos decisivos da catalogação para consolidar os dados de uma ficha definitiva.

preliminar, conforme expressado no seu próprio texto (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1941, p. vii).

Em termos gerais, as regras de 1941, segundo Sengupta (1964, p. 54), tentaram reunir em um volume a prática catalográfica da LC, iniciada pela edição de 1908. A demanda de revisão – lembramos – vem da década de 1930, quando os trabalhos de revisão das regras começaram.

Nesse período, os grupos de catalogação estudaram e discutiram a direção que a revisão deveria tomar, e o material pertinente para a revisão foi preparado. Opiniões dos membros da profissão foram solicitadas e uma grande quantidade de dados foi recolhida. Isso incluiu sugestões de novas regras, exemplos suplementares para acompanhar regras antigas e inúmeras questões que o código antigo não atendia. A Comissão reuniu-se em conferências anuais, e algumas novas regras foram promulgadas e aprovadas. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1941, p. viii, tradução nossa).

Desse modo, a intenção do novo código era cobrir aspectos não abrangidos pelo Código de 1908, quais sejam: incluir regras mais abrangentes para a catalogação de publicação seriada, de música, de mapas, de obras publicadas sob pseudônimos e de outros tipos de publicações; ampliar regras de modo a cobrir tipos específicos em catalogação de ocorrência frequente; ilustrar por meio de exemplos as variações em regras; apresentar definições adequadas ao processo catalográfico (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1941, p. viii-ix). Como se nota, nenhum dos aspectos tinha a ver com a estruturação das entradas, mas tão somente dizia respeito à ampliação das regras. Com a revisão, da qual não participaram os britânicos envolvidos na II Guerra Mundial, as 88 páginas do Código da ALA de 1908 saltaram para 408 páginas em 1941, porquanto “detalhes precisos e elaborados eram o caminho.” (DUNKIN, 1969, p. 11-12, tradução nossa).

No tocante ao título uniforme, segundo Vellucci (1990), sua formulação nesse conjunto de regras veio acompanhada de confusão terminológica que obscureceu seu sentido: título convencional, título distintivo, título mais conhecido, cabeçalho uniforme ou entrada artificial. Apesar disso, tal dispositivo catalográfico ficou bem definido para designar documentos legais, obras clássicas anônimas, obras sagradas dentre outros tipos de publicações, de maneira que a aplicação do título uniforme foi conveniente “[...] para identificar, distinguir e colocar obras de vários tipos no catálogo.” (VELLUCCI, 1990, p. 51-52, tradução nossa).

Para além dessa questão, muitas das regras desse código foram justificadas por terem sido experimentadas previamente, mas a aplicação delas era difícil, pois algumas estavam destituídas de raciocínio lógico, tinham redação de difícil compreensão e apresentavam muitas exceções e inconsistências no tratamento de diferentes materiais (KNOWLTON, 2009, p. 16).

Dessa maneira, a despeito de considerar opiniões e realizar conferências para ouvir e discutir a catalogação, críticas como essa não tardaram, sobretudo na parte II do Código – descrição de livro – cheio de detalhes que poucas bibliotecas precisavam. Nesse âmbito, Carpenter (1981, p. 19) serviu-se da expressão “expansão e mais declínio” para discorrer sobre a revisão do Código da ALA de 1908, incorporada na versão preliminar de 1941.

Isso já estava patente em 1941, quando os membros da *Librarian's Committee* da LC manifestaram seu descontentamento com o novo código da ALA, posto que a catalogação detalhada postulada pelo código revisado causaria, dentre outras coisas, mais atrasos na prática catalográfica e mais custos de tempo e de dinheiro envolvidos nela. Daí, após um reexame dessa prática, eles defenderam a simplificação das regras que levasse em conta políticas de catalogação e ações para enfrentar certas condições variáveis existentes na catalogação de certos documentos e tipos de autoria, conforme a referida comissão manifestou em seu relatório (*apud* GALLAGHER, 1991, p. 23-24).

No entanto, a manifestação mais vigorosa da *Librarian's Committee* da LC veio em outubro de 1941, quando foi publicado o artigo de Osborn – *The Crisis in Cataloging* – em *The Library Quarterly*, o qual foi escrito tendo em conta os resultados produzidos pela comissão consultiva, que o incumbiu de escrever o referido artigo. Nele, Osborn colocou como pano de fundo o trabalho conjunto entre o catalogador e o administrador da atividade bibliotecária, em que este deve conhecer a atividade daquele e vice-versa, especialmente quanto aos custos e à compreensão do processo catalográfico.

Antes disso, os resultados dessa comissão – não o relatório propriamente dito que permaneceu confidencial até 1971 – foram divulgados aos profissionais em relatório anual da LC do mesmo ano e na reunião do *American Library Institute at the Harvard Club* (junho de 1941). Na ocasião, Osborn criticou o código revisto na palestra *What The Library Administrator Needs to Know About Cataloging: The Crisis in Cataloging* que ele proferiu na oportunidade (GALLAGHER, 1991, p. 15).

De início, esse autor constatou que a prática catalográfica de seu tempo dava pouca atenção aos aspectos teóricos da Catalogação, enquanto se tornava “[...] elaborada, altamente técnica e uma habilidade muito frequentemente existente por si mesma.” (OSBORN, 1941, p. 395, tradução nossa). Em seguida, sua contribuição mais icônica, o crítico evidenciou quatro atitudes dos catalogadores frente a regras de catalogação, citadas por ele como teoria:

- (1) a **legalista**, a mais dominante, exige regras e definições catalográficas que resolvam todos os pormenores do processo, agindo como autoridade fornecedora de respostas às questões do processo;
- (2) a **perfeccionista** tinha o desejo por uma catalogação feita com todos os detalhes possíveis, sem omissão de nada, de modo a satisfazer os atuais e futuros usuários do produto catalográfico, o qual não precisaria ser refeito posteriormente;
- (3) a **bibliógrafa** prima por uma aproximação da catalogação bibliográfica com a bibliografia descritiva, aquela como um dos ramos desta;
- (4) a **pragmática** reivindica regras de efeitos práticos, sem exageros, de modo que as

regras catalográficas não sejam fim em si.⁴²

Osborn (1941) rejeitou as três primeiras atitudes e se pautou pela última para defender sua posição. Aliás, ele se fundamentou na atitude pragmática para rechaçar as demais, conforme observou Gallagher (1991), o qual desvelou os fundamentos teóricos por trás dos argumentos de Osborn. A atitude pragmática de que trata o integrante da *Librarian's Committee* é proveniente da Pragmática Americana, sobretudo aquela representada por Charles Peirce (1839-1914), por William James (1842-1910) e por John Dewey (1859-1952). Nesse âmbito, Osborn se pautou pela Pragmática Americana caracterizada por:

1. preocupação fundamental por uma teoria do significado; 2. foco no método, (em vez de um conjunto de verdades filosóficas ou respostas para as quais todos os proponentes prescrevem); 3. exame crítico dos termos e práticas tradicionais; e 4. interpretação de ideias com relação às suas consequências. (GALLAGHER, 1991, p. 16, tradução nossa).

Tendo isso em conta, conforme temos assinalado, Osborn (1941, p. 395) rejeitou as atitudes legalista, perfeccionista e bibliógrafa. Quanto à primeira, sob a qual o Código da ALA de 1941 foi elaborado, ele criticou o interesse por regras e por definições que dessem conta de cada minúcia existente em catalogação, muitas das quais decididas de modo arbitrário ao sabor do gosto ou julgamento pessoal.

No âmbito de regras de catalogação pautadas pelo ponto de vista da abordagem pragmática, considere-se o alerta de que tal atitude não deve ser confundida com as conotações superficiais dadas ao “[...] termo ‘pragmático’, ou seja, tudo o que seja prático, útil ou ‘funciona’ é adequado.” (GALLAGHER, 1991, p. 17, tradução nossa). Veja-se que a distribuição de fichas impressas pela LC funcionou de maneira eficiente e prática para divulgar os registros catalográficos dessa biblioteca; por outro lado, o detalhismo dos registros produzidos seriam reprovados com relação às suas consequências para a catalogação das bibliotecas participantes do serviço, nos termos da quarta característica do Pragmatismo Americano. Assim, não se trata de apenas funcionar, mas funcionar para quê.

Sobre tal superficialidade em catalogação, o referido autor, que a qualificou de míope, declarou que o bibliotecário “[...] enxerga apenas os detalhes à sua frente e sua realização como um fim em si mesmo.” (GALLAGHER, 1991, p. 18, tradução nossa). Nessa direção, vale lembrar que esse foi o lugar comum da catalogação durante as três primeiras décadas do século XX.

Esclarecido isso, em seguindo a teoria pragmática, a catalogação e suas regras produziria nove resultados: (1) práticas catalográficas significativas; (2) catalogação de três níveis

⁴² Mais tarde, Gorman (1975) revisitou a prática dos tipos de catalogadores apresentados por Osborn, renomeando-os deste modo: o **decadente**, que pratica a catalogação sem as devidas reflexões, preocupando-se com o lugar exato de pontuações da catalogação, privilegiando a forma sobre o conteúdo; o **mecanicista** acha que a máquina resolve tudo no processo; o **devoto** considera a catalogação como religião, com seus textos, seus objetos, suas doutrinas, seus sacerdotes e suas práticas sagrados; e o **funcionalista**, que não vê a estética do catálogo como um fim em si e entrega a tecnologia atual para tornar o catálogo um instrumento mais eficiente.

(padronizada, simplificada e detalhada); (3) métodos únicos de auto-catalogação⁴³ adequados aos propósitos de cada biblioteca; (4) poucas regras catalográficas, que seriam mais simples e cujas revisões provocariam pequenas alterações; (5) catalogação qualificada para os itens bibliográficos considerados essenciais num dado contexto catalográfico; (6) catalogadores treinados para resolver situações bibliográficas sem regras ou precedentes para guiá-los; (7) regras e práticas catalográficas definidas pelo mesmo escrutínio pragmático; (8) interpretação objetiva de regras baseada em generalizar situações bibliográficas; e (9) reavaliação da necessidade de catalogar certos documentos, como os seriados, tendo em conta a possibilidade de outros índices servirem como catálogos desses documentos (OSBORN, 1941, p. 403-405; GALLAGHER, 1991, p. 19).

Depois de apresentar as abordagens legalista, perfeccionista, bibliográfica e pragmática, Osborn (1941) discorreu sobre outras questões identificadas pela comissão, as quais podem ser vistas como a segunda parte de seu artigo. Ao concluir, esse autor ponderou o tom da crítica ao declarar: “Nós conhecemos e respeitamos o que era bom no passado. Nós honramos as tradições em que, em maior ou menor medida, participamos. E por essas razões, nossa liderança na criação de novos rumos deve e pode ser muito mais sábia.” (OSBORN, 1941, p. 411, tradução nossa). Daí, essa declaração pode muito bem representar a ruptura que nos leva ao novo período da Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas – o Período da Reavaliação Crítica, de 1941 a 1961.

Esse artigo repercutiu bastante à época, pois suas generalizações ecoaram, ao menos, até o fim da década de 1960, quando se declarou que o artigo em questão trouxe à tona “[...] as frustrações efervescentes de uma geração de administradores de bibliotecas [...]. Todos leram, falaram e muitos escreveram sobre isso. O artigo deu um nome e uma atmosfera a uma era que ainda não encerrou.” (DUNKIN, 1969, p. 12, tradução nossa).

A despeito do mundo em guerra na década de 1940, no qual as questões catalográficas poderiam passar despercebidas, Osborn conseguiu interpretar as atitudes seguidas pelos catalogadores frente às regras de catalogação, bem como suscitar críticas à prática desse processo, de sorte que uma nova abordagem era necessária à catalogação, constatou o estudioso (OSBORN, 1991, p. 40).

No ano seguinte, Osborn (1942, p. 207) sugeriu adiar a revisão desse código pelo tempo necessário até que a LC reformulasse suas regras e práticas. Nas palavras do crítico: “[...] que todas as ações sobre o código, exceto a discussão, sejam suspensas por um ano ou mais até que a *Library of Congress* tenha tido tempo para revisar suas regras” (OSBORN, 1942, p. 210, tradução nossa).

⁴³ Auto-catalogação é um empréstimo linguístico pelo qual traduzimos literalmente *self-cataloging*, que é um dos modos pelo qual a catalogação na fonte é referida na língua inglesa, ou seja, a catalogação feita antes de um dado livro ser publicado (MARTINEZ DE SOUSA, 2004, p. 157). O termo em questão foi tema de um artigo escrito por K. A. Lodewycks (1953), no qual ele buscou delinear com algum detalhe um esquema de auto-catalogação que envolveria profissionais, associações e instituições relacionadas ao livro, inclusive a indústria livreira, a despeito das dificuldades práticas contornáveis de o implementar.

A título de resumo, convém citar as recomendações pautadas pela Pragmática Americana que Osborn (1942, p. 210-211) sugeriu, algumas observadas por Lubetzky no estudo que fez na década de 1950: reexaminar cuidadosamente o Código da ALA de 1908, de modo a considerar sua solidez comparativamente à versão de 1941; aguardar a cooperação dos britânicos, envolvidos na guerra, conquanto isso significasse aguardar por anos, de modo que o tempo de espera fosse aproveitado para estudar o processo catalográfico dos vários tipos de bibliotecas; reexaminar a prática catalográfica em bibliotecas de caráter acadêmico; e, por fim, reexaminar totalmente a prática de catalogação para verificar seu sentido e se é o caso de partir do zero ou se o trabalho realizado no código fora perdido.

Enquanto isso, Lubetzky passava por apuros. Em 1942, ele deixara a *UCLA Library* por razões pessoais, em parte devido ao desejo de participar dos esforços da II Guerra Mundial, conforme relato de Custer, registrado por Svenonius e McGarry (2001h, p. xii). Foi um hiato na carreira de Lubetzky, embora ele tenha sido bem sucedido no trabalho de organização de um catálogo de fichas para o Estaleiro Richmond, n. 2, localizado Oakland (Califórnia), célere em construir navios para a II Guerra Mundial.

Nesse ínterim, ele passou aparentemente por um momento de indefinições em sua carreira, a ponto de Mitchell perceber que o talento de Lubetzky poderia ser desviado da causa catalográfica. Mitchell, então, escreveu uma carta a Herman Henkle, Diretor da *Library's Processing Department* da LC, recomendando a contratação de alguém como Lubetzky, isto é, uma pessoa capaz de questionar as práticas de catalogação e de ajudar a resolver os problemas causados pela complexidade presente no Código da ALA de 1941 (LUBETZKY, 2001, p. xiii; CARPENTER, 1998, p. 186).

Henkle interessou-se pelo trabalho de Lubetzky, cuja reputação era conhecida dele devido aos artigos que este estudioso publicou entre 1940 e 1941, conforme o diretor declarou mais tarde em uma dedicatória escrita de próprio punho na cópia de um relatório da LC⁴⁴. Segundo Carpenter (1998, p. 186), o imigrante foi admitido em fevereiro de 1943 como assistente especial temporário e ficou encarregado de examinar as regras catalográficas.

A chegada de Lubetzky na LC foi vista com desconfiança por alguns profissionais. Apesar disso, “Henkle enxergou em Lubetzky alguém que podia ver a floresta além das árvores, alguém que podia olhar para um código de regras como um sistema, de modo holístico, analítico e objetivo – alguém de fora, não comprometido com o *status quo*.” (SVENONIUS; MCGARRY, 2001h, p. xiv, tradução nossa).

⁴⁴ O relatório em questão – *Studies of Descriptive Cataloging* (1946) – teve a participação ativa de Lubetzky e o reconhecimento de Henkle, manifesto na dedicatória escrita por ele numa cópia pertencente ao estudioso. Isso foi registrado por Svenonius & McGarry (2001h, p. xiii), nos termos deste extrato: “Eu estava procurando por uma pessoa que demonstrasse qualidades de curiosidade e de disciplina intelectual. Eu encontrei isso exposto em dois trechos excelentes sobre o ato de maiuscular e sobre entradas secundárias de título publicados no *The Library Quarterly*. O autor deles, decidi, era o homem para o trabalho. Nenhuma outra decisão que tomei em cinco anos e meio teve consequências tão importantes”. Mais tarde, o próprio Henkle reconheceu publicamente as contribuições de Lubetzky em outro artigo que ele escreveu posteriormente (HENKLE, 1956, p. 354).

O estudioso foi nomeado em definitivo assistente técnico do Diretor do Departamento de Processamento e pôde levar a tarefa de simplificar as regras catalográficas, ou seja, a tarefa central de Lubetzky – segundo manifestou Luther H. Evans⁴⁵ no prefácio do texto *Cataloging Rules and Principles* – era “[...] realizar estudos sobre regras para a catalogação descritiva, [...] e formular objetivos e princípios sobre os quais uma revisão das regras devesse estar fundamentada.” (LUBETZKY, 2001, p. 79, tradução nossa). De fato, estabilizado em seu trabalho, Lubetzky pôde completar estudos que resultaram mais adiante em regras de descrição bibliográfica – *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress* (RDC), conhecido como o livro verde.

No âmbito da LC, o primeiro produto do trabalho de Lubetzky sobre regras catalográficas se deu num texto rascunhado em 1943 – *Manual of Descriptive Cataloging*, recentemente publicado (LUBETZKY, 2001, p. 40-45). No prefácio de seu texto, o estudioso compara-o com o Código da ALA de 1941, expressando que o referido manual se distingue pela abordagem filosófica e metodológica, a qual está ausente do texto daquele código.

Ainda no Prefácio, o estudioso reconheceu que o texto de seu manual estava inacabado na forma e no conteúdo, carecendo de exemplos ilustrativos às regras, dentre outros detalhes. Mesmo assim, já era possível avaliar sua estrutura, uma vez que “[...] seu uso funcional e suas potencialidades podiam ser determinados completamente.” (LUBETZKY, 2001, p. 40, tradução nossa).

Além do prefácio, vale citar a subseção sobre objetivos da catalogação descritiva, os quais foram reelaborados posteriormente para compor o primeiro objetivo do catálogo declarado na Conferência de Paris, em 1961: “(1) descrever o conteúdo e a composição do livro de modo a auxiliar o leitor na seleção de um livro requisitado; (2) identificar a edição e a publicação específicas, ou ainda o exemplar, do livro para o pesquisador e para a equipe da biblioteca que precisam dessas informações.” (LUBETZKY, 2001, p. 41, tradução nossa).

Manual of Descriptive Cataloging não foi usado para catalogar, mas serviu como modelo para os estudos produzidos posteriormente, segundo Galeffi (2009, p. 230). De fato, é possível observar nesse rascunho um projeto de código catalográfico melhor do que havia naquele momento. Assim, parafraseando uma analogia de Lubetzky sobre construção, o croqui estava feito, mas ainda faltava projetar, construir e arrematar regras de catalogação com métodos e princípios consistentes, de modo a atingir objetivos claros e alcançáveis que observassem a função da catalogação descritiva, evitando formalismos exacerbados.

Com efeito, o projeto de um novo código catalográfico começou a se concretizar no contexto das críticas ao Código da ALA de 1941, quando esta associação se viu desencorajada de colocá-lo em vigor, e expressou o seu desejo em revisá-lo. Por sua vez, a partir de

⁴⁵ Luther Harris Evans foi o décimo Bibliotecário-Mor da *Library of Congress* (*Librarian of Congress*), no período de 1945 a 1953 (SITTIG, 1977). Portanto, em alguma medida, é razoável dizer que testemunhou, opinou e participou das discussões em torno da crise da catalogação.

1942, a LC iniciou discussões e estudos com o fim de revisar regras de catalogação, de modo a torná-las mais simples e práticas (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 1).

A referida biblioteca não fez isso isoladamente, pois, de um lado, fez interlocuções com a ALA, com o objetivo de empreender ações conjuntas que resultassem em regras catalográficas aceitáveis para as bibliotecas dos Estados Unidos (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 1-2); por outro lado, buscou mais diálogos e entendimento com os catalogadores, segundo Henderson (1976, p. 237). Isso se deu – lembramos – em meio aos anos turbulentos da II Guerra Mundial, em 1943, quando algumas conferências foram realizadas por Herman Henkle, quem contratara Lubetzky, e Lucile Morsch (chefe da Seção de Catalogação Descritiva da LC), com o fim de averiguar com catalogadores as diferenças básicas da catalogação descritiva quanto às necessidades da LC e às das outras bibliotecas. Entre outubro e novembro de 1943, por exemplo, foi realizada uma série de conferências em 15 cidades nos Estados Unidos para discutir a prática catalográfica (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 1).

Nesse momento de discussões catalográficas, temos a segunda fase de Lubetzky, quando suas contribuições começaram a ser notadas nos Estados Unidos, de maneira que seu valor em Catalogação foi sendo revelado aos poucos em meio às conferências realizadas entre 1943 e 1945. Mais tarde, suas contribuições foram evidenciadas em um relatório da *Library of Congress, Studies of Descriptive Cataloging*, publicado em 1946, em cuja criação Lubetzky foi decisivo, a despeito de seu nome só aparecer no apêndice E - *Analysis of Current Descriptive Cataloging Practice*.

Com efeito, o relatório consolidou os trabalhos das discussões produzidas durante as conferências e, por certo, o protagonismo de estudioso é incontestável, pois a abordagem do texto é creditada a Lubetzky por Osborn (1963, p. 14; 1991, p. 42), por Henkle⁴⁶, por Carpenter (1985, p. 104) e por Evans, Bibliotecário-Mor da LC participante subscrito no relatório.

Aliás, este último, no prefácio do texto *Cataloging Rules and Principles*, do qual trataremos em detalhes adiante, afirmou que muito do trabalho de Lubetzky foi incorporado no relatório de Herman H. Henkle (EVANS, 2001, p. 79). Por isso, além de *Analysis of Current Descriptive Cataloging Practice*, outras partes do relatório são creditadas a Lubetzky⁴⁷, daí, vale examiná-las, pois por elas foi possível estruturar um conjunto de regras para a catalogação descritiva em 1949 – as *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress*.

De início, nas conferências de 1943, foi realizado um levantamento para sondar a prática catalográfica, do qual se obteve resultados que constam do apêndice D de *Studies of Descriptive Cataloging*. O apêndice E – *Analysis of Current Descriptive Cataloging Practice* – foi um esboço crítico desse levantamento, no qual Lubetzky (2001, p. 50) apresentou alguns

⁴⁶ Henkle deu créditos a Lubetzky numa folha em branco de exemplar de *Studies of Descriptive Cataloging* pertencente a este, nestes termos: "[...] Muito do relatório é o seu trabalho, meu orgulho é ter trazido você para a *Library of Congress*". (LUBETZKY, 200, p. xxi, tradução nossa).

⁴⁷ Em texto introdutório, a compilação realizada por Carpenter do apêndice A de *Studies of Descriptive Cataloging* (LUBETZKY, 1985, p. 105) creditou a criação desse relatório a Lubetzky.

aspectos negativos da catalogação descritiva, constatando que as regras catalográficas estavam desprovidas de fundamentos e precisavam ser avaliadas inteligentemente, do contrário elas continuariam inconsistentes, causando efeito cumulativo de modo a reduzir a eficiência do trabalho catalográfico.

Ao analisar fichas catalográficas daquele tempo, Lubetzky observou que as entradas inscritas nas fichas eram inapropriadas: no **conteúdo**, por estarem carregadas de repetições, limitadas no tocante à aplicação metodológica em situações bibliográficas similares e com dados complexos que poderiam ser indicados de modo mais simples; na **organização** dos elementos bibliográficos da entrada, sob a qual tais elementos se mostravam inconsistentes, irracionais e sem funcionalidades; no **objetivo**, por estarem mais voltadas para a descrição e a preservação das informações de páginas de rosto⁴⁸ do que para os livros subjacentes a elas – “[...] o objetivo do catalogador não deve apontar diferenças das páginas de rosto, mas a identidade dos livros sob elas.” (LUBETZKY, 2001, p. 54, tradução nossa).

Por seu texto, podemos apreender que Lubetzky apontou caminhos pelos quais a elaboração de regras deveriam considerar ao estabelecer as informações descritivas em entrada de catálogos, de modo a tornar o trabalho do catalogador mais eficiente: evitar repetições ou redundâncias nas entradas; aplicar o mesmo método de representação nas entradas em situações bibliográficas similares; simplificar os dados registrados nas entradas; organizar e padronizar os elementos bibliográficos nas entradas; considerar que as informações oriundas da página de rosto registradas na entrada vão além da própria página de rosto de um livro.

Ante essas considerações e dos diálogos nas conferências, estava claro: antes de rascunhar um código de catalogação, era necessário haver princípios e objetivos orientadores ao processo catalográfico, uma vez que a principal inconsistência dos códigos de catalogação era a ausência disso (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 2). Mais tarde, isso foi registrado no texto de *Studies of Descriptive Cataloging*:

Aceitamos, antes de tudo, que a formulação dos princípios é necessária como base para dar direcionamento, coerência e construção lógica ao nosso código; e também, fornecer orientações gerais ao catalogador para o atendimento dos numerosos casos que não podem ser especificamente previstos nas regras. (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 26, tradução nossa).

Assim, princípios foram propostos e discutidos em duas reuniões realizadas no final de 1945, os quais foram expostos no texto de *Principles of Descriptive Cataloging*. De início, ele foi lido e apresentado em versão rascunhada durante a *Conference of Eastern College*

⁴⁸ A questão levantada por Lubetzky sobre a página de rosto diz respeito à catalogação que primava pelo detalhamento dos aspectos formais dela e pelo fato de que, até aquele momento, contam Svenonius & MacGarry (2001b, p. 48, tradução nossa): “[...] os elementos de dados na descrição de um item [documental] tendiam a seguir a ordem em que apareciam na página de rosto desse item.” Desse modo, a catalogação estava pautada pela integridade e inviolabilidade das informações fornecidas pela página de rosto, algumas das quais eram despropositadas ao processo, salvo na catalogação de obras raras em que o detalhamento da página de rosto pode ser justificável.

Librarians (realizada em novembro de 1945), a fim de que os participantes do evento pudessem fazer observações e críticas antes de sua versão final, publicada em 1946.

O referido texto, de início, traçou os objetivos básicos pelos quais o código de catalogação deveria ser firmado: 1) enunciar princípios e regras adequados à catalogação descritiva; e 2) delinear entradas que indiquem relacionamentos entre os livros descritos do catálogo, inclusive suas edições (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 25). Para tal intento, o conteúdo de um código de catalogação deve conter: funções a servir, princípios empregados nessas funções e regras que aplicam os princípios. Quanto às funções, a catalogação descritiva ocupa-se de:

1. descrever as características significativas do livro, (a) para distingui-lo individualmente de suas edições e de outros livros, e (b) para caracterizar seu conteúdo, abrangência e relacionamentos bibliográficos; 2) apresentar dados em entrada [de catálogo], (a) adequados com as entradas de outros livros e com as edições de um dado livro e (b) que atendam melhor aos interesses da maioria dos leitores. (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 25-26, tradução nossa).

Na sequência, o texto de *Principles of Descriptive Cataloging* relacionou e explicou seis princípios da descrição, ponderando-os e considerando situações pontuais dentro de cada princípio, bem como algumas divergências de opiniões quanto a algum aspecto deles.

- (1) **termos da descrição**, princípio pelo qual o livro é descrito de acordo com as palavras estabelecidas pelo seu autor ou publicador na página de rosto ou em outra parte do livro, as quais devem ser esclarecidas ou corrigidas quando forem ambíguas ou incompreensíveis;
- (2) **extensão da descrição**, princípio pelo qual o livro é descrito de modo completo com o mínimo de dados, palavras e extensão, implicando ausência de duplicidades, de detalhes sem importância ou de palavras desnecessárias;
- (3) **organização dos elementos da descrição**, princípio pelo qual se estabelece a ordem dos elementos bibliográficos inscritos na entrada que melhor atenda à abordagem do leitor e que permita a integração da entrada de um livro com suas edições e com as edições de outros livros;
- (4) **integração dos elementos da descrição**, princípio pelo qual as informações representativas de uma publicação são integradas (salvo se a integração for inconveniente), evitando que duas ou mais informações sobre um atributo documental estejam dispersas pela entrada;
- (5) **indicação das fontes dos dados da descrição**, princípio pelo qual se cita a fonte de descrição quando ela provém de fontes incomuns, alternativas ou controversas, as quais, *a priori*, não figuram como fontes regulares;
- (6) **o estilo de uso de maiúsculas, pontuação e acentos na entrada**, princípio pelo qual esses aspectos linguísticos são realizados tal qual constam na página de rosto.

Para além do que foi dito, todos os princípios são aceitáveis e convenientes à descrição catalográfica, à exceção do princípio (6) que, em nosso entendimento, deveria tão somente ser determinado dentro de cada língua, conforme se aborda em *Capital Punishment*, artigo de Lubetzky que tratamos anteriormente.

Em parte, Dunkin (1956, p. 287) correlacionou os princípios lubetzkianos com as ideias de Cutter, identificando que há similaridades quanto ao modo de simplificar (por meio de abreviações e títulos breves, por exemplo) e que as funções em *Studies of Descriptive Cataloging* são derivadas dos objetivos de Cutter. No entanto, há abordagens distintas quanto ao público, por vezes, referido por leitor no relatório da LC, a despeito de os dois termos terem sentidos próprios. Malgrado tal distinção, observa-se que a “conveniência do público” de Cutter não consta dos princípios de *Studies of Descriptive Cataloging*; nele, o público é parte do princípio (3) e da função (2), conforme se indica no relatório: “[...] apresentar dados em entrada [de catálogo], [...] que respondam melhor aos interesses da maioria dos leitores.” (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 26, tradução nossa).

A receptividade das propostas resultantes das conferências, incorporadas em *Studies of Descriptive Cataloging*, variou da apreensão ao entusiasmo; da insegurança ao ataque, mas, em geral “[...] parecia indicar que os princípios e mudanças propostos eram adequados para a maioria dos usuários de catálogos.” (HENDERSON, 1976, p. 237, tradução nossa). Apesar de alguns senões, era possível observar a existência de “[...] uma base sólida para um código descritivo de catalogação digno da posição e do prestígio da *Library of Congress*.” (1946b, p. 23, tradução nossa). E não somente isso, *Principles of Descriptive Cataloging* e seus apontamentos foram tão marcantes que, segundo Carpenter (1985, p. 105), passaram a orientar as regras de catalogação descritiva da LC até o estabelecimento da ISBD, da qual trataremos mais adiante.

Dessa maneira, cumpridas as etapas de estabelecimento das funções e dos princípios da catalogação descritiva, passou-se ao próximo passo – constituir regras catalográfica segundo os mesmos. Esse já foi o desejo manifestado pela LC e pela ALA durante as conferências, contudo a primeira, em seu âmbito, tinha planos para tratar apenas de regras para a descrição bibliográfica, de modo a adotá-las em substituição à parte II do Código da ALA de 1941 – descrição do livro.

Para além das críticas recebidas pelas regras de 1941, substituir tal parte se deu em razão de ela não representar a prática catalográfica na LC. A ALA sugeriu, então, que a referida biblioteca concebesse um código de catalogação descritiva aplicável em outras bibliotecas também, ao que essa biblioteca respondeu por uma carta enviada à Secretaria Executiva da ALA:

Nossa primeira responsabilidade é claramente projetar um código que satisfaça as necessidades da *Library of Congress*. No entanto, acreditamos não haver grande conflito entre os interesses da *Library of Congress* a esse respeito e os interesses de outras bibliotecas americanas [...] (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 2, tradução nossa).

Tendo a LC esse direcionamento, a ALA se encarregou de revisar as regras catalográficas da parte I do Código da ALA de 1941 – regras para cabeçalhos das entradas (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1946b, p. 1-2). Dessa forma, apesar das interlocuções entre essas instituições, elas desenvolveram seu próprio trabalho separadamente, de maneira que isso acabou por resultar em dois conjuntos de regras catalográficas aplicáveis simultaneamente à elaboração de entrada para catálogos de bibliotecas: um para a descrição bibliográfica – as *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress* (RDC); outro para cabeçalhos de entradas – as *A.L.A. Cataloging Rules for Author and Title Entries*, referido por Código da ALA de 1949.

No âmbito das RDC, das propostas recebidas nas reuniões promovidas pela LC e do trabalho de Lubetzky em *Studies of Descriptive Cataloging*, essa biblioteca formou uma comissão consultiva sobre catalogação descritiva com a finalidade de revisar e simplificar as regras de descrição catalográfica, a qual foi composta por profissionais de dentro e de fora da LC. Após reuniões e deliberações, uma edição preliminar do código foi publicada em junho de 1947, pela qual os bibliotecários poderiam avaliar criticamente as regras e, se possível, aplicá-las em suas bibliotecas (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1947, p. v).

Assim, tão logo essa edição preliminar foi publicada, a própria LC pôs em prática essas regras, para que estas fossem submetidas à apreciação crítica de seus profissionais, com o fim de realizar correções, esclarecimentos e adições antes da versão final. Em 1948, o texto preliminar em questão foi submetido também à *Division of Cataloging and Classification* da ALA, à qual coube, por intermédio de sua *Committee on Descriptive Cataloging*, consolidar e sintetizar a opinião da ALA a respeito dessas regras. As sugestões e recomendações feitas pela associação foram estudadas pela LC e, dentro da razoabilidade, elas foram incorporadas ao texto final do conjunto de regras de catalogação descritiva. Feitas as modificações, em janeiro de 1949, o Conselho da ALA aprovou unanimemente o conjunto de regras concebido pela LC (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1949, p. 5).

Nesses termos, como resultado das experiências obtidas na aplicação da edição preliminar de 1947 e das interlocuções com os profissionais e com a ALA, em setembro de 1949, o novo conjunto de regras de catalogação descritiva foi publicado sob o título *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress* (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1949) – chamado de “livro verde”, que substituiu a parte II do Código da ALA de 1941.

Dessa forma, as RDC foram estruturadas conforme a abordagem de Lubetzky e as discussões promovidas em conferências comandadas pela LC, uma vez que subjazem em seu texto os objetivos, as funções e os princípios pelos quais suas regras foram pautadas (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1949, p. 7).

No mais, esse código, além de ter regrado a descrição bibliográfica de publicações monográficas, conteve apêndices (glossário, abreviaturas, numerais e uso de maiúsculas) e regras que orientaram a descrição de distintas tipologias documentais (periódicos, documentos

cartográficos, música impressa, microformas, incunábulo), assim como regrou a descrição analítica e de outros tipos de publicação como suplemento, separatas e afins.

Concomitantemente à elaboração das RDC, a parte I do Código da ALA de 1941 foi revisada por essa associação para constituir as *A.L.A. Cataloging Rules for Author and Title Entries*, que foi o Código da ALA de 1949 (livro vermelho), incluindo somente regras de cabeçalho das entradas de autor e de título, sem abranger o conteúdo descritivo inscrito no corpo das entradas catalográficas. Ao contrário da fundamentação realizada pela LC, a referida associação não promoveu estudos à constituição dos cabeçalhos das entradas. Isso se mostrou problemático, tendo em conta que os princípios regentes dos cabeçalhos de entradas são mais difíceis de abordar do que os da descrição, segundo Jolley (1950, p. 76). Além disso, para esse autor,

Uma das partes mais interessantes dos *Studies in Descriptive Cataloguing* são os exemplos reunidos pela equipe da *Library of Congress* para testar se as informações consideradas em geral necessárias para a descrição exata de uma determinada publicação são, de fato, necessárias. Algo desse tipo teria sido muito útil no campo dos cabeçalhos dos autores. (JOLLEY, 1950, p. 77, tradução nossa).

Longe disso, em seu prefácio, o Código da ALA de 1949 manifestou textualmente que a insatisfação dos elaboradores do novo código era decorrente não do conteúdo do Código da ALA de 1908, mas do que este último omitia em suas regras, por isso é possível ler em seu texto: “As regras de catalogação aqui apresentadas são uma expansão e revisão das regras de entrada e cabeçalho da edição de 1908 das CATALOG RULES, AUTHOR AND TITLE ENTRIES.” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1949, p. v, tradução nossa). Por isso, dentre outras coisas, Jolley afirmou: “A crítica que deve ser feita às *A.L.A. Rules* é que elas se propuseram a aperfeiçoar um ofício ao invés de cumprir uma função.” (JOLLEY, 1950, p. 77, tradução nossa).

Em seu prefácio, o Código da ALA de 1949 alegou ter sido estruturado para dar ênfase a regras básicas, subordinadas ou ampliadas, de modo a: dar-lhes sequência lógica tanto quanto possível; reduzir regras que se alternavam; reformulá-las, evitando repetição das mesmas; torná-las mais claras significativamente; revisar regras inconsistentes com princípios gerais (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1949, p. ix).

Ademais, segundo Dunkin (1956, p. 288), três princípios básicos estavam subentendidos no texto introdutório do código: (1) representar a melhor prática de catalogação nos Estados Unidos; (2) estender a função de lista de busca do catálogo de modo a incluir também a localização sob um cabeçalho de todas as publicações e formas de uma mesma unidade literária; e (3) permitir exceções ou qualificações quando aplicações rígidas da regra geral resultassem em cabeçalhos que não oferecessem uma abordagem mais direta do usuário no catálogo. Diante disso, é perceptível o caráter subjetivo dos princípios (1) e (3), porque é questionável qual seria a melhor prática de catalogação e a partir de que ponto um cabeçalho seria impróprio à abordagem direta do usuário.

Apesar do progresso de dar sequência lógica às regras, muita coisa deu errado, porque ocorreram efeitos contrários ao que a estruturação e os princípios pretendiam realizar, porquanto houve aumento de regras, complexidade nas regras, muitas regras excepcionais, dentre outros efeitos indesejáveis, os quais, no final das contas, resultaram em código de regras *ad doc*, conforme Lubetzky esquadrinhou mais tarde. Desse modo, a ALA não trilhou o mesmo caminho da LC quanto aos diálogos e estudos fundamentais que levassem a um código de catalogação consistente à elaboração de cabeçalhos de entradas de autor e título, restringindo aparentemente suas discussões em âmbito da comissão elaboradora do código. Além disso, o Código da ALA de 1949 foi produzido a toque de caixa, posto que urgia publicá-lo, segundo Osborn (1991, p. 38), pois essa associação, em dificuldade financeira à época, tinha a expectativa de arrecadar US\$ 10 mil em direitos autorais.

Devido às diferenças de abordagens dos dois trabalhos, a aplicação do Código da ALA de 1949 concomitante com as RDC da LC (1949) começou a ditar a prática catalográfica no início da década de 1950, porém isso trouxe efeitos danosos à catalogação, pois, segundo o testemunho de Dunkin (1956, p. 288), os códigos cresceram separadamente e em direção contrária: um olhou para frente; o outro, para trás. Ante a tal desequilíbrio, que Lubetzky (1953, p. 181) dizia ser uma divisão salomônica de regras de catalogação, críticas surgiram, as quais, em geral, eram mais desfavoráveis ao Código da ALA. Inclusive, o mesmo Dunkin (1956, p. 288-289), mas também Tikku (1983, p. 153-154), citaram a opinião de algumas personalidades da catalogação daquela época a respeito dos “códigos gêmeos bivitelinos”.

Ainda por esse tempo, em 1952, mais regras de catalogação descritiva vinham sendo incorporadas à prática catalográfica. Veja-se que a LC publicou um folheto denominado de *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress: Supplement 1949-51*, o qual foi preparado para atender às solicitações feitas à biblioteca para que ela reunisse adequadamente as adições e correções feitas nas regras desde sua publicação, bem como sua decisão quanto à aplicação delas (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1952).

Interessante notar na introdução do suplemento que “[...] as mudanças estão relacionadas principalmente a questões de uso de maiúsculas, pontuação e tipografia do cabeçalho [das entradas].” (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1952, tradução nossa). Como se nota, trata-se de questões linguísticas que poderiam ser resolvidas de acordo com regras gramaticais de cada idioma, se a abordagem de Lubetzky sobre tal tema tivesse sido acatada, conforme ele sugeriu no artigo *Capital Punishment for Catalogers?*

Mais tarde, em 1958, as correções, as revisões, as adições e as mudanças realizadas entre 1949 e 1958 – tanto nas RDC quanto no Código da ALA de 1949 – foram publicadas pela LC, de maneira que essa publicação se afigurou como uma versão atualizada e ampliada da versão de 1952, a despeito da mudança de título: *Cataloging Rules of the American Library Association and the Library of Congress* (THE LIBRARY OF CONGRESS, 1959).

Ante ao exposto nesta seção, é possível constatar que as críticas surgidas no Período Tradicional e expressas efusivamente a partir da década de 1940 compeliram a *American*

Library Association e a *Library of Congress* a constituírem mais comissões e a promoverem conferências para examinar e discutir as práticas catalográficas com o fim de propor regras adequadas para o processo. De uma delas, veio apressadamente o Código da ALA de 1941, que não avançou substancialmente nas questões da catalogação acumuladas do Período Tradicional, pois seu texto manteve e ampliou a complexidade de regras excepcionais e suplementares já existentes em seu predecessor – o Código da ALA de 1908. Ademais, foi incapaz de dar à entrada principal um sentido estrutural além de ser a entrada com todas as informações representativas ou descritivas de um documento, da qual provém entradas secundárias pelas quais a publicação pode ser pesquisada no catálogo.

Nesse contexto, o artigo de Osborn (1941), fruto de relatório publicado por uma comissão consultiva criada para investigar as práticas catalográficas daquele período, revelou o sentimento e o senso crítico de alguns catalogadores daquela época, bem como quatro atitudes dos profissionais frente a regras de catalogação – legalista, perfeccionista, bibliográfica e pragmática. Em meio a isso, constatamos que a figura de Seymour Lubetzky começou a despontar num cenário de críticas intensas sobre práticas e regras de catalogação variáveis ou vacilantes, algumas das quais manifestas por ele mesmo.

Das críticas e do fracasso do Código da ALA de 1941, emergiram as RDC e o Código da ALA de 1949 para substituí-lo, cujas concepções trilharam caminhos distintos. As RDC foram constituídas das interlocuções entre profissionais e entidades bibliotecárias e dos estudos protagonizados por Seymour Lubetzky, cuja contribuição foi ímpar e digna de nota – seja pelos artigos que publicou, seja por seu trabalho na LC. Daí, as RDC serem pautadas por objetivos, funções e princípios – termos, extensão, organização, indicação de fontes e estilo linguístico – da descrição das entradas, tudo isso pretendendo responder aos interesses da maioria dos usuários do catálogo.

Por sua vez, o Código da ALA de 1949 se pautou pela estruturação formal de suas regras apoiada nas melhores práticas catalográficas, pelo estabelecimento de regras excepcionais em favor da conveniência do público usuário do catálogo e pelos conceitos – ainda que pouco robustos – de unidade bibliográfica e de unidade literária, considerados no estabelecimento de cabeçalho das entradas.

Embora os conjuntos de regras de 1949 tenham declarado objetivos e fundamentos sobre os quais foram constituídos, aspecto distinguível neles comparativamente ao que havia antes, a aplicação conjunta de ambos, com abordagens tão desiguais, causou desequilíbrio no trabalho catalográfico das bibliotecas. Apesar de serem revisão das falhas ocorridas na edição anterior, alguma coisa deu errado, pois os dois códigos, sobretudo o da ALA, mantiveram características similares à versão de 1941, apesar do alerta crítico feito por Osborn em seu artigo.

Mesmo assim, constatações foram apreendidas, dentre as quais citamos: regras de descrição e cabeçalhos das entradas devem ser constituídas por princípios, objetivos e funções definidos; o caminho trilhado pelas RDC se mostrou mais proveitoso e fundamental à

constituição de regras catalográficas; estabelecer regras a partir de sua estruturação apoiada nas melhores práticas é insuficiente para dar consistência a códigos de catalogação; e os conceitos de unidade literária e de unidade bibliográfica são relevantes à catalogação e devem ser aplicados apropriadamente no estabelecimento das entradas. Logo, cumpre internalizar essas constatações e retomar a prancheta de projetos, com o fim de reprojeter regras catalográficas que incorporassem tal aprendizado.

No mais, indicam Svenonius e McGarry (2001h, p. xv), ante ao desequilíbrio do Código da ALA comparativamente às RDC, a ALA por meio do *Board on Cataloging Policy and Research of the A. L. A. Division of Cataloging and Classification*⁴⁹, em 1951, solicitou à LC, na figura de Luther Evans, que avaliasse seu código conforme a mesma abordagem das RDC, isto é, considerasse objetivos e princípios subjacentes a regras para cabeçalhos de autor e de título nas entradas catalográficas.

Assim, antes de haver novas regras catalográficas, entendeu-se que era necessário elevar o Código da ALA de 1949 à condição das RDC, cabendo a Lubetzky, então, a tarefa de analisar as regras da ALA, pela qual ele se notabilizou. Assim, sobreveio o maior desafio da carreira de Lubetzky, pelo qual ele pôde avançar além daquilo que fizeram os expoentes do século XIX e os estudiosos da Catalogação anglo-americana de seu tempo, graças à sua atitude propositiva relativamente a regras catalográficas, como veremos no próximo capítulo.

⁴⁹ Conselho de Política e Pesquisa da Divisão de Catalogação e Classificação da ALA. “Em 1 de janeiro de 1957, a *Division of Cataloging and Classification* (DCC), com 57 anos, da *American Library Association*, tornou-se a *Cataloging and Classification Section* (CCS) da recém-formada *Resources and Technical Services Division* (RTSD) da ALA.” (DUNKIN, 1967, p. 267, tradução nossa).

4 ANÁLISE E REPERCUSSÃO DO RELATÓRIO DE SEYMOUR LUBETZKY SOBRE REGRAS DE CATALOGAÇÃO

De início, ansioso por estudar as regras da ALA de modo cômico – segundo Svenonius e McGarry (2001h, p. xv-xvi) –, o estudioso estabeleceu seu escritório entre as estantes de livros da LC, onde passava o dia inteiro examinando textos históricos da catalogação, sobretudo para compreender a origem das regras catalográficas. Com isso, ele conseguiu desenvolver um estudo etiológico do legado deixado pelos expoentes da catalogação – Panizzi, Jewett e Cutter.

Entretanto, ele examinou minuciosamente e metodicamente as regras da ALA de 1949 para verificar: “[...] (a) se elas, de fato, concorriam aos objetivos do catálogo; (b) se eram consistentes com outras regras; ou (c) se eram redundantes repetindo uma regra geral para um caso específico.” Assim, a abordagem do estudioso primou por “[...] examinar as regras, não isoladamente, mas como um sistema projetado para atingir os objetivos especificados.” (SVENONIUS; MCGARRY, 2001h, p. xvi, tradução nossa).

Foram dois anos trabalhando nessa atividade e os resultados foram apresentados no texto *Cataloging Rules and Principles: A Critique of the A.L.A. Rules for Entry and a Proposed Design for their Revision*, relatório publicado em março de 1953 pelo Departamento de Processamento da LC.

Esse texto, também conhecido como Relatório de Lubetzky, foi dividido em quatro seções: I. *Is This Rules Necessary*, divisa marcante em Catalogação, seção na qual ele se ocupou de esquadriar a estrutura e as regras problemáticas do Código da ALA de 1949; II. *The Corporate Complex*, na qual o estudioso abordou a etiologia dos cabeçalhos de entidades coletivas nas entradas do catálogo; III. *Design for a Code*, seção em que ele propôs princípios e objetivos sob os quais um conjunto de regras catalográficas deve se apoiar e de onde provem a função de uma entrada principal; IV. *Q's & A's*, seção com respostas às questões mais importantes e gerais levantadas por aqueles que apreciaram o texto preliminar de *Cataloging Rules and Principles*, disponibilizado para alguns profissionais da catalogação, os quais puderam estudar e comentar o trabalho desenvolvido pelo estudioso antes da publicação do texto final desse relatório.

Gorman (2000, p. 8) observou que a metodologia de análise empregada por Lubetzky em seu relatório é oriunda da Navalha de Ockham, a qual, nos termos da Filosofia, é conhecida também como Lei da Parcimônia, a qual diz respeito às totalidades finitas em que “[...] a melhor ordem é a que produz o resultado máximo com o esforço mínimo, de tal modo que mesmo a lei do menor esforço foi entendida, na história da Filosofia, como ‘princípio da E.’ [i.e., economia] [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 298).

Embora William de Ockham, frade franciscano no século XIV, não tenha sido o primeiro a forjar o termo, a denominação do princípio ficou associada a ele, o qual pode ser compreendido por este lema: “as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade”

(KAYE, 2007, tradução nossa); diga-se de passagem, entidades na Filosofia são entendidas como “[...] todo objeto cujo *status* existencial possa ser definido [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 334). Nesse princípio, importa ter em conta “[...] a simplicidade, a fim de reduzir o risco de erro. Cada hipótese leva à possibilidade de erros. Quanto mais hipóteses você aceita, mais você aumenta o seu risco.” (KAYE, 2007, tradução nossa). Assim, se há duas ou mais regras distintas no enunciado e com efeitos similares, então a que produz o resultado máximo com o mínimo de esforço tende ser a melhor.

Tendo isso em consideração, cumpre observar o estudo de Lubetzky, pelo qual ele fez sua análise das regras catalográficas, e as repercussões em torno de *Cataloging Rules and Principles* (1953). Para tanto, nas divisões da seção em curso, examina-se a análise de Lubetzky a respeito da necessidade e da consistência das regras dos cabeçalhos das entradas, questões tratadas por ele nas partes I e II de seu relatório. Em seguida, levando em conta o que Lubetzky evidenciou nelas, na parte III do relatório, cumpre examinar o projeto escrito pelo estudioso para a concepção de um novo código pautado pelos objetivos e princípios propostos por ele para lidar com as condições bibliográficas existentes no objeto da catalogação.

Depois, convém abordar as repercussões em torno das ideias de Lubetzky, sobretudo nos aspectos relacionados aos temas ligados a esta pesquisa, isto é, princípios da catalogação e o sentido que ele deu para a entrada principal do catálogo. Ao final desta seção capitular, analisamos o clímax das discussões em torno do relatório e do rascunho de um novo código, o qual se deu na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, evento realizado em Paris – outubro de 1961 – o qual marca o fim do Período da Reavaliação Crítica, durante o qual as ideias de Lubetzky, contrapostas ou ajustadas com as de outros estudiosos, foram o fio condutor dos debates entre os conferencistas.

4.1 ESTA REGRA É NECESSÁRIA?

Na primeira seção de *Cataloging Rules and Principles*, Lubetzky partiu da constatação de que o Código da ALA, em suas revisões, se caracterizou por uma contínua proliferação de regras. No bojo disso, tal conjunto de regras cresceu e se tornou mais complexo, daí o estudioso ter questionado (LUBETZKY, 2001, p. 83, tradução nossa): “Todas estas regras são necessárias? Todas as complexidades são inevitáveis? Há um projeto básico que provê unidade e propósito ao nosso código?” Para responder essas questões, outras tantas foram formuladas: “[...] a regra é parte de uma regra maior já presente no código? Se for o caso, é redundante e deve ser eliminada. Ela é consistente com outras regras? Se não, ela deve ser eliminada ou revisada.” (SVENONIUS; MCGARRY, 2001c, p. 76, tradução nossa).

Desse modo, o estudioso examinou esse código com o fim de avaliar a sua estrutura e de inquirir sobre a necessidade de suas regras, observando se elas se relacionavam mutuamente, inclusive nos propósitos ou nos princípios subjacentes às mesmas. Antes, porém, para

fins de contextualização, no Quadro 2, vale observar o modo como as regras desse código foram dispostas em seu texto.

Quadro 2 – Sumário das regras catalográficas no Código da ALA de 1949

<p>I. Escolha da entrada principal (regras 1 a 35)</p> <ul style="list-style-type: none"> – tipo especial de obras (regras 6 a 19) – obras relacionadas com outras publicações anteriores (regras 20 a 29) – obras de autoria duvidosa ou desconhecida (regras 30 a 35) <p>II. Autores pessoais (forma de entrada) – (regras 36 a 70)</p> <ul style="list-style-type: none"> – escritores da Antiguidade e da Idade Média (regras 58 a 63) – nomes orientais (regras 64 a 70) <p>III. Entidades coletivas como autores (regras 71 a 149)</p> <ul style="list-style-type: none"> – publicações governamentais (regras 72 a 90) – instituições e sociedades (regras 91 a 114) – instituições e sociedades religiosas (regras 115 a 130) – organizações diversas não incluídas nas especificações de instituições e sociedades (regras 131 a 149) <p>IV. Cabeçalhos com nomes geográficos (regras 150 a 156)</p> <p>V. Entradas secundárias. Remissivas (regras 157 e 158)</p> <p>Apêndices</p> <ul style="list-style-type: none"> – glossário – abreviaturas – estilo dos cabeçalhos – transliteração
--

Fonte: Adaptado de America Library Association (1949).

Por certo, Lubetzky não discutiu todas as regras em seu relatório, posto que comentou só as reveladoras das deficiências do Código da ALA. Na sequência, apresentamos algumas delas, registrando o seu texto original em nota de rodapé quando estiverem sendo discutidas, com o fim de contextualizar aquilo que cada regra trata.

Em seu relatório, Lubetzky (2001, p. 83) apresentou a primeira inconsistência do Código da ALA de 1949 já na regra 1⁵⁰ (entrada da obra sob o nome de seu autor pessoal ou corporativo), inscrita como regra geral, do que se presume, *a priori*, não se limitar a qualquer tipo de obra ou autoria. No entanto, do modo como foi redigida, ela não tem esse caráter geral, visto que a regra 1 não se aplica a obras com dois ou mais autores e a obras de autoria desconhecida, por isso deveria haver mais exatidão quanto ao enunciado por ela na redação, isto é, tratar tão somente dos cabeçalhos das entradas de obras criadas por um autor. Assim, por sua redação inadequada, a primeira inconsistência identificada por Lubetzky diz respeito à insuficiência de a regra 1 (de caráter geral) lidar com a maior parte das situações bibliográficas para as quais ela foi concebida.

⁵⁰ Regra 1 do Código da ALA (1949, p. 3): **General rule.** “Enter a work under the name of its author whether personal or corporate [...]”.

Por sua vez, do modo que foi redigida, a orientação da regra 2⁵¹, entrada das obras de autor individual sob o nome dele, deveria ser um limite da regra 1 – obras de um autor pessoal ou corporativo. Dito de outro modo, ambas poderiam ser uma só regra, caso a redação e o alcance delas na catalogação fossem determinados cautelosa e coerentemente: “[...] a regra 2 inclui a regra 1, exceto por omitir a qualificação ‘autor pessoal ou corporativo’ [...]”, por isso a regra 1 seria dispensável, desde que tal qualificação fosse adicionada à 2, daí se teria “[...] uma regra adequada no lugar de duas regras deficientes e mutuamente sobrepostas e ambíguas.” (LUBETZKY, 2001, p. 84, tradução nossa).

Logo, pela análise das regras 1 e 2 é possível constatar serem elas imprecisas quanto ao que tencionam instruir, pois apresentam orientações sobrepostas ou imprecisas, de modo que, em dada situação, elas instruem brevemente quando deveriam detalhar mais; em outra situação, elas são prolixas quando deveriam ser mais breves. Daí, ser possível dizer que isso seria evitável caso a redação da regra e a abrangência de suas orientações fossem examinadas com mais cautela. Essas regras dão indícios de que não foram estabelecidas a partir de princípios claros da catalogação.

Segue-se à regra 2 uma sequência de 16 regras – 3A-3E, 4A(1)-4B(3) e 5A(1)-5B – que orientam a elaboração de entradas para publicações com dois ou mais autores, de modo a constituir: obras criadas por coautores (Regra 3. *Joint authors, Works by*), obras compostas (Regra 4. *Composite works*) e obras publicadas em coletâneas ou em periódicos (Regra 5. *Collections and serials*). Nessas regras, Lubetzky (2001, p. 84-85) buscou observar estes aspectos: a definição distintiva dada pelas regras da ALA a essas obras; se as distinções entre elas eram claras; e se tal distinção tinha razão de ordem lógica ou prática aos propósitos da catalogação.

Quanto às definições, no âmbito das regras da ALA: Obra com coautoria diz respeito àquela criada conjuntamente por dois ou mais indivíduos, na qual a contribuição individual nas partes da obra publicada é indistinguível; obras compostas são criadas colaborativamente entre dois ou mais autores cujas contribuições são distinguidas claramente na obra publicada; coletâneas, por sua vez, designa três ou mais obras ou partes de uma obra criada separadamente e publicadas conjuntamente de modo a se ter um todo (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1949).

No tocante às duas primeiras definições, Lubetzky constatou que a distinção entre elas é clara e excludente. Tal constatação provém da investigação feita pelo estudioso sobre a relevância disso para fins de elaboração dos cabeçalhos das entradas catalográficas, nos

⁵¹ Regra 2 do Código da ALA (1949, p. 3): **Individual author, Works by.** “Enter a work under the name of its author, when known, whether or not his name appears in the publication. (Cf. 32.) Enter revisions and other modifications under the original author whenever the work remains substantially his, especially if the book purports to be an edition of the original work. (Cf. 20-22.)”

termos da análise que ele fez nas regras 3 e 4. Veja-se a regra 3A⁵² de obras com coautoria e as regras 4A(1)⁵³ e 4A(2)⁵⁴ de obras compostas, cujas entradas devem ser feitas conforme disposto no Quadro 3.

Quadro 3 – Orientações do Código da ALA quanto à entrada de obra com coautores e obra composta colaborativamente

RE- GRA	CASO	ENTRADA SOB
3A	obra com coautores	o nome do primeiro autor declarado na página de rosto
4A(1)	obra composta colaborativamente com autoria principal identificável	o nome do autor principal da obra
4A(2)	obra composta colaborativamente sem autoria principal identificável	o nome do primeiro autor declarado pela página de rosto, quando houver até três autores
		o título da obra, quando houver mais de três autores na página de rosto

Fonte: *American Library Association* (1949, p. 4-6).

Nas três regras, Lubetzky (2001, p. 85) questionou a lógica ou a consideração prática de se fazer a entrada pelo responsável principal na criação de obra composta, mas não na coautoria de uma obra, já que as orientações dadas nestas regras poderiam ter soluções similares. Por exemplo, a regra 3A poderia instruir igualmente dar a entrada principal de obra criada por coautores sob o autor principal dela. De acordo com o estudioso, trata-se de uma distinção desnecessária dentro do processo catalográfico, uma vez que é possível dar entrada sob o autor principal ou sob o primeiro autor declarados na página de rosto, independentemente de ser obra criada por coautores ou composta colaborativamente.

Além disso, Lubetzky (2001, p. 85) observou a existência de regras restritas a casos específicos, as quais poderiam ser extensíveis para casos análogos. O estudioso exemplificou tal situação por intermédio das orientações para a elaboração de entrada secundária dadas

⁵² Regra 3A do Código da ALA (1949, p. 4): **3. Joint authors, Works by. A.** “Enter under the first author mentioned on the title page a work produced jointly by two or more authors in which the contribution of each is not a separate and distinct part of the whole [...]”.

⁵³ Regra 4A(1) do Código da ALA (1949, p. 5): **4. Composite works. A. Collaborators, Works by. (1)** “Enter a work produced by the collaboration of two or more authors, in which the contribution of each forms a distinct part or section of a planned whole, under the author chiefly responsible for it [...]”.

⁵⁴ Regra 4A(2) do Código da ALA (1949, p. 6): **4. Composite works. A. Collaborators, Works by. (2)** “If origin, chief interest, or responsibility is not clearly identified with or attributable to any one of the contributors, enter under the first-named author if there are not more than three and the title of the whole work is applicable to each of the contributions, with added entry for the other authors. Otherwise, enter under title, with added entry for the first author mentioned and for as many others as the individual case warrants.”

por três regras do Código da ALA de 1949: 3B⁵⁵, 4A(1) e 157A⁵⁶. Veja as orientações delas no Quadro 4.

Quadro 4 – Orientações do Código da ALA (1949) quanto às entradas secundárias de obra com coautores e de obra composta colaborativamente

REGRA	CASO	ENTRADA SECUNDÁRIA SOB
3B	obra com coautores	colaboradores, de acordo com a natureza da obra e com o número de colaboradores
4A(1)	obra composta colaborativamente com autoria principal identificável	o nome dos autores não principais seguidos da designação “coautoria”
157A	elaboração de entradas secundárias	coautores, colaboradores, editores, compiladores, tradutores e outra pessoa ou entidade coletiva que tenha uma responsabilidade significativa na produção da obra e não seja a entrada principal

Fonte: *American Library Association* (1949).

Como é possível notar, a orientação da regra 3B não é exclusiva de obras com coautoria, uma vez que a regra 4A(1) para obra composta apresenta orientação similar. O mesmo pode ser observado na regra 157A, a regra geral que orienta a elaboração de entradas secundárias para certas situações autorais, dentre os quais está inclusive a do coautor e do colaborador (LUBETZKY, 2001, p. 85). Assim, percebe-se serem regras que apresentam soluções similares, contém informações sobrepostas para casos aparentemente distintos ou duplicam orientações de outras, mas que, em essência, têm a mesma condição em circunstâncias diferentes.

O aspecto questionável das orientações específicas dadas em certas regras fica evidente quando se faz uma análise detida dos casos autorais para os quais elas foram concebidas. A regra 3C⁵⁷, por exemplo, trata da entrada de obras publicadas em dois ou mais volumes, nos quais a ordem dos coautores varia em cada volume da publicação. Para esse caso, a regra em questão orienta que a entrada seja feita sob o nome do autor mencionado no primeiro volume da publicação. De acordo com Lubetzky (2001, p. 85-86), a orientação dada pela regra 3C não é exclusiva de publicações em vários volumes de dois ou mais coautores,

⁵⁵ Regra 3B do Código da ALA (1949, p. 4): **3. Joint authors, Works by. B.** “In a work of joint authorship in which the chief responsibility rests with one author, but the title page reads "with the collaboration of . . ." or words to that effect, the making of added entries for the collaborators will depend on (1) the nature of the work; (2) the number of collaborators and the importance of their contribution.”

⁵⁶ Regra 157A do Código da ALA (1949, p. 220): **Added entries. A.** “Make added entries for joint authors, collaborators, editors, compilers, translators, illustrators (if the illustrations form an important feature of the work) in short, for any person or corporate body other than the one chosen for the main entry that has a significant part in or responsibility for the production of the work [...]”.

⁵⁷ Regra 3C do Código da ALA (1949, p. 4): **Joint authors, Works by. C.** “If in a work of more than one volume, the names of the joint authors do not appear in the same order on the title pages of the different volumes, enter under the name which appears first on the title page of the first volume and give variation in a note.”

uma vez que a eventual desordem pode ocorrer em obras compostas ou nas distintas edições de uma dada obra (regra 3D⁵⁸).

Ademais, a questão não para na variação da ordem dos autores, segundo Lubetzky (2001, p. 86), porque o título igualmente pode apresentar variação nos diferentes volumes da publicação e nas diferentes edições de uma obra, seja qual for a situação de autoria. Logo, a questão fundamental é que as informações constantes na página de rosto podem variar nos volumes e nas edições de uma mesma publicação, independentemente de esta ter sido criada por dois ou mais coautores, de ter sido criada colaborativamente numa obra composta, de seu título ou de sua edição, por isso a regra deveria ser enunciada para lidar com “obras com variações na página de rosto”, não como “obra criada por coautores”.

Isso posto, o estudioso presumiu que regras como essas foram criadas para atender circunstâncias em vez de condições, daí isso ser uma das causas da proliferação de regras no Código da ALA de 1949. Em suas palavras,

Quando criamos uma regra para atender um *caso específico*, em vez da *condição* ilustrada por ela, criamos a necessidade de duplicar essa regra para cada caso novo que possa ser encontrado em circunstâncias diferentes. Pode ter sido uma obra de coautoria que *ocasionou* a regra; o que *causou* isso, no entanto, não foi o fato de que era uma obra de coautores, mas que os elementos sobre os quais a entrada se baseia diferiam nas páginas de rosto dos vários volumes. (LUBETZKY, 2001, p. 86, tradução nossa, grifo do autor).

É possível citar outros exemplos de regras criadas para atender circunstâncias em vez de condições, como a regra 3E⁵⁹, coautoria de narrativas contadas de uma pessoa para outra que as publica (repórter, escritor fantasma e afins), a qual apresenta uma condição observável nas regras 4B(2)⁶⁰, 4B(3)⁶¹ e regra 11⁶², obra composta por entrevistas, conversas à mesa e escritos mediúnicos respectivamente.

Por ora, os exemplos expostos anteriormente são suficientes para demonstrar que o Código da ALA de 1949 proveu regras determinadas circunstancialmente, cujos textos poderiam figurar sob uma única regra pautada pela condição fundamental. De mais a mais, vale enfatizar que determinar regras caso a caso provoca orientações conflitantes para uma

⁵⁸ Regra 3D do Código da ALA (1949, p. 5): **Joint authors, Works by. D.** “If on the title page of a second or later edition, the order of the joint authors has been changed, enter under the name which appears first on the earliest edition and add an explanatory note.”

⁵⁹ Regra 3E do Código da ALA (1949, p. 5): **Joint authors, Works by. E.** “Enter a narrative told by one person to another person (reporter, ‘ghost writer’, etc.) who prepares the matter for publication, under the narrator. Make added entry for the writer.”

⁶⁰ Regra 4B(2) do Código da ALA (1949, p. 7): **4. Composite works. B. Debates, conversations, interviews, table-talk. (2)** “Enter an interview under the person interviewed if his ideas only are presented; enter under the interviewer if he has added comment and interpretation or if he has interviewed several persons.”

⁶¹ Regra 4B(3) do Código da ALA (1949, p. 7): **4. Composite works. B. Debates, conversations, interviews, table-talk. (3)** “Enter table-talk under the talker with added entry under the compiler.”

⁶² Regra 11 do Código da ALA (1949, p. 28): **Mediumistic writings.** “Enter a work received through a medium (automatic writing, table rapping, ouija board, etc.) under the medium with added entry for the purported author.”

mesma condição e é causa de aumento desenfreado de regras catalográficas que tencionam tratar de especificidades.

Conforme dito anteriormente, se, por um lado, a distinção entre obra publicada por dois ou mais coautores e obra composta é clara, ainda que isso não se mostre tão essencial à elaboração dos cabeçalhos das entradas em catálogos, por outro lado, a distinção entre obra composta (regra 4) e coletânea (regra 5) tem caráter nebuloso e não coopera para o processo catalográfico. Nesse sentido vale considerar que a definição de obra composta (criada com a colaboração de dois ou mais autores cujas contribuições são distinguidas claramente na publicação) é cabível em coletâneas (obra publicada com escritos de três ou mais autores, eventualmente com a contribuição de colaboradores).

Tal percepção é proveniente do exame realizado por Lubetzky no texto e nos exemplos das regras reguladoras das entradas de coletânea de obras que homenageiam personalidades e instituições – denominada de *festschriften*⁶³, regra 5A(1)(c)⁶⁴ – e as entradas de obras compostas nas regras 4A(1)⁶⁵ e 4A(2). A título de ilustração, consideremos quatro exemplos no Quadro 5 provenientes do Código da ALA (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1949, p. 6), nos quais sublinhamos duplamente os aspectos de autoria mencionados por Lubetzky: o primeiro exemplo se refere à regra 5A(1)(c); o segundo, à regra 4A(1); e os dois últimos, à regra 4A(2).

Quadro 5 – Exemplos de obras compostas cabíveis em coletâneas

Exemplo sob regra 5A(1)(c)

coletânea *festschriften* com título coletivo

Frankfurter, Felix, 1882- ed.

Mr. Justice Holmes; contributions by Benjamin N. Cardozo, Morris R. Cohen, John Dewey [and others] . . . edited by Felix Frankfurter.

Published on the occasion of the ninetieth birthday of Oliver Wendell Holmes, March 8th, 1931.

CONTENTS.

1. Holmes, Oliver Wendell, 1841-1935. I. Title.

⁶³ *Festschriften* é algo como coletânea de homenagem, dado que o Código da ALA de 1949 define seu termo radical – *festschrift* – como uma publicação complementar ou memorial de conteúdo ensaístico, biográfico, bibliográfico, científico, dentre outros, a qual é publicada para homenagear pessoas ou instituições por ocasião de um aniversário (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1949, p. 231).

⁶⁴ Regras 5A(1)(c) do Código da ALA (1949, p. 9): **5. Collections and serials. A. Collections. (1) With collective title. (c).** “Enter *festschriften* and similar collections published by a society or an institution in honor of a person, or to celebrate an anniversary, under the society or institution. When not published by a society or an institution, enter under editor, if the editor's name appears prominently in the publication; otherwise enter under title. In any case, make added entry under editor or distinctive title when not main entry [...]”.

⁶⁵ Regra 4A(1) do Código da ALA (1949, p. 5): **4. Composite works. A. Collaborators, Works by. (1)** “Enter a work produced by the collaboration of two or more authors, in which the contribution of each forms a distinct part or section of a planned whole, under the author chiefly responsible for it [...]”.

Quadro 5 – Exemplos de obras compostas cabíveis em coletâneas

Exemplo sob regra 4A(1)

obra composta colaborativamente com autoria principal identificável

International Institute of Intellectual Co-operation.

The educational role of broadcasting, by F. W. Beidler-Wagner, Henry Bonnet, Kristine Bonneviet [and others] ... Paris, International Institute of Intellectual Co-operation, 1935.

I. Beidler-Wagner, F. W. II. Title.

Exemplos sob regra 4A(2)

obra composta colaborativamente sem autoria principal identificável

Por que ser anti-semita? Um inquerito entre intellectuaes brasileiros; collaboradores: A. C. Pacheco e Silva, Afranio Peixoto, Alfredo Ellis Junior ... [e outros]

I. Silva, Antonio Carlos Pacheco e. II. Peixoto, Afranio, 1876- III. Ellis, Alfredo, 1896-

Is unemployment inevitable? An analysis and a forecast; a continuation of the investigation embodied in "The third winter of unemployment," published in 1923.

"This volume is ... in the form of a series of essays for which the authors alone are responsible, together with an introductory report which represents our views of the questions which our inquiry covers."-Introd. signed: J. J. Astor, A. L. Bowley [and others].

I. Astor, Hon. John Jacob, 1886- II. Bowley, Arthur Lyon, 1869- III. The third winter of unemployment.

Fonte: *American Library Association* (1949).

Nota: Sublinhados duplos assinalam os aspectos de autoria analisados por Lubetzky.

O primeiro exemplo não consta do Relatório de Lubetzky.

Ressalva-se que o primeiro exemplo não foi citado por Lubetzky em seu relatório, mas nos pareceu adequado incluí-lo para enriquecer a compreensão do que é *festschriften*. Como se observa nas partes sublinhadas duplamente dos exemplos, essas obras compostas colaborativamente podem ser tidas por coletâneas: a primeira entrada é representativa de uma coletânea de homenagem escrita por contribuições autorais; a segunda entrada, representativa de obra escrita por vários autores; a terceira, representativa de obra escrita por colaboradores, o que não invalida o caráter autoral destes; a quarta, representativa de obra escrita por ensaístas.

Assim, nas palavras do estudioso: "O melhor que pode ser dito a esse respeito é que os exemplos citados podem ter entrada da mesma forma, seja como 'coletâneas' ou 'obras compostas'." (LUBETZKY, 2001, p. 87, tradução nossa). Por isso, se tais orientações fossem

reunidas em poucas regras não pautadas por uma distinção sabotadora do processo catalográfico, haveria um número menor de regras válidas tanto para obras compostas quanto para obras em coletânea.

E essa questão de duplicidade orientativa causada por distinções desnecessárias é observada mesmo dentro de um dado agrupamento de regras sob uma numeração, como o que se percebe nas regras sob o número 4, para obras compostas. De acordo com a regra 4B(1)⁶⁶, entrada de obra composta a partir de debates, de diálogos ou de conversas é feita sob o nome do participante que figurar primeiramente na página de rosto da obra publicada. Isso, segundo Lubetzky (2001, p. 87), é mera ilustração da condição manifesta e exemplificada na regra 4A(2), conforme se observa no Quadro 6, posto que esta última orienta dar entrada pelo primeiro autor mencionado quando a responsabilidade não estiver imputada claramente a quaisquer dos colaboradores (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1949, p. 6).

Quadro 6 – Comparativo das regras 4A(2), 4B(1), 4B(2) e 4B(3)

REGRA	CASO	ENTRADA PRINCIPAL SOB
4A(2)	obra composta colaborativamente sem autoria principal identificável	o nome do primeiro autor inscrito na página de rosto, quando houver até três autores
		o título da obra, quando houver mais de três autores
4B(1)	obra composta a partir de debates, de diálogos ou de conversas	o nome do primeiro participante declarado na página de rosto
4B(2)	obra composta a partir de entrevistas	o nome do entrevistado (relatado), quando somente fala dele é registrada
		o nome de quem relata (relator), quando houver comentários dele ou houver vários entrevistados
4B(3)	obra composta a partir de conversas à mesa	o nome de quem fala (relatado), com entrada secundária para quem compila (relator)

Fonte: *American Library Association* (1949).

Ainda no Quadro 6, além de regras reguladoras de uma mesma condição, havia ainda no Código da ALA de 1949 regras pautadas por diferentes princípios. Isso foi constatado por Lubetzky (2001, p. 87) nas regras 4B(2) e 4B(3), pois a primeira oferece duas possibilidades que não estão previstas analogamente na última, isto é, entrada sob relatado ou relator, a depender do modo de colaboração autoral. Em contraste, a regra 4B(1) orienta elaborar as entradas nas quais os participantes colaboram conjuntamente sem a figura de um relator proeminente, sob o nome de quem é declarado primeiramente na página de rosto.

Logo, as regras de 4(B) provêm soluções distintas para situações análogas, já que tais regras foram pautadas simultaneamente pelo tipo de publicação e pelo modo de colaboração

⁶⁶ Regra 4B(1) do Código da ALA (1949, p. 6): **4. Composite works. B. Debates, conversations, interviews, table-talk. (1)** “Enter a debate, dialogue, conversation, under the participant whose name appears first on the title page. Make added entry for each name after the first.”

autoral. Assim, insistir em distinções despropositadas que promovam definições nebulosas elaboradas imprecisa e desnecessariamente (como as que existem entre obra composta e coletânea) complica ainda mais a concepção e aplicação de regras catalográficas. Isso não coopera para o processo catalográfico, antes torna-o complexo, sobretudo quando tais definições se mostram equivalentes em muitos aspectos, os quais, se observados, revelariam princípios e condições bibliográficas proveitosos à catalogação. Como um efeito bola de neve morro abaixo, a inconsistência de definições no Código da ALA de 1949 concorreu à proliferação de regras restritas a casos específicos, cujos textos poderiam figurar sob poucas regras pautadas por uma condição fundamental única.

Dando sequência à sua análise, Seymour Lubetzky direcionou sua atenção para o grupo de regras especiais do Código da ALA de 1949, levando-o a questionar se elas eram, de fato, justificáveis para fins de catalogação. Esse grupo de regras, numeradas de 6 a 19, trata de tipo especial de obras, conforme está exposto no Quadro 7:

Quadro 7 – Regras relativas a tipo especial de obras no Código da ALA (1949)

6. Correspondence and letters	12. Music
7. Expeditions (Reports, etc.)	13. Private collections (Catalogs)
8. Inscriptions	14. Radio scripts
9. Manuscripts	15. Scenarios (Motion picture)
A. Manuscripts and facsimiles of manuscripts	16. Ships' logs
B. Calendars of manuscripts	17. Theses and dissertations
10. Maps and atlases	18. Visitations, Heraldic
11. Mediumistic writings	19. Works of art

Fonte: *American Library Association* (1949).

Sobre elas, o estudioso questionava-se: “Se regras especiais são necessárias para correspondências como distintas de outros escritos, por que não haver também para diários, notas, lembranças, reflexões, endereços, ensaios, leituras e outras formas de fala e de escrita?” (LUBETZKY, 2001, p. 88-89, tradução nossa). Não que ele fosse contrário a tais regras, mas entendia que elas devem estar fundamentadas em princípios orientadores, não em algum tipo especial de publicação, e se elas existem, pressupõe-se haver um axioma de que essas regras se sustentam pelo fato de serem condições especiais não cobertas por outras regras do Código da ALA de 1949. Porém, esse pressuposto nem sempre se confirmou no texto das regras especiais desse código, conforme o estudioso constatou.

Veja-se no Quadro 8 que a Regra 6A⁶⁷ orienta dar entrada sob o nome da primeira pessoa listada na página de rosto de publicação produzida de cartas e correspondências, procedimento compatível com condições similares nas regras 4B(1), 4A(2) e 3A, as quais

⁶⁷ Regra 6A do Código da ALA (1949, p. 16): **6. Correspondence and letters. A.** “Enter correspondence between two or more persons under the first one mentioned on the title page, with added entry for the other party or parties to the correspondence, and for the editor or compiler.”

orientam dar entrada principal sob o nome do indivíduo listado em primeiro lugar na página de rosto.

Quadro 8 – Comparativo das regras 3A, 4A(2), 4B(1) e 6A sobre a formação de cabeçalho da entrada principal

REGRA	CASO	ENTRADA PRINCIPAL SOB
3A	obra com coautores	o nome do primeiro autor inscrito na página de rosto
4A(2)	obra composta colaborativamente sem autoria principal identificável	o nome do primeiro autor inscrito na página de rosto, quando houver até três autores
		o título da obra, quando houver mais de três autores
4B(1)	obra composta a partir de debates, de diálogos ou de conversas	o nome do primeiro participante inscrito na página de rosto
6A	cartas e correspondências	o nome da primeira pessoa inscrita na página de rosto

Fonte: *American Library Association* (1949).

Assim, a regra 6A duplica orientações da regra 4B(1), a qual duplica desnecessariamente as da regra 4A(2), que por sua vez tem orientação correspondente na regra 3A. Desse modo, a situação relatada na regra 6 serve para ilustrar uma regra especial baseada em condições supostamente especiais, que, no entanto, são questionáveis e abrangidas por outras regras do Código da ALA de 1949, por isso regras especiais para cartas e correspondências são injustificáveis e sua existência é uma das causas da prolixidade das regras da ALA.

Segundo Lubetzky, o mesmo raciocínio exposto na regra 6 é válido para outros tipos de publicações estabelecidas nas regras especiais, como relatos de expedição (regra 7), inscrições⁶⁸ (regra 8), manuscritos (regra 9), obras com música (regra 12) dentre outras regras especiais, as quais – nos termos do código – orientam que as entradas devem ser feitas sob o nome de seus autores, sob seus compiladores, se em coletâneas, ou sob o título pelo qual a obra é conhecida (LUBETZKY, 2001, p. 89).

Se certas regras especiais podem ser incluídas sob regras mais gerais, por outro lado, vale ainda considerar que algumas das regras especiais deveriam constar de outras partes do código, segundo Lubetzky (2001, p. 89): inscrições anônimas – regra 8 – e manuscritos anônimos – regra 9 – deviam ser tratadas sob obras anônimas (regras 32 e 33); e manuscritos da Bíblia, mencionados na regra 9, nas regras sob essa obra sagrada (regra 34).

Assim, tanto quanto cartas e correspondências, a análise apurada nessas regras especiais revela a presença de orientações desnecessárias manifestadas por regras duplicadas, as quais estão pautadas pelo tipo especial de obra em vez de sua condição bibliográfica.

⁶⁸ Inscrições é “escrito sucinto gravado em pedra, metal ou outro material duro para preservar a memória de uma pessoa, coisa ou fato importante.” (MARTÍNEZ DE SOUSA, 2004, p. 516, tradução nossa).

Nesses termos, acaba-se por desconsiderar que, por vezes, a condição expressa na regra especial tem correspondência com outras regras do código, e muitas condições caminham a par ou progridem na mesma direção de uma regra geral. Por isso, é questionável a existência de regras pautadas pelo tipo especial de obra, pois, segundo Lubetzky (2001, p. 89, tradução nossa),

[...] o significado dessas regras e sua relação com as regras gerais seria mais claro e inteligível se elas fossem apresentadas como regras especiais relativas às condições específicas encontradas em alguns materiais, concentrando assim a atenção sobre as condições bibliográficas especiais, em vez do 'tipo especial' dessas obras.

Assim, Lubetzky não foi contrário a regras especiais, desde que elas fossem estabelecidas pelas condições bibliográficas especiais, não pelo fato de a publicação tratar de um relato de expedição, de obras manuscritas, de textos teatrais para rádio (LUBETZKY, 2001, p. 89). Logo, a existência de regras especiais só se justifica quando elas estão sustentadas em exceções factíveis, de modo que apresentem orientações próprias não tratadas em outras partes do código, isto é, a condição bibliográfica específica é fundamento à existência de regras especiais no código de catalogação.

Terminadas as questões relativas a regras especiais para tipo de obra, Lubetzky (2001, p. 90) dirigiu sua atenção ao grupo de regras da ALA relativas à forma de entrada para autores pessoais, pelas quais ele encontrou mais aspectos problemáticos desse conjunto de regras. Por exemplo, as orientações dadas sob a regra 46⁶⁹, reguladora da entrada sob nome de autora casada que adota ou não o nome do marido nos escritos dela, poderia figurar na regra 45A⁷⁰, que trata com a mudança de nomes dos autores.

Além disso, a condição manifesta na regra 45A poderia também ser o fundamento de outras regras reguladoras da mesma condição: regra 53⁷¹ e seus desdobramentos 53A⁷², 53B⁷³ e 53C⁷⁴ – para os casos em que um autor adota nome religioso; e regra 65B(2)⁷⁵ –

⁶⁹ Regra 46 do Código da ALA (1949, p. 91): **Married women.** “Enter a married woman under her latest name unless, as specified below, she has consistently written under another name.”

⁷⁰ Regra 45 do Código da ALA (1949, p. 90): **Changed names. A.** “Enter under the adopted name a person who in civil life has changed his name unless the original one is decidedly better known. (Cf. 30B, 53, 65B(2), 69B.) This includes legal changes of name, assumed names such as pseudonyms and professional names that have been adopted for general use, and also cases in which merely the spelling of the name has been altered [...]”.

⁷¹ Regra 53 do Código da ALA (1949, p. 100): **Religious orders, Changed names of persons in.** “Enter writers who have adopted a religious name upon entering orders, modifying or relinquishing the original secular name, under the modified secular or religious name as further specified under A, B and exception C [...]”.

⁷² Regra 53A do Código da ALA (1949, p. 100): **Religious orders, Changed names of persons in. A** “Enter under surname writers known to the lay public under the surname combined with the name in religion [...]”.

⁷³ Regra 53B do Código da ALA (1949, p. 101): **Religious orders, Changed names of persons in. B** “Enter under religious name writers who have published all or most of their works under that name [...]”.

⁷⁴ Regra 53C do Código da ALA (1949, p. 102): **Religious orders, Changed names of persons in. C** “Enter under the secular name writers who have published works under the original name and are not known, or not so well known, under their religious names [...]”.

⁷⁵ Regra 65B(2) do Código da ALA (1949, p. 117): **Hebrew names. B. (2).** “For Jews who have settled in Palestine and have adopted Hebrew names there, use the adopted form, and refer from the original name.”

quando o autor adota um nome hebraico. Veja-se tais regras no Quadro 9, inclusive o caso sobre mulheres casadas que adotam o nome do marido.

Quadro 9 – Orientações do Código da ALA quanto a mudança de nome pessoal

REGRA	CASO	ENTRADA SOB
45A	regra geral para mudança de nome	nome adotado
46	mulher casada	sobrenome mais recente da mulher, a menos que escreva sob outro nome ⁽¹⁾
53A	escritor conhecido pelo público leigo ⁽²⁾	combinação do nome secular com o nome religioso
53B	escritor publica suas obras sob o nome religioso	nome religioso
53C	escritor publicou suas obras com o seu nome original e não é conhecido pelo nome religioso	nome secular
65B(2)	mudança de nome: adoção de nome hebraico para judeu estabelecido na Palestina	nome hebraico

Fonte: *American Library Association* (1949, p. 91-92).

⁽¹⁾ Salvo nos casos em que a mulher casada escreve sob sobrenome e prenomes do marido, quando a entrada se faz sob o nome dela.

⁽²⁾ Aparentemente, conhecido do público tanto pelo nome secular quanto pelo nome religioso.

Todas as regras do Quadro 9 apresentam a mesma intenção manifesta na regra 45, daí o estudioso afirmar: “[...] se regra especial é necessária para providenciar a entrada de um escritor judeu que se estabeleceu em Israel e adotou um nome hebraico, praticamente não há limite para o número de regras específicas.” (LUBETZKY, 2001, p. 92, tradução nossa).

Ante ao exposto, podemos afirmar que regras de catalogação não deveriam ser pautadas pela previsão de todos os casos ou variáveis possíveis de ocorrerem no universo bibliográfico. Longe disso, deve prover fundamentos claros sob os quais seja possível determinar as condições bibliográficas comuns, como a que ocorre em mudança de nome de um autor pessoal, independentemente de estado civil, de gênero, de etnia, de localização geográfica e de ocupação dos autores.

Para além do dito, as inconsistências, as contradições e as sobreposições ocorrem também nas regras para tipos especiais de autores, que Lubetzky tratou na parte final da seção *Is this Rule Necessary*, sobretudo para observar certos acréscimos ao nome de autor em cabeçalho das entradas do catálogo, os quais designam situações, como adoção de nome religioso ou inclusão de títulos para indicar nobreza, ofício ou afins.

Certamente, regras para a inclusão de titulação ou para regulamentar a alteração no nome de autores pessoais são desejáveis na catalogação, sobretudo se necessária à identificação singular de um autor. No entanto, o estudioso alertou que tais regras não podem carregar contradições, minúcias desnecessárias e complexidades inoportunas. Isso é possível

ser contornado, se as condições bibliográficas que as sustentam forem devidamente fundamentadas.

Com isso, Lubetzky finalizou a análise das duas primeiras seções do Código da ALA de 1949, salientando que as regras comentadas são amostras das questões observadas por ele no conjunto de regras. Em síntese, para grande parte das regras das seções I e II do Código da ALA, a resposta à pergunta formulada pelo estudioso – Esta regra é necessária – é “não”, pois muitas delas foram caracterizadas por apresentar: redação inadequada ou imprecisa; orientações sobrepostas; distinções ou definições que não cooperam para a catalogação; orientações restritas a casos específicos; orientações distintas para uma mesma condição bibliográfica; e orientações pautadas por duas ou mais condições bibliográficas.

Na segunda seção de *Cataloging Rules and Principles (The Corporate Complex)*, Lubetzky abordou a questão da complexidade de regras sobre cabeçalho de autor corporativo nas entradas do catálogo, pela qual ele não encontrou diferenças substanciais daquelas verificadas nas regras das seções I e II do Código da ALA de 1949, as quais citamos no parágrafo anterior. Antes de chegar a essa conclusão, na seção em questão, Lubetzky fez um resgate dos estudos de autores e das regras catalográficas que tratam da determinação de cabeçalho de entidades coletivas nas entradas das publicações criadas em nome delas, os quais, precedentes às regras da ALA de 1949, levaram à constituição da seção III desse código.

Dentre os autores e regras examinados por Lubetzky (2001, p. 100-101), citamos: Cutter (1869; 1876; 1889; 1891; 1904), Jewett (1852; 1853), as regras manifestas num relatório de 1850 (de Edwards Edwards⁷⁶), as regras que constituíram o *Catalogue of the Library of the Boston Athenæum* (1874-1882), os estudos de Thomas F. Currier e J. C. M. Hanson, o Código da ALA de 1908 e as inconsistências do próprio Código da ALA de 1949.

Ao final de sua análise, o estudioso concluiu que a questão fundamental dessa autoria não estava na distinção de autor corporativo como sociedade ou como instituição, que era comum naquele tempo; antes tinha a ver com o nome comum ou próprio pelo qual o autor corporativo era reconhecido em suas publicações. Nas palavras do estudioso:

Reconhecemos, em primeiro lugar, que entidades coletivas, como pessoas, são conhecidas e referidas de modo geral por seus nomes e, portanto, devem ter entradas diretamente sob seus nomes, tanto quanto as pessoas são. Isso está, é claro, implícito no próprio princípio da autoria corporativa. Reconhecemos também, entretanto, que muitas entidades coletivas, ao contrário de pessoas, não possuem ‘nomes próprios’, mas nomes comuns a muitas entidades coletivas de seu tipo, como biblioteca pública, museu, jardim zoológico, sociedade histórica, câmara de comércio e nomes genéricos similares. Tais entidades devem ser e geralmente são identificadas pelo nome da cidade, estado etc., com o qual estão associados. (LUBETZKY, 2001, p. 109, tradução nossa).

Desse modo, segundo o estudioso, pautar as regras pela distinção entre sociedades e instituições, em vez de observar as condições bibliográficas destas quanto ao nome distinto

⁷⁶ O título do referido relatório é este: *Report of the Commissioners on the British Museum, 1850, Nos. 5956-5961* (EDWARDS *apud* CUTTER, 1869, p. 103).

ou não, deturpou o propósito das regras, de maneira que autores corporativos com qualificações análogas foram tratados de forma diferente (LUBETZKY, 2001, p. 105).

Nesse âmbito, chega-se à essência do problema, segundo o estudioso: como autores pessoais, autores corporativos são reconhecidos ou identificados por seu nome próprio, tendo em conta que alguns destes, contrariamente aos nomes pessoais, nem sempre têm nome próprio e, por vezes, são identificados por seus nomes comuns dentro de um dado contexto geográfico. Para esses casos, a entrada de seus nomes é seguida “[...] do nome do local preciso para sua identificação – ou seja, tratar o nome comum de uma entidade coletiva como seu nome próprio.” (LUBETZKY, 2001, p. 110, tradução nossa).

Por esse percurso, o estudioso constatou que os cabeçalhos de entidades coletivas foram definidos no Código da ALA de 1949 de acordo com cada tipo de entidade, não pela condição de seu nome próprio ou comum. Daí Lubetzky (2001, p. 96) concluiu que as regras dessa autoria apresentavam características similares ao que ele observara nas regras da parte I e II do referido código: duplicidade e paralelismo de regras com soluções idênticas que poderiam ser eliminadas, com o fim de se evitar eventuais orientações parecidas ou conflitantes; regras limitadas que poderiam ser combinadas ou substituir regras mais amplas; e regras descartáveis por estarem firmadas em distinções desnecessárias ou irrelevantes à catalogação, que considera o tipo de entidade coletiva, em vez de condições bibliográficas.

Decerto, perdeu-se muito tempo em determinar a distinção sociedade e instituição no âmbito da autoria corporativa, quando a questão fundamental era se o autor corporativo tinha um nome próprio ou comum. Em não se percebendo essa questão, foram propostas definições que pouco contribuíram para o processo catalográfico, pois o assentamento desse princípio nas regras levou a catalogação para ruas sem saída ou para encruzilhadas.

Por outro lado, "uma rua sem saída é apenas um bom lugar para fazer um retorno"⁷⁷ e, se estivermos numa encruzilhada, temos a oportunidade de escolher o caminho mais promissor ou fundamental para conduzir o processo catalográfico. Com efeito, não se trata de renejar, em absoluto, o passado e traçar novas bases da catalogação do zero; longe disso, trata-se de projetar um código de catalogação que evite os problemas observados no Código da ALA de 1949 e que preserve os progressos alcançados até então, como tratou Lubetzky na terceira seção de seu relatório – *Design for a Code* – a ser abordada na sequência.

4.2 OBJETIVOS E PRINCÍPIOS PARA UM CÓDIGO CATALOGRÁFICO

Com o estudo analítico e etiológico das regras do Código da ALA de 1949, Lubetzky comprovou, de fato, as mazelas desse código, cheio de regras complexas, muitas delas desnecessárias, relacionadas com outras regras do código ou consistentes com os princípios e

⁷⁷ "A dead end street is a good place to turn around". Sites que tratam de citações atribuem essa frase a Naomi Judd, cantora e atriz americana.

propósitos de outras regras. Então, a depender do caso, uma e outra regra poderiam ser excluídas do código, poderiam ter uma redação mais simplificada ou poderiam ser conciliadas com outras regras.

Segundo o estudioso, a situação problemática em questão “[...] se desenvolveu como resultado do fato de que muitas das nossas regras foram estabelecidas para se adequar a casos específicos que os *ocasionaram* e não às condições bibliográficas que os *causaram*.” (LUBETZKY, 2001, p. 144, tradução nossa, grifo do autor). Note-se também que, no âmbito da autoria corporativa, o estudo etiológico deu indícios claros das inconsistências das regras, as quais levaram a catalogação por caminhos tortuosos, insatisfatórios ou conflitantes quanto ao modo de tratá-la uniformemente. Se tudo isso for admitido, completou o estudioso, então é indispensável revisar o código catalográfico estabelecido por esses termos.

Ante a isso, não bastava revisar regras específicas do código, antes importa reconstruí-lo de acordo com objetivos que definam o intuito das regras, e princípios ponderados delineadores do padrão e do caráter do código (LUBETZKY, 2001, p. 113). Nesse sentido, nas subdivisões desta seção, cumpre abordar o projeto realizado pelo estudioso para a concepção de um novo código, pelo que ele propôs: objetivos e suas implicações para o código e princípios para lidar com as condições bibliográficas básicas e variáveis existentes no objeto da catalogação.

4.2.1 OBJETIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO

De pronto, Lubetzky (2001, p. 113) declarou os dois objetivos que deviam permear o estabelecimento de um conjunto fundamentado de regras de entradas catalográficas: 1) prover regras de entradas que possibilitem ao usuário do catálogo de biblioteca encontrar de imediato o livro desejado por ele; 2) prover regras de entradas que revelem para o usuário do catálogo as edições ou traduções das obras de um dado autor existentes na biblioteca. Vale enfatizar que tais objetivos não vieram do nada, dado que ele os definiu a partir de seus estudos analíticos e etiológicos das regras catalográficas, os quais remontam às contribuições de Antonio Panizzi, de Charles Cutter dentre outros notáveis que discutiram a Catalogação.

De Panizzi, Lubetzky resgatou as discussões a respeito: do catálogo de busca, o qual tem objetivo primordial de auxiliar seus usuários a encontrar tão somente uma dada publicação desejada por esses; e do catálogo completo e preciso, expressão empregada por Panizzi para designar o catálogo que serve de instrumento de referência de seus usuários, o qual distingue edições de uma obra.

Os objetivos definidos por Lubetzky, sobretudo o segundo objetivo que trata da distinção obra-livro, têm origem na luta de Panizzi por um catálogo completo, a qual foi descrita por Lubetzky num artigo publicado em 1956 – *Panizzi vs. The Finding Catalog* (LUBETZKY, 2001). O texto de Lubetzky evidenciou que os interlocutores de Panizzi não compreenderam suas ideias a respeito de um catálogo completo e preciso, pois tinham-nas como complexas, elaboradas, impraticáveis e formuladas deliberadamente para retardar a preparação do catálogo:

“Os oponentes de Panizzi criticaram ‘contrassensos bibliográficos’ e alegaram que tudo o que o Museu [Britânico] precisava era de um ‘catálogo de busca’ que poderia ser preparado de forma rápida e econômica.” (LUBETZKY, 2001, p. 174, tradução nossa).

Por aquele tempo, não faltaram argumentos de literatos eminentes contrários às ideias de Panizzi, o qual teve que defender seu plano catalográfico em várias audiências de comissões parlamentares britânicas criadas para investigar as atividades da Biblioteca do Museu Britânico, conforme mencionamos anteriormente. Ao final dos embates, Panizzi pôde prosseguir com seu plano de elaboração de seu catálogo, mas a questão de catálogo de busca contraposto ao catálogo completo e preciso não foi resolvida naquele momento. A despeito disso, a semente lançada por Panizzi em favor de um catálogo além de lista de busca germinou, conforme é possível constatar numa declaração dada por um de seus discípulos: “[...] devemos tentar estabelecer algumas concepções claras e definidas dos propósitos para os quais esses catálogos devem existir.” (EDWARDS, 1959 *apud* LUBETZKY, 2001, p. 179, tradução nossa).

Anos mais tarde, em 1876, foi Cutter quem contribuiu efusivamente para a concepção e propósito do catálogo por meio de objetivos. Lubetzky valeu-se disso conforme comentários explanados por Paul Dunkin, os quais foram incorporados num texto intitulado *Code of Cataloging Rules: Author and Title Entry*⁷⁸, este conhecido como “Projeto do Código”. Aliás, Dunkin, em outro artigo escrito quando esse projeto tomava forma, declarou que o trabalho de Lubetzky tinha revivido os objetivos de Cutter e fez questão de frisar que, embora alguns achem o aspecto revolucionário do Relatório de Lubetzky, “o novo código sobre o qual o Sr. Lubetzky e a *Catalog Code Revision Committee* estão trabalhando começam com a atualização dos mesmos dois objetivos que perseguimos desde que Cutter os anunciou em 1876.” (DUNKIN, 1961a, p. 182, tradução nossa).

Em termos básicos, vale lembrar que Cutter definira os objetivos do catálogo deste modo: (1) capacitar um indivíduo a encontrar um livro cujo autor ou título é conhecido; (2) mostrar o que a biblioteca tem de um dado autor; (3) auxiliar o leitor a escolher a edição e o caráter literário ou temático de um livro. Segundo Svenonius (2000, p. 15), esses são os objetivos tradicionais da catalogação e foram forjados por Cutter sobre certas pressuposições daquilo que o usuário precisa ter em mãos ao consultar um catálogo: objetivo **encontrar**, usuário conhece o autor, título ou assunto do livro procurado; objetivo **colocar**, o usuário está munido com informações de autor, de assunto ou de gênero literário similares com as de um dado conjunto documental; objetivo **escolher**, o usuário escolhe um item documental dentre outros similares em edição ou tema.

⁷⁸ Em 1958, o texto em voga foi submetido à *Section of the Resources and Technical Services Division of ALA*, seção do *Catalog Code Revision Committee of the Cataloging and Classification*, e desde então foram feitas várias versões dele.

Para alcançar tais objetivos, Cutter serviu-se de “entrada pelo autor com as devidas remissivas”, “entrada pelo título ou por referência de título”⁷⁹ e da “conveniência do público”. Segundo Dunkin (2001, p. 216), a menção de tal conveniência nas regras de Cutter parece casual, mas acabou sendo usada por ele para justificar a não aplicação completa de seus objetivos. Assim, conforme temos assinalado, a observância dessa conveniência comprometeu a consistência dos objetivos definidos por Cutter, ao mesmo tempo que incumbiu a tarefa de discernir a conveniência do público ao catalogador. Mais tarde, o Código da ALA de 1949 se valeu de tal conveniência para justificar a inclusão de regras excepcionais em seu texto, de maneira que, com tal abordagem, esse conjunto de regras assemelhou-se a um labirinto legalista de regras no qual os catalogadores vagueavam na tentativa de psicanalisar um leitor ausente, conforme declarou Dunkin (2001, p. 216).

Em geral, os objetivos de Lubetzky não distam dos de Cutter, porém o primeiro aprimorou-os de modo a segui-los com mais exatidão metodológica, salvo se uma ou outra exceção fosse admissível em condições bibliográficas especiais devidamente justificadas. Dito de outro modo, os objetivos devem ser aplicados com sobriedade, tendo em conta que,

A falha da ‘conveniência’ surge quando se permite interferir constantemente com o funcionamento de princípios gerais em casos individuais. Qualquer regra ou lei, se imposta de forma rígida e imparcial, resultará em inconvenientes ou mesmo injustiça em alguns casos específicos. Mas isso não seria motivo para abandonar um mundo de lei e ordem para um mundo de ‘justiça’ individual em casos específicos. (DUNKIN, 2001, p. 217, tradução nossa).

Antes de mais nada, Lubetzky buscou sempre que possível, “[...] uma ‘regra simples sem exceções’, pois isso, de fato, serve ao catalogador e ao usuário do catálogo. Mas a estrutura lógica do CCR [*Code of Cataloging Rules*] é ainda mais convincente porque, de vez em quando, cede a um senso comum consistente.” (DUNKIN, 1961a, p. 189, tradução nossa). Nesses termos, vale frisar que,

Em vez de ‘a conveniência do público’, Lubetzky baseou-se na lógica da observação de que uma regra simples, estritamente seguida, vai se tornar evidente para o usuário do catálogo e, portanto, vai servi-lo melhor do que um labirinto de regras inexplicadas e inconsistentes com exceções ad hoc para circunstâncias específicas. (KNOWLTON, 2009, p. 18, tradução nossa).

Nesse sentido, ainda que algum nível de subjetividade permaneça, a aplicação sóbria dos objetivos reduz consideravelmente as regras excepcionais, sobretudo quando eles são tratados metodologicamente. Essa é a abordagem fundamental de Lubetzky sobre os objetivos das entradas comparativamente aos de Cutter, posto que a diferença entre eles começa pelo fato de o estudioso ser mais preciso no uso dos termos “obra”, “edição” e “livro”, enquanto nas regras de Cutter e nos códigos da ALA,

[...] a entrada principal às vezes representa ‘obra’ e às vezes ‘edição’. No CCR [*Code of Cataloging Rules*], este problema é tratado como problema primário da catalogação,

⁷⁹ Referência de título pode ser a primeira palavra do título, uma palavra alusiva ao título ou a palavra do título indicativa do assunto da publicação, e tal palavra pode ser tomada inclusive do subtítulo (CUTTER, 1904, p. 64-65).

para o qual se aplica uma solução consistente. O reconhecimento inicial da distinção conduz inevitavelmente a um método que a realiza. (DUNKIN, 2001, p. 213, tradução nossa).

Dito de outro modo, a compreensão e o emprego correto desses termos são condições imprescindíveis à estruturação da entrada principal e a função que ela deve cumprir à luz dos objetivos, de sorte que, segundo Dunkin (1961a, p. 182), estes são válidos tanto para o usuário do catálogo que almeja uma edição específica de uma obra, quanto para o usuário que se contenta com qualquer edição de uma obra, independentemente do modo de publicação da unidade literária.

Anos depois, o estudioso esclareceu que uma publicação “[...] deve ser notada como produto dicotômico – como um objeto ou meio **material** usado para transmitir a **obra** intelectual de um autor.” (LUBETZKY, 1969, p. 11, tradução nossa, grifo do autor). Porém, para o estudioso, tal distinção, por vezes, tem sido confundida tanto pelos catalogadores quanto pelos consulentes do catálogo, daí ser “de importância fundamental para uma compreensão da natureza do problema catalográfico e dos objetivos que o catálogo deve ser projetado a servir.” (LUBETZKY, 1969, p. 12, tradução nossa).

Em outras palavras, a distinção obra-livro deve estar evidente nas entradas do catálogo, de modo que as várias edições e traduções de uma dada obra sejam indicadas para os consulentes de um catálogo, inclusive a interrelação entre as obras de um dado autor. Assim o livro “[...] não é uma entidade independente, mas representa uma dada **edição** de uma dada **obra** de um dado **autor** [...]” e, nessa condição, “[...] o livro terá que ser representado no catálogo como uma edição de uma dada obra de um dado autor relacionado às outras edições (e traduções) dessa obra e de outras obras desse autor.” (LUBETZKY, 1969, p. 13, tradução nossa, grifo do autor).

Voltando ao texto de *Design for a Code*, além de declarar os objetivos, o estudioso levou em conta certas implicações de cada um deles, assim como: o conflito entre eles, o método para conciliá-los e os problemas advindos desse método.

De certo modo, o primeiro objetivo – de caráter especificador – ocupou lugar de honra nos catálogos de bibliotecas, sem o qual estas ficam disfuncionais. Sua efetivação é uma operação relativamente simples, rápida e econômica, adequada a bibliotecas pequenas, segundo o estudioso, visto que basta tomar o título, o autor e outros elementos bibliográficos da página de rosto da publicação para constituir uma entrada bibliográfica (LUBETZKY, 1956, p. 214).

Isso, de fato, é suficiente quando se procura uma publicação específica, porém é insuficiente em certos contextos bibliotecários, como os de caráter acadêmico, nos quais prevalece o interesse por uma obra, independentemente da variação de seu título ou do nome de seu autor nas diferentes edições e traduções em que ela foi publicada.

Nesses termos, a ênfase de Lubetzky sobre a necessária implementação do segundo objetivo (prover entradas de edições ou traduções das obras de um autor) deveu-se à constatação de que certos usuários prezam esse tipo de informação, pois lhes dá meios de

selecionar, dentre as publicações disponíveis, a que melhor atenda suas necessidades de informação. Ao mesmo tempo, auxilia-os a identificar e encontrar as obras de um dado autor cujo título foi citado imprecisamente, ou ainda a encontrar uma obra que não foi catalogada separadamente por estar, por exemplo, contida dentro de outra.

Além disso, o segundo objetivo é válido para a ordenação temática de documentos, pois “[...] também ajuda o classificador a ordenar os livros sistematicamente sob um dado assunto – primeiro por autor, depois por título e em seguida por edição e tradução” (LUBETZKY, 2001, p. 113, tradução nossa). Por esse objetivo, constatamos ser Lubetzky visionário daquilo que o modelo FRBR evidenciou nos dias atuais sobre a distinção de obra-livro em registro bibliográfico, daí os consultores do modelo serem devedores das ideias desse estudioso:

A necessidade do segundo objetivo decorre do fato de que as obras de um autor podem ser publicadas sob diferentes nomes como resultado de uma alteração, tradução, transliteração ou até mesmo impressão incorreta do nome do autor, e as edições de uma obra podem ser publicadas sob diferentes títulos por motivos semelhantes, e, portanto, poderiam estar separadas no catálogo. (LUBETZKY, 2001, p. 113, tradução nossa).

Em vista disso, segundo Lubetzky (2001, p. 114), cabe ao catalogador a tarefa de promover a identificação singular de autores e o relacionamento entre as obras de modo a cumprir ambos os objetivos. No entanto, o estudioso reconheceu limites à implementação do segundo objetivo, já que muitas das regras catalográficas orientadas a ele eram fonte de complicação para a eficácia do catálogo, além do mais sua execução era custosa ou exigia mais encargos do catalogador, por isso a catalogação em certas bibliotecas ficou limitada ao primeiro objetivo.

Ademais, segundo Dunkin (1961a, p. 187), houve objeções quanto ao segundo objetivo, tido por alguns bibliotecários como inovação sonhadora. Longe disso, no entanto, sua essência tem sombreado há muito as regras catalográficas, tendo em conta que ele esteve presente nos objetivos de Cutter, em 1876, e foi mencionado na introdução do Código da ALA de 1908, por isso não pode ser visto como objetivo fantasioso. Aliás, vale lembrar que o segundo objetivo já era observado na catalogação desde os tempos de Panizzi, quando este reconheceu edições como manifestações das obras.

A despeito dos senões, Lubetzky salientou que a importância do segundo objetivo para a integridade e a eficácia do catálogo deve ser reconhecida continuamente (LUBETZKY, 2001, p. 114). Logo, prescindir da aplicação realizável do segundo objetivo é abdicar de um catálogo de biblioteca mais efetivo, completo e confiável.

No mais, ainda que esses objetivos não sejam completos nem resolvam os problemas da catalogação, segundo Lubetzky (1956, p. 215), eles são essenciais para racionalizar e desenvolver as regras das entradas que determinam as características elementares de um catálogo.

Declarados os objetivos, Lubetzky considerou as implicações relativas à conciliação deles no processo catalográfico, dado que ele questionava se dois objetivos distintos seriam

conciliáveis. Para o estudioso, o primeiro objetivo, de caráter especificador, estava inerentemente em conflito com o segundo, de caráter generalizador (LUBETZKY, 2001, p. 114).

Nesse aspecto, segundo o estudioso, a resolução desse conflito passava por um método que considera ser a obra identificada e referenciada geralmente por meio de seu autor e de seu título. Nesse âmbito, surgiu a compreensão e o sentido de uma entrada principal do catálogo, segundo Dunkin (2001, p. 215), posto que sua elaboração sob o autor e o título da publicação consegue servir aos dois objetivos ao mesmo tempo em muitas situações.

Desse modo, Lubetzky deu um protagonismo próprio para a entrada principal no âmbito do catálogo de fichas. Até aquele momento, conforme assinalamos anteriormente, a ficha principal (correspondente à entrada principal) era vista como a entrada com todas as informações bibliográficas necessárias à representação de uma publicação, sendo ela uma espécie de ficha unitária ou fundamental da qual é possível criar uma ou mais fichas secundárias (correspondentes a entradas secundárias), sendo estas últimas passíveis de terem menos informações bibliográficas que a ficha principal (LUBETZKY, 2001, p. 132).

No âmbito do Relatório de Lubetzky, a função da entrada principal vai além disso, pois o termo “principal” não implica ser somente a entrada mais importante ou fundamental, antes diz respeito à entrada que comporta o princípio da unidade literária presente nos objetivos declarados por ele. Por isso, ele tentou evitar o uso de tal termo em seu texto, preferindo referi-lo como “entrada da obra”, o que nos parece mais revelador de seu entendimento sobre a função da entrada principal, a despeito de tal termo não ter alcançado notoriedade em Catalogação. Mais precisamente, tem-se uma entrada representativa da obra e sua manifestação, na qual seu cabeçalho denota a obra; seu corpo, a manifestação dela.

Assim, em certas situações bibliográficas, a conciliação dos objetivos passa pelo cabeçalho da entrada principal, o qual age como um meio interseccional a partir do qual é possível efetivar simultaneamente a generalização e a especificação das entradas, de maneira que a soma das especificidades requeridas pelo primeiro objetivo resulta nas generalidades evocadas pelo segundo objetivo propostos por Lubetzky.

Por outro lado, segundo Dunkin, o conflito vai existir quando se tenta forçar o emprego do cabeçalho da entrada principal para servir os dois objetivos em situações nas quais ele é insuficiente para atendê-los simultaneamente. Nesses casos, se se aceita ser o cabeçalho da entrada principal referente da unidade literária que atende ao segundo objetivo, então o primeiro objetivo de singularizar publicações de uma mesma obra, muitas vezes, em catálogos de fichas, só pode ser alcançado quando for combinado com entradas secundárias ou com remissivas, pois por estas é possível localizar uma edição publicada sob outro título e uma obra publicada sob outro nome de autor (DUNKIN, 2001, p. 215).

No entanto, a representação de unidades literárias na entrada principal exige que seu cabeçalho seja formado a partir do “[...] nome do autor, seguido por um título escolhido para designar a obra [...] e uma descrição da publicação em si que contém a obra [...]” (LUBETZKY, 1969, p. 23, tradução nossa).

É justamente nessa variação de nome do autor ou de título de uma dada obra que surge o problema do método, que se vale desses dois elementos, para alcançar os objetivos de singularizar publicações e generalizar obras. Considere-se, por exemplo, que a especificação da forma do nome adotado por um autor é formada geralmente do nome pelo qual ele é identificado em suas obras publicadas, salvo se o autor for conhecido por outro nome. Nesse âmbito, Lubetzky (2001, p. 116) percebeu que definir a forma de nome de autores consagrados não é tão problemático como definir o de autores contemporâneos, pois nem sempre é possível definir nestes últimos o nome pelo qual eles estão sendo ou vão ser consagrados em seus escritos.

Por conta disso, Lubetzky levou em conta o alerta do conhecido bibliotecário escocês James Brown sobre a constatação de que o nome mais conhecido de um autor na atualidade pode não ser assim posteriormente. Daí vem a questão de qual seria o nome mais conhecido de um autor: aquele pelo qual ele foi mais conhecido por seus contemporâneos; aquele pelo qual ele asseguraria seus direitos legais; o seu apelido ou pseudônimo; o nome pelo qual o autor é conhecido historicamente; ou se é o seu nome mais fácil de lembrar (BROWN, 1906, p. 49).

Embora se adote uma ou outra forma de indicar nome dos autores precisamente, outra questão deve ser observada. Não há dúvidas de que as entradas de autores identificados de modo regular concorrem com os objetivos em questão satisfatoriamente, mas há situações em que o autor publica obras sob nome diferente, sob iniciais, sob pseudônimos ou sob anonimato. Para essas situações,

As regras A. L. A. são logicamente mais consistentes quando estabelecem a entrada sob o nome do autor de obras publicadas sob suas iniciais, pseudônimos ou sem o seu nome; mas, ao fazê-lo, sacrificam o tempo e a conveniência de todos aqueles que vão procurar essas obras sob as iniciais ou os pseudônimos expostos nas obras, ou sob seus títulos, se publicadas anonimamente – isto é, eles sacrificam o primeiro objetivo em favor do segundo. (LUBETZKY, 2001, p. 115, tradução nossa).

Regras como essas, segundo Lubetzky (2001, p. 115), espalham pelo catálogo as entradas das obras publicadas, inclusive suas edições, sob dois ou mais nomes de um mesmo autor, tendo em conta que elas têm entrada definida dos nomes usados por esse autor nas páginas de rosto das publicações. Por esse procedimento, as entradas tendem a permanecer inalteradas, posto que se uma ou mais entradas de uma determinada obra publicada forem identificadas posteriormente com outras entradas desse autor, uma remissiva pode ser elaborada a qualquer momento para apontar outras formas do nome do autor, sem necessidade de alterar as entradas elaboradas anteriormente.

No mais, cumpre acrescentar que na autoria desconhecida ou imprecisa, a constituição de um nome autoral inexistente naturalmente, por isso o título é empregado como substituto dele para figurar como cabeçalho da entrada principal, de modo a exercer em absoluto a função de representar a unidade literária.

Ante ao exposto nesta seção, constatamos que Lubetzky concebeu objetivos para a catalogação a partir do que Panizzi e Cutter propuseram em seus respectivos estudos:

encontrar um livro específico e revelar edições e traduções da obra. Aquele estudioso teceu ainda as implicações de cada um dos objetivos, o conflito entre eles, o método para conciliá-los e os problemas advindos desse método. A conciliação do caráter especificador do primeiro objetivo com o caráter generalizador do segundo passa por um método que põe em evidência o autor e o título como elementos primordiais à identificação da obra, de modo a atender o primeiro caráter do objetivo. As somas das especificidades concorrem com o segundo objetivo, mas o problema deste método vem da diversidade que pode haver no nome do autor e no título, os quais podem variar em sua forma.

Ante às questões de forma do nome ou do título, Lubetzky (2001, p. 117) reconheceu que permanência e uniformidade são princípios desejáveis nas entradas dos catálogos. Porém, princípios não devem se sobrepor aos objetivos a serem adotados na catalogação, uma vez que estes últimos: “[...] definem a meta e a direção de nossas regras de catalogação e devem ser sempre mantidos à vista, mesmo que eles não possam ser alcançados totalmente em todas as ocasiões.” (LUBETZKY, 2001, p. 117-118, tradução nossa). Tendo isso em mente, Lubetzky considerou, então, aquilo que ele referiu por princípios das condições bibliográficas básicas e variáveis, conforme veremos na seção seguinte.

4.2.2 CONDIÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E SEUS PRINCÍPIOS, CONFORME LUBETZKY

Tendo apresentado os objetivos a alcançar e tecidas suas implicações quanto ao conflito entre eles, o método para conciliá-los e os problemas advindos desse método, Lubetzky considerou em seguida as condições bibliográficas básicas ou variáveis existentes no objeto para o qual se elabora um código de catalogação e os princípios bibliográficos pelos quais é possível tratar tais condições.

Segundo Lubetzky, as condições básicas do objeto da catalogação dizem respeito à prevalência do livro nas coleções bibliotecárias registradas em catálogos, em especial sua peculiar página de rosto, pela qual ele é identificado habitualmente por aqueles que o citam. Nesse âmbito, o nome do autor e o título da publicação são elementos recorrentes na página de rosto, daí eles serem protagonistas essenciais na identificação do livro há muitos anos.

Ante a esse protagonismo, o catalogador é capaz de prever com razoável certeza o modo pelo qual um livro específico será procurado por aqueles que o buscam, segundo o estudioso, para quem: “Os princípios e as regras de entrada dos livros devem, por conseguinte, estar baseados sobre esses dois elementos e ser aplicados de forma semelhante a outros materiais identificados por um autor, título ou ambos.” (LUBETZKY, 2001, p. 118, tradução nossa).

A evidência de que autor e título são elementos primordiais à catalogação fica mais clara quando se considera publicações intituladas de modo comum ou genérico (Ensaio, Memórias, Poemas, Contos etc.), tendo em conta que esse modo por si só é insuficiente para identificá-las com mais precisão. Em sentido inverso, quando se considera uma publicação em que o nome do autor é comum e o seu título característico, este último passa a ser mais útil na

identificação de uma dada publicação. No final, agindo conjuntamente, ambos os elementos têm papel primordial na catalogação de uma publicação, em razão de eles cooperarem reciprocamente com a identificação de um livro (LUBETZKY, 2001, p. 119).

Para além disso, na concepção de um código de catalogação, há que se ter em conta a variação das condições bibliográficas do objeto da catalogação; por conseguinte, os princípios também. A variação das condições bibliográficas, segundo Lubetzky, se dá quanto: ao modo e à quantidade de autores que criam a obra; ao modo como os autores se identificam em suas obras publicadas; ao número de títulos pelos quais uma dada obra pode ser identificada ou conhecida. No âmbito dessa variedade, o estudioso considerou também a questão das obras publicadas em nome de entidades coletivas, condição contígua à da autoria pessoal e também a questão das obras dependentes. Para além disso, comum à autoria e à obra é o fato de que elas precisam ser identificadas inequivocamente em catalogação, a despeito de possíveis alterações havidas eventualmente no nome do autor ou no título de uma obra.

Posto isso, é possível esquematizar as condições variáveis discutidas por Lubetzky (Quadro 10), as quais incidem sobre as publicações representadas nas entradas do catálogo, sejam nas obras que elas contêm, sejam nos autores que as criam.

Quadro 10 – Condição variável das obras publicadas e de seus autores representados em entradas

ENTE		CONDIÇÃO VARIÁVEL
obra		de criação
		de título
		de dependência
autoria	pessoal	do nome
	corporativa	do nome
		do nível administrativo

Fonte: Elaborado pelo Autor.

No entanto, antes de avançar, vale retomar outra vez à compreensão de entradas principal e secundárias expostas por Lubetzky (2001, p. 119-120), pois é por ela que o estudioso discutiu as condições bibliográficas variáveis identificadas por ele. Nesse âmbito, a concepção e avaliação dos princípios de catalogação não podem ignorar o fato de que o uso generalizado de catálogos em fichas deu um novo sentido às entradas, pois a composição dele comporta um ou mais registros de uma dada publicação, já que,

[...] a entrada sob o nome do autor é sempre necessária para reunir suas obras e as edições de suas obras no catálogo, [a qual] é denominada de entrada fundamental ou principal; as entradas do título, quando desejadas ou necessárias para facilitar a localização de determinados livros, podem ser preparadas como entradas auxiliares ou secundárias. (LUBETZKY, 2001, p. 119, tradução nossa).

Nesse aspecto, a entrada principal, sob o nome de um autor ou, em certas condições, sob o título, funcionou como uma espécie de ficha-unidade da qual se gerava entradas

secundárias ou auxiliares. Para tanto, a ficha-unidade era reproduzida de acordo com o número de entradas secundárias a serem estabelecidas e na parte superior de cada reprodução era redigido o cabeçalho de um dos elementos bibliográficos, para o qual se estabelecia a secundária: autor, título, série, assunto, editor, tradutor e assim por diante, conforme a necessidade. Por esse modo, cada entrada secundária estabelecida teria seus subarranjos ordenados pela entrada principal, quais sejam: autor seguido do título ou, em certos casos, só o título, conforme pode ser visto em um exemplo dado por Viswanathan (1965, p. 25), reproduzido na Figura 7.

Figura 7 – Exemplos de entradas secundárias

pelo coautor

Hefferline, R. F.
Perls, F. S. and others.
Gestalt therapy: excitement and growth in the human
personality by F. S. Perls, R. F. Hefferline and Paul Goodman.
N. Y., Julian Pr., 1952
xiii, 466, 22 cm.

pelo compilador

Spark, Muriel.
Bronte, Emily Jane.
A Selection of poems; Comp. by Muriel Spark. Lond.,
Grey-Walls Pr. 1952.
62p., 19cm.

Fonte: Viswanathan (1965, p. 223).

Mais tarde, Lubetzky precisou esclarecer a valia da entrada principal para seus interlocutores, conforme apontou a segunda questão respondida por ele na parte IV de seu relatório. Transpareceu no Relatório de Lubetzky que as bibliotecas daquele tempo adotavam critérios diferentes para estabelecer a entrada principal, os quais causavam a dispersão das entradas da obra de um mesmo autor no catálogo, sobretudo nos catálogos de bibliotecas participantes de catalogação cooperativa. Desse modo, o estudioso defendeu que a escolha de cabeçalhos das entradas principais fosse consistente e padronizada, pois assim,

[...] as obras de um autor e as edições de uma obra vão permanecer juntas no catálogo, não apenas sob o nome do autor, mas também sob as entradas secundárias – editor, tradutor, assunto, título e séries. Este tipo de organização do catálogo é mais satisfatório para seus usuários e possibilita certas funcionalidades como listar todas as edições de uma determinada obra sob a entrada principal e apenas a última ou melhor edição sob o assunto, título e outras entradas secundárias. (LUBETZKY, 2001, p. 132-133, tradução nossa).

Em vista disso, Lubetzky pôde chamar atenção para o fato de que a escolha da entrada principal afeta o caráter do catálogo quanto ao modo de arranjo das entradas secundárias, posto que o cabeçalho destas são sucedidos pelos dados assentados na entrada principal.

Tendo em vista os objetivos do catálogo propostos por Lubetzky, no restante da seção III (*Design for a Code*), esse estudioso apresentou soluções para lidar com as condições variáveis e seus efeitos na entrada principal identificadas por ele em seus estudos: (1) as condições variáveis que afetam as obras contidas nas publicações, as quais variam quanto à sua criação (quantitativo de criador), à sua intitulação e à sua dependência; (2) as condições variáveis da identificação dos autores das obras, sobretudo na forma de nome empregada por eles ao se identificarem em suas publicações, o que inclui também a autoria corporativa com suas peculiaridades próprias.

De um modo geral, nos termos de sua criação, a obra: tem entrada sob o nome de seu autor principal; se compilada, sob nome de seu editor; se sem autoria definida, sob seu título (LUBETZKY, 2001, p. 120-122). Nos termos de sua intitulação, a obra é identificada por seu título original, salvo se conhecida: (1) por outro título; (2) se tiver denominação imprecisa; ou (3) se for publicação periódica com títulos alterados. No primeiro caso, a entrada é feita sob o título pelo qual a obra é conhecida; no segundo, por um título de caráter distintivo; no terceiro, conforme cada um dos títulos dos periódicos, com informação em notas sobre sua relação com os outros títulos (LUBETZKY, 2001, p. 122-123).

Quanto à dependência de uma obra, Lubetzky (2001, p. 123) referiu-a como aquela produzida para servir de subsidiária à obra da qual depende, como índices, glossários, suplementos, apêndices e outras obras. O estudioso sugeriu que esse tipo de obra tivesse entrada sob os mesmos autor e título da obra subsidiada, mas ponderou que uma ou outra obra subsidiária, pelo seu valor ou interesse, poderia eventualmente ter entrada sob seu autor e título, desde que houvesse entrada secundária sob autor e título da obra a ser subsidiada. Para além disso, a questão de dependência não gerou controvérsia maiores, já que não houve discussões impetuosas sobre esse tema após a publicação do relatório de Lubetzky.

Nos termos da autoria de uma obra, o autor pessoal tem entrada sob o nome pelo qual ele se identifica em suas obras publicadas, exceto nas situações em que o autor, no transcurso do tempo, passa a ser conhecido por outro nome. Se ele se apresenta em suas publicações com nome variado, tem entrada preferencialmente sob seu nome verdadeiro. Os autores conhecidos internacionalmente têm sua entrada definida conforme as regras gramaticais de sua língua de origem, sobretudo quando contém sobrenomes compostos ou sobrenomes com prefixos (LUBETZKY, 2001, p. 122).

No caso de autoria corporativa, algumas correlações com a autoria pessoal podem ser feitas, mas em geral a primeira tem a entrada de suas obras sob o nome pelo qual se identifica em suas obras. Se mudar de nome sucessivamente ao longo de sua existência, a entidade

coletiva tem a entrada de suas obras sob o nome vigente no momento em que elas foram publicadas, com inclusão no corpo das entradas de informações dos nomes pelos quais elas se denominavam ou passaram a se denominar. Entidades coletivas subordinadas ou vinculadas a outra entidade coletiva maior são tratadas de modo independente e têm entrada sob seus nomes próprios. No entanto, se a entidade subordinada tiver um nome genérico comum a suas congêneres, a entrada de suas publicações se faz por intermédio do nome da entidade matriz ou do nome geográfico com a qual elas se identificam (LUBETZKY, 2001, p. 124-129).

Ante a todas as condições bibliográficas variáveis em torno da autoria de obras publicadas por entidade coletiva, Lubetzky salientou que tais condições acabam por complicar as entradas das obras publicadas por essas entidades. A complicação é tamanha a ponto de algumas bibliotecas ignorarem a prática de lidar com cabeçalhos para entidades coletivas, preferindo dar entrada dessas publicações sob seu título, de modo a sacrificar o interesse daqueles que, por exemplo, prezam por obras com assuntos aos quais uma determinada entidade coletiva se dedica ou desenvolve atividades ou daqueles que buscam informações sobre a própria entidade (LUBETZKY, 2001, p. 129).

A despeito disso, para as bibliotecas que se valem de tal cabeçalho em benefício de seus usuários, vale adotar princípios que ajustem o rumo e a aplicação das regras catalográficas, sem os quais é como ficar sem bússola em meio a floresta, segundo o estudioso. Certamente, os princípios nem sempre têm critérios bem definidos, porém Lubetzky ressaltou que estes são instrumentos pelos quais se chega àqueles, por isso critérios não devem se sobrepor aos princípios. Reconhecendo o valor dessa abordagem, Sharp (1969, p. 3, tradução nossa) declarou: “[...] o ponto vital era que aqui, finalmente, alguém estava mostrando claramente o caminho a seguir, e indicando precisamente quais fatores deveriam ser levados em consideração na revisão das regras.”

Ante ao exposto nesta seção, podemos traçar as ideias fundamentais expostas por Lubetzky em seu relatório. Afinal de contas, o estudioso desvendou e elucidou aquilo que o Código da ALA de 1949 e seus antecessores tentaram lidar, mas não conseguiram: o caráter duplo dos documentos existentes numa biblioteca. Em especial, um livro tangível identificado por suas características individualizadas de autor e de título, ao mesmo tempo que é portador de uma criação intelectual passível de ser publicada várias vezes em outros documentos sob diferentes e variáveis nomes de autor e de título. Em vista disso, o estudioso propôs dois objetivos e um método para tratá-los:

- Objetivos: 1. encontrar um livro específico
2. revelar edições de obras

Método: por precisamente em evidência autor e título da obra

No entanto, o imigrante da Europa Oriental identificou certas condições bibliográficas em torno do objeto da catalogação, que afetam diretamente o método defendido por ele, tendo em conta que o nome do autor e o título da obra variam na forma e na diversidade de sua denominação; por conseguinte, a catalogação também é afetada por eles. No caso da obra, ela varia nas condições em que foi criada e intitulada; por sua vez, a autoria de uma obra varia na forma do nome dos autores e, em se tratando de autor corporativo, também varia quanto à sua característica administrativa. Ante a isso, ele sugeriu meios de estabilizar tal variação, sem se desviar do princípio geral de que a obra de autoria conhecida tem entrada sob seu autor e título ou, na ausência de autoria definida, só sob seu título.

Apresentados os objetivos e os princípios que lidam com as condições bibliográficas diversas que agem na catalogação, a última seção do relatório de Lubetzky foi dedicada para responder as principais dúvidas de seus interlocutores a respeito de seu trabalho, conforme temos sinalizado. Vale lembrar que um rascunho do texto com as três primeiras seções do relatório fora submetido previamente a seus pares, para que o mesmo fosse estudado e comentado por eles, por isso foi possível a Lubetzky refinar o seu texto e incluir a quarta seção ao seu relatório. Assim, as repercussões e os debates em torno do Relatório de Lubetzky foram iniciados antes mesmo de sua publicação formal e se intensificaram ainda mais após a publicação de *Cataloging Rules and Principles*, conforme veremos na próxima seção.

4.3 REPERCUSSÕES, DEBATES E RESULTADOS DOS ESTUDOS DE SEYMOUR LUBETZKY

Após sua conclusão e publicação, o Relatório de Lubetzky repercutiu e foi debatido de modo crítico e efusivo, posto que suas ideias causaram questionamentos intensos na comunidade catalográfica internacional nos anos subsequentes à sua publicação, especialmente nos fóruns voltados à Catalogação, como conferências ou artigos de revistas dedicadas à Biblioteconomia.

A eles, além da seção IV de seu relatório (*Q's & A's*), Lubetzky respondeu pelos mesmos meios no transcurso da década de 1950 e no início da de 1960, os quais foram elaborados com o propósito de complementar, esclarecer ou responder às críticas ou questões levantadas por seus congêneres:

- *Comments on Discussion of Cataloging Rules and Principles*, em 1953;
- *Development of Cataloging Rules*, em 1953;
- *Non-Author Headings: A Negative Theory*, em 1953;
- *The Function of the Catalog*, em 1956;
- *Panizzi vs. the Finding Catalog*, em 1956;
- *Some Observations on Revision of the Cataloging Code*, em 1956;

- *The Current Revision of ALA Rules*, apresentado e publicado originalmente em 1959;
- *Fundamentals of Cataloging*, em 1960;
- *Code of Cataloging Rules: Author and Title Entry*, em 1960;
- *Smoke Over Revision*, em 1961;
- *The Function of the Main Entry in the Alphabetical Catalogue-One Approach*, apresentado durante a Conferência de Paris, em 1961.

Cumpra observar atentamente tais textos, pois por eles é possível compreender o pensamento crítico desse estudioso em defesa do racionalismo e do funcionalismo da prática catalográfica, pautados por objetivos e princípios catalográficos para tratar as condições bibliográficas atuantes no objeto da catalogação.

Concomitante aos debates, o resultado mais evidente de seus estudos – um novo código catalográfico – começou a se efetivar no mesmo ano de publicação do relatório, quando a própria Divisão da ALA⁸⁰ que o incumbira de analisar o código de 1949 nomeou a *Catalog Code Revision Planning Committee*⁸¹ para revisar o texto desse conjunto de regras. Um ano depois, durante uma reunião realizada em 1954, essa comissão recomendou a revisão completa do código de catalogação (WRIGHT, 1976, p. 38). Para tanto, foram formadas uma comissão diretiva (*Steering Committee*) e uma comissão consultiva (*Advisory Board*), de sorte que, nesta última, os representantes das divisões e associações bibliotecárias foram, de fato, nomeados como consultores da *Catalog Code Revision Committee* da ALA (WRIGHT, 1976, p. 38; 1956a, p. 331).

Tudo – questionamentos, respostas e debates sobre revisão das regras catalográficas – se deu majoritariamente no período compreendido de 1953 a 1961, notavelmente na revista *Library Resources and Technical Services*, cuja publicação foi iniciada em 1957, o qual foi apontado por Knowlton como fórum principal dos debates críticos em torno da revisão do código catalográfico. Decerto, “o debate sobre a reforma do código de catalogação não esteve limitado às páginas do LRTS, mas os artigos apresentados nessa revista constituem um registro útil das vozes pró e contra a reforma do código de catalogação junto ao projeto de Lubetzky.” (KNOWLTON, 2009, p. 17, tradução nossa).

Um exame dos artigos dessa e de outras publicações daquele e sobre aquele tempo revela os assuntos que emergem deles e que giram em torno das ideias de Lubetzky e da revisão do código catalográfico. No Quadro 11, pomos em evidência tais assuntos e os interlocutores críticos dos estudos de Lubetzky:

⁸⁰ Trata-se da *Division of Cataloging and Classification*, da *Board on Cataloging Policy and Research of the ALA*.

⁸¹ Comissão de Planejamento da Revisão do Código Catalográfico.

Quadro 11 – Assuntos e interlocutores críticos dos estudos de Lubetzky no período de 1953 a 1961

ASSUNTO	INTERLOCUTOR
o valor dos objetivos e dos princípios em regras de catalogação, inclusive a distinção obra-livro e a função do catálogo	Ralph Ellsworth (LUBETZKY, 2001, p. 143-149), Paul Dunkin (1956), Henry Dubester (1957), Wyllis Wright (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959; 1960ab), Eva Verona (1959), Theodore Hines (1961) e Johannes Dewton (1961b);
discussões em torno de cabeçalhos não autorais ou cabeçalhos de forma	Susan Haskins (LUBETZKY, 2001, p. 143-149; 1961), Werner Ellinger (LUBETZKY, 2001, p. 161-172), Richard Angell (1956) e Arthur Berthold (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959);
questões sobre condições da autoria pessoal ou corporativa e do título para inscrevê-los entradas	Masse Bloomfield (1955), Benjamim Custer (1956), Herman Henkler (1956), Mary Herrick, F. Bernice Field, M. Ruth MacDonald, Laura Colvin, Susan Haskins, Joseph Rogers (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959), Carmen Rovira (1958), David Watkins (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960a), Ruth Strout, Katharine Ball, Audrey Smith, Arnold Trotier, Bella Shachtman, Jennette E. Hitchcock (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960b) Theodore Hines (1961), Hal Draper (1961) e Susan Haskins (1961), Margaret Brown (1961)
recatalogação e custos da catalogação	Andrew Osborn (1956), R. Swank (1956), Wyllis Wright (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959) e Johannes Dewton (1961b)
cooperação catalográfica internacional	Arthur Chaplin (1956), Andrew Osborn (1956, INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959)
necessidade de estudos de usos do catálogo	Benjamim Custer (1956), Herman Henkle (1956), Paul Dunkin (1956) que citou inclusive uma conferência voltada a essa temática
discussões em torno do alcance ou efeitos da implantação do novo código, inclusive o andamento da revisão	Mary Seely (1955), Richard Angell (1956), Wyllis Wright (1956a; 1961), Benjamim Custer (1956), Paul Dunkin (1956; 1961b), Olivia Faulkner e C. Sumner Spalding (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960b), Maurice F. Tauber e Robert E. Kingery (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960b), Margaret Beckman (1961), Johannes Dewton (1961b), David Watkins (1961) e Eric Moon (1961).

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Vale considerar que essa não é uma lista exaustiva e que os indagadores frequentemente tratam de mais de um assunto, pois alguns deles poderiam figurar em outros temas, e se considere também menções sobre questões marginais aos estudos de Lubetzky, como: ensino de catalogação (DEAN *apud* DUNKIN, 1956, p. 291; WATKINS, 1961, p. 1733), a catalogação de assunto (SEELY, 1955) e gerenciamento administrativo da prática catalográfica (WAGMAN, 1955). A despeito disso, de fato, a referida lista é válida para mostrar que tais assuntos emergem desses artigos e alguns deles são recorrentes, por isso Lubetzky teve de reafirmar suas ideias com alguma frequência, com o fim de replicar questionamentos críticos aos seus estudos.

Por tais textos, é possível constatar que, num momento inicial, as discussões orbitaram em torno da apreciação do próprio Relatório de Lubetzky, publicado em março. Num segundo momento, a partir de outubro de 1956, a Conferência Rumo a um Código Superior deu o tom inicial à efetivação de novo código catalográfico pautado pelas ideias de Lubetzky. Num

terceiro momento, junho de 1960, a apresentação formal de um rascunho do novo código levantou questionamentos e críticas a respeito dos princípios por trás do código e de como ele se efetivaria na prática catalográfica. Tudo isso culminou na Conferência de Paris (1961), a qual será abordada ao final dessas fases.

Decerto, esses momentos estão entrelaçados e seus limites devem ser vistos como um auxílio referencial. Tendo em conta tal ressalva, cumpre apresentar nas divisões dessa seção as principais questões surgidas em cada momento, enfatizando sobretudo as temáticas relativas aos objetivos e princípios da catalogação diretamente relacionados com a função de uma entrada principal, inclusive a questão dos cabeçalhos de forma, posto que eles degradam a coerência perseguida pelos objetivos e princípios catalográficos propostos por Lubetzky.

4.3.1 O RELATÓRIO DE LUBETZKY EM DEBATE

Tão logo o Relatório de Lubetzky foi publicado, em junho do mesmo ano de sua publicação, uma conferência foi convocada para discuti-lo. Tal conferência se deu em Los Angeles e foi denominada de *ALA Rules for Entry: The Proposed Revolution!* e teve a participação de profissionais da catalogação conhecidos naquela época, como Maurice F. Tauber, Susan M. Haskins, Ralph Ellsworth, Florence M. Gifford, Hazel Dean dentre outros, registram Svenonius e McGarry (2001d, p. 141).

Dunkin (1956, p. 291) resumiu os questionamentos levantados por eles nessa ocasião: Haskins aceitou os objetivos de Lubetzky, mas os teve por idealistas sem aplicação prática; Ellsworth questionou o segundo objetivo (agrupar edições de obras e obras de um autor) e a capacidade de os usuários compreenderem essa lógica; Gifford expressou sua esperança de que políticas administrativas não limitasse o uso de um catálogo de referência; Dean ressaltou os benefícios que os princípios trariam ao ensino de Catalogação, embora tivesse dúvidas a respeito de situações catalográficas pontuais, como mudanças de nomes nos títulos de periódicos e nos nomes de entidades coletivas.

Como se pode notar, em meio às discussões, foram levantados alguns questionamentos sobre o Relatório de Lubetzky, que Svenonius e McGarry (2001d, p. 142) sistematizaram como se segue: 1) a necessidade de haver um sistema catalográfico lógico; 2) a utilidade para o usuário de se listar no catálogo edições e traduções das obras de um dado autor e se isso seria justificável economicamente; 3) se seria mais prático empregar cabeçalho de forma no lugar do nome do autor em certas publicações governamentais conforme a abordagem do usuário no catálogo; 4) como dar a entrada de relatório publicado por uma subdivisão administrativa de uma entidade coletiva, inclusive o estabelecimento da forma de seu nome.

Em setembro de 1953, Lubetzky escreveu um artigo intitulado *Comments on Discussion of Cataloging Rules and Principles*, com o fim de responder esses questionamentos. De início, o estudioso se valeu de uma mensagem de Pierce Butler para corroborar seu entendimento a respeito de um exame crítico de regras catalográficas à luz de princípios e de propósitos. A referida mensagem, dirigida aos catalogadores na edição de março daquele ano de *Journal*

of Cataloging and Classification, chamou a atenção dos profissionais a respeito do trabalho catalográfico firmado sob um regime pragmático e pautado para dar soluções para cada novo problema surgido na catalogação. Para ele, tal situação contribuiu para que tais profissionais fossem, "[...] incapazes de justificar seus procedimentos – simplesmente porque eles nunca se preocuparam em pensar a respeito dos princípios que tornam tais procedimentos necessários [...]", e "se os catalogadores querem conquistar o respeito profissional que lhes é devido, eles devem aprender a justificar, de forma explícita e realista, todos os detalhes de suas operações bibliográficas." (BUTLER *apud* LUBETZKY, 2001, p. 143, tradução nossa).

Após essa advertência, Lubetzky retrucou a primeira questão de Ralph Ellsworth – a necessidade de haver um sistema catalográfico lógico – por intermédio de uma resposta enfática: "[...] é claro! Regras lógicas – isto é, regras baseadas em causa - são mais fáceis de ensinar, mais fáceis de entender, mais fáceis de aplicar e mais fáceis de explicar para leitores curiosos e administradores atentos como o próprio Dr. Ellsworth." (LUBETZKY, 2001, p. 144-145, tradução nossa).

A segunda questão, também de Ellsworth, diz respeito à utilidade para o usuário de se listar no catálogo edições e traduções das obras de um dado autor e se isso seria justificável economicamente. Segundo Lubetzky, trata-se de uma questão fundamental quando se pensa uma catalogação racional e funcional, em meio a qual se observam três razões: primeiro, usuários têm interesse naquilo que a biblioteca possui de um dado autor tanto quanto se interessam pelo que ela tem de um dado assunto; segundo, dentre as publicações de uma mesma obra numa biblioteca, o leitor será melhor atendido se puder optar pela edição ou pela tradução mais conveniente aos seus propósitos; e por último, o leitor pode não encontrar no catálogo uma determinada obra se ela for publicada sob um título diferente e sua entrada correspondente for estabelecida por esse mesmo título.

Para Lubetzky, por trás das questões de Ellsworth estava sua preocupação quanto aos custos financeiros de levar a cabo os objetivos da catalogação, cujo valor ficaria evidente quando aplicados nas grandes bibliotecas, nas bibliotecas de caráter acadêmico e nas bibliotecas que catalogam cooperativamente.

Em seguida, Lubetzky respondeu à terceira questão levantada por Susan M. Haskins durante a conferência de Los Angeles, a qual está relacionada ao cabeçalho de forma para certas publicações governamentais. Sua indagadora exemplificou a utilidade de cabeçalho de forma por meio de publicações de censo populacional, as quais ela entendia que deveriam ter entrada sob o nome do país no qual elas foram produzidas seguido de subcabeçalho Census. Para ela, é mais prático tratá-las assim, visto que uma variedade de entidades governamentais nesses países, muitas das quais de difícil determinação ou de importância menor, são as responsáveis por produzi-las. Porém, segundo o estudioso, a situação exemplificada por Haskins não se sustentaria em situações análogas, ou seja, em publicações governamentais cujos temas giram em torno de tributação, de política agrícola, de conservação do solo, de seguro social, de saúde pública, dentre outros.

Considere-se que esses cabeçalhos – como U.S.-CENSUS ou FRANCE-CENSUS – funcionam como os das entradas de assunto, estes últimos proveitosos àqueles que buscam uma publicação cujo autor ou título são desconhecidos. Nesses termos, as inquietações de Lubetzky sobre isso podem ser parafraseadas por estas perguntas: O que acontece quando o leitor está munido apenas do título ou do autor do censo populacional? Ele deve saber de antemão que publicações como essas têm entrada sob o nome do país?

Isso, prosseguiu o estudioso, dissimula “[...] entradas de assunto como entradas de autor, e eu acredito que essa prática poderia confundir ainda mais o padrão e o caráter de nosso catálogo, inclusive a identidade e natureza de suas entradas.” (LUBETZKY, 2001, p. 147, tradução nossa). Nesse sentido, se se aceita que certas publicações têm sua entrada estabelecida somente sob seu assunto e que suas entradas de autor são inúteis para esses casos, então tais publicações deveriam ser tratadas e reconhecidas no catálogo como entradas de assuntos, e não como de autores. Por outro lado, também não há razão para tratar tais publicações sob cabeçalhos de forma, de modo a dar a eles a mesma função das entradas de autor e, nessa condição, qualificá-los como entrada principal (LUBETZKY, 2001, p. 147).

Ao final de seu texto, Lubetzky lamentou que não pudesse responder a outras dúvidas de modo mais específico, e ponderou: “nem todos os problemas têm soluções perfeitas, mas algumas soluções imperfeitas conseguem um melhor equilíbrio das considerações envolvidas e podem ser muito melhores do que outras.” (LUBETZKY, 2001, p. 148-149, tradução nossa). Com isso em mente, ele apresentou cinco razões em defesa de seu trabalho: 1) seu relatório não é alternativa do código, antes é uma tentativa de lidar com princípios básicos para a reconstrução de um conjunto de regras catalográficas; 2) há muito espaço para discutir as diferenças de opinião sobre as questões da catalogação, de sorte que as considerações envolvidas devem ser apreciadas pelos catalogadores com vistas a discutir o que é pertinente; 3) qualquer proposta tem méritos, falhas e alternativas; 4) as regras de um código com princípios lógicos e propositados devem estar fundamentadas nestes e ele não precisa ser menos específico do que qualquer outro código; 5) buscar um código que seja aplicado por um catalogador novato que não precisa exercitar julgamento é olhar para o passado da catalogação.

De resto, o estudioso declarou que “o código é um instrumento profissional e o catalogador é um trabalhador profissional e um trabalhador profissional deve aprender não só a usar seus instrumentos, mas também a compreender a construção e os princípios, avaliar suas qualidades e melhorar sua eficácia.” (LUBETZKY, 2001, p. 149, tradução nossa).

A despeito do entendimento de Lubetzky sobre cabeçalho de forma, em abril de 1954, Werner B. Ellinger publicou em *Journal of Cataloging and Classification* um artigo intitulado *Non-author Headings*, no qual ele defendeu que as entradas principais representativas de certas publicações deveriam ser efetivadas sob cabeçalhos não autorais ou sob cabeçalhos de forma, posto que isso seria mais conveniente para o usuário. Sua teoria buscou dar base racional para a aplicação desses cabeçalhos nas entradas destes tipos de publicações: publicações com conteúdo legal; publicações relacionadas a ações judiciais – regras 83 a 90 do

Código da ALA de 1949; publicações relacionadas a expedições marítimas conhecidas pelo nome de um navio – regra 7B(5) do Código da ALA de 1949.

Em vista desse escrito, em julho de 1954, um artigo de Lubetzky sobre a validade da teoria exposta por Ellinger foi publicado na mesma revista – *Non-Author Headings: A Negative Theory*, título que deu o tom da crítica. Nele, o estudioso expôs seu exame sobre cabeçalho não autoral, tema que ele não tratou diretamente em seu relatório, por isso tal artigo pode ser visto como um adendo de *Cataloging Rules and Principles*, segundo Svenonius e McGarry (2001e, p. 161).

De início, Lubetzky apresentou seu entendimento da teoria de Ellinger, para quem o conceito de “cabeçalho não autoral” deveria ser reconhecido como um caso à parte em um novo conjunto de regras catalográficas, posto que tal cabeçalho não designa autor nem de título. Para tanto, Ellinger considerou três grupos: 1. cabeçalhos com nome pessoal ou corporativo seguido de designativo “réu” ou “autor” – nesse grupo ele incluiu também as publicações com cabeçalho sob nome de navio; 2. cabeçalhos descritivos de publicações legais; 3. cabeçalhos com título convencional⁸² para obras clássicas anônimas.

No entanto, Lubetzky encontrou incoerências na teoria de Ellinger. No terceiro grupo, por exemplo, ele percebeu que havia um problema fundamental em “cabeçalho não autoral”, pois todos os cabeçalhos de título, tanto quanto os de assunto, são cabeçalhos não autorais por definição, do mesmo modo que um cabeçalho de autor não pode ser um cabeçalho de título ou de assunto (LUBETZKY, 2001, p. 164). Assim, há no grupo uma questão de definição da qual se invalida qualquer avaliação do argumento.

Ellinger tinha ainda restrições quanto ao emprego do nome geográfico de uma jurisdição como autora de leis, tratados e outros tipos de atos legais e declarou haver ainda menos especificidade de uma autoria constituída sob um nome geográfico para compor os cabeçalhos das publicações legais nas entradas, em vez estabelecê-los da agência responsável pela criação da legislação. Lubetzky retrucou evocando o entendimento de Cutter, pelo qual aquele estudioso pôde afirmar: “[...] é no nome e sob a autoridade do país como entidade coletiva que as leis são elaboradas e publicadas e as várias pessoas envolvidas no processo atuam como agentes dessa entidade, não como indivíduos em particular.” (LUBETZKY, 2001, p. 166, tradução nossa).

Por vezes, Ellinger expôs seus argumentos por intermédio da exemplificação de cabeçalhos específicos a fim de justificar sua teoria sobre cabeçalhos não autorais ou de questionar as ideias de Lubetzky. Em geral, para cada argumento de Ellinger, Lubetzky (2001, p. 168) levou em conta o entendimento de que as regras reguladoras da formação dos cabeçalhos das entradas devem: (1) facilitar a busca de uma obra específica e (2) agrupar para o leitor as edições e os escritos de e sobre as obras, conforme os objetivos que ele propôs em seu

⁸² No âmbito do Código da ALA de 1949, título convencional equivale a título uniforme, que é definido nas regras deste modo: “O título distintivo pelo qual uma obra publicada sob títulos variados e em várias versões é geralmente mais conhecida.” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1949, p. 235, tradução nossa).

relatório. Nesse âmbito, os cabeçalhos das entradas são definidos pelo autor e pelo título da obra ou só por este quando o primeiro não for determinado. Se o título variar segundo as edições da obra, o cabeçalho é formado de um título convencional, isto é, o título “[...] adotado para uma dada obra se aplicará a todas as edições da obra, independentemente do título sob o qual qualquer edição específica em que a obra [em questão] possa ser publicada.” (LUBETZKY, 2001, p. 169, tradução nossa).

Ao concluir seu artigo, Lubetzky declarou sua expectativa de que Ellinger tivesse apresentado um princípio orientador à formação de cabeçalhos não autorais. Porém, ele não o fez, por isso aquele estudioso, além de reafirmar seus objetivos para a catalogação, rechaçou os cabeçalhos não autorais de Ellinger tanto quanto as subdivisões de forma presentes no Código da ALA de 1949. No entanto, ele sinalizou que tais cabeçalhos poderiam ser tratados sob entradas secundárias, mas nunca como substitutos das entradas básicas de autor e de título das obras (LUBETZKY, 2001, p. 171).

Até 1956, críticas desfavoráveis ao Relatório de Lubetzky foram expressas em publicações periódicas pela comunidade catalogadora. Mary Seely, por exemplo, bibliotecária encarregada de escolas em Los Angeles, manifestou suas preocupações a respeito dos efeitos do novo código frente às bibliotecas escolares. Wagman (1955), por sua vez, defendeu a economia catalográfica sob o ponto de vista de um administrador ante ao catálogo de biblioteca de pesquisa. Masse Bloomfield (1955, p. 206) declarou ser o Relatório de Lubetzky o tema de conversação entre os catalogadores, e defendeu que cabeçalhos de autores de entidades coletivas deveriam ser definidos pela LC, com o fim de tirar dos outros catalogadores a preocupação de estabelecê-los, postura combatida por Lubetzky. Como se nota, trata-se de críticas direcionadas ao alcance e aos efeitos do código ou condições de autoria, temas secundários aos princípios catalográficos e à função do cabeçalho de uma entrada principal.

Se houve críticas de um lado, por outro, houve reconhecimento das contribuições de Lubetzky, tanto que, em 1955, ele foi premiado com a menção honrosa *Margaret Mann Citation in Cataloging and Classification*, por causa de “[...] suas análises acadêmicas e críticas que estimularam e influenciaram profundamente a revisão das regras de catalogação e estão levando a profissão bibliotecária para uma declaração evidente de princípios como base para política de catalogação futura.” (CUSTER, 1956, p. 7, tradução nossa).

Vale acrescentar o depoimento de Evans a respeito de Lubetzky, posto que este impressionou aquele durante as discussões intelectuais travadas entre eles nas mesas redondas das conferências bibliotecárias promovidas pela LC. O próprio Bibliotecário-Mor admitiu isso em carta enviada a Custer. Nela, ele acabou por resumir o caráter daquele estudioso:

[...] desenvolvi uma alta consideração por seu pensamento criativo, sua tenaz preocupação em resolver um problema, seu completo desrespeito para impressionar autoridade ou tradição e sua completa dedicação à verdade e à razão. Espero que suas artérias nunca endureçam. (EVANS *apud* CUSTER, 1956, p. 7, tradução nossa).

Assim, em 1956, não foi sem sentido que Lubetzky foi nomeado o editor da *Catalog Code Revision Committee* da ALA para esboçar um novo código catalográfico. Estava aberto

o caminho para a constituição de um código melhor, de sorte que uma nova fase das repercussões e discussões do relatório de Lubetzky se iniciou, conforme se aborda na próxima seção.

4.3.2 RUMO A UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO SUPERIOR

Em junho de 1956, foi realizada a 21ª Conferência Anual da *Graduate Library School*, da Universidade de Chicago, intitulada de Rumo a um Código de Catalogação Superior (STROUT, 1957). O título da conferência é emblemático porque representa o direcionamento que se intentava dar ao novo código catalográfico, em razão de os bibliotecários americanos estarem resolutos de que a experiência frustrante da última revisão das regras da ALA de 1949 não seria repetida: “[...] desta vez, a nova ordem [das regras] vai ser baseada em um plano logicamente concebido, e não no crescimento casual da prática, com suas inconsistências e difusões.” (STROUT, 1957, p. 1, tradução nossa). Assim, esse momento foi caracterizado por ações iniciais em vista da concepção de novo código catalográfico pautados pelas ideias de Lubetzky.

Antes, porém, é necessário pontuar que as ações mais efetivas para elaborar o novo código começou a tomar forma ainda em abril de 1956, quando a *Steering Committee* apresentou a *Statement of Objectives and Principles for Catalog Code Revision*⁸³, na qual a comissão expôs os objetivos e os princípios sob os quais o novo código catalográfico seria concebido.

Objetivos nessa declaração não correspondem aos de Lubetzky, mas a revisão de quatro proposições declaradas tão logo a comissão foi formada: (1) catálogo de biblioteca é basicamente lista de busca dos itens de sua coleção, secundariamente uma ferramenta de referência; (2) a elaboração do catálogo deve ser econômica, salvo se sua perda atender alguma necessidade bem fundamentada; (3) a revisão do código deve prosseguir sem levar em conta a recatálogo dos materiais nos catálogos; (4) o código proposto se destina a elaboração de um catálogo com entradas de autor e de título, independentemente dos tipos de materiais da biblioteca.

Além de aprimorar tais proposições, os objetivos da *Statement of Objectives and Principles for Catalog Code Revision* acrescentaram outros aspectos, como considerar o uso das regras no ensino de Catalogação, adequação das regras conforme tipo de biblioteca e a harmonização das regras com a catalogação britânica (WRIGHT, 1956b, p. 103-104). Os objetivos lubetzkianos foram incluídos sob a seção princípios da declaração em questão, no qual aqueles foram assinalados como Propósitos do Catálogo de Autor e de Título.

⁸³ Em português, *Declaração dos Objetivos e Princípios para a Revisão do Código Catalográfico*.

Nessa altura, vale também abrir um parêntesis para assinalar que o protagonismo internacional da IFLA⁸⁴ começou a despontar em 1954, pois essa instituição criou durante conferência realizada em Zagreb⁸⁵ (cidade croata da extinta Iugoslávia) um grupo de trabalho para tratar de princípios da catalogação, o qual foi denominado posteriormente de *Working Group on the Co-ordination of Cataloging Principles*. A formação do grupo foi desencadeada pela *Committee on Cataloguing* da IFLA a partir de uma demanda de trabalho cooperativo com a *International Advisory Committee on Bibliography* da Unesco (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 1954, p. 179).

Na conferência, a primeira tarefa dada ao grupo foi a de tentar harmonizar os princípios a serem observados no estabelecimento das entradas principais sob autoria corporativa e anônima, sobretudo nas publicações governamentais; posteriormente, o grupo poderia estabelecer uma lista de prioridades para ações futuras. Como é possível observar, comparativamente com a abordagem de Lubetzky as ações iniciais desse grupo se limitaram a aspectos pontuais da catalogação, conforme relatório publicado posteriormente (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 1956). Mais tarde, as ações desse grupo de trabalho resultaram na preparação e organização da Conferência de Paris sobre Princípios da Catalogação, da qual trataremos mais adiante.

Voltando às discussões no âmbito da *Catalog Code Revision Committee*, tal comissão aceitou que o catálogo deveria identificar um livro específico e reunir as obras de um dado autor, tendo em conta o reconhecimento da autoria e do título como bases fundamentais da organização das entradas no catálogo, conforme defendeu Lubetzky. Porém, ressaltou que alguns cabeçalhos não autorais seriam admissíveis, porque os favoráveis aos argumentos de Lubetzky não conseguiram convencer a maioria dos membros da comissão de que eles eram ilógicos e desnecessários para a catalogação (WRIGHT, 1976, p. 39).

A despeito desse senão, nesse instante, várias sugestões de Lubetzky começaram a ser aceitas, dentre as quais citamos: adoção em cabeçalho das entradas do nome mais recente de um autor adotado em suas publicações; adoção em cabeçalho do pseudônimo de um autor quando assim ele se identificasse em determinado gênero de escrita literária; autores com nomes homônimos podem ser distinguidos nos cabeçalhos de entradas por meio da indicação do nome completo ou da adição de datas ou frases que os distingam; dentre outros (WRIGHT, 1956a, p. 334-335).

⁸⁴ *The International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) foi fundada em 1927 na cidade de Edimburgo (Escócia), numa conferência internacional. Ela se proclama como “[...] a principal entidade internacional representativa dos interesses dos serviços de biblioteca e de informação e seus usuários. É a voz global da profissão de biblioteca e informação.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2019).

⁸⁵ A criação do grupo de trabalho se deu na 20ª Sessão do Conselho da IFLA, durante uma conferência realizada entre 17 de setembro a 1º de outubro de 1954. A referida sessão contou com a presença de 55 participantes de 25 associações membros, representando 16 países e 4 associações internacionais (INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATIONS, 1954, p. 172).

Chegando, então, à Conferência Rumo a um Código de Catalogação Superior, vale considerar ter sido seu objetivo dar oportunidade para que os especialistas em catalogação apresentassem questões, situações e conceitos que os revisores deviam ter em mente antes da reformulação das regras de um novo código catalográfico (STROUT, 1957, p. 1).

Na ocasião, artigos de dez conferencistas foram publicados na edição de outubro de 1956 de *The Library Quarterly* e, no ano seguinte, foram reunidos e publicados numa coletânea editada por Strout (1957). Sem dúvidas, os textos dos especialistas tratam de temas pertinentes à revisão do código e não se pode prescindir deles quando se quer entender esse momento da Catalogação. Aliás, a própria compiladora incluiu um texto de sua autoria para dar uma visão geral da história da catalogação desde os primórdios, de maneira que seu artigo foi oportuno para contextualizar o ambiente catalográfico anterior a ela e a seus contemporâneos (STROUT, 1956). Na sequência, no entanto, evidenciamos tão somente os textos que tratam do entendimento de Lubetzky sobre princípios catalográficos e do sentido de uma entrada principal.

O artigo de Dunkin (1956), por exemplo, foi direto ao que Lubetzky tratou, pois fez um retrospecto crítico do pensamento e da prática catalográficos daquele tempo, pontuando e confrontando os princípios e as questões principais da catalogação abordados por estudiosos de seu tempo e de antes dele, inclusive as ideias de Lubetzky. Certamente, o referido artigo – *Criticisms of Current Cataloging Practice* – é pertinente para quem quer saber como os princípios da catalogação foram tratados por aqueles que propuseram e discutiram a prática catalográfica.

Para Dunkin (1956, p. 290-291), o Relatório de Lubetzky, mais que uma revolução ou reforma, foi o renascimento dos princípios básicos concebidos pelos expoentes da catalogação – Panizzi e Cutter. A diferença é que Lubetzky primou por eles, e muitos acreditavam na sua efetividade de tal modo que nada impediria a aplicação de seus princípios “[...] nem mesmo a mui amada ‘conveniência do público’ de Cutter [...]” (DUNKIN, 1956, p. 291, tradução nossa). No meio disso, o referido autor buscou ressaltar a reação da comunidade catalogadora, que variou da aprovação entusiasta à hesitação sobre detalhes específicos de um novo código catalográfico à Lubetzky. Ademais, ele identificou que os questionamentos dos catalogadores e dos administradores ao novo código se deram em torno de quatro problemas: princípios básicos, simplificação, estudo do usuário e crise dentro de uma crise.

No tocante aos cabeçalhos de forma, Angell (1956, p. 328-329) aceitou-os, porque entendeu que o conceito de autoria pessoal não era cabível para certos tipos de obras, em razão de o autor pessoal não ser o atributo mais importante nelas, por isso ele defendeu a necessidade de se definir nas regras catalográficas as categorias de obras passíveis de ter tais cabeçalhos.

Lubetzky também foi um dos conferencistas de Rumo a um Código de Catalogação Superior e seu artigo rematou o evento e chamou atenção para problemas básicos da

catalogação. Ao mesmo tempo, ele expressou sua esperança de que a revisão catalográfica em curso levasse a um código funcional, e não formal; um código baseado em princípios.

Afora disso, em termos gerais, Lubetzky reafirmou no artigo *Some Observations on Revision of the Cataloging Code* o que dissera em seu relatório, sobretudo em quatro pontos: o primeiro, a necessidade de regras catalográficas da descrição bibliográfica terem estrutura constituída por funções e objetivos; segundo, o problema de relacionar o livro a ser catalogado com outros que manifestam a mesma obra; terceiro, a questão de estabelecer o cabeçalho das entradas de certas publicações a partir do princípio de “escolha natural do cabeçalho” (o que se explica adiante); e quarto ponto, a necessidade de realizar estudos centrados na abordagem do catálogo por seus usuários.

Nesse âmbito, a catalogação precisa lidar satisfatoriamente com a furtividade existente no título da obra e no nome de seus autores, para que o produto da catalogação auxilie, de fato, o usuário a dirimir suas dúvidas quanto à singularidade de uma obra e de seus autores, independentemente da variação de seus nomes ou títulos.

A identificação precisa de um autor e de uma obra passa pelo terceiro problema discutido por Lubetzky no artigo que ele apresentou na conferência de Chicago – a questão de estabelecer o cabeçalho das entradas de certas publicações não sob seus autores ou títulos. A discussão em torno desse problema surgiu do entendimento de que as entradas de certas publicações não teriam seus cabeçalhos determinados pelo nome do autor ou do título, mas sim por um pretense princípio chamado de “escolha natural do cabeçalho” (LUBETZKY, 2001, p. 185).

Lubetzky se queixou de que o princípio não fora explicado por seus defensores, mas supôs que pelo tal seria possível estabelecer a entrada das publicações sob qualquer tipo de cabeçalho – autor, título ou outro cabeçalho – pelo qual a obra poderia ser lembrada e identificada naturalmente. Veemente, Lubetzky se posicionou contrário ao princípio da “escolha natural do cabeçalho”, do mesmo modo que fez contra os cabeçalhos de forma e não autorais, pois considerava-os um retrocesso aos tempos de Panizzi (LUBETZKY, 2001, p. 184).

Lubetzky foi além e questionou a validade do princípio nos seus próprios termos, posto que, se ele for aceitável, “[...] devemos então achar conveniente dar entrada de alguns livros sob seus autores, alguns sob seus títulos, alguns sob os assuntos, alguns sob cabeçalhos de forma e alguns sob outros cabeçalhos.” (LUBETZKY, 2001, p. 185, tradução nossa). Nesse sentido, segundo o estudioso, haveria caos no catálogo, porque as entradas das obras de um dado autor teriam cabeçalho determinado diferentemente a depender da “escolha natural” do catalogador em cada uma delas. No fim de contas, transparece no texto o entendimento do estudioso de que a questão de estabelecer o cabeçalho das entradas de certas publicações, não sob seus autores ou títulos, é uma forma de degradar a estrutura lógica do catálogo, o que demonstra a concepção determinista na prática catalográfica.

Como se pode observar, o ano de 1956 foi marcado por amplas discussões sobre a revisão de regras catalográficas, e isso continuaria nos anos seguintes, conforme o estudioso

da Catalogação indicou mais tarde: “[...] muita reflexão e pesquisa foram dedicados a questões da política de revisão, aos objetivos e aos princípios sobre os quais a revisão deveria se basear [...]” (LUBETZKY, 2001, p. 192, tradução nossa). Em termos institucionais, havia interesse por um código único, por isso, no ano em questão, houve também entendimentos entre a ALA e LC para que as RDC e o Código da ALA de 1949 fossem incorporadas em um código catalográfico unificado. Para esse fim, a pedido da associação, Lubetzky foi requisitado para trabalhar com a *Catalog Code Revision Committee* (HENDERSON, 1976, p. 241).

No último quadrimestre de 1956, Lubetzky foi designado como editor do novo código e sob sua editoria, de fato, a revisão foi iniciada. Em vista do andamento dos trabalhos, um dos interlocutores sugeriu que o estudioso disponibilizasse para os chefes das divisões e seções da LC as cópias de rascunho do código, pelas quais, em reuniões semanais, Lubetzky poderia explicar os meandros de seu trabalho, com o fim de considerar os comentários, críticas e sugestões dadas por seus pares (LUBETZKY, 2001, p. 192). Em movimento similar, Lubetzky considerou também as contribuições da *Catalog Code Revision Committee* da ALA, inclusive suas subcomissões, e as colaborações de uma comissão britânica que apreciou os rascunhos recebidos em 1957, relatou Hunter (1974, p. 74).

Diga-se de passagem, que a colaboração britânica na revisão das regras passou pela figura de Chaplin e de outros britânicos participantes das conferências sobre Catalogação nos Estados Unidos. Membros da comissão americana também foram convidados a participar de eventos sobre Catalogação na Grã-Bretanha (WRIGHT, 1976, p. 40). Em 1957, a *Canadian Library Association* formou uma comissão, com o fim de estabelecer interlocuções com os estadunidenses para revisar o código catalográfico. Associações bibliotecárias de outros países foram estimuladas a dar sua contribuição à revisão do código, porém houve poucas respostas, salvo comentários oferecidos por alguns catalogadores latino-americanos (WRIGHT, 1976, p. 40).

Um exemplo de comentário da América Latina digno de menção é o de Carmen Rovira, bibliotecária da *Universidad de Villanueva* (Havana, Cuba), que expôs certas peculiaridades da autoria pessoal e corporativa no contexto catalográfico hispânico. O interesse demonstrado pelos americanos em ouvir a opinião da comunidade catalogadora estrangeira foi visto por essa autora como um indicativo da importância internacional da revisão em curso do código catalográfico. Nesse sentido, ela enalteceu as ideias de Lubetzky, enfatizando que o estudioso revelara “[...] grande clareza mental e raciocínio perspicaz; certamente, todas as pessoas que já lutaram para aprender ou ensinar a vasta acumulação de regras no código existente concordaram com as modificações propostas.” (ROVIRA, 1958, p. 44, tradução nossa).

A despeito de seu reconhecimento, ela tinha dúvidas de que a concepção de princípios aplicáveis a diferentes casos traria tal uniformidade. Daí, a cubana teceu as implicações dos nomes hispânicos no tocante à formação peculiar deles para compor os cabeçalhos nas entradas do catálogo. Em se tratando de autoria pessoal, ela expressou sua preocupação quanto ao que seria definido na revisão a respeito da inscrição de sobrenomes dos autores hispânicos

e dos sobrenomes compostos em língua espanhola, inclusive uso de prefixos neles. Ela esperava que “[...] a revisão das regras deveria levar em conta as diferenças entre nossos múltiplos sobrenomes (formados por sobrenomes paternos e maternos) e sobrenomes compostos genuínos, a fim de evitar confusão e dificuldades adicionais.” (ROVIRA, 1958, p. 45, tradução nossa).

Em se tratando de autoria corporativa, as questões levantadas pela autora hispânica são pertinentes a lusófonos também, porque dizem respeito ao modo de nominar as entidades coletivas, que é distinto ao dos anglófonos. Por razões linguísticas, a maioria das entidades coletivas da comunidade hispânica começa com uma palavra de caráter genérico, mesmo aquelas que têm um nome próprio (associação, universidade, instituto, sociedade etc.); entre anglófonos, entidades coletivas distintivas iniciam com nomes próprios ou adjetivos geográficos. O efeito disso no contexto catalográfico hispânico é o acúmulo de muitas entradas sob palavras genéricas, como as exemplificadas acima.

Ao considerar que, nos termos sugeridos por Lubetzky, a entidade coletiva com denominação comum ou genérica tem entrada sob o nome geográfico com a qual está identificada ou relacionada, a cubana observou que, às vezes, anglófonos alteram o cabeçalho para cumprir tal sugestão, de modo que University of Illinois se torna Illinois, University. Porém, isso é inusual no contexto hispânico, “[...] onde a construção da própria linguagem sempre coloca o substantivo genérico antes da característica qualificadora ou determinante.” (ROVIRA, 1958, p. 47, tradução nossa). Apesar disso, ela se mostrou favorável aos caminhos traçados por Lubetzky, mesmo que isso implicasse adaptar o leitor hispânico à inversão de termos necessários para encontrar uma instituição sob o nome de sua localização.

Voltando ao contexto anglo-americano, lá se seguia publicando artigos nos periódicos a respeito de um e outro aspecto dos estudos de Lubetzky sobre catalogação. O artigo de Henry Dubester (1957), por exemplo, voltou-se para a questão da escolha entre catálogos de busca ou de referência, em função do bibliotecário de referência e dos usuários que ele atende na biblioteca. Em *The Catalog-A Finding List?* ele não citou diretamente Lubetzky, mas, em seu texto, é possível verificar que esse autor estava ciente dos trabalhos de revisão do código, por isso discorreu também sobre os efeitos dele na biblioteca, sobretudo para o serviço de referência.

À medida que a revisão progredia nos Estados Unidos, mais discussões foram travadas nos periódicos, nas conferências e nas reuniões realizadas no transcurso dos anos subsequentes. No âmbito da comissão revisora, há relatos reveladores de que as reuniões eram “[...] sempre animadas. [...] Havia membros conservadores, decididos a continuar com as práticas passadas e membros radicais, ansiosos por reformar as práticas de uma vez por todas. [...] gradualmente, chegamos a um consenso e avançamos.” (WRIGHT, 1976, p. 41, tradução nossa).

A envergadura das discussões foi tanta que se sugeriu a criação de uma espécie de fórum denominado de *Institute on Catalog Code Revision*, a fim de ampliar a interlocução pela

comunidade catalogadora nos Estados Unidos. A despeito de ter pouco orçamento, o Instituto foi bem-vindo entre os profissionais e ganhou certa notoriedade. Nesse âmbito, “houve o esperado intercâmbio entre os defensores da nova abordagem e os defensores da antiga, mas os argumentos de ambos os lados foram expostos a público e receberam uma exposição muito completa.” (WRIGHT, 1976, p. 42, tradução nossa).

De fato, o intercâmbio se deu, como se pode constatar num relatório publicado no primeiro quadrimestre de 1959, em *Library Resources and Technical Services*, que tratou de aspectos mais fundamentais sobre a revisão do código. Esse texto contém relatos das discussões realizadas em fórum do *Institute on Catalog Code Revision*, realizado entre 9 e 12 de julho de 1958, na Universidade de Stanford, antes da Conferência da ALA que se deu em São Francisco, entre 13 e 19 do mesmo mês e ano.

Dunkin fez observações gerais sobre o código rascunhado e os documentos de trabalho apresentados no fórum em questão, resumindo e comentando cada um deles. Piercy, por sua vez, fez observações gerais sobre as discussões realizadas entre os participantes do *Institute* de Stanford e comentou as percepções destes sobre cada documento de trabalho apresentado. Ao final do relatório, Lubetzky recapitulou e resumiu os fundamentos pelos quais o código catalográfico estava sendo revisado. Nesses termos, estes foram os tópicos que emergiram dos documentos (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959).

1. A filosofia e estrutura por trás do código rascunhado e sua feição futura, por Wyllis E. Wright;
2. Modo de empregar o nome do autor ou do título nos cabeçalhos de entradas das obras com autoria sob pseudônimos e das obras com autoria anônima, por Mary Darrah Herrick;
3. A questão em torno de títulos (mais antigo, mais recente ou sucessivos) nas entradas para publicações periódicas frente aos objetivos no código rascunhado, por F. Bernice Field;
4. Vantagens e desvantagens de se estabelecer os cabeçalhos das autorias de entidades coletivas sob seu primeiro nome, seu nome mais recente, seus nomes sucessivos ou um nome arbitrário, por M. Ruth MacDonald;
5. A questão de dar entrada de todas as instituições sobre seu nome, não sob o lugar geográfico com o qual elas estão relacionadas, por Laura C. Colvin;
6. As implicações de tratar subdivisões administrativas de entidades coletivas nos cabeçalhos das entradas como entes independentes ou dependentes da entidade de que é parte (nesta ocasião, surgiu também a questão de indicar em cabeçalhos hierarquias administrativas presentes numa entidade coletiva que é parte de outra), por Susan Haskins;
7. Rejeição e aceitação de subcabeçalhos de forma para entidades coletivas governamentais, por Arthur B. Berthold;

8. Regras diversas que abranjam entradas para congressos, eventos e similares, posto que o código da ALA de 1949 tratava-as insuficientemente, por Joseph W. Rogers;
9. A revisão do código frente a um cenário internacional desejoso por um acordo internacional sobre princípios de catalogação, por Andrew D. Osborn.

O primeiro texto, republicado posteriormente numa coletânea organizada por Arthur Rowland (1969), tratou diretamente dos fundamentos do código rascunhado, chamando atenção para os princípios e objetivos dados por Lubetzky e salientando que um código pautado por eles seria possível, se se desconsiderasse o código anterior, as práticas catalográficas atuais e os custos para mudá-las (WRIGHT, 1969, p. 128-129).

Quanto aos demais documentos de trabalho, seus conteúdos giraram em torno das condições variáveis de autoria e de título do objeto catalográfico, bem como as implicações dos direcionamentos possíveis a serem dados pelo novo código frente a cada uma delas. No que diz respeito aos princípios e objetivos da catalogação de Lubetzky, os comentários de Dunkin valeram-se deles para repelir, por exemplo, a questão dos cabeçalhos de forma, incompatíveis para determinar entradas catalográficas nos termos dos dois objetivos catalográficos. A despeito disso, essa questão em particular não alcançou consenso entre os participantes do fórum, pois “[...] esse parecia ser o tópico mais distante de um acordo; na verdade, parecia ser algo que poucas pessoas pensaram para seu próprio contentamento.” (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959, p. 136, tradução nossa).

Nesse fórum, o primeiro objetivo de Lubetzky (encontrar um livro específico) teve aceitação geral entre os participantes do evento, mas o segundo objetivo foi criticado e ficou sob fogo cerrado, sob alegação de que relacionar e agrupar obras de um autor e as edições de uma obra poderia causar angústias, objetivos irrealis e regras excessivamente complexas e detalhadas.

Profissionais de biblioteca pública, por exemplo, mostraram-se reticentes à aplicação do segundo objetivo, sob a justificativa de que encontrar um livro específico era o mais importante para o usuário desse tipo de biblioteca. Por isso, “o pessoal de biblioteca pública estava entre aqueles que apoiavam a ideia de tornar o segundo objetivo subordinado ao primeiro em caso de conflito e em qualificá-lo por alguma frase como ‘na medida do possível’ [...]” (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959, p. 126, tradução nossa). Como se pode notar, a batalha da primazia entre esses dois objetivos começou antes das discussões na Conferência de Paris de 1961, quando essa questão também foi objeto de embates entre os conferencistas.

Em remate ao relatório do *Institute* realizado em Stanford, Lubetzky reafirmou suas convicções defendendo que seu estudo se deu a partir da análise histórica da catalogação, desde Panizzi, donde o estudioso identificou a natureza essencial que os códigos catalográficos tentaram lidar: o caráter duplo do documento disponibilizado pela biblioteca, sobretudo um livro finito e tangível identificado por intermédio de seu autor e título, portador de um trabalho

intelectual potencialmente evasivo no tocante aos vários momentos e lugares que pode aparecer sob diferentes nomes de autores e títulos (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959, p. 139).

Para além do que foi discutido no referido fórum, os pontos levantados no evento não se circunscreveram ao fórum somente, uma vez que suas temáticas caracterizaram as discussões acaloradas sobre regras de catalogação no período de 1957 a 1961, conforme sinalizou Wright (1976, p. 42).

O artigo que trouxe mais impacto foi concebido nos Balcãs, quando, em janeiro de 1959, Verona (1959) publicou o seu artigo: *Literary Unit Versus Bibliographical Unit*. Nele, essa estudiosa examinou a compreensão dos códigos catalográficos europeus a respeito do conceito de unidade bibliográfica e de unidade literária na catalogação regulada por eles. Eva Verona (1905-1996) foi bibliotecária iugoslava de ascendência croata que dirigiu o Departamento de Livros Impressos da Universidade de Zagreb, reconhecida pela comunidade catalográfica por causa de estudos sobre os códigos de catalogação de diversos países e de estudos sobre autoria de entidades coletivas (VERONA, 1963; 1959; 1975).

O conteúdo do artigo em questão está relacionado diretamente com o entendimento de Pettee (1936) a respeito da unidade literária e com os objetivos sugeridos por Lubetzky em seu relatório, de sorte que o artigo da iugoslava foi válido para oferecer uma visão europeia sobre objetivos da catalogação, cuja discussão estava em curso naquele momento, conforme ela mesma expressou (VERONA, 1959, p. 79).

Com respeito aos estudos de Lubetzky, do qual a iugoslava tinha conhecimento, já que o citou, Verona (1959, p. 79) considerou três objetivos do catálogo: (1) localizar de pronto um livro específico; (2) prover informações sobre todas as edições, traduções, etc. de uma dada obra; (3) fornecer informações sobre todas as obras de um autor específico. Como se observa, esses objetivos convergem para os que Lubetzky propusera.

Verona evidenciou, porém, que um catálogo concebido pelo primeiro objetivo, negligenciando os outros, tem como elemento básico a unidade bibliográfica. Com isso, o catálogo terá a função análoga à de lista de buscas a documentos específicos, de maneira que cada entrada principal contida nele deve ser determinada do livro a ser catalogado. Logo, a descrição do livro na entrada poderá variar ou diferir da de outros livros com a mesma obra, podendo não “[...] fornecer qualquer informação relativa à sua relação com outras edições ou outras obras; por fim, nos subarranjos sob cabeçalhos dos autores, as várias edições e traduções das obras dos autores serão ordenadas de acordo com seus títulos específicos.” (VERONA, 1959, p. 80, tradução nossa).

Por sua vez, o catálogo concebido por intermédio do objetivo (2) tem como elemento basilar a unidade literária, de modo que “[...] livros específicos não serão considerados como itens únicos, mas como representantes de um grupo inteiro de itens similares, todos pertencentes à mesma unidade literária.” (VERONA, 1959, p. 80, tradução nossa). Desse modo, a

entrada principal de um catálogo conforme esse objetivo será feita sob elementos identificadores da unidade literária, especialmente de seu autor e de seu título.

No âmbito do objetivo (3), o catálogo deve ser concebido de modo a agrupar sob título uniforme todas as obras de um dado autor, inclusive aquelas publicadas anonimamente ou sob pseudônimos. Nesse sentido, para Verona (1959, p. 81), a entrada principal será sempre definida de um cabeçalho uniforme, de sorte que as publicações de uma dada unidade literária de um autor ficam agrupadas sob tal título, apesar de isso implicar que o usuário eventualmente não consiga determinar seguramente se uma tradução ou edição se refere à unidade literária que ele procura no catálogo, se isso não for esclarecido no corpo da entrada. Seja como for, a autora não aprofundou a análise do terceiro objetivo, que ficou secundarizado em seu artigo, pois ela examinou primordialmente as entradas catalográficas de autor e título no tocante às unidades literárias e bibliográficas, em função dos dois primeiros objetivos.

Com essa perspectiva, por meio de estudos históricos, Verona (1959) investigou em que medida os códigos de catalogação abrangiam as duas unidades. Ela examinou as instruções de Hyde para os catálogos bodleianos (século XVII), as *91 Regras* de Panizzi (1841), as regras de Jewett (1853), as regras de Cutter (1904) e os códigos ou instruções de várias bibliotecas dos países europeus e dos Estados Unidos (século XIX e início do século XX).

Em resumo, ela declarou que as práticas catalográficas nos séculos XVII e XVIII tendiam a reunir obras sob sua autoria com iniciativas modestas em identificar unidades literárias, mas isso foi mudando durante a primeira metade do século XIX, quando se começou a dar preferência em catalogar a unidade bibliográfica, tudo isso sem considerações teóricas mais aprofundadas (VERONA, 1959, p. 90-91).

A razão possível da mudança de atitude em direção à unidade bibliográfica se deu em função de políticas de aquisição das publicações pela biblioteca, porque tal política se concentrava outrora “[...] exclusivamente na aquisição de certas obras, ou seja, unidades literárias. Diferentes edições da mesma obra eram geralmente consideradas como duplicatas e descartadas da biblioteca.” (LEDOS *apud* VERONA, 1959, p. 91, tradução nossa).

No século XIX, entretanto, observou-se que “[...] diferentes edições da mesma obra não deveriam ser consideradas como duplicatas.” (SCHRETTINGER, *apud* VERONA, 1959, p. 91, tradução nossa). É certo, porém, que, da segunda metade do século XIX ao início do século XX, ocorreu um retorno gradual em direção ao reconhecimento das unidades literárias. Desta vez, isso se deu concomitante com o desenvolvimento teórico da Catalogação e com a elaboração dos códigos catalográficos desse período (VERONA, 1959, p. 91).

Em termos gerais, o exame de Verona nos códigos do período em questão apontou que as duas atitudes – catalogar unidade literária ou bibliográfica – não foram percebidas plenamente como problema fundamental em catalogação. E mesmo os códigos que demonstram algum nível de compreensão delas não conseguiram tratá-las como um princípio governante de suas regras, quando muito ficaram ocultas sob regras específicas, detectadas apenas por um estudo detalhado de cada código (VERONA, 1959, p. 92).

Daí, a análise de Verona ter indicado ser o dilema da unidade literária e bibliográfica uma questão tratada insuficientemente em grande parte da Europa, de sorte que, nesses termos, sua constatação foi ao encontro daquilo que Lubetzky concluíra no tocante ao modo insuficiente como os códigos catalográficos lidaram com o caráter duplo do livro (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1959, p. 139).

Frente à predileção dos códigos daquele período em constituir as entradas principais do catálogo por unidades literárias (ainda que eles não fossem consistentes à aplicação dessa atitude), a estudiosa da Iugoslávia buscou enfatizar sua preferência por entradas principais determinadas de unidades bibliográficas, de modo que as unidades literárias seriam descritas nas entradas secundárias. A propósito, as ideias defendidas pela iugoslava sobre unidades bibliográficas foram experimentadas na Universidade de Zagreb, onde ela testou seu método de reunir unidades bibliográficas por intermédio das entradas principais do catálogo, relegando o agrupamento das unidades literárias por intermédio das entradas secundárias, e ela deixou claro que essa era a prática catalográfica croata (VERONA, 1959, p. 99-100).

Em seguida, essa estudiosa enfatizou as vantagens e desvantagens de indicar unidades bibliográficas nas entradas principais e de indicar unidades literárias nas entradas secundárias, com o fim de demonstrar que agregar unidades bibliográficas sob a entrada principal é mais conveniente para a catalogação e é isso que deve reger os princípios catalográficos. Assim, Verona (1959, p. 100) enunciou os dois princípios fundamentais que regem os objetivos do catálogo, empregados por ela na Biblioteca da Universidade de Zagreb: reunir as obras de um autor sob um cabeçalho uniforme e agregar unidades bibliográficas sob entradas principais e unidades literárias sob entradas secundárias. Por esse artigo, contrapondo o entendimento de Lubetzky, Verona principiou uma discussão que levaria a uma exacerbação de ânimos entre os catalogadores, cujo ápice se deu na Conferência de Paris, conforme veremos mais adiante.

4.3.3 O RASCUNHO DE UM CÓDIGO EM FOCO

Por ora, vale dizer que o artigo de Verona não teve uma resposta imediata e direta de Lubetzky, embora este estivesse ciente da visão oposta da iugoslava no tocante ao papel a ser desempenhado pela entrada principal na representação de unidades bibliográficas ou literárias, conforme ele expressou durante evento sobre Catalogação (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960b, p. 6). Naquele momento, o estudioso estava envolvido com as questões e com a redação de um novo código de catalogação anglo-americano, tendo de explicar e esclarecer aos seus pares os fundamentos sustentadores da revisão.

Some-se também que, em 1960, ele deixou a LC para assumir o cargo de professor na *School of Library Service* da UCLA, por isso, segundo Mahoney, essa biblioteca resolveu cancelar o contrato com a ALA, pelo qual o trabalho editorial do estudioso era desenvolvido. Ante ao embaraço, a ALA providenciou fundos financeiros necessários para completar a editoria do código, de maneira que a Comissão Executiva da *Cataloging and Classification Section*

recomendou manter Lubetzky como editor do novo código com o fim de concluir o seu trabalho, o qual se estimava estar 75% completo à época, mesmo que “[...] vários assuntos controversos ainda tenham que ser resolvidos e nenhuma regra para materiais especiais tenha sido elaborada.” (MAHONEY, 1961, p. 7, tradução nossa).

Em meio aos contratemplos, Lubetzky preparou dois textos para o *Institute on Catalog Code Revision*, realizado na Universidade McGill em Montréal, entre os dias 13 e 17 de junho de 1960, evento que antecedeu a conferência conjunta realizada pela ALA e por sua parceira canadense – a *Association Canadiennes des Bibliothèques*. Diga-se que o *Institute* de Montreal foi um dos eventos acompanhados por membros da comissão organizadora da futura Conferência Internacional sobre Princípios da Catalogação da IFLA: “Esses convidados do Instituto contribuíram para o clima internacional da reunião e contribuíram muito para as discussões por seu interesse e participação entusiástica no processo.” (INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960a, p. 317, tradução nossa).

Uma das finalidades do *Institute* de Montreal foi apresentar aos catalogadores o texto do novo código catalográfico desenvolvido até aquela altura. De fato, Lubetzky apresentou um projeto de código, o qual foi denominado de *Code of Cataloging Rules* – por vezes, abreviado como CCR ou referido como Código Rascunhado (*Draft Code*). Segundo o estudioso, o CCR contém um plano do código em revisão, firmado numa “[...] teoria e metodologia bem definidas de catalogação, uma análise sistemática dos vários aspectos do problema e um corpo coerente de princípios e regras destinadas a produzir um guia eficaz e confiável para os recursos de uma biblioteca.” (LUBETZKY, 2001, p. 209, tradução nossa).

Svenonius e McGarry (2001f, p. 207) alertam que várias versões desse plano foram submetidas à apreciação pela comunidade catalogadora entre 1958 e 1960. Dentre as versões, as compiladoras decidiram incluir na coletânea dos escritos de Lubetzky (2001) a versão final publicada em 1960, a qual contém comentários feitos por Paul Dunkin.

Complementar ao CCR, quiçá o contrário, Lubetzky apresentou durante o *Institute* de Montreal o texto *Fundamentals of Cataloging*, o qual abordou as questões fundamentais que deveriam ser observadas ao se revisar um código de catalogação: natureza material, escolha de objetivos, escolha do método, escolha da forma, escolha de nome de autor e de título e entrada de nome de autor e de título (LUBETZKY, 2001, p. 199-205). Não cabe aqui discorrer detidamente sobre cada um dos textos apresentados no referido fórum, já que, em essência, o primeiro é uma reafirmação refinada das convicções do estudioso; o segundo, o CCR, pode ser considerado como uma extensão da seção 3 do Relatório de Lubetzky – *Design for a Code*, segundo Tikku (1983, p. 154).

Afora dos dois textos, no contexto do *Institute* de Montreal, ao relatar o propósito, procedimentos e problemas da revisão do novo código, Wyllis Wright indicou que os principais problemas discutidos no âmbito da revisão pelos participantes do evento diziam respeito: “Ao objetivo da entrada principal no catálogo, à forma do nome de autoria a ser usado na entrada e ao custo envolvido na introdução das alterações propostas.” (INSTITUTE ON CATALOG

CODE REVISION, 1960a, p. 318, tradução nossa). Como se nota, todos dizem respeito de algum modo à função do cabeçalho das entradas em representar unidades literárias pelo autor e título delas.

De acordo com Hunter, tanto o CCR como o Relatório de Lubetzky foram bem-vindos pela ala progressista da comunidade catalográfica, “[...] mas havia demonstração de inquietação por parte daqueles a quem L [sic] Jolley chamou de ‘neoconservadores’, sobre coisas como os prováveis custos das vastas mudanças que teriam de ser realizadas nos catálogos se tais regras fossem adotadas.” (HUNTER, 1974, p. 74, tradução nossa). Dentre os que se mostraram discordantes do Código Rascunhado, vale citar três textos publicados em maio de 1961, em *The Library Journal*, os quais repercutiram entre os defensores da revisão: *The Grand Illusion (A Grande Ilusão)*, que pode bem representar o ceticismo do trio a respeito do CCR, de Johannes Dewton (1961b); *A Reference Librarian's View of the Draft Cataloging Code (Visão de um Bibliotecário de Referência sobre o Código de Catalogação Rascunhado)*, de David Watkins (1961) e *Who Cares About the Code? (Quem se Importa com o Código?)*, este último um editorial escrito por Eric Moon (1961).

Foi dito no editorial que os profissionais deveriam se interessar pelos sinais de fumaça vindos “[...] dos conclaves internos dos catalogadores que discutiam acaloradamente o código catalográfico rascunhado da ALA.” (MOON, 1961, p. 1744, tradução nossa). Daí ele valorizar e endossar os artigos escritos por Dewton e Watkins. Contrariado, em aparente alusão ao conclave, Dunkin (1961c, p. 2745, tradução nossa) fez questão de repelir a impressão de que Lubetzky “[...] e alguns discípulos – professores, sem dúvida – se trancaram em uma torre de marfim na LC longe das distrações de catálogos e catalogadores e sonharam com o Código Rascunhado.” Longe disso, o trabalho produzido por Lubetzky foi fruto de intensas interlocuções com os profissionais, conforme se pode verificar nos anais dos *Institutes* de Standford e de Montreal.

A resposta a eles veio em setembro de 1961, por intermédio de três artigos publicados igualmente em *The Library Journal*, os quais rebateram os argumentos dados pelos três céticos: *Smoke Over Revision (Fumaças sobre a Revisão)*, de Seymour Lubetzky (2001, p. 221-227); *Howlers--Here and Now (Tolices – aqui e agora)*, de Paul Dunkin (1961c); *Illusion? Delusion? Collusion? (Ilusão? Desilusão? Conluio?)*, de Sumner Spalding (1961). Lubetzky, em tom indignado, afirmou que muita fumaça teria sido dissipada se os críticos levassem em conta os relatórios publicados que apontam o como, o porquê e as razões da revisão.

Em réplica publicada junto com as respostas dadas aos céticos (*Holes in the Fish Net*), Dewton rebateu as insinuações de que ignorava os estudos em curso, afirmando: “[...] O Sr. Lubetzky sabe muito bem que eu estava interessado ativamente na revisão do código e acompanhei de perto o desenvolvimento gradual de seus rascunhos e lhe expus minhas reflexões sobre eles.” (DEWTON, 1961a, p. 2752, tradução nossa). Ademais, esse cético questionou se o novo código catalográfico seria realmente lógico, consistente, racional ou condizente com

a realidade catalográfica, por isso ele entendeu que a revisão deveria apenas rearranjar e alterar parcialmente o Código da ALA de 1949 (DEWTON, 1961a, p. 2754).

Houve ainda uma tréplica de Lubetzky (1961), escrita como *post scriptum*, pelo qual esse estudioso rebateu argumentos de Dewton sobre várias inconsistências encontradas por Chaplin no Código Rascunhado, que este último expressou num artigo de sua autoria. O então professor da UCLA examinou o texto, mas percebeu que há tão somente um senão relacionado à entrada de constituição e leis de uma jurisdição dependente de outra que não invalidava os princípios do Código Rascunhado por ele (LUBETZKY, 1961, p. 2755). Seja como for, parece-nos exagerado o ceticismo de Dewton, pois Lubetzky indicou caminhos mais consistentes do que havia no código de então, pelos quais seria possível obter uma catalogação lógica, e isso começa por princípios e objetivos catalográficos, que estavam ausentes nas regras da ALA.

Outros críticos se manifestaram sobre o texto do Código Rascunhado, porém eles foram menos céticos que o trio citado acima, porque buscaram discutir o que estava proposto no texto do CCR. Parte deles foi elencado por Knowlton (2009), o qual citou um fascículo da *Library Resources and Technical Services* (v. 5, n. 3, verão de 1961) dedicado a temas em torno da revisão do novo código. Em geral, as temáticas tratadas pelos críticos giraram em torno: da questão de autoria corporativa, de entrada sob título e de cabeçalhos de forma, temas discutidos por autores como Draper (1961), Haskins (1961) e Brown (1961); da necessidade de experimentos antes de implantar o código, temática abordada por Dunkin (1961b), Wright (1961) e Beckman (1961); da distinção obra-livro na prática catalográfica, tema discutido por Hines (1961).

Dentre esses críticos, vale enfatizar que Susan Haskins (1961, p. 190-191), como fizera em outras ocasiões, seguiu questionando a vantagem de se abrir mão de cabeçalhos de forma, sobretudo no âmbito de uma biblioteca especializada em Direito que se valia deles com frequência. Contudo, sua crítica se apoiou na tradição de esses cabeçalhos serem entendidos e apreciados há muito tempo, e essa autora fez questão de dizer que mudanças neles eram desnecessárias, e se eles fossem alterados no código revisado, ela não as aceitaria, em clara oposição ao entendimento de Lubetzky (2001, p. 193-194).

Beckman (1961), por sua vez, relatou e apresentou os resultados de catalogação experimental realizada na Universidade de Waterloo, feita de acordo com as instruções reguladas pelo texto do Código Rascunhado. Por seu experimento, ela não estava certa de que os objetivos do catálogo da biblioteca seriam alcançados pela aplicação do novo código, mas, no cômputo geral e a despeito de dificuldades em tratar autorias de dicionários e anuários, ela estava convencida “[...] de que a relação lógica constante de todas as regras do catálogo com os princípios do Sr. Lubetzky tornou a catalogação ao mesmo tempo mais científica e satisfatória.” (BECKMAN, 1961, p. 220, tradução nossa).

Outro crítico a mencionar foi Hines (1961), quem valorizou a ênfase dada por Lubetzky à distinção obra-livro, em que a obra “[...] deve ser considerada como entidade intelectual e

não física. Isso também é um conceito valioso e útil. *Caesar and Cleopatra* de Shaw é claramente o mesmo produto intelectual como disco sonoro, filme ou publicado em forma de livro.” (HINES, 1961, p. 237, tradução nossa). A despeito disso, ele questionou como essa distinção se daria na prática, posto que cada poema de uma coletânea, por exemplo, é uma obra intelectual em si, eventualmente gravada em disco, publicada em jornal, composta em antologias e assim por diante. Daí esse autor declarar: “Parece que o código aceita tacitamente a premissa, há muito existente, de que o catalogador trata unidades bibliográficas físicas, e que ele as cataloga como tal.” (HINES, 1961, p. 238, tradução nossa).

Ante ao exposto, é possível observar a existência de críticas ponderadas, favoráveis e desfavoráveis ao Relatório de Lubetzky e ao Código Rascunhado. Em termos gerais, os temas abordados pelos críticos a respeito dos estudos de Lubetzky orbitaram em torno: (1) do valor dos objetivos e dos princípios em regras de catalogação, inclusive a distinção obra-livro e a função do catálogo; (2) da consistência de cabeçalhos não autorais ou cabeçalhos de forma; (3) das questões sobre condições da autoria (pessoal ou corporativa) e do título, inclusive o modo de inscrevê-los nas entradas; (4) da recatalogação e custos da catalogação nos termos do novo código; (5) da cooperação catalográfica internacional; (6) da necessidade de estudos de uso do catálogo; (7) do alcance ou efeitos da implantação do novo código, inclusive o andamento da revisão.

Não se trata – lembramos – de uma lista exaustiva ou uma lista com limites absolutos, pois se indica tão somente os temas mais predominantes nos textos que identificamos na literatura de Catalogação publicada naquela época, dentre os quais buscamos enfatizar os dos itens (1) e (2), porque eles estão diretamente ligados à discussão sobre princípios e coerência da catalogação, sobretudo da função exercida pela entrada principal no catálogo.

Muitos dos textos, de fato, questionaram e criticaram os objetivos e os princípios da catalogação, bem como a consistência de cabeçalhos não autorais ou cabeçalhos de forma nas entradas catalográficas. Esses questionamentos se deram por intermédio de embates intensos nas páginas das revistas da área e nos eventos sobre catalogação, já que muitos não reconheceram o valor dos princípios lubetzkianos, preferindo, por exemplo, defender a permanência de cabeçalhos de forma por acreditar que eles eram úteis à prática catalográfica. Em meio a várias críticas, a de Eva Verona, proveniente de fora da comunidade catalográfica anglo-americana, se mostrou a mais robusta, tanto que os estudos da iugoslava contrapostos aos de Lubetzky deram o tom das discussões que se dariam na Conferência de Paris, tema da próxima seção.

4.4 OS EMBATES DA ENTRADA PRINCIPAL NA CONFERÊNCIA DE PARIS

Os preparativos dessa Conferência se deram por intermédio do *Working Group on the Co-ordination of Cataloging Principles* da IFLA e foram detalhados por autores como Foncin (1959), Wright (1960), Poindron (1960) e Chaplin (1963), além da própria IFLA. Vale lembrar

que esse grupo fora formado em 1954 e, desde então, empreendeu estudos com o fim de harmonizar os princípios catalográficos a serem observados no estabelecimento das entradas principais sob autoria corporativa e anônima.

Poindron (1960) contextualizou os preparativos da Conferência Internacional sobre Princípios da Catalogação a partir de uma abordagem histórica sobre regras catalográficas e as tentativas de unificação delas num dado contexto nacional, regional ou internacional, inclusive o processo de revisão pelo qual elas passavam naquele momento. Por isso, para ele, o momento era favorável para orientar o trabalho internacional em uma nova direção.

Em vista disso, a intenção de organizar uma conferência mundial sobre princípios da Catalogação foi proposta pelo Conselho da IFLA, em 1957. No ano seguinte, anunciou-se que seria realizada uma reunião preliminar para definir as questões catalográficas a serem discutidas, os objetivos a serem alcançados pelo evento e outras formalidades necessárias à realização de uma conferência sobre princípios catalográficos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 1959, p. 254).

A reunião preliminar foi realizada em Londres (19 a 25 de julho de 1959) pelo *Working Group*, cujos membros foram ampliados para vinte especialistas representativos de diversos países, inclusive do Brasil⁸⁶. É oportuno mencionar que essa ampliação e as ações da IFLA em vista da conferência foram viabilizadas por intermédio de apoio financeiro dado pelo *Council on Library Resources* e pela Unesco, sem os quais a reunião preliminar e a própria Conferência de Paris não teriam a envergadura que alcançaram (CHAPLIN, 1963, p. 42).

Durante a reunião preliminar, dois temas principais foram discutidos: (i) o propósito e a abrangência do evento vindouro e os assuntos a serem debatidos nele; (ii) a composição e organização da futura conferência. Nesses termos, a abrangência do evento foi limitada ao objetivo de se “[...] chegar a acordo sobre os princípios básicos que regem a escolha e forma de entrada no catálogo alfabético de autores e títulos.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 1959, p. 256, tradução nossa).

Nesse momento, já era possível também vislumbrar o texto primordial das funções do catálogo, pois os participantes da reunião preliminar já aceitavam que o catálogo deveria servir a dois propósitos: localizar uma publicação específica e reunir entradas de edições e traduções de uma obra e das obras de um autor. Além disso, o catálogo deveria ser constituído de: “[...] entrada principal para cada item, entradas secundárias e remissivas, se necessárias.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 1959, p. 257, tradução nossa).

⁸⁶ Maria Luisa Monteiro da Cunha foi a representante brasileira na reunião preliminar à Conferência Internacional sobre Princípios da Catalogação, realizada em Londres. Na ocasião, ela apresentou este artigo: *Report on the Situation and the Problems of Cataloguing in Latin America* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 1959, p. 260).

Tendo isso em conta, as discussões na reunião preliminar foram direcionadas para os aspectos em que a prática catalográfica variava nos diversos contextos nacionais, de sorte que, por tal variação, a reunião preliminar elencou os assuntos que precisavam ter um acordo por meio de princípios: função e escolha da entrada principal; escolha e forma de nomes pessoais e das entidades coletivas; entradas sob o título; uso de cabeçalhos de forma para certos tipos de publicações (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 1959, p. 257-258). Sobre a função da entrada principal, por exemplo, Poindron (1960) citou os estudos divergentes de Lubetzky e de Verona, com o fim de enfatizar a necessidade de buscar um acordo sobre o papel de tal entrada.

Para além disso, no âmbito das formalidades de composição e de organização da conferência, delegados da Unesco participantes da reunião preliminar convidaram e ofereceram as instalações de sua sede em Paris para a realização da futura conferência, por isso foi decidido que tal evento seria realizado nessa cidade, em 1961 (WRIGHT, 1960, p. 86).

Em vista desse evento, foi determinado que documentos de trabalho sobre problemas da catalogação fossem escritos em forma de artigo e disponibilizados à comunidade catalográfica antes da Conferência de Paris, para que se fizesse comentários prévios ao evento. Com base nos artigos e nas respostas dadas, um anteprojeto de princípios foi preparado (FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 301-302). Dentre os artigos, vale destacar os documentos escritos por Lubetzky (1963), Verona (1963) e Jolley (1963b), intitulados *The Function of the Main Entry in the Alphabetical Catalogue*, os quais, decerto, contribuíram decisivamente para as discussões em torno dos objetivos funcionais do catálogo. Aliás, vale enfatizar que tal anteprojeto foi baseado em grande parte nas regras do CCR de Lubetzky, fornecendo “[...] um bom pano de fundo para as discussões.” (WRIGHT, 1976, p. 44, tradução nossa). Nas palavras de Tait (1969, p. 109, tradução nossa):

Os documentos de trabalho foram preparados por especialistas em catalogação sobre as principais áreas problemáticas, e estes foram submetidos às comissões nacionais de catalogação para serem discutidos localmente. Com base nos documentos de trabalho originais e nos comentários recebidos das comissões nacionais, foi elaborada uma Declaração Preliminar de Princípios, que serviria como ponto de partida das discussões na conferência.

No âmbito das comissões nacionais citadas por Tait (1969), considere-se que, no interstício da reunião preliminar e da Conferência de Paris, várias reuniões preparatórias a esse evento foram realizadas em muitos países, pelas quais cada um deles pôde constituir suas próprias comissões para discorrer sobre a Catalogação, definir seus correspondentes e representantes na Conferência de Paris e apresentar seus pontos de vista sobre as problemáticas da catalogação. Aliás, tais reuniões foram listadas por Poindron (1960) à medida em que

elas foram reportadas à comissão organizadora do evento em Paris⁸⁷. No âmbito dos Estados Unidos, por exemplo, o *Institute on Catalog Code Revision*, realizado na Universidade McGill em Montreal, que mencionamos anteriormente, é listado como reunião preparatória à Conferência de Paris.

Para além do aporte financeiro e da infraestrutura disponível, segundo Chaplin (1963, p. 43-44), contribuíram decisivamente para o sucesso do evento catalográfico de 1961: a delimitação da abrangência e dos objetivos da futura Conferência de Paris; a distribuição prévia da Declaração de Princípios; e as discussões e os estudos preparatórios ao evento, a partir dos quais as comissões formadas em cada país puderam comentá-los, refletir previamente sobre os temas catalográficos a serem discutidos em Paris e estabelecer interlocuções com os membros da comissão organizadora do evento e com os autores dos artigos.

Passados dois anos da reunião preliminar, a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação foi realizada entre os dias 9 e 18 de outubro de 1961, em Paris, daí ser conhecida como Conferência de Paris. Representantes e delegações de 53 países e de 12 organismos internacionais participaram da Conferência, a qual foi o primeiro evento internacional mais significativo de Catalogação.

A infraestrutura e organização da conferência foi descrita por Ball (1962, p. 172) e era de dar inveja a muitos eventos mesmo em nossos dias, pois havia: salas de reunião amplas mobiliadas adequadamente com mesas suficientes para acomodar delegados e audiência; conjunto de fones de ouvido com tradução em inglês, francês, alemão, russo e espanhol em cada mesa; um microfone disponível para cada delegado que quisesse se expressar; amplo auditório para a conferência; salas menores disponíveis para as reuniões das comissões formadas no evento; escritórios para registro, distribuição de material e ingresso dos participantes da conferência; lanchonete e espaço para descansar durante os intervalos das reuniões; restaurantes, lojas, biblioteca e banco disponíveis para os delegados e participantes do evento.

O ponto central do evento foi a discussão e aprovação da *Declaração dos Princípios da Catalogação*, ou simplesmente *Princípios de Paris*, que deveria ser a base normativa de catalogação colaborativa em nível internacional (ESTIVILL RIUS, 2012). Havia a expectativa de que tal declaração pusesse um termo a “[...] uma era marcada por minuciosidades, por detalhismo, por preciosismo exagerado que chegou a fazer dos catálogos verdadeiros enigmas que se esqueciam do usuário por completo que é, por fim, o destinatário final.” (LINARES *apud* FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 303, tradução nossa).

⁸⁷ Eis o relato das ações brasileiras preparatórias à Conferência de Paris: “Uma comissão nacional foi formada sob o nome de ‘Comissão Nacional Brasileira de Catalogação’ pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, por sugestão da Associação de Bibliotecários do Estado de São Paulo. A Sra. Maria Luisa Monteiro de [sic] Cunha, chefe da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, é a correspondente. A Comissão presidida pelo Dr. A. L. C. Vicentini, presidente da ‘Associação Paulista de Bibliotecárias’, realizou uma reunião no Rio de Janeiro em julho de 1960, por ocasião da Conferência da Federação Internacional de Documentação (FID) na presença do Sr. Chaplin e do Sr. Poindron.” (POINDRON, 1960).

Embora o texto da *Declaração dos Princípios da Catalogação* indique que trata de princípios e não de regras, os princípios são detalhados como se fossem regras, assinalaram Dunkin (1969) e Tait (1969, p. 108), ou ainda: “[...] não são princípios, mas um rascunho muito amplo de código [catalográfico].” (JOLLEY, 1963a, p. 48, tradução nossa). E este autor acrescentou: “Não há nova contribuição para a teoria de catalogação na Declaração de Princípios. Alguns dos Princípios estão abertos a questionamentos.” (JOLLEY, 1963a, p. 61, tradução nossa). Contudo, vale lembrar que os objetivos presentes em tal declaração são decorrentes do estudo de Lubetzky, de maneira que a compreensão deles, inclusive o que se dispõe na declaração, passa pelo exame de seus escritos.

Seja como for, as questões em torno dos objetivos inscritos na seção 2 da *Declaração dos Princípios da Catalogação*, relativas às funções que o catálogo da biblioteca deve desempenhar, suscitaram embates efusivos da conferência. De acordo com o texto da seção, o catálogo deve ser um instrumento eficiente para informar: 1) se a biblioteca possui um livro específico identificado por autor e por título ou, se inadequados, por um substituto deles; 2) as obras de determinado autor e as edições de uma determinada obra existentes na biblioteca (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 91-92). Nesses termos, convém enfatizar que os objetivos (1) e (2) estão relacionados com a representação nas entradas do catálogo de unidades bibliográficas e literárias respectivamente.

A título de interpretação adequada da primeira função do catálogo, Verona enfatizou que: o termo “catálogo” está circunscrito ao catálogo alfabético de autor e título; o termo “autor” deve ser aplicado “[...] igualmente a autores pessoais e a entidades coletivas sob cujos nomes as entradas podem ser feitas.” (VERONA, 1971, p. 6, tradução nossa). Por sua vez, um substituto de autor e título diz respeito aos títulos concebidos por um catalogador ou aos cabeçalhos convencionais que designam a forma da obra, ou seja, cabeçalhos de forma, por exemplo.

Dito isso, saliente-se que os delegados de certos países consideraram o objetivo (2) menor, acreditando ser desnecessário cumpri-lo (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 26). Nesse aspecto, suecos, finlandeses e uruguaios, por exemplo, consideraram que um catálogo alfabético deveria cumprir somente o objetivo (1), tido por eles como econômico à catalogação, e porque tinham, segundo relato de Lubetzky, “[...] a crença de que o segundo objetivo envolvia sistematização que era contrária à natureza do catálogo alfabético.” (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 33).

A despeito dessas objeções, em geral, as duas funções foram aceitas entre os conferencistas, mas até redação final delas, muito se discutiu sobre o dilema de qual das funções a entrada principal deveria ser constituída para o processo catalográfico, uma vez que não é possível cumprir ambas simultaneamente em muitos casos. Nesses termos,

Embora a Declaração não atribua explicitamente a importância da entrada principal no catálogo alfabético, a redação da seção 4.1 indica claramente que a entrada principal é a espinha dorsal desse catálogo. Ainda que uma entrada principal seja

obrigatória para cada livro, outros tipos de entradas são, em muitos casos, opcionais e podem depender das necessidades especiais dos usuários de uma determinada biblioteca. (VERONA, 1971, p. 15, tradução nossa).

Conforme temos indicado anteriormente, o referido dilema foi tratado e discutido sobretudo pelos artigos escritos por Lubetzky (1963), por Verona (1963) e por Jolley (1963b). A iugoslava defendeu a representação na entrada principal de unidades bibliográficas; Lubetzky, a representação de unidades literárias; Jolley tentou conciliar as duas posições.

Nas primeiras linhas de *The Function of the Main Entry in the Alphabetical Catalogue-One Approach*, Lubetzky manifestou sua premissa de que: (a) os materiais da biblioteca, ou seja, os documentos de uma coleção bibliotecária são representações de obras de autores; (b) na biblioteca, cada obra pode se apresentar em diferentes formas ou edições e sob diferentes nomes de autor e título; (c) daí, o catálogo da biblioteca ter as funções que foram assentadas na *Declaração dos Princípios da Catalogação*. Em termos gerais, houve nas regras catalográficas anglo-americanas “[...] ausência de uma ideia subjacente sobre qual deve ser a função da entrada – ou entrada ‘principal’ – no catálogo.” (LUBETZKY, 1963, p. 140, tradução nossa).

Embora Lubetzky reconhecesse que a entrada principal poderia representar tanto unidades bibliográficas quanto as literárias, ele se apoiou em razões históricas, ideológicas e práticas para fortalecer seu entendimento de que a função da entrada principal é representar a unidade literária com a sua unidade bibliográfica.

Em termos históricos, houve a tendência de tratar uma publicação como edição de uma dada obra de um autor específico por aqueles que conceberam regras catalográficas no contexto anglo-americano, apesar de isso não se ter dado de modo adequado. Em termos ideológicos, há o pressuposto de que uma pessoa busca no catálogo não apenas uma publicação específica identificada por um autor ou título específico, antes busca a obra manifesta num documento, o qual pode “[...] ser encontrado na biblioteca em outra edição, com um nome diferente ou título, que pode até servir melhor ao seu propósito.” (LUBETZKY, 1963, p. 141, tradução nossa). Em termos práticos, catalogar unidades bibliográficas sobrecarrega o catálogo com entradas incapazes de relacionar por completo as edições e traduções de uma dada obra publicada sob títulos e nomes de autor variáveis.

Por sua vez, de início, Verona (1963), no artigo *The Function of the Main Entry in the Alphabetical Catalogue-A Second Approach*, expressou sua concordância com Lubetzky de que as publicações são representações de obras e quem nem sempre a entrada principal poderia satisfazer por completo as funções do catálogo. Ela reconheceu, por exemplo, que a entrada principal estabelecida de unidades literárias era vantajosa para obras clássicas, cujos “[...] títulos originais ou tradicionais se tornaram de conhecimento comum e que, conseqüentemente, serão muitas vezes procurados como unidades literárias.” (VERONA, 1963, p.149, tradução nossa).

Por outro lado, para a iugoslava, a entrada principal pela unidade bibliográfica é adequada, sobretudo nas obras mais recentes, uma vez que se devia “[...] considerar que o leitor

– apesar de seu interesse intelectual em determinada obra – pode saber mais sobre os elementos que identificam uma determinada publicação de uma obra do que sobre aqueles que identificam a obra em si.” (VERONA, 1963, p. 147, tradução nossa).

Ao final de seu artigo, Verona (1963, p. 157) resumiu e enfatizou seu entendimento deste modo: **Entradas principais** devem ser elaboradas de uma forma específica de nome de autor como cabeçalho principal, o qual é seguido do título de uma publicação específica, mas se sua autoria for indeterminada, o título é indicado como cabeçalho principal; **Entradas secundárias** devem relacionar as edições das unidades literárias e os coautores, compiladores e outros tipos de autoria da unidade bibliográfica distintos da autoria representada no cabeçalho da entrada principal; **Remissivas** devem relacionar as variadas formas de nome dos autores, apontando-as para a forma adotada como cabeçalho nas entradas principais.

É possível notar nos textos de Lubetzky e Verona divergência sobre a ênfase e a prioridade que eles deram à efetivação da função da entrada principal nos termos dos objetivos do catálogo. Fiuza resumiu tal divergência deste modo:

Verona considera que o catálogo deve atender, em primeiro lugar, às necessidades da maioria dos usuários e acredita que essa maioria está interessada em encontrar um item em particular, que muitas vezes será uma publicação recente. Lubetzky atém-se muito mais a princípios e à necessidade de normalização enquanto que Verona se preocupa mais com a conveniência do usuário e a rapidez da informação. (FIUZA, 1980, p. 16).

O argumento de Verona foi pautado pelas necessidades da maioria dos usuários, embora tenha apresentado algumas razões de ordem prática e teórica para defender seu entendimento. Lubetzky, porém, desenvolveu seu argumento a partir de princípios, o que parece ter dado mais sustentação teórica ao seu entendimento, conforme expressou Honoré durante os debates em torno disso: “Dos dois métodos apresentados, o método A era empírico, o método B era científico.” (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 35, tradução nossa). Os métodos em questão dizem respeito ao modo de estabelecer as entradas principais: pelos títulos de publicações específicas (método A), de modo a reunir entradas bibliográficas, ou pelos títulos originais ou tradicionais das obras (método B), para reunir unidades literárias.

Decerto, os argumentos de Verona e os de Lubetzky sobre a função de entrada principal dividiram a opinião dos conferencistas, conforme indicam os comentários realizados durante o debate em torno da função dos diferentes tipos de entradas (seção 6 da *Declaração dos Princípios da Catalogação*). Tais comentários foram recebidos e relatados por Lubetzky, a partir dos quais o professor da UCLA identificou quatro grupos de opiniões em torno dos referidos métodos: o primeiro grupo se mostrou desfavorável ao objetivo (2) do catálogo; o segundo, favorável ao de Verona – método A; o terceiro, ao de Lubetzky – método B; o quarto, favorável a uma combinação dos métodos A e B.

Nos comentários individuais, afora da tendência geral indicada em cada grupo, prevaleceu a combinação dos dois métodos, com tendência favorável à abordagem de Verona. Além disso, é possível perceber nos comentários a menção a alguns aspectos a serem observados

na aplicação dos métodos: adotar aquele de menor impacto à recatologação; evitar uma catalogação que considerasse a distinção entre obras recentes e clássicas, pois a situação das recentes pode mudar com o tempo; se se padroniza o nome do autor nas entradas, o mesmo deve ser feito com o título das publicações; a questão de atender o usuário especialista e o usuário comum, inclusive bibliotecas acadêmicas ou gerais; dentre outros aspectos.

Embora a abordagem de Lubetzky tenha recebido apoio, como a dos representantes romenos que perceberam ser sua solução ideal para o catálogo, havia a compreensão de ela ser de difícil aplicação: “O estabelecimento do título original, por exemplo, exigia frequentemente muitas pesquisas que atrasariam a produção do catálogo. [...]” (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 36, tradução nossa).

Apesar desses e de outros depoimentos favoráveis, os argumentos de Lubetzky foram insuficientes para atribuir à entrada principal a função de representar unidades literárias com sua unidade bibliográfica, em atendimento primordial do segundo objetivo do catálogo. Nesses termos, o único consenso alcançado foi a aceitação de cabeçalhos uniformes para autoria e para os títulos de certas publicações.

Assim, prevaleceu o entendimento de que a função primeira do catálogo é identificar publicações específicas e, de modo secundário, obras de um autor específico e suas edições. Isso ficou ainda mais evidente, quando, anos depois, foi estabelecida a ISBD, que é a realização desse entendimento. Apesar dessa primazia, no fim de contas, a função da entrada principal no catálogo foi flexibilizada no texto final da *Declaração dos Princípios da Catalogação*, de modo a deixar nas mãos de cada contexto catalográfico a escolha de uma unidade sobre a outra ou a combinação delas na referida função.

A entrada principal para obras catalogadas sob nomes dos autores deve ser feita de um cabeçalho uniforme. A entrada principal das obras catalogadas pelo título pode ser ou sob o título tal como impresso no livro, com uma entrada secundária sob um título uniforme, ou sob um título uniforme, com entradas secundárias ou remissivas sob outros títulos. Esta última prática é recomendada para a catalogação de obras muito conhecidas, especialmente aquelas conhecidas por títulos convencionais. (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 92, tradução nossa, grifo do autor).

Para pôr um termo às questões relevantes sobre fundamentação da entrada principal no âmbito da Conferência de Paris, convém abordar as questões relacionadas ao substituto para o nome de autor ou de título nas entradas, pelo qual se concebe um cabeçalho de forma para certos tipos de publicações. A seção 12 da versão rascunhada da *Declaração dos Princípios da Catalogação* previu a utilização de cabeçalhos e subcabeçalhos de forma na entrada principal de certas publicações, com o fim de indicar,

[...] a categoria à qual os livros pertencem. [...] Livros de caráter semelhante, sem títulos ou com títulos vagos, mas que podem ter entradas sob um autor (pessoal ou corporativo), devem ter sua entrada principal sob o nome do autor seguido por um subcabeçalho de forma (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 74, tradução nossa).

O francês Roger Pierrot (1963) e a soviética V. Vasilevskaya (1963) discutiram tais cabeçalhos em seus artigos apresentados no evento. O francês considerou esse tema sob dois

aspectos: (1) obra anônima publicada sob títulos variados; (2) cabeçalhos e subcabeçalhos de certos tipos de publicações. O primeiro não é tão problemático nem compromete os fundamentos e as funções do catálogo, sobretudo a segunda (informar as obras de determinado autor e as edições de uma determinada obra existentes na biblioteca), uma vez que o cumprimento de tal função passa pelos títulos de certas obras conhecidas sob denominações diversas (Bíblia e obras desprovidas de título, por exemplo), casos em que se deve atribuir um título uniforme agrupador das edições e das traduções de tais obras.

O segundo aspecto tratado pelo francês, no entanto, gerou mais debates entre os conferencistas, posto que alude a categorias de obras, não a títulos ou a autoria. Para ele, cabeçalhos de forma são adequados para reunir certas publicações cujos títulos têm pouca importância para elas serem identificadas no catálogo, como: catálogos de vendas; tratados e convenções internacionais celebrados por dois ou mais países; obras produzidas em homenagem a personalidades ou a entidades coletivas; catálogos anônimos de coleções particulares ou de bibliotecas. Textualmente, o conferencista francês disse que tais obras “[...] não podem ser convenientemente agrupadas em catálogos de assuntos alfabéticos e foram frequentemente agrupadas em catálogos especiais.” (PIERROT, 1963, p. 188, tradução nossa).

Nas discussões sobre cabeçalho de forma, relatadas pelo próprio Pierrot, houve opiniões contrárias à sua efetivação no catálogo, dentre as quais convém registrar a manifestação de Lubetzky, para quem tais cabeçalhos eram despropositados de serem utilizados como entradas principais. Mesmo assim, em termos gerais, muitos conferencistas entenderam que era necessário manter no catálogo não apenas cabeçalhos de autor e de título das publicações e das obras, mas também certos grupos de obras sob cabeçalhos de forma, conforme expressou um deles, o já conhecido antagonista do professor da UCLA.

O Sr. Ellinger acreditava que era errado supor *a priori* que um catálogo alfabético poderia consistir apenas de entradas de autor e de título; deve incluir qualquer mídia que se prestasse a uma sequência alfabética e que fosse necessária para uma adequada identificação bibliográfica. (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 76, tradução nossa).

Dizia-se que esses cabeçalhos não deveriam ser tratados como cabeçalhos de assuntos, mas não se explicava porque deveriam figurar num catálogo de autor e de título, salvo pela subjetividade da conveniência deles para o usuário ou por razões tradicionais.

Durante as discussões sobre a seção 12 da declaração rascunhada, Chaplin chamou a atenção para duas categorias específicas de publicações com entradas sob um autor seguido de subcabeçalhos de forma. A primeira diz respeito aos subcabeçalhos que sucedem a um nome geográfico, como Tratados, leis, etc., os quais, indicados no plural, designam subcabeçalhos de forma, não títulos convencionais, que designa um tratado ou lei específicos. A segunda refere-se a autores prolíficos em criar obras, para o que: “um subcabeçalho de forma era um dispositivo útil para agrupar certas categorias de obra difíceis de rastrear se tivesse entrada alfabeticamente de acordo com seus títulos – por exemplo, coleções de obras, que

podem aparecer sob muitos títulos, mas eram semelhantes em conteúdo [...]” (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 7u, tradução nossa).

Seja como for e a despeito de um ou outro comentário contrário a eles, a admissibilidade de cabeçalhos e subcabeçalhos de forma no catálogo foi aceita pela maioria dos conferencistas, mas eles não figuraram numa única seção da *Declaração dos Princípios da Catalogação* porque, a partir de uma sugestão iniciada pela madame Honoré, a seção 12 de sua versão preliminar foi suprimida e seu conteúdo foi reposicionado na versão consolidada sob as seções 9.5, entrada sob entidade coletiva, e na 11.6, obras catalogadas pelo título.

9.5 Constituições, leis e tratados, e algumas outras obras com características similares, devem ter entradas sob o nome do estado apropriado ou outra autoridade territorial, com títulos formais ou convencionais indicando a natureza do material. As entradas secundárias para os títulos reais devem ser feitas conforme necessário. [...] (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 94, tradução nossa).

11.6 Os tratados e convenções internacionais multilaterais e outras categorias de publicações impressas com títulos não distintivos podem ter entradas sob um cabeçalho convencional uniforme escolhido para refletir a forma da obra. [...] (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 96, tradução nossa).⁸⁸

É importante mencionar que há uma nota de rodapé referente à seção 11.6 da *Declaração dos Princípios da Catalogação* na qual se lê: “Se se desejar reunir essas publicações em um lugar no catálogo.” (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 96, tradução nossa). Por esse trecho em destaque, podemos afirmar que se deixou a critério de cada contexto catalográfico a adoção ou não de cabeçalhos de forma.

De nossa parte, opcionais ou não, há a compreensão de que tais cabeçalhos só fazem sentido no catálogo de obras se eles designarem unidades literárias específicas, não um conjunto delas definido de uma forma ou de tipo de publicação. Se isso for desprezado, a estruturação das entradas de cabeçalhos de forma não se sustenta, dado que o cabeçalho de forma não designa autor ou título específicos, mas categorias, classes ou títulos genéricos de obras, de caráter generalizador, inadequados quando se deseja estruturar entradas de catálogo por autor e título com o fim de indicar a publicação como manifestação de uma obra, conforme disposto e defendido por Lubetzky.

Ante ao exposto nesta seção, a despeito de objeções aos estudos de Lubetzky, muito daquilo que ele propôs ficou consolidado no texto final da referida declaração, por isso os Princípios Catalográficos de Paris devem ser compreendidos à luz daquilo que esse estudioso defendeu. Nas palavras de Jolley (1963a, p. 62, tradução nossa):

Em geral, pode ser considerado um endosso do trabalho do Sr. Lubetzky e um incentivo para ele resistir aos ataques dos neoconservadores. É claro que esses Princípios não podem ser mais do que uma base para um novo código e talvez não seja muito

⁸⁸ Mais tarde, argumentou-se que o texto da seção 11.6 da *Declaração dos Princípios da Catalogação* deveria ser redigido deste modo: “Edições de tratados internacionais multilaterais, e de convenções e de certas outras categorias de obras publicadas com títulos não distintivos podem ter entradas sob um cabeçalho convencional uniforme escolhido para refletir a forma da obra” (VERONA, 1971, p. 3, tradução nossa).

presunçoso esperar que, quando o novo código for elaborado em detalhes, algumas das fragilidades dessa declaração geral possam ser removidas.

De acordo com Gorman (2000, p. 6), as ideias do professor da UCLA contribuíram significativamente para a Catalogação, e sua influência e envergadura é grande o suficiente para incluir a expressão “de Panizzi a Lubetzky” na história da Catalogação anglo-americana. Essa compreensão é compartilhada com a de Freedman (1984), que relaciona Lubetzky com os expoentes da Catalogação: Antonio Panizzi, Charles Jewett e Charles Cutter.

Desse modo, a Conferência de Paris foi um evento marcante para a Catalogação, o ponto culminante de um movimento de alcance internacional, que marcou o auge das discussões sobre a prática catalográfica e o desfecho do Período da Reavaliação Crítica na Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas. Nesse período, caracterizado pelas críticas efusivas à prática e às regras de catalogação despropositadas, os estudos de Lubetzky contribuíram para mudar esse cenário, oferecendo uma base teórica sólida sobre a qual a catalogação poderia trilhar. Com efeito, suas ideias foram reconhecidas pela comunidade catalogadora internacional, servindo de pano de fundo às discussões levadas à cabo durante a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris (1961), especialmente nos pressupostos teóricos que simplificavam os objetivos propostos inicialmente por Cutter e que salientavam a distinção livro-obra como aspecto fundamental em Catalogação.

É inegável que, por sua atitude, Lubetzky foi reconhecido internacionalmente, pois indicou caminhos mais racionais e consistentes para a avaliação e elaboração de regras de catalogação, que é uma abordagem presumivelmente válida para nossos dias, pois seus escritos revelam o aspecto fundamental das regras de catalogação, que devem ser baseadas em princípios norteadores para serem efetivadas. Para tanto, faltava, então, pôr em prática as ideias lubetzkianas, por isso era imperativo concluir o trabalho iniciado por ele no tocante à revisão do Código da ALA de 1949, ou seja, a efetivação de um código catalográfico à Lubetzky, que é o tema da próxima seção capitular.

5 A ENTRADA PRINCIPAL NAS REGRAS DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANA APÓS A CONFERÊNCIA DE PARIS

Adentramos, neste capítulo, no Período da Execução e Consolidação, no qual há que examinar como o entendimento de uma entrada principal, fruto das discussões do período anterior, foi tratado nas regras catalográficas anglo-americanas entre 1962 e 1998, antes da publicação dos FRBR, que marca o início do período seguinte. Com isso, busca-se avaliar como as questões fundamentais apontadas por Lubetzky a respeito da entrada principal representativa da obra incorporada numa dada publicação foram consideradas, trabalhadas ou enfrentadas na estruturação do registro bibliográfico.

Dentro do referido interstício, convém destacar os seguintes instrumentos catalográficos desenvolvidos sob os auspícios da vertente anglo-americana: a primeira edição do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), publicada em 1967 (referida ocasionalmente por AACR1), a segunda edição do mesmo código, publicada em 1978 (o AACR2) e suas revisões subsequentes (publicadas em 1988, 1998 e 2002, referidas frequentemente por AACR2R); o projeto e o desenvolvimento do formato MARC, acrônimo de *Machine Readable Cataloging*, em 1963; a proposição e a sistematização das áreas da descrição bibliográfica, no fim da década de 1960 (apresentada em 1971 e publicada oficialmente em 1974), ou seja, o estabelecimento das *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), protagonizado pelo bibliotecário britânico Michael Gorman, como ação do projeto Controle Bibliográfico Universal da Unesco e da IFLA. Por esses instrumentos, busca-se destacar sobretudo a questão em torno da entrada principal, uma vez que por seu cabeçalho se inicia a estruturação de um registro bibliográfico representativo da obra e a sua manifestação.

5.1 ENTRADA PRINCIPAL NO ÂMBITO DO *ANGLO-AMERICAN CATALOGING RULES* (AACR)

Levando em conta as discussões da Conferência de Paris, a *Catalog Code Revision Committee* da ALA deu prosseguimento aos trabalhos, com o fim de preparar o novo código catalográfico anglo-americano, o qual foi denominado posteriormente de *Anglo-American Cataloguing Rules*. Vale lembrar que a comissão fora formada em 1954 e composta por ingleses, estadunidenses e canadenses. Lubetzky atuou nela por intermédio da editoria desse código catalográfico a partir de 1956, de sorte que parecia se avizinhar um momento promissor sem precedentes, segundo Gorman (2000), ou seja, o início de uma nova era de discussão rumo a regras de catalogação fundamentadas em princípios.

Contudo, Wright (1976, p. 44) testemunhou que isso começou a desmoronar já na primeira reunião da *Catalog Code Revision Committee* realizada após a Conferência de Paris, dedicada a discutir o texto da declaração elaborada naquele evento, quando se verificou a existência de certas discordâncias a respeito de adotá-la por inteiro ou parcialmente. Com o

decorrer dos trabalhos da referida comissão, isso aumentou, pois ela enfrentou oposição e questionamentos quanto a base teórica e os efeitos práticos das novas regras, segundo Wright (1976, p. 43).

A oposição durante esse período tendeu a se centrar, ou pelo menos encontrar portavozes efetivos na *Library of Congress*. Por causa do tamanho de seus catálogos e das alterações em suas fichas impressas que afetariam muitas outras bibliotecas, a LC era particularmente sensível aos efeitos econômicos e práticos de um novo código. [...] A *H. W. Wilson Company*, então a outra grande fornecedora de fichas de catálogo impresso, estava livre dessas pressões e adotou de imediato a maioria das novas regras contidas no rascunho de Lubetzky em 1960. (WRIGHT, 1976, p. 44, tradução nossa).

O depoimento dessa testemunha evidencia o impacto e as mudanças que o novo código traria aos catálogos das grandes bibliotecas, por isso a comissão se viu forçada a rever sua posição frente a certas questões catalográficas. Além disso, os opositores da revisão “[...] também alegaram que, quaisquer que sejam os méritos ou deméritos das regras atuais [Código da ALA de 1949], a equipe da biblioteca já aprendeu a usá-las e a conviver com elas.” (LUBETZKY, 1964, p. 4865, tradução nossa). Nesse contexto, havia insatisfação quanto à lentidão em conciliar tradição e inovação nas regras catalográficas, por isso,

[...] se concordou que, quando não houvesse consenso substancial, as regras antigas seriam seguidas no novo código. Isso levou à eventual conservação no AACR de algumas regras que se desviam da adesão restrita aos princípios lógicos que esperávamos que governariam o novo código. (WRIGHT, 1976, p. 45, tradução nossa).

Veja-se, por exemplo, que a comissão era contrária inicialmente à existência de cabeçalhos de forma nas entradas do catálogo, mas foi demovida de sua intenção porque havia ampla aceitação da comunidade catalográfica em favor da manutenção deles nas entradas (WRIGHT, 1976, p. 44) e porque as bibliotecas de pesquisa queriam evitar mudanças nas entradas com subcabeçalhos de forma de seus catálogos (SPALDING, 1967, p. 394). Assim, um catálogo lubetziano começou a desmoronar antes mesmo de ser efetivado por completo devido às pressões contra a comissão exercidas por instituições bibliotecárias, preocupadas com os custos que a implementação das mudanças causaria nas finanças das mesmas e por causa de opiniões contrárias entre os próprios revisores do código.

Ante a essa situação denominada de “serpente no paraíso” por Maxwell (1977, p. 253), embora a comissão tivesse em mãos um rascunho de regras catalográficas consistentes, os revisores, temerosos, recuaram tanto que a essência dada por Lubetzky no rascunho se desbotou, segundo Horner (1970, p. 79). A ironia disso foi declarada por estes dois autores: (1) para Dunkin (1969, p. 18, tradução nossa), “[...] os próprios catalogadores americanos cujo trabalho pioneiro inspirou [a Conferência de] Paris em 1961 foram incapazes de realizar uma parte crucial em seu próprio código.”; (2) para Tait (1969, p. 139, tradução nossa), “é irônico que os americanos cujo CCR (1960) fez muito para garantir o sucesso da ICCP (1961) [a Conferência de Paris] devam agora se ver tendo que repudiar alguns de seus princípios.”⁸⁹

⁸⁹ ICCP é sigla de *International Conference on Cataloguing Principles*.

Segundo Tikku (1983, p. 154), essa situação provocou tanto desgosto em Lubetzky a ponto de ele renunciar ao cargo de editor do novo código catalográfico, em 1962. Saliente-se que Lubetzky, em certa ocasião, já tinha declarado com todas as letras a intenção de renunciar se os princípios sustentadores do novo código fossem comprometidos por causa de questões administrativas dos custos catalográficos, registrou Svenonius (1999, p. 232). Em julho de 1962, Charles Spalding assumiu o lugar do professor da UCLA e quando foi perguntado sobre o motivo de sua nomeação, ele declarou que o Código Rascunhado pelo ex-editor era insuficiente de ser aplicado em bibliotecas de pesquisa, e havia opiniões divergentes das de Lubetzky sobre certos aspectos nas entradas catalográficas (SHARP, 1969, p. 4).

Longe dos trabalhos da comissão, restou a Lubetzky seguir ensinando na *School of Library Service* da UCLA, onde se destacou como intelectual entre seus pares. Em seus cursos, ele buscou estimular seus alunos a desenvolverem raciocínio crítico no tocante à Catalogação, em vez de uma prática firmada em memorização de regras. Ele enfatizou que a catalogação deveria ser vista como objeto de estudo, por isso buscou incentivar seus alunos a serem “[...] pensadores e líderes da profissão, sob os quais a administração dos futuros códigos de catalogação estaria livre de redundâncias, inconsistências e irrelevâncias que atormentaram códigos do passado”, indicam Svenonius e McGarry (2001g, p. 239, tradução nossa).

Entrementes às atividades acadêmicas, ainda durante o desenvolvimento dos trabalhos da comissão em que atuara, Lubetzky manifestou suas opiniões e expectativas a respeito do novo código catalográfico num artigo publicado em *Library Journal*, datado de 1964 e intitulado: *Catalog Code Revision*. De início, o estudioso expressou respeito pelas opiniões contrárias a suas ideias, algumas das quais ele considerou legítimas. Por exemplo, o professor da UCLA reconheceu que as considerações de ordem prática sobre o tamanho dos catálogos, o custo para mudá-los e o aprendizado das novas regras pelos catalogadores eram importantes e não poderiam ser ignorados. Mesmo assim, ele expressou razões contrárias a cada uma das considerações.

Nesse sentido, o estudioso da Catalogação declarou que as mudanças poderiam ser introduzidas pelo menos para as obras de novos autores, do contrário a condição dos catálogos continuaria a ser degrada face à inconsistência de suas entradas, as quais não cumpririam os objetivos debatidos e aceitos pela comunidade catalográfica internacional na Conferência de Paris. Tendo em conta que se avizinhava a automação dos processos catalográficos com o desenvolvimento do formato MARC, convém registrar neste momento a declaração de Gorman (2000, p. 10), para quem se perdeu um momento ímpar para a elaboração de um formato baseado em princípios lubetzkianos, o que daria mais qualidade aos registros da base de dados.

O próprio estudioso se pronunciou a respeito disso: “Também não se deve esquecer que a mudança de todo o catálogo pode se tornar viável no caso de sua automação. E quanto à reorientação da equipe, ela não apenas proporcionará um benefício educacional necessário,

mas também servirá para melhorar sua eficácia profissional.” (LUBETZKY, 1964, p. 4865, tradução nossa). No fim de contas, é certo que os ideais catalográficos de Lubetzky foram erodidos, conforme expressou Tait (1969, p. 138, tradução nossa):

[...] essas mesmas bibliotecas, representadas nos Estados Unidos pela *Library of Congress* e pela *Association of Research Libraries*, que forçaram os desvios dos ideais de Lubetzky no interesse da economia em seus catálogos de fichas, são as mesmas bibliotecas que planejam substituir seus catálogos de fichas por catálogos de livros produzidos por computador.

Frente a isso, Lubetzky lamentou que o comprometimento com tais considerações acabaria por degradar a revisão e não refletiria de todo os termos catalográficos acordados na Conferência de Paris. Mesmo assim, ele tinha a esperança de que o novo código fosse superior ao anterior, tendo em conta que o futuro AACR estava se baseando “[...] numa filosofia segundo a qual os problemas encontrados na catalogação não exigem um acréscimo contínuo de regras minuciosas.” (LUBETZKY, 1964, p. 4863, tradução nossa). Nesses termos, o novo código deveria simplificar a prática catalográfica, tornando-a mais proposital, racional e significativa com entradas mais inteligíveis.

A despeito da opinião de Lubetzky, os trabalhos da *Catalog Code Revision Committee* da ALA, realizados sem a participação dele, prosseguiram pautados mais pelos Princípios de Paris e menos pelo rascunho produzido por esse estudioso, segundo Dunkin (1969, p. 18), ou melhor, o novo código catalográfico foi concebido de uma mistura de Princípios de Paris, Código Rascunhado de 1960 e práticas catalográficas tradicionais dos Estados Unidos. Por fim, os trabalhos da comissão resultaram na elaboração da primeira edição do *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), em 1967, que falhou em efetivar de todo o esperado Código à Lubetzky, a despeito de o texto introdutório do código dizer ter sido pautado pelos estudos do professor da UCLA.

Vale mencionar que os britânicos não seguiram a compreensão americana, antes preferiram ser mais receptíveis ao entendimento de Lubetzky, por isso não aceitaram retornar a certos princípios do Código da ALA de 1949, nem “[...] estavam dispostos a aceitar a reintrodução dos cabeçalhos de ‘forma’ híbridos tão fortemente combatidos por Lubetzky em suas pesquisas e comentários sobre as regras.” (MAXWELL, 1977, p. 255, tradução nossa).

Dito isso, é preciso registrar que esta seção se limita a examinar o texto americano do AACR, mais desviado dos Princípios de Paris do que o texto britânico. Na introdução da versão americana, é possível ler que suas regras buscam responder à necessidade de um critério uniforme para identificar obra, pois elas “[...] seguem o princípio, firmemente estabelecido na moderna catalogação e na bibliografia, segundo o qual uma obra é identificada pelo autor e título e, na falta do autor, pelo título.” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION et al., 1969, p. 2). Assim, a primeira edição do AACR expressou claramente em seu texto que seguiria a filosofia de reunir unidades literárias a partir da forma do nome de um autor e do título da obra, conforme entendimento de Lubetzky.

Ato contínuo à publicação do AACR, o professor da UCLA apresentou suas primeiras impressões sobre o código numa oficina apresentada pelo estudioso na *University of British Columbia*, no mesmo ano. Sua fala foi transcrita resumidamente no artigo *Background and Underlying Principles*, datado de 1967, pelo qual ele explicou seu entendimento sobre a estrutura e os princípios das novas regras, deixando transparecer um misto de elogios à adesão aos princípios catalográficos defendidos por ele e de reprovação pelas concessões dadas pelos revisores do código para agradar às preferências e às tradições de certos setores da catalogação.

Nesse sentido, ainda que a parte introdutória do AACR anunciasse a declaração da Conferência de Paris, o estudioso expressou: “Parece-me lamentável, portanto, que esses princípios, embora embutidos nas regras, não estejam estabelecidos na Introdução [do AACR] tão efetivamente quanto creio que podem estar, e que os objetivos adotados do catálogo – o propósito e o foco de todo o código – sequer são mencionados nele.” (LUBETZKY, 2001, p. 250-251, tradução nossa).

Apesar disso, o estudioso reconheceu que o segundo objetivo, pelo qual as entradas catalográficas evidenciam a publicação como manifestação de uma dada obra de um autor específico, é uma dimensão adicional à catalogação presente no AACR, que não se via no Código da ALA de 1949. Ademais, como ex-integrante da *Catalog Code Revision Committee*, o professor valorizou o trabalho desenvolvido por essa comissão, tanto que ele declarou:

Não examinamos meramente as antigas regras para ver quais ainda eram válidas e quais precisavam de revisão – uma técnica que orientou em grande parte as revisões anteriores do código –, mas tendo considerado primeiramente os objetivos do catálogo, examinamos os problemas que estão no caminho de realizá-los, então procuramos e pesamos as possíveis soluções. Somente no final passamos pelas regras da ALA para ver se tínhamos negligenciado qualquer problema conhecido para o qual se deveria tomar providência. (LUBETZKY, 2001, p. 251, tradução nossa)

Nos termos da apreciação do AACR, é importante lembrar que ele contém regras elaboradas para atender primariamente catálogos alfabéticos de entrada múltipla, ou seja, catálogos formados por entradas principais e secundárias (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et al.*, 1969, p. 2). Desse modo, acima de tudo, o AACR é um código dedicado a regular como a entrada principal, da qual provêm as secundárias, deve ser estruturada, sendo isso iniciado pela determinação de um cabeçalho alusivo a unidades literárias.

Assim, o primeiro capítulo [do AACR], intitulado ‘Entrada’ – que significa determinação da entrada principal – é dedicado a essa questão. Como a entrada principal é geralmente baseada na condição de autoria, as regras prescrevem o que essa entrada deve ser no caso de obras de autoria única, autoria compartilhada e várias combinações de autoria. (LUBETZKY, 2001, p. 249, tradução nossa).

Logo, no lugar do AACR em que se lê “Faça entrada sob”, leia-se “Faça entrada principal sob” (TAIT, 1969, p. 123). Por sua vez, as entradas secundárias têm as funções primordiais de: (1) fornecer acesso a publicações representadas no catálogo sob um ou mais cabeçalhos

diferentes do escolhido para a entrada principal; (2) completar o registro bibliográfico no tocante à produção bibliográfica de uma pessoa ou entidade coletiva (TAIT, 1969, p. 124). Aliás, com efeito, entradas secundárias são “pontos de acesso”, por isso o professor da UCLA, para quem não havia nova situação nesse termo, declarou: “[...] sempre tivemos vários pontos de acesso. Eles tomaram a forma de remissivas e entradas secundárias; estes são os múltiplos pontos de acesso.” (LUBETZKY, 2001, p. 402, tradução nossa).

Nesse sentido, Lubetzky buscou reconhecer e valorizar as regras de entrada principal do AACR pautadas em condições de autoria da obra incorporada numa publicação, conforme ele propusera. O professor da UCLA, no entanto, queixou-se de que isso não foi seguido à risca no texto do novo código, pois havia ainda algumas regras pautadas pelo tipo ou forma de publicação. Ele observou, por exemplo, que a condição presente nas obras destinadas a serem publicadas em edições sucessivas, como dicionários e enciclopédias cujos compiladores são alterados periodicamente, não foi estendida analogamente a diretórios, guias e outras compilações abrangidas pela mesma condição bibliográfica.

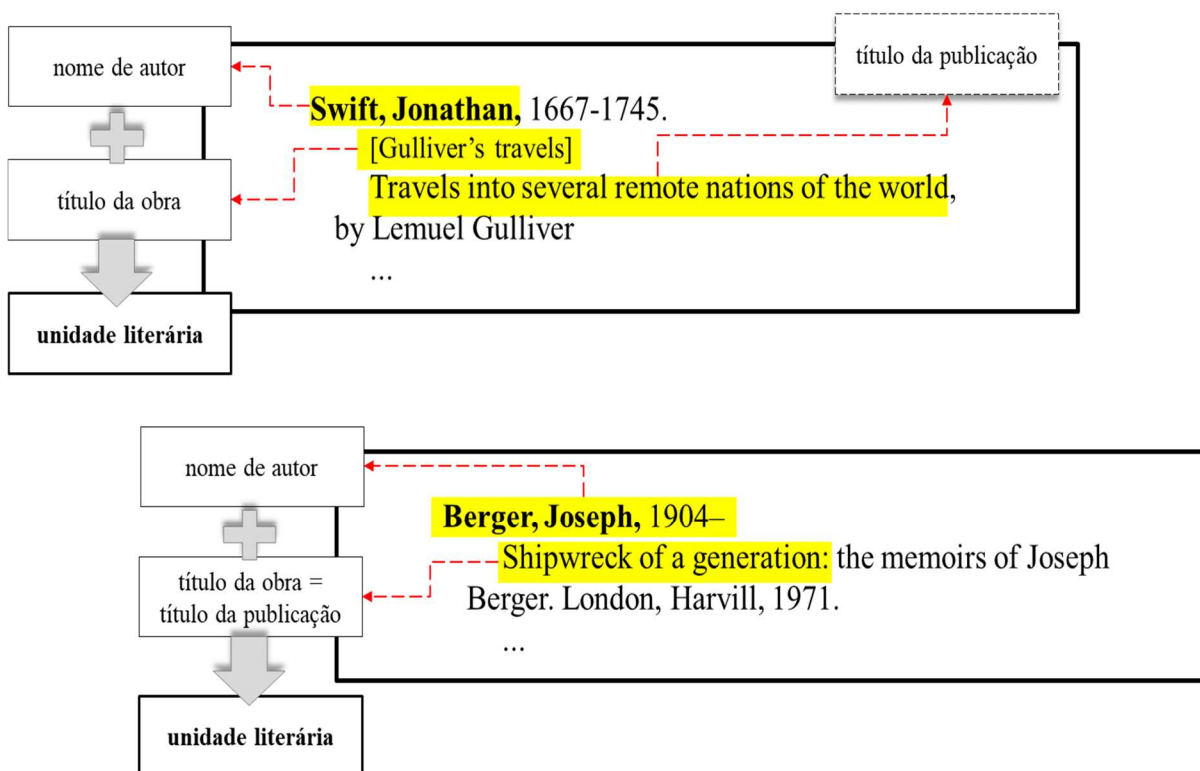
Daí ser possível encontrar exemplo no AACR de um diretório com entrada principal por seu compilador enquanto outro tinha entrada principal sob seu título, pouco harmônico com os objetivos declarados do catálogo. Ante a isso, o estudioso da Catalogação fez questão de lembrar que ele provera meios para lidar com isso:

Havia uma provisão especial para [resolver] essa condição no meu rascunho [de regras] de 1960, mas ela foi subsequentemente perdida; e a ausência de tal disposição nas novas regras é, em minha opinião, uma deficiência lamentável que deve ser corrigida o mais rapidamente possível. (LUBETZKY, 2001, p. 248, tradução nossa).

Aí está um exemplo análogo da “serpente no paraíso” Maxwell (1977, p. 253) ou da “quinta coluna” de Lubetzky (1941), ou seja, orientações no AACR que sabotaram a função da entrada principal e distorceram a estrutura dos registros bibliográficos produzidos por esse código.

Assim, a introdução de instruções ilegítimas como as mencionadas acima desconsidera o entendimento de Lubetzky de que a função desempenhada pelo cabeçalho da entrada principal requer a combinação: (1) de um nome invariável do autor da obra; (2) de um título uniforme de uma dada obra sob o qual as publicações que a manifesta são descritas num registro bibliográfico. Se o título uniforme da obra for idêntico ao título da publicação descrita, então a indicação daquele não deve ser feita na entrada, de maneira que, nesta última condição, descrição e cabeçalho compartilham do mesmo elemento – o título da publicação inscrito no corpo da entrada – para identificar a obra e descrever sua manifestação, conforme se ilustra na Figura 8.

Figura 8 – Formação do cabeçalho designativo da unidade literária nas entradas de um catálogo, conforme AACR (1967)



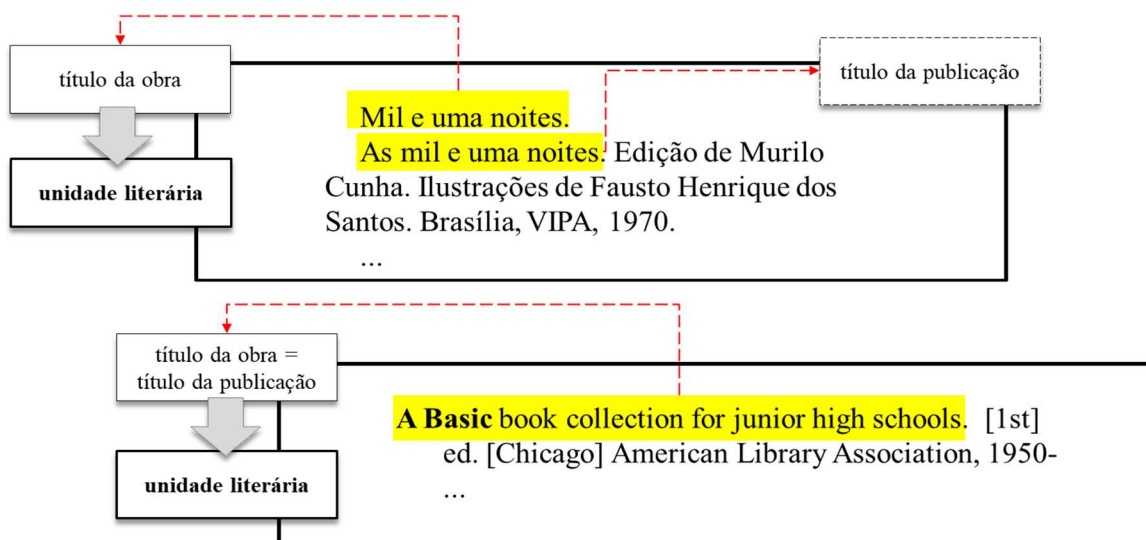
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de exemplos apresentados no AACR (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et al.*, 1969, p. 183) e por Dowell (1976, p. 71).

Vale chamar atenção para o modo de interpolar o título uniforme que consta do primeiro registro bibliográfico formatado pelo AACR, isto é, esse código introduziu,

[...] a interposição de alguns títulos uniformes entre colchetes entre o cabeçalho e a transcrição da página de rosto ou o acréscimo de um título uniforme em itálico para os cabeçalhos de leis, escrituras sagradas e outros casos especiais. A língua original de uma obra deveria ser usada em um título uniforme. (WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 365, tradução nossa).

Por outro lado, nas situações em que a autoria principal ou predominante não pudesse ser determinada, o título pelo qual a obra é conhecida passa a ser ele mesmo o cabeçalho da entrada principal, restando tão somente determinar como o referido título vai ser inscrito no cabeçalho, conforme se ilustra na Figura 9.

Figura 9 – Unidade literária representada pelo título em extrato de entrada catalográfica elaborada conforme AACR (1967)



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de exemplos apresentados por Lehnus (1971, p. 45) e por Immroth e Daily (1971, p. 86).

No entanto, a aplicação do título uniforme variou de biblioteca para biblioteca, pois sua aplicação dependia de fatores como: “[...] o renome da obra, o número de edições, de tradução, etc., entrada ou não pelo título, obra publicada ou não originariamente [sic] em língua estrangeira, alcance e amplitude do programa de pesquisas a que a coleção deve atender.” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et al.*, 1969, p. 180).

Nos termos do cabeçalho da entrada principal, Spalding afirmou tratar-se de um “princípio de autor e título” tendo em conta ser aceitável, embora nem sempre manifesto, “[...] que a entrada sob o autor deve ser seguida pelo título, seja como indicado na página de rosto ou seja em forma selecionada pelo catalogador para representar todas as edições, traduções, etc. da obra, independentemente dos vários títulos destas publicações.” (SPALDING, 1967, p. 390, tradução nossa).

No entanto, Spalding desconsiderou em parte esse direcionamento, pois preferiu analisar cada componente do “princípio de autor e título” e incluiu ainda outros dois – categoria e nome associado a obra – com o fim de justificar a admissibilidade deles nos cabeçalhos das entradas principais. A título de contextualização, vale mencionar que Spalding desenvolveu seu raciocínio tendo em conta sua preocupação com listas de publicações com entrada única, para as quais não há a necessidade de distinguir entradas principal e secundárias, por isso declarou,

Estamos tão habituados a catálogos de entrada múltipla que tendemos a esquecer as situações bibliográficas em que existe apenas um único acesso; por exemplo, muitos catálogos coletivos, muitas bibliografias, listas de compras, listas de registros e entradas de catálogos que citam um livro como assunto ou como uma obra relacionada. (SPALDING, 1967, p. 390, tradução nossa).

A propósito, as incoerências apontadas por Lubetzky no AACR foram justificadas por Spalding como contraprincípios, a fim de mostrar que os revisores do código, inclusive ele, “[...] sentem que existem publicações que não podem ser catalogadas de forma eficaz sob o princípio do autor e que podem ser catalogadas mais eficazmente sob algum outro princípio.” (SPALDING, 1967, p. 396, tradução nossa). E o autor citado até reconheceu que a elaboração de catálogo deve ser sistemática, de acordo com um único sistema (princípio) e deve se harmonizar com sistemas bibliográficos familiares aos leitores.

Porém, Spalding (1967, p. 396) se opôs ao seu próprio reconhecimento, pois afirmou também que tudo isso deve ser substituído por outro sistema racional quando o que está em vigor produzir entradas ineficazes ou insignificantes, uma atitude convergente para a primazia da conveniência do público sobre os objetivos proclamados por Cutter em suas regras.

Segundo o entendimento de Spalding (1967, p. 390), há quatro atributos básicos passíveis de formar um sistema geral ou princípio para determinar a estruturação formadora da entrada principal – (1) princípio de título, (2) princípio de autor, (3) princípio de categoria e (4) princípio de nome mais associado à obra. Em termos gerais, o princípio (2) prevalece no AACR para determinar a entrada principal e quando ele for insuficiente, em casos de autoria múltipla ou desconhecida, por exemplo, então o princípio (1) passa a exercer tal determinação, por isso Spalding chamou-os de “princípio de autor e de título”, que, no fim de contas, é o princípio de representação da obra exposto por Lubetzky. Nesse âmbito, segundo o editor do AACR, o predomínio do autor como cabeçalho da entrada principal não é tanto por causa de sua virtude enquanto princípio abstrato, mas devido à sua utilidade pragmática, porque,

A entrada do autor não apenas fornece um sistema razoavelmente eficaz de cumprir o objetivo básico de listar obras individuais, mas é um sistema de entrada única que também cumpre um objetivo secundário muito desejável, a apresentação de produtos intelectuais de cada autor. (SPALDING, 1967, p. 391-392, tradução nossa).

Spalding (1967, p. 392) reconheceu que o princípio do autor funciona plenamente quando a obra é criada por um único autor, mas esse autor ponderou que se ela for criada por dois ou mais autores, então os princípios de título, de categoria e de nome mais associado à obra publicada devem agir como contraprincípios ao princípio de autor, com o fim de determinar o cabeçalho da entrada principal das publicações. Com esse entendimento que substitui ou aplica misturadamente esses quatro princípios, o editor do AACR justificou as concessões dadas no referido código, divergentes daquilo que Lubetzky propôs.

Desse modo, ainda que os princípios de Spalding possam ser coerentes em si, quando aplicados inoportunamente em dada condição bibliográfica ou aplicados misturadamente com outros princípios, eles acabam por degradar a combinação de autor e título representativo de unidade literária, exposta por Lubetzky para estruturar de modo consistente a entrada catalográfica. Por conseguinte, em um AACR pautado pela combinação de dois ou mais princípios não representativos da obra, é possível compor entradas principais que não a designam singularmente nos cabeçalhos delas.

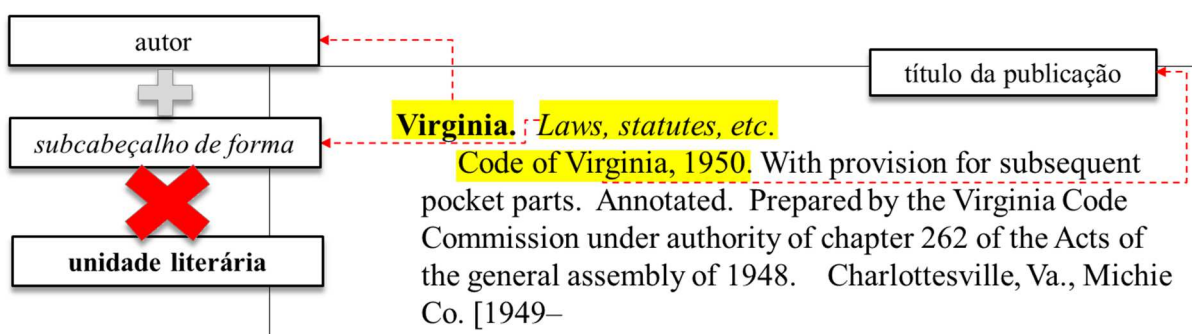
Por isso, ainda que o AACR não tenha regras para cabeçalhos de forma, Lubetzky lamentou a insistência em manter regras especiais permissivas à indicação de subcabeçalhos de forma nas entradas de certas publicações, como cartas, constituições, leis. Para o professor da UCLA, mantê-los no código é,

[...] um anacronismo discordante que muitos esperavam que fosse eliminado na revisão, mas que deveria ser mantido como uma concessão às forças da tradição e do *status quo*. O pior de tudo é que esse anacronismo não apenas não foi eliminado, como também foi agravado pelo acréscimo da regra especial dos Regulamentos dos Tribunais (regra 23) – uma das mais incongruentes em si e absurda no contexto do novo código. (LUBETZKY, 2001, p. 248-249, tradução nossa).

A regra referida pelo estudioso foi uma concessão dada pelos revisores do código para atender preferências catalográficas no âmbito do Direito. Note-se a ironia por trás disso, segundo o próprio editor do AACR: “Como resultado, as novas regras retiveram os principais subcabeçalhos de categorias estabelecidas, embora algumas categorias anteriormente usadas, para as quais nenhum defensor enérgico se levantou, foram eliminadas.” (SPALDING, 1967, p. 394, tradução nossa).

Demonstração disso pode ser vista na regra 20 para *Leis etc.*, aplicada a publicações com atos e decretos legislativos de um governo, a qual orienta formar subcabeçalhos de forma como Brasil. Leis, decretos, etc. ou Hamburgo. Leis, decretos, etc. Nesses exemplos, embora, Brasil e Hamburgo designem autores específicos, seus subcabeçalhos de forma não designam uma dada lei ou um decreto específico. Veja-se outro exemplo dessa incoerência na Figura 10.

Figura 10 – Formação de cabeçalho não designativo de unidade literária em entrada principal de um catálogo, conforme AACR (1967)



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de exemplo apresentado por Immroth e Daily (1971, p. 101).

Nota: Nome geográfico, como o do estado americano de Virginia, é um termo representativo nos cabeçalhos de autoria de entidades coletivas, sobretudo para representar um coletivo envolvido no processo de elaboração e publicações de atos legais numa jurisdição específica, de maneira que tal coletivo atua como agente dessa jurisdição geográfica, conforme sinalizou Lubetzky (2001, p. 166).

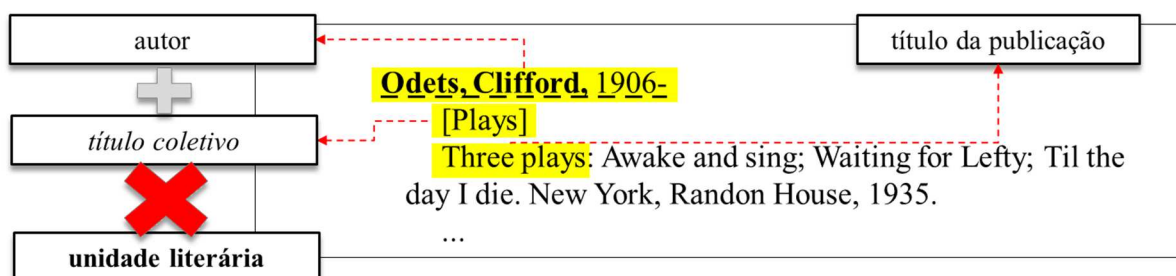
Note-se que o cabeçalho principal – Virginia – designa um autor específico, mas seu subcabeçalho – Laws, statutes, etc. – é designativo de várias legislações, não de uma legislação específica enquanto unidade literária. Levando em conta o título da publicação na Figura

10, a resolução disso deveria considerar um título próprio para o Código de Virgínia enquanto unidade literária. Porém, do jeito que está, o referido subcabeçalho, além do código, comporta qualquer lei, decreto ou ato legislativo criado no âmbito do estado americano.

Outros exemplos de subcabeçalhos de forma do AACR são: Ordinances, local laws, etc. (Regra 20. Leis etc.), Laws, by-laws, etc. (Regra 21. Normas administrativas respectivamente), Court rules (Regra 23. Regulamento dos Tribunais), Treaties, etc. (Regra 25. Tratados convênios, acordos internacionais, etc.) e Liturgy and ritual (Regra 29. Livros litúrgicos). Como se nota, subcabeçalhos de forma são elementos estranhos na composição de um cabeçalho representativo de unidade literária, pois eles, além de ter caráter generalizador, são incompatíveis para designar autor ou título específicos, os elementos fundamentais à representação de uma dada obra, segundo a proposta defendida por Lubetzky.

Outro exemplo de elemento apócrifo no cabeçalho designativo de uma dada obra pode ser visto na regra 107 do AACR (Figura 11). Essa regra provê um título coletivo que tem a finalidade de agrupar edições de duas ou mais obras distintas entre si publicadas conjuntamente sob um título qualquer.

Figura 11 – Cabeçalho com título coletivo para edições de duas ou mais obras publicadas conjuntamente, conforme regra 107 do AACR (1967)



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de exemplo apresentado por Lehnus (1971, p. 46).

No âmbito da referida regra, a orientação de acrescentar em cabeçalhos os títulos coletivos foi dada deste modo: o termo Works designa um título coletivo para as obras completas de um autor; Selected Works, para coleções parciais das obras de um autor; Selections, para partes ou extratos de várias obras de um autor. Além disso, como se observa na Figura 11, era possível designar em cabeçalho um título coletivo indicador de uma forma literária única de duas ou mais obras de um autor, como Correspondence, Essays, Plays, Poems, Prose works, Sonnets e Speeches (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et al.*, 1969, p. 192).

Para pôr um termo aos elementos apócrifos, resta-nos mencionar que as regras para títulos uniformes do AACR proveem instruções para incluir elementos descritivos próprios de

edição ou tradução específica de uma obra, como língua e dados sobre edições, os quais não são atributos válidos para aludir à obra no todo. Veja-se esquema disso no Quadro 12.

Quadro 12 – Esquema de formação do cabeçalho principal e dos subcabeçalhos de título uniforme designativo da Bíblia, conforme AACR (1967)

CABEÇALHO						
principal	subcabeçalhos					
Bíblia.	partes			língua.	versão.	ano de publicação.
	testamento.	livro.	seleções.			
		grupos de livros.				

Exemplos:

Bible. *Spanish. Torres Amat. 1871.*

Bible. *Catholic epistles...*

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de exemplo no *Anglo-American Cataloging Rules* (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et al.* 1969).

Como se nota, o AACR comprometeu a efetividade do título uniforme ou convencional como elemento identificador do título de uma obra específica, uma vez que lhes impôs características de títulos coletivos designativos de duas ou mais obras ou de manifestações específicas, trazendo mais incoerências à produção de entradas catalográficas representativas da obra e a sua manifestação.

Desse modo, por certo, subcabeçalhos de forma são anacronismos presentes na catalogação e “[...] são aberrações locais que podem ser extirpadas – ou exorcizadas – sempre que seu valor prejudicial para a integridade do código for plenamente percebido.” (LUBETZKY, 2001, p. 249, tradução nossa). Ademais, é preciso lembrar que isso é um retrocesso ao passado porque a existência de tais cabeçalhos substituiu a responsabilidade intelectual da criação de uma obra pela subjetiva conveniência do público, tão presente nas regras catalográficas anglo-americanas anteriores ao AACR.

Assim, adaptar a função da entrada principal para atender conveniências espúrias produziu registros bibliográficos inconsistentes entre si. Logo, a edição americana do AACR não considerou de todo a proposta de Lubetzky, pois regulou em suas regras para título uniforme a presença de subcabeçalhos de forma na formação do cabeçalho da entrada principal. Daí, o pretense código à Lubetzky falhou e a oportunidade de se elaborar entradas catalográficas consistentes de modo pleno foi perdida. Sem dúvida, não foi surpreendente a declaração de Dunkin (1969, p. 19, tradução nossa):

Para os catalogadores que haviam trabalhado no código (ou simplesmente pensaram sobre ele e o debateram) durante o entusiasmo dos anos de Lubetzky, quando uma revolução parecia estar em curso, foi uma decepção. O novo código não foi uma

afirmação espetacular do que poderia ser; em vez disso, parecia apenas afirmar repetidamente a prática atual.

Diante do exposto nesta seção, não se pode negar a validade e a utilidade para a Catalogação dos avanços e das conquistas obtidos pelo AACR comparado ao que havia no Código da ALA de 1949, tendo em conta que aquele código teve grande parte de suas regras firmadas sobre princípios discutidos amplamente por uma comunidade catalogadora internacional. No entanto, ao misturar Princípios de Paris, Código Rascunhado e práticas catalográficas tradicionais para diminuir impactos de recatologação nos catálogos de grandes bibliotecas, o AACR não alcançou o êxito pleno que se esperava dele, de constituir entradas catalográficas consistentes para representar a obra concomitante com uma dada manifestação.

A despeito disso, Lubetzky seguiu apontando meios para aprimorar e corrigir o texto do AACR. Com efeito, o estudioso expressou sua expectativa de que os equívocos desse código seriam resolvidos a tempo de torná-lo “[...] um instrumento mais compreensível, significativo e eficiente para o catalogador e o catálogo resultante um guia mais inteligível, sensível e útil para os recursos de uma biblioteca.” (LUBETZKY, 2001, p. 253, tradução nossa). Com esse entendimento, mesmo aposentado em 1968, o professor deu a sua contribuição mais elaborada a respeito dos princípios catalográficos por intermédio de relatório publicado originalmente pelo *Institute of Library Research da University of California – Os Principles of Cataloging. Final Report. Phase I: Descriptive Cataloging* (LUBETZKY, 1969). No todo, tal contribuição foi a expressão plena do entendimento de Lubetzky sobre o processo catalográfico e como o mesmo deveria ser considerado para produzir entradas fundamentadas de modo consistente.

Visivelmente, a essência e o ideal de Lubetzky para cumprir os objetivos da catalogação subjaz de modo consolidado neste relatório. Nele, o professor emérito enfatizou, por exemplo, que a entrada catalográfica deve ser estruturada a partir de uma representação da unidade literária em seu cabeçalho, o qual é formado da combinação de forma única e constante do autor e do título da obra. Com tal formação, é possível representar uma publicação como edição ou versão de uma obra específica na entrada principal, que, em última instância, é a essência de um registro bibliográfico revelado por um computador, por exemplo. Nesses termos, independentemente de o catálogo ser composto por entradas únicas ou múltiplas, é certo que sempre haverá uma entrada ou registro básico ou fundamental do qual se pode gerar outras entradas ou pontos de acessos, como se dá nos catálogos ou bases de dados atuais. Resta saber como isso será feito.

Mesmo apontando esse direcionamento em *Principles of Cataloging*, a esperança do professor emérito em ver um código catalográfico fundamentado se esvaiu com a publicação da segunda edição do AACR em 1978, num contexto catalográfico movimentado pela

automação dos processos catalográficos e pela recém estabelecida *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), conforme veremos na próxima seção.

5.2 ENTRADA PRINCIPAL NO *ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES, 2ND EDITION* (AACR2)

Em 1978, a segunda edição do AACR – conhecida por AACR2 – foi publicada e, no seu prefácio, há a alegação de que suas regras permaneciam pautadas pelos mesmos princípios e objetivos fundamentais de sua edição anterior, a despeito das mudanças introduzidas na apresentação e no conteúdo das regras da nova versão. Dentre outras coisas, a motivação por trás da revisão desse código se deu por causa do contexto dinâmico pelo qual a catalogação experimentava por aquele tempo.

A automação, o crescimento de redes e serviços bibliográficos centralizados e cooperativos, o desenvolvimento e a unificação dos serviços nas bibliotecas nacionais, [...] toda essa dinâmica teve e continua tendo repercussões importantes sobre a coleta, a transmissão e a utilização catalográfica de informações, tanto nas próprias bibliotecas como entre bibliotecas. (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 1983, p. xiii).

Some-se ainda a essa dinâmica: o crescente número de tipos documentais distintos de livros nas coleções bibliotecárias; a necessidade de incorporar no código as emendas e modificações aprovadas e promulgadas desde a sua publicação; o surgimento da ISBD e sua incorporação no AACR; a intenção de conciliar em único conjunto os textos americanos e britânicos de 1967; o uso do AACR além dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

Ante a esse contexto catalográfico, foram estabelecidas quatro diretrizes para orientar a concepção do AACR2: 1) manter a compatibilidade com os Princípios de Paris, conforme edição anterior; 2) considerar a evolução da automatização dos registros bibliográficos; 3) compatibilizar-se com as ISBDs surgidas na década de 1970; 4) ordenar a catalogação de tipologias documentais distintas de livros, a partir de regras catalográficas específicas para elas já existentes no contexto anglo-americano.

Na primeira diretriz, vale lembrar que tal compatibilidade não se deu efetivamente na edição de 1967, em razão de o AACR1 ter sido concebido de um mosaico de ponderações que resultaram, em certos casos, na formação de regras incompatíveis com os objetivos do catálogo, porque elas foram concebidas fundamentalmente da combinação dos Princípios de Paris, dos estudos de Lubetzky (sobretudo de seu Código Rascunhado de 1960) e das práticas catalográficas tradicionais dos Estados Unidos.

Considerando que a quarta diretriz não têm relação direta com a pesquisa, nas subdivisões dessa seção, trataremos tão somente das outras diretrizes, tendo em conta estes aspectos abrangidos por elas: o contexto das discussões em prol da entrada principal e da

entrada unitária sob título – ocorridas em meio ao estabelecimento do formato MARC e da ISBD – e incoerências do AACR2 no tocante ao trato com o cabeçalho da entrada principal representativa de obra manifesta em publicação específica.

5.2.1 A QUESTÃO DA ENTRADA PRINCIPAL E DA ENTRADA UNITÁRIA SOB TÍTULO

Uma vez publicado, Lubetzky constatou que o AACR2 se distanciou ainda mais daquilo que ele propusera e foi um retrocesso comparado a sua edição anterior, conforme ele expressou por intermédio de três artigos: *Ideology of Bibliographic Cataloging: Progress and Retrogression, The Traditional Ideals of Cataloging and the New Revision* – ambos publicados originalmente em 1979 em anais de eventos⁹⁰ – e *The Fundamentals of Bibliographic Cataloging and AACR2* – datado de 1980. Neles, o professor emérito procurou assinalar o quanto os princípios da catalogação vinham sendo erodidos no código recém-publicado e, por conseguinte, os registros efetivados pelo AACR2 ficaram mais degradados do que aqueles produzidos pela versão anterior do código.

Em *Ideology of Bibliographic Cataloging*, por exemplo, Lubetzky (2001, p. 351-354) analisou três propostas para a catalogação que estavam em voga naquele momento, as quais, em seu entendimento, enfraqueceria a ideologia por trás de um catálogo. Ei-las: (1) dispensar a elaboração da entrada principal sob o cabeçalho da autoria principal de uma dada obra e substituí-la por uma entrada unitária sob título (*title-unit entry*), que é uma prática amplamente empregada em certos países da Ásia e do Oriente Médio, contextos catalográficos nos quais a autoria não tem a mesma importância que se deu a ela na catalogação ocidental; (2) incorporar a ISBD como padrão da descrição bibliográfica sem levar em conta o cabeçalho de uma entrada; (3) efetivar a entrada das publicações seriadas por seu título somente. Cabe esclarecer que, nos termos de Lubetzky, ideologia é o conjunto de princípios fundamentais à catalogação, desenvolvidos desde Panizzi, em meados do século XIX, passando pelos estudos de Cutter e pelos do próprio Lubetzky, este último consolidado na Conferência de Paris em 1961.

Na proposta (1), Hamdy (1973, p. 18-19) relatou que o termo “*title-unit entry*” foi cunhado por Jay E. Daily na década de 1960 para denotar uma entrada sob o título desprovida de seu cabeçalho. Há diferentes modos de expressá-lo: Ahlstedt e el-Mahdi referem-no como “ficha básica”; Jefreys, “entrada alternativa”; Hicks e Tillin, “entrada principal sob título” (*apud* HAMDY, 1973, p. 19). Ainda que a última variação faça mais sentido, adotamos o termo de Daily em razão de ele ter sido amplamente empregado na literatura sobre esse tema,

⁹⁰ *Ideology of Bibliographic Cataloging* e *The Traditional Ideals of Cataloging and the New Revision* constam do livro *The Nature and Future of the Catalog* (FREEDMAN; MALINCONICO, 1979, p. vii) e foram produzidos para eventos distintos: o primeiro foi apresentado no evento *The Catalog: Its Nature and Prospects*, realizado na cidade de Nova Iorque, entre 9 e 10 de outubro de 1975; o segundo foi apresentado no evento *The Catalog in the Age of Technological Change*, realizado na mesma cidade entre 22 e 23 de abril de 1977 e repetido, com algumas modificações, na cidade Los Angeles entre 19 e 20 de maio do mesmo ano.

conforme fez o próprio Hamdy (1973). Mais precisamente, convém se valer do termo traduzido “entrada unitária sob título”, entendido como entrada principal sob cabeçalho de título, para manter proximidade com o termo original e comumente expresso na literatura catalográfica anglo-americana.

Dito isso, pode-se prosseguir dizendo que os defensores da entrada unitária sob título alegavam ser a entrada principal por autor de uma obra uma relíquia do passado, porquanto a catalogação poderia ser reduzida “[...] a pouco mais que uma simples descrição do livro sob seu título, seguido de uma lista de cabeçalhos apropriados, dos quais o catálogo pretendido poderia ser automaticamente composto e reproduzido pelo computador.” (LUBETZKY, 2001, p. 351, tradução nossa). Como se nota, essa prática catalográfica desconsidera o método do professor emérito, pelo qual a publicação representada no catálogo,

[...] deve ter entrada sob o nome do autor da obra, que o autor seja representado no catálogo sob um nome específico, que sob esse nome todas as edições e traduções de uma obra sejam ‘ordenadas’ em conjunto sob o título original, e que isso seja seguido por uma descrição clara e concisa da publicação. (LUBETZKY, 2001, p. 371, tradução nossa).

O problema do método catalográfico de Lubetzky comparativamente à entrada unitária sob título está nas nuances atuantes nos elementos integrantes do cabeçalho da entrada principal (autor e título) que dificultam a determinação dele, de sorte que tal dificuldade foi utilizada como justificativa para se descartar o cabeçalho de uma entrada principal em favor da entrada unitária sob título, conforme o próprio estudioso registrou (LUBETZKY, 2001, p. 390).

A propósito, vale registrar que o AACR2 reconheceu e tentou lidar com as demandas conflitantes entre adeptos da entrada principal e adeptos da entrada unitária sob título, conforme exposto textualmente na Regra 0.5 do código⁹¹. No entanto, para Lubetzky, isso comprometeu a congruência do código, pois este não conseguiu conciliar plenamente as demandas contrárias, já que a abordagem dos adeptos da entrada principal considera a publicação como uma edição ou tradução de uma dada obra; por sua vez, os contrários à entrada principal consideram uma dada publicação “[...] como uma entidade bibliográfica individual e usam uma entrada unitária sob título com vários ‘pontos de acesso’ para representá-la como tal no catálogo.” (LUBETZKY, 2001, p. 372, tradução nossa). Assim, nesses termos, completou o estudioso: “Ao contrário do AACR1, a entrada principal [no AACR2] é usada apenas como um dos ‘pontos de acesso’ e não como a base de todas as outras entradas.” (LUBETZKY, 2001, p. 372, tradução nossa).

Além disso, a estrutura do AACR2 privilegiou a entrada unitária sob título, pois começa pela parte descritiva da publicação e só depois considera os pontos de acesso, indício claro,

⁹¹ **Regra 0.5 do AACR2:** “[...] reconhece-se, no entanto, que muitas bibliotecas não fazem distinção entre entrada principal e outras entradas. Recomenda-se que estas bibliotecas usem o capítulo 21 como guia na determinação de todas as entradas requeridas em determinados casos.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, p. 1).

segundo o professor emérito, de que abordagem do código ignorou os objetivos catalográficos declarados na Conferência de Paris (LUBETZKY, 2001, p. 371).

Sobre isso, Nabil Hamdy, um dos debatedores registrado no texto de *Ideology of Bibliographic Cataloging* e o porta-voz dos defensores da entrada unitária sob título, declarou que tal entrada não conflitava com a ideologia do catálogo defendida por Lubetzky, porque entradas secundárias poderiam cumprir a mesma função da entrada principal. Além disso, sua proposta de entrada pelo título tinha o objetivo de simplificar a catalogação, tornando-a mais barata e dinâmica na disponibilização dos registros para o usuário do catálogo.

No entanto, o professor emérito contestou o argumento de Hamdy por considerar que este debatedor não levou em conta a função da entrada principal de fixar a posição de uma obra no catálogo, pela qual é possível estabelecer e integrar traduções, suplementos, adaptações, continuações e outras manifestações de uma dada obra (LUBETZKY, 2001, p. 360). Em seu texto sobre *Principles of Cataloging*, o estudioso esclareceu ainda mais o seu entendimento, quando afirmou:

Se a entrada principal for projetada para representar uma publicação como uma edição de uma dada obra de um autor específico, o resultado é que as entradas secundárias sob o assunto e sob outros cabeçalhos secundários serão similarmente relacionados; mas se a entrada fundamental estiver sob o título da publicação, as entradas sob um dado cabeçalho de assunto serão indiscriminadamente ordenadas de modo alfabético de acordo com as palavras de seus títulos, em vez de sua inter-relação intrínseca. (LUBETZKY, 1969, p. 106, tradução nossa)

Através disso, Lubetzky estava indicando que a entrada principal ou a entrada fundamental carrega sua estrutura representativa de unidades literárias com suas respectivas unidades bibliográficas para todas as entradas secundárias passíveis de serem estabelecidas em um catálogo, conforme se pode ver no esquema exposto na Figura 12, que está na página seguinte.

Por certo, Hamdy observou a função da entrada principal de representar uma publicação como manifestação de uma obra, mas ele não fez caso da função proposta por Seymour Lubetzky, porque: “Embora filosoficamente atraente, a crença de que as unidades literárias podem ser reunidas por meio da entrada principal está sujeita a contradições e não pode ser mantida na prática.” (HAMDY, 1973, p. 37, tradução nossa).

Em seguida, analisando certas regras do AACR1, Hamdy (1973) expôs algumas situações em que tais contradições se evidenciavam, as quais tinha a ver com a autoria sob pseudônimo, autoria compartilhada e autoria de entidades coletivas. Na exposição do referido autor, percebe-se que seus questionamentos dizem respeito à questão da autoria, não da representação de unidades literárias propriamente ditas, embora ele não tenha visto importância nisso. Além do mais, o arauto da entrada unitária sob título desconsiderou o alerta de Lubetzky de que suas ideias não foram observadas plenamente para compor o código catalográfico em questão, de maneira que as incoerências elencadas no texto desse autor foram decorrentes da não observância completa das ideias do professor aposentado.

Figura 12 – Entradas principais representativas da obra e sua manifestação transpostas para entradas secundárias de assunto, conforme AACR2

ENTRADA PRINCIPAL: OBRA COM SUA MANIFESTAÇÃO	ENTRADA PRINCIPAL PROJETADA NA SECUNDÁRIA DE ASSUNTO ESPECÍFICO
<p>Almeida, Carlos Cândido de. <i>Elementos de Linguística e Semiologia na Organização da Informação</i> / Carlos Cândido de Almeida. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011. 207 p. : il.</p>	<p>LINGUÍSTICA</p> <p>Almeida, Carlos Cândido de. <i>Elementos de Linguística e Semiologia na Organização da Informação</i> / Carlos Cândido de Almeida. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011</p>
<p>Orlandi, Eni Puccinelli, 1942- <i>O Que é lingüística</i> / Eni Pulcinelli Orlandi. – São Paulo : Brasiliense, 1986. 70 p. – (Primeiros passos ; 184)</p> <p>ISBN 85-11-01184-6 (broch.)</p>	<p>LINGUÍSTICA</p> <p>Orlandi, Eni Puccinelli, 1942- <i>O Que é lingüística</i> / Eni Pulcinelli Orlandi. – São Paulo : Brasiliense, 1986. 70 p. – (Primeiros passos ; 184)</p>
<p>Martin, Robert, 1936- <i>Comprendre la linguistique</i> : épistémologie élémentaire d'une discipline / Robert Martin. – Paris : Presses universitaires de Paris, 2002. 190 p. : couv. ill. ; 19 cm Bibliografia: p. 183-186.</p>	<p>LINGUÍSTICA</p> <p>Martin, Robert, 1936- <i>Comprendre la linguistique</i> : épistémologie élémentaire d'une discipline / Robert Martin. – Paris : Presses universitaires de Paris, 2002.</p>
<p>Martin, Robert, 1936- <i>[Comprendre la linguistique]</i> Para entender a lingüística : epistemologia elementar de uma disciplina / Robert Martin ; tradução Marcos Bagno. – São Paulo : Parábola, 2003.</p>	<p>LINGUÍSTICA</p> <p>Martin, Robert, 1936- <i>[Comprendre la linguistique]</i> Para entender a lingüística : epistemologia</p>
<p><i>Recortes lingüísticos</i> / organizadoras, Alacir de Araújo Silva, Maria da Penha Pereira Lins. – Vitória : SABERES, 2000. 284 p. Inclui bibliografia. ISBN 8587858025 I. Linguística. I. Lins, Maria da Penha Pereira. II. Silva, Alacir de Araújo.</p>	<p>LINGUÍSTICA</p> <p><i>Recortes lingüísticos</i> / organizadoras, Alacir de Araújo Silva, Maria da Penha Pereira Lins. – Vitória : SABERES, 2000. 284 p. Inclui bibliografia. ISBN 8587858025 I. Linguística. I. Lins, Maria da Penha Pereira. II. Silva, Alacir de Araújo.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nota: Tracejados indicam a projeção da entrada principal na entrada secundária de assunto.

Grifos marcam nas entradas catalográficas os elementos designativos da obra.

Realces sinalizam as entradas catalográficas de uma mesma unidade literária.

Em sua exposição, Hamdy (1973, p. 132-140) recomendou ainda as seguintes ações:

- (1) retirar as regras do AACR que tratam da definição do cabeçalho principal das entradas;
- (2) adotar a ISBD como padrão de descrição bibliográfica;
- (3) prover regras catalográficas que instruem a elaboração dos pontos de acesso pelos quais a publicação representada no corpo do registro pode ser recuperada (o autor as especificou com instruções e exemplos). De acordo com ele, seu modo de catalogar,

É mais simples porque reduz a quantidade de decisão a tomar, [...]. Todos os livros são descritos da mesma maneira, com o título como o primeiro elemento da descrição. A identificação do livro e o agrupamento de unidades literárias dos autores podem ser fornecidos por meio de entradas como as de autor(es), colaborador(es), tradutor(es), editor(es), etc., e o título. (HAMDY, 1973, p. 140-141, tradução nossa).

Desse modo, ao se catalogar as obras da Figura 12 pela entrada unitária sob título, a estrutura da entrada principal representativa de obra e a sua manifestação não será levada para a entrada secundária do assunto Linguística, porquanto a entrada principal se deu sob o título da publicação *Comprendre la linguistique* (de Robert Martin). Assim, só será possível reunir sob Linguística as entradas das edições e versões dessa obra que apresentarem igualmente o referido título, porque qualquer variação titular dessa obra poderá figurar noutra parte dos resultados de busca sob o assunto em questão, conforme se ilustra na Figura 13.

Figura 13 – Entradas unitárias sob título transpostas para entradas secundárias de assunto, conforme AACR2 aplicado sem o cabeçalho de entrada principal

ENTRADA UNITÁRIA SOB TÍTULO	ENTRADA UNITÁRIA SOB TÍTULO PROJETADA NA SECUNDÁRIA DE ASSUNTO ESPECÍFICO
<p><i>Comprendre la linguistique</i> : épistémologie élémentaire d'une discipline / Robert Martin. – Paris : Presses universitaires de Paris, 2002. 190 p. : couv. ill. ; 19 cm Bibliografia: p. 183-186. ISDN 2-12-052565-2</p>	<p>LINGÜÍSTICA</p> <p><i>Comprendre la linguistique</i> : épistémologie élémentaire d'une discipline / Robert Martin. – Paris : Presses universitaires de Paris, 2002. 190 p. : couv. ill. ; 19 cm</p>
<p><i>Elementos de Linguística e Semiologia na Organização da Informação</i> / Carlos Cândido de Almeida. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011. 207 p. : il. Inclui bibliografia.</p>	<p>LINGÜÍSTICA</p> <p><i>Elementos de Linguística e Semiologia na Organização da Informação</i> / Carlos Cândido de Almeida. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011.</p>
<p><i>Para entender a lingüística</i> : epistemologia elementar de uma disciplina / Robert Martin ; tradução Marcos Bagno. – São Paulo : Parábola, 2003. 191 p. – (Na ponta da língua ; 6) Tradução de: <i>Comprendre la linguistique</i> :</p>	<p>LINGÜÍSTICA</p> <p><i>Para entender a lingüística</i> : epistemologia elementar de uma disciplina / Robert Martin ; tradução Marcos Bagno. – São Paulo : Parábola, 2003.</p>
<p><i>O Que é lingüística</i> / Eni Pulcinelli Orlandi. – São Paulo : Brasiliense, 1986. 70 p. – (Primeiros passos ; 184) ISBN 85-11-01184-6 (broch.)</p>	<p>LINGÜÍSTICA</p> <p><i>O Que é lingüística</i> / Eni Pulcinelli Orlandi. – São Paulo : Brasiliense, 1986. 70 p. – (Primeiros passos ; 184)</p>
<p><i>Recortes lingüísticos</i> / organizadoras, Alacir de Araújo Silva, Maria da Penha Pereira Lins. – Vitória : SABERES, 2000. 284 p. Inclui bibliografia. ISBN 8587858025 I. Linguística. I. Lins, Maria da Penha Pereira. II. Silva, Alacir de Araújo.</p>	<p>LINGÜÍSTICA</p> <p><i>Recortes lingüísticos</i> / organizadoras, Alacir de Araújo Silva, Maria da Penha Pereira Lins. – Vitória : SABERES, 2000. 284 p. Inclui bibliografia. ISBN 8587858025 I. Linguística. I. Lins, Maria da Penha Pereira. II. Silva, Alacir de Araújo.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor.

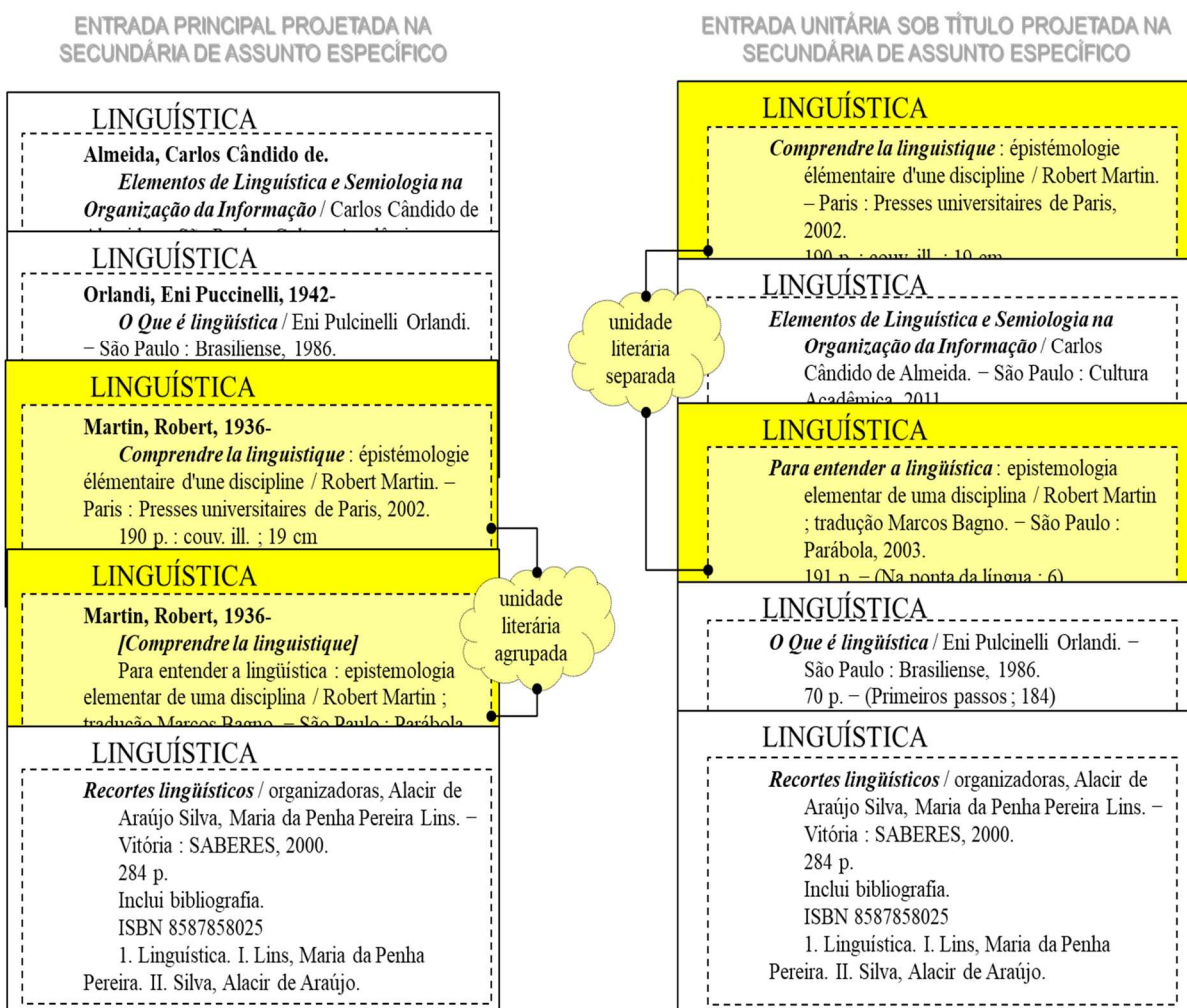
Nota: Tracejados indicam a projeção da entrada unitária sob título na entrada secundária de assunto.

Grifos marcam o título das publicações nas entradas catalográficas.

Realces sinalizam as entradas catalográficas de uma mesma unidade literária.

Como se nota, a tradução brasileira da obra de Robert Martin – *Para entender a Linguística* – será apresentada ao usuário do catálogo em outra posição do assunto em questão, separada eventualmente por uma ou várias publicações com o mesmo assunto que iniciem seus títulos com as letras entre “c” e “p”. Com isso, mesmo encontrando meios de dar remissivas às entradas de uma dada obra, pode-se perder a noção de unidade literária subjacente numa publicação dentro do assunto em questão. Note-se a separação das entradas de uma dada unidade literária no comparativo exposto na Figura 14.

Figura 14 – Comparativo de projeção das entradas principais e entradas unitárias sob título nas secundárias de assunto, conforme AACR2



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nota: Tracejados indicam a projeção da entrada unitária sob título na entrada secundária de assunto.
Grifos marcam os autores e os títulos das publicações ou das obras nas entradas catalográficas.
Realces sinalizam as entradas catalográficas de uma mesma unidade literária.

Assim, ao considerar as três figuras expostas, é inegável que a entrada fundamental – seja a principal pelo autor e título da obra, unitária sob título ou qualquer outra forma de

estruturação – carrega sua estrutura para as entradas ou pontos de acesso secundários, por isso o entendimento da entidade bibliográfica fundamental de um registro bibliográfico é aspecto que não se pode prescindir em Catalogação.

Na atitude dos adeptos da entrada unitária sob título, Lubetzky (2001, p. 371) viu um atavismo ideológico de uma catalogação que resgatou a ideia de compor um catálogo com entradas representativas tão somente das publicações existentes numa coleção bibliotecária, sem relacioná-la com as obras manifestadas nelas, uma visão mais moderna do entendimento daqueles que se opuseram aos ideais catalográficos de Panizzi. De resto, no âmbito da tentativa do AACR2 de agradar adeptos e não adeptos da entrada principal, Lubetzky alertou:

Se assim for, ainda não aprendemos com a experiência da revisão anterior que a política e os princípios não se misturam, e que a busca da aceitação universal por pessoas de pontos de vista, objetivos e necessidades variados está fadada a levar à adoção de um denominador ideológico mais inferior na catalogação. (LUBETZKY, 2001, p. 373, tradução nossa).

Saliente-se também que o AACR2 degradou ainda a própria estrutura do cabeçalho da entrada principal representativo da unidade literária, sobretudo a parte referente à autoria pessoal ou corporativa de uma dada obra. Isso se observa já na definição de autor contida no código, a qual foi apresentada sob o termo “autor pessoal”, o que, em rigor, exclui o conceito de autor corporativo. No código, “as entidades coletivas continuam existindo e têm uma responsabilidade potencial por certas ‘categorias’ de obras que são de fato tratadas exatamente como obras de autoria corporativa.” (LUBETZKY, 2001, p. 372, tradução nossa).

Daí veio a questão que degradou a estrutura do cabeçalho de uma entrada principal: nos termos do AACR2, a autoria de entidades coletivas é estabelecida conforme certas publicações, não de condições de autoria válidas tanto para autor corporativo quanto para autor pessoal. Dito de outro modo, o papel da autoria corporativa foi diminuído no AACR2, como que uma ideia a ser evitada e posta em evidência só em certos casos. Por conseguinte, o sentido do cabeçalho de uma entrada principal foi degradado, daí o estudioso dizer:

O princípio da autoria de entidades coletivas é substituído por uma lista arbitrária de ‘categorias’ de obras que devem ter entradas sob entidades coletivas que as publicam. Não há indicação do que essas ‘categorias’ têm em comum e por qual razão devem ser tratadas de maneira diferente de outras categorias de obras. Não há indicação de que o princípio da autoria corporativa tenha sido abandonado no AACR2, na convicção de que isso era necessário para melhorar a ideologia do código ou a eficácia do catálogo. (LUBETZKY, 2001, p. 372-373, tradução nossa).

Lubetzky deu ainda destaque para outro exemplo de degradação da função do cabeçalho de uma entrada principal que tem relação com sua substituição por uma entrada unitária sob título. O exemplo tem a ver com a proposta (3) relativa às publicações seriadas, as quais deveriam ter suas entradas efetivadas somente por seu título, independentemente de elas terem ou não autoria principal declarada. Porém, segundo o estudioso da Catalogação, rejeitar as condições autorais de uma publicação periódica, embora de aplicação simples,

prejudica a consistência substancial das entradas de um catálogo, sobretudo para compor um cabeçalho com o autor principal e com o título representativos de uma dada obra.

Note-se que uma obra publicada periodicamente em nome de uma entidade coletiva não difere em caráter de um relatório monográfico publicado uma única vez ou sem periodicidade definida em nome de tal entidade, de maneira que a questão não é se a obra foi publicada periodicamente ou não, antes tem a ver com a sua condição autoral.

Nesse âmbito, ao se levar em conta que a permanência de uma publicação periódica é pretensamente contínua, sua autoria pessoal ou corporativa está sujeita a mudanças constantes durante sua existência, por isso sua condição autoral pode ser efêmera. Para esses casos, a autoria se torna imprópria para figurar como cabeçalho estável de suas entradas, por isso dar entrada sob título delas se justifica (LUBETZKY, 2001, p. 353). No entanto, tal condição autoral não ocorre em todas as obras publicadas periodicamente, pois,

Aqueles de autoria pessoal, aquelas que incluem em seus títulos o nome ou as iniciais de nome das entidades publicadoras (como *ALA Bulletin* ou *Library Association Record*) e aquelas que servem essencialmente como relatórios periódicos das atividades de suas entidades publicadoras são inerentemente não suscetíveis de mudar de autoria e devem ter entrada sob os indivíduos ou entidades coletivas responsáveis por elas. (LUBETZKY, 2001, p. 354, tradução nossa).

E isso, completou o professor emérito, deve ser estendido a qualquer publicação independentemente de ser periódica ou não. Logo, não se trata de ter regras especiais para publicação periódica, mas uma única regra reguladora do problema das obras sujeitas a mudança de autoria tanto para publicações periódicas quanto para as publicações não periódicas.

Para além das incoerências expostas até aqui, na sequência, é preciso examinar também o estabelecimento do formato MARC e da ISBD, uma vez que a aplicação desses instrumentos na catalogação foi, de alguma forma, degradada ou impactada pelas regras do AACR2, sobretudo quando se considera a função da entrada principal, conforme veremos nas divisões desta seção.

5.2.1.1 A entrada principal no formato MARC

Outro argumento favorável à simplificação da entrada principal pelo uso de entrada unitária sob título nos registros catalográficos teve a ver com a automação dos processos catalográficos iniciados na década de 1960. Naquela época, havia a pressuposto de que o advento do computador tinha trazido "uma nova era na Biblioteconomia", por isso se deveria reconsiderar "nossos sistemas pré-computacionais" com o fim de, se necessário, abandonar ideias do passado para se valer do benefício das potencialidades da nova tecnologia (GORMAN *apud* LUBETZKY, 2001, p. 381).

É certo que as potencialidades de utilização do computador na prática catalográfica são bem-vindas, reconheceu o professor aposentado, porém “[...] algumas das propostas apresentadas a esse respeito representam não o progresso tecnológico, mas o retrocesso ideológico.” (LUBETZKY, 2001, p. 351, tradução nossa). Opinião similar foi dita por Massonneau (1971, p. 499), para quem os catalogadores deveriam se preocupar com a forma e com a estrutura de seus catálogos, as quais não devem ser determinadas por fatores de custo nem por requisitos tecnológicos, senão os catálogos se tornariam ferramentas inúteis para seus consulentes.

No bojo desse contexto, os favoráveis a abandonar a entrada principal, sobretudo o seu cabeçalho sob autor, consideraram que não havia lugar para ela no catálogo *on-line* com registros produzidos por intermédio do computador, porque a função de tal entrada seria exercida por um programa preparado para tal intuito. Porém, Lubetzky lembrou-lhes que “[...] a entrada principal não foi mantida na catalogação como fetiche, mas como dispositivo para servir a algumas funções bem ponderadas; e seria de esperar que, noutro ambiente tecnológico, as mesmas funções pudessem de outro modo ser realizadas.” (LUBETZKY, 2001, p. 390, tradução nossa).

Mesmo assim, autores como Winke (1993), Bierbaum (1994) e Connors (2008) não levaram em conta esse aspecto da entrada principal. O último, por exemplo, listou quatro argumentos favoráveis à manutenção do cabeçalho de entrada principal com o fim de refutá-los, pois considerava tal cabeçalho um fantasma no catálogo, já que sua função era obsoleta (CONNORS, 2008, p. 92). Porém, nenhum dos argumentos apresentados por esse autor estava relacionado com a função da entrada principal de representar a obra e sua manifestação, ainda que suas refutações possam ter algum valor isoladamente.

Além disso, esse autor expôs outros motivos para abandonar a entrada principal que ignoram claramente sua função, embora um deles – assim entendemos – seja passível de observação, a depender da especificidade de algum contexto catalográfico: custo de tempo e dinheiro para determinar o cabeçalho da entrada. Desse modo, esse e outros críticos da entrada principal não reconheciam seu valor e significado na prática catalográfica: representar a publicação como uma edição ou tradução de uma obra específica.

Por sua vez, o estudioso da Catalogação seguiu dizendo que “o advento do computador na biblioteca é uma ocasião apropriada para uma reconsideração de nossos objetivos de catalogação e, mais particularmente, de nossos métodos de alcançá-los, mas não de um improvisado 'abandono de ideias estimadas do passado'.” (LUBETZY, 2001, p. 391, tradução nossa).

O professor emérito criticou, por exemplo, o modo pelo qual o computador ordena alfanumericamente as entradas, isto é, palavra como palavra; número como número. Essa não é a orientação das normas de arquivamento empregadas em catalogação, nas quais o número

é arquivado de acordo com sua expressão por escrito, ou seja, “31” ou “XXXI” é arquivado como “trinta e um”. Assim, “as regras tradicionais de arquivamento são projetadas para lidar com essa situação; mas o novo princípio ‘que se deve arquivar um caractere como tal e não como se fosse outra coisa’ simplesmente o ignora.” (LUBETZKY, 2001, p. 382, tradução nossa). A título de exemplificação, efeitos disso num dado título de publicação são vistos quando as edições de uma mesma obra ficam separadas nos catálogos, em razão de seus distintos publicadores as terem intitulado inicialmente com número por extenso ou com número arábico ou romano.

Essa situação, segundo o estudioso, ilustra que não se pode simplesmente ignorar alguma regra anterior em favor da tecnologia computacional, sem medir suas consequências para a catalogação. Daí vem o alerta de Lubetzky (2001, p. 383): não se pode ignorar os erros do passado porque há risco de repeti-los.

Aliás, o estudioso afirmou que a história da catalogação nos ensina três lições, ao menos: primeira, uma ideologia consistente é fundamento essencial num projeto de sistema catalográfico; segunda, a admissão de regras incompatíveis com tal ideologia causa inevitavelmente revisões corretivas nelas; terceira, mudanças de tecnologias ou formas do catálogo têm implicações nas regras e nos métodos catalográficos (LUBETZKY, 2001, p. 350). Note-se que a terceira lição não determina a primeira, porquanto o catálogo em livros de Panizzi possibilitou-lhe,

[...] reunir todas as edições e traduções de uma obra, simplesmente estabelecendo que elas deveriam ser organizadas pelo editor do catálogo em uma dada ordem após a entrada da edição original, um arranjo que pode ser inteligível nas páginas de um livro, mas dificilmente em um catálogo de fichas, no qual o arranjo é determinado pela estrutura de cada entrada individual. Para realizar o mesmo propósito em um catálogo de fichas, o título original teria que ser repetido em todas as edições e traduções para fornecer o arranjo desejado. (LUBETZKY, 2001, p. 350-351, tradução).

Dessa maneira, ainda que ajustes nos métodos catalográficos sejam necessários, princípios norteadores da catalogação devem continuar orientando tais métodos, sejam quais forem as formas de apresentação de um catálogo para seu público. No entanto, esse entendimento não foi devidamente seguido no âmbito do formato MARC, desenvolvido sob os auspícios da LC na década de 1960, o qual foi concebido para viabilizar o emprego de tecnologias ou meios informáticos no processo catalográfico.

Da mesma forma que outras questões catalográficas, a feitura do referido formato foi definida de estudos, de projetos, de reuniões e de conferências, envolvendo a participação de representantes de diferentes tipos de bibliotecas e de instituições bibliotecárias. O desenvolvimento do projeto piloto do MARC se deu inicialmente com a participação de dezesseis bibliotecas de diferentes: tipologia, localização geográfica, disponibilidade de pessoal, equipamento e orçamento. Logo depois, outras bibliotecas começaram a participar do projeto, de maneira que elas “[...] passaram a usar as fitas magnéticas MARC como entrada (*input*) para

produzir catálogos impressos em forma de livro, fichas para catálogos, etiquetas, listagens bibliográficas parciais etc.” (AVRAM *apud* BARBOSA, 1978, p. 202). Da experiência, ajustes foram feitos para resolver pontos críticos, com o fim de aprimorar a operação do formato.

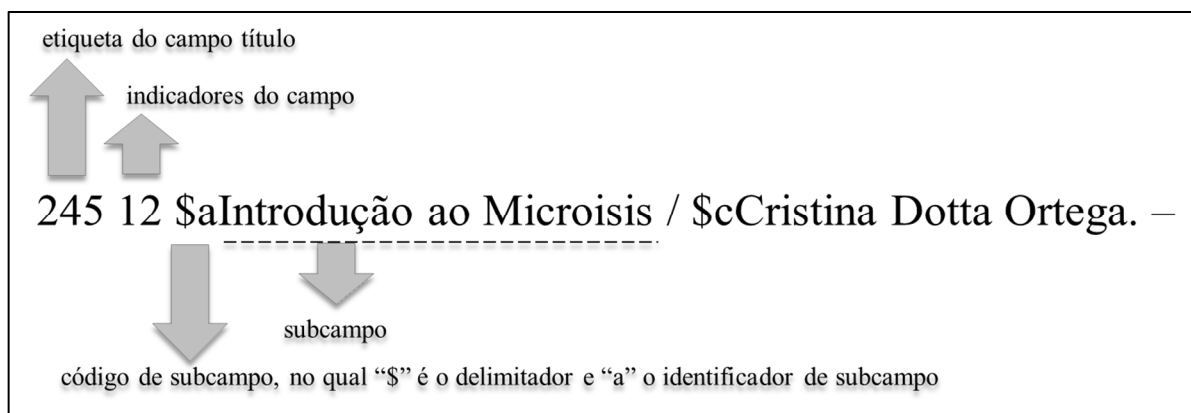
Uma vez estabelecido, ele alcançou ampla aceitação pela comunidade catalogadora dentro e fora dos Estados Unidos como formato padronizado pelo qual um registro bibliográfico é marcado com o fim de ser manipulado por computadores. Num registro MARC, seus principais componentes são: campo, etiqueta de campo, indicadores, subcampos e códigos de subcampo. Cada campo é identificado por uma etiqueta com três dígitos e, no conjunto, os campos são agrupados em blocos de acordo com o primeiro dígito da etiqueta (a letra “X” representa um dígito qualquer na etiqueta).

- 0XX. Campos de controle variáveis, identificação, número de classificação etc.;
- 1XX. Entrada principal;
- 2XX. Títulos, edição, imprensa etc.;
- 3XX. Descrição física;
- 4XX. Série;
- 5XX. Notas;
- 6XX. Secundárias para assunto;
- 7XX. Entradas secundárias;
- 8XX. Entradas secundárias para série, propriedade, localização etc.;
- 9XX. Campos de definição local.

Como se nota, a maioria dos campos segue a definição de cabeçalhos e de áreas de descrição de uma entrada catalográfica, muitas delas provenientes da ISBD, a qual será discutida mais adiante. Em cada campo do formato MARC, as etiquetas são seguidas de dois caracteres denominados de indicadores, os quais servem para dar algum comando, interpretar ou complementar os dados contidos nos campos aos quais se referem. Convém salientar que os indicadores não são necessários na maioria dos campos, por isso boa parte deles permanece em branco (indefinidos) ou é marcada por algum símbolo para representar a indefinição.

Por sua vez, certos campos são compostos por subcampos, cujas informações são precedidas por um código de subcampo composto por dois caracteres: o primeiro consiste de um delimitador do subcampo (símbolo aceito para tal finalidade, como a adaga dupla “‡” ou cifrão “\$”) e o segundo é um identificador do subcampo, que geralmente é uma letra ou um número. “Os códigos de subcampo são definidos com propósitos de identificação, não de arranjo, a ordem dos subcampos é geralmente especificada para o conteúdo dos dados, por padrões como regras de catalogação.” (MARC..., 2002, p. v). A título de exemplificação, é possível observar cada componente de um registro MARC na Figura 15.

Figura 15 – Componentes de um campo de registro MARC



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Para além disso, certos campos ou subcampos, devido às suas características, podem ser repetidos dentro de um registro MARC, como os campos: 600 – Assunto; 500 – Nota geral 500, etc. Outros campos, por sua vez, não admitem repetição, como: 1XX – Entrada principal, 245 – Título etc. Exemplo de repetição de subcampo se dá no campo 260 – Imprensa, no qual os subcampos de Local de publicação (\$a) e nome do publicador (\$b) são repetíveis. A repetição ou não é indicada por “(R)” e “(NR)” respectivamente junto ao esquema de nome de cada campo ou subcampo fornecido no manual do formato MARC.

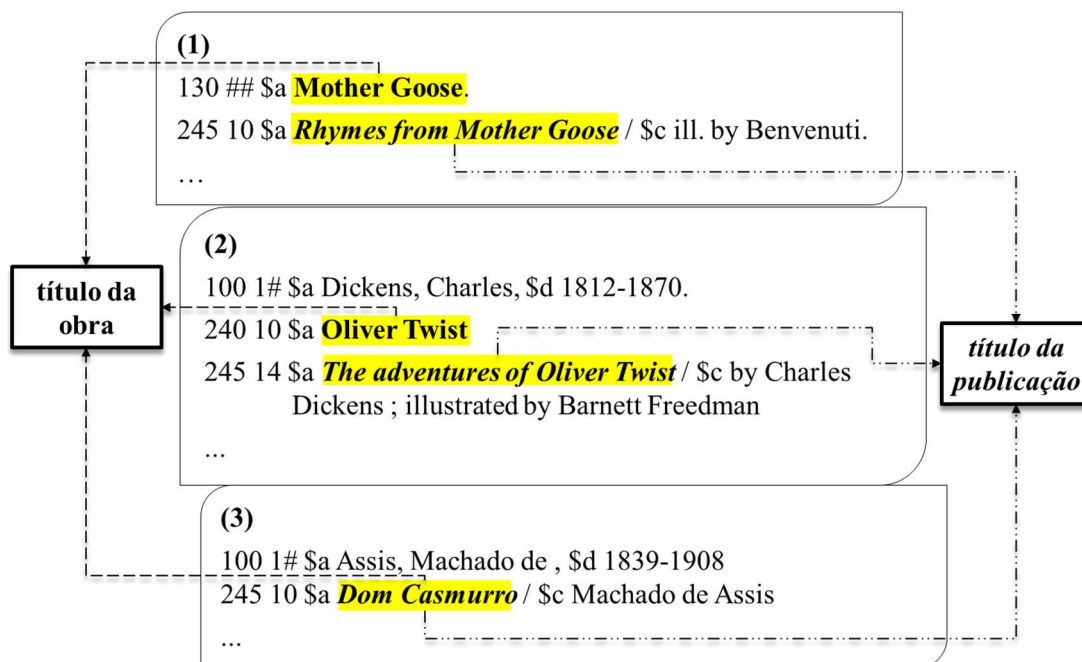
No âmbito do formato em questão, o problema é que sua criação não considerou plenamente o modo de tratar em registros bibliográficos os atributos representativos de uma obra e sua manifestação, pois esse formato tão somente modulou catálogos automatizados com registros que imitavam os catálogos impressos, ou seja, sua efetivação voltou-se para a migração de um modelo impresso para um modelo eletrônico, sem a devida reformulação.

No tocante à representação de unidades literárias sob etiquetas 1XX-8XX, é possível constatar incoerência em um registro MARC no tocante ao modo de efetivação dos atributos básicos representativos de uma obra (autor e título), posto que estes são tratados de modo incongruente, isolado ou combinado.

A incongruência de tais atributos básicos no registro MARC se dá de modo evidente no atributo título, sobretudo quando ele designa a obra, já que, com essa condição, ele pode figurar em distintos campos do referido formato e, por conseguinte, sua função representativa da obra não se efetiva de modo consistente e pleno. A título de exemplificação, considere-se o título da obra (título original ou o título pelo qual a obra é mais conhecida) suscetível de constar em subcampo “a” dos seguintes campos MARC: 130 - Entrada Principal - Título

Uniforme (NR); 240 - Título Uniforme/Original (NR); 245 - Título Principal (NR). Note-se como isso pode ser efetivado nos registros MARC da Figura 16.

Figura 16 – Título da obra e da publicação em excertos de registros MARC



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Como se nota, o título representativo de uma obra pode ocorrer ao menos em três campos distintos nos registros MARC, de maneira que a questão é saber se isso é suficiente para controlar as relações e a identificação singular de uma dada obra na catalogação, isto é, um controle de autoridades para obras análogo ao que se faz para autores e assuntos. Via de regra, a resposta é não e isso já começa pelo modo como se aplica o título uniforme. Considere-se a seguinte declaração de Ridley (1997, tradução nossa): “o *status* do título uniforme como opcional [no AACR2] é um exemplo (desastroso para mim). Sua ausência na maioria dos registros dificulta muito a tentativa de agrupar os registros do mesmo item.”

A propósito, tendo em conta a incompreensão do termo entrada principal, há quem entenda que seu cabeçalho não é um ponto de acesso em si, por isso se deveria excluir a denominação de “entrada principal” dos campos 100/110 do MARC (BIERBAUM, 1994, p. 81). No entanto, essa autora não observou a função do cabeçalho da entrada principal representativo da obra, pois sua sugestão foi transformar tais etiquetas,

[...] em campo de acesso primário para o nome pessoal ou corporativo autorizado do criador. Vamos deixar o cabeçalho da entrada principal nos catálogos em fichas e em livros, mas vamos importar sua padronização e suas funções de localizar e de reunir para a tecnologia on-line. Depois de todos os anos de argumentos inúteis sobre a

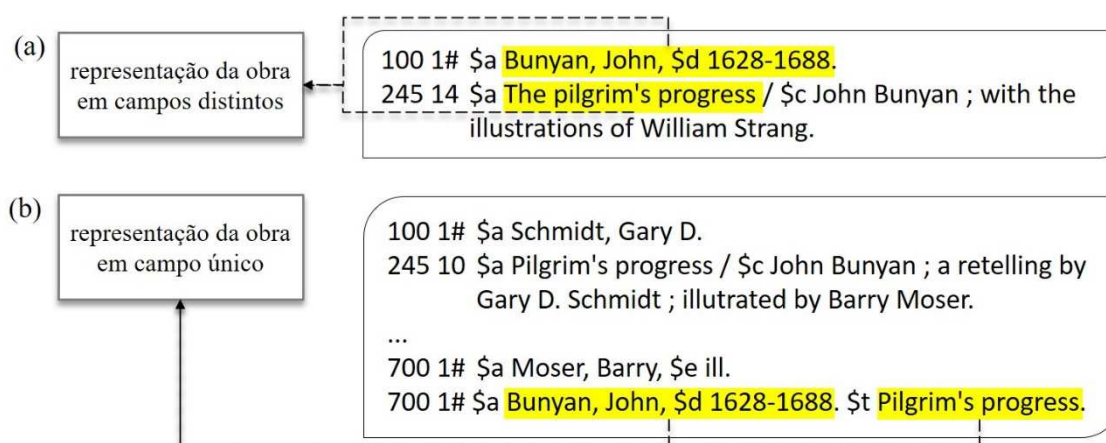
entrada principal no MARC, o 'acesso primário' tem um toque agradável e inequívoco. (BIERBAUM, 1994, p. 84, tradução nossa).

De fato, os campos sob etiquetas 1XX não deveriam ser chamados de “Entrada Principal”, já que entrada principal é correspondente de registro bibliográfico, antes deveriam ser denominados de “Cabeçalho da Entrada Principal. O mesmo pode ser dito das entradas secundárias, de maneira que os 7XX deveriam ser denominados de “Cabeçalho da Entrada Secundária” em vez de “Entrada Secundária”.

Por sua vez, segundo observou Sanders (1987), o número, o nome e a estrutura da etiqueta 245 estão relacionados com o que está no campo, no qual o subcampo “a” designa, de fato, o título declarado na publicação. No entanto, conforme expomos na Figura 16, o título uniforme pode figurar em dois campos distintos (etiquetas 130 e 240): o primeiro é campo sujeito a controle de autoridade; o segundo, não é. Acrescente-se ainda: “[...] os campos 1XX, com exceção de 130, são nomes de pessoas ou entidade coletivas que têm a capacidade de produzir, criar ou emanar obras de vários tipos e títulos. [...]” (SANDERS, 1987, p. 235, tradução nossa).

Nesse âmbito, acrescente-se também a desarticulação existentes nos registros MARC insuficiente para representar obras de modo consistente, o que se dá quando isso é feito por intermédio de uma citação combinatória dos elementos autor e título original da obra em dois procedimentos distintos instruídos pelo AACR2 e replicados no formato MARC, conforme constatarem Heaney (1995) e Yee (2000, p. 98). Considere-se o que está disposto na Figura 17.

Figura 17 – Obra identificada em um e em dois campos em registro MARC



Fonte: Elaborado pelo Autor de registros da LC (<https://catalog.loc.gov/index.html>).

Em (a), constata-se que o nome do autor e do título da obra são descritos como elementos separados nos campos 100 e 245, os quais combinados designam a obra *Pilgrim's*

progress (O Peregrino), de John Bunyan, no registro de uma edição específica dessa unidade literária; em (b), os mesmos nomes de autor e título de obra são inscritos conjuntamente na etiqueta 700 – Entrada Secundária - Nome Pessoal (R) – de um registro bibliográfico que representa uma obra recontada por Schmidt, a qual é inspirada da obra original de Bunyan.

Tal combinação diz respeito à “entrada secundária de nome-título”, denominada assim porque reúne dois elementos em um cabeçalho. Nos termos do AACR2, é a “entrada secundária que consiste no nome de uma pessoa ou entidade acrescido do título do item.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, apênd. D, p. 5). Se é entrada secundária de nome-título que, em tese, aponta para unidades literárias, por que inscrevê-la em campo de entrada secundária de autor pessoal?

Com pouco rigor, a pergunta poderia ser desconsiderada se a entrada em questão cumprisse ao menos a função de nos levar diretamente às edições, às traduções, às adaptações e a outras derivações que manifestam a obra *O Peregrino* ou relacionadas com ela. No entanto, isso não ocorre porque, ao se fazer uma pesquisa no OPAC (*Online Public Access Catalog*) da LC pelo ponto de acesso Bunyan, John, 1628-1688. Pilgrim's progress da entrada (b)⁹², seremos levados ao registro de autoridade do nome de autor, a partir do qual é possível acessar a todos os registros da LC representativos das edições, das traduções, das adaptações e de outras derivações de todas as obras de John Bunyan, não apenas das publicações de ou sobre *O Peregrino*.

Logo, em termos gerais, o resultado de busca no referido OPAC não correlaciona devidamente as obras com suas edições e derivações, por isso é muito provável que essa não correlação ocorra igualmente com os atributos básicos designativos de outras unidades literárias representadas em outros registros MARC. Em face disso, Yee declarou: “[...] as gerações de líderes de bibliotecas que sucederam a Lubetzky pisaram na bola e permitiram o desenvolvimento de OPACs que impedem o usuário de buscar obras específicas muito mais do que o catálogo de fichas já fez.” (YEE, 2000, p. 102, tradução nossa).

Vale dizer que o problema não é tanto a estrutura do MARC, mas o modo como o formato foi implementado, já que não levou em conta o entendimento de Lubetzky quanto a representação em registro de uma dada obra manifesta numa publicação específica. Ao ignorar isso, além de replicar as incoerências do AACR2, o formato realizou as suas próprias incongruências. A boa notícia é que isso pode ser resolvido, se o implementador do formato considerar a situação ideal de representar a obra e seus relacionamentos adequadamente no registro MARC.

Por outro lado, no entanto, em se mantendo a estrutura do formato MARC como é hoje, na qual há subcampos que contemplam os elementos representativos da obra, a alternativa seria estabelecer o controle de autoridade para obras e, ao mesmo tempo, elaborar, via

⁹² Link permanente do registro no OPAC da LC: <https://lcn.loc.gov/94008798>.

sistema, modos de apresentação do registro e índices de busca que eliminem essas diferenças de estruturas de registro.

No âmbito da catalogação automatizada, não há dúvidas de que a entrada unitária faz sentido quando se considera o conceito da entrada principal com todas as informações representativas de um documento da qual se gera secundárias, uma vez que a distinção física entre entrada principal e secundárias não tem sentido numa catalogação por computador, porque é desnecessário reproduzir partes da entrada principal para constituir entradas secundárias. Nesse sentido,

Ao contrário de um registro de ficha, a localização física de um registro em um catálogo on-line não é relevante no projeto de regras de catalogação. Se o registro lógico em um catálogo on-line é o registro mestre, então é também a entrada principal de acordo com a definição [do Código da ALA] de 1941. É claro, faz tanto ou pouco sentido chamar o registro MARC de uma entrada principal como faz chamar o registro em um catálogo de entrada única de entrada principal. (CARPENTER, 1989, p. 79, tradução nossa).

No formato MARC, tem-se tão somente registro bibliográfico único, o qual, *a priori*, deve assumir as mesmas funções de uma entrada principal em catálogos impressos; por conseguinte, os pontos de acesso desse registro devem cumprir a mesma função das entradas secundárias em catálogos impressos. Nesses termos,

O advento da informatização prenunciou o fim do conceito de entrada principal, conforme definido nos termos do registro bibliográfico; e tornou possível a remoção da distinção entre o cabeçalho da entrada principal e os cabeçalhos de entradas secundárias como pontos de acesso à (na verdade, a qualquer) citação completa. (BRUNT, 1999, p. 334, tradução nossa).

No entanto, de fato, há uma função desempenhada pela entrada principal que ainda sobrevive no ambiente automatizado: ser a entrada representativa de uma obra manifesta numa dada publicação, e isso não pode ser ignorado mesmo na catalogação por computador.

Para além do que foi dito, a proposta (1) – substituir a entrada principal pela entrada unitária sob título, inclusive a concepção do formato MARC – está relacionada diretamente com a (2) – incorporar a ISBD como padrão da descrição bibliográfica sem levar em conta o cabeçalho da entrada, conforme veremos na próxima seção.

5.2.1.2 A junção da *International Standard Bibliographic Description* no AACR2

A título de contextualização, o desenvolvimento de uma ISBD começou a ser concebido já na década da Conferência de Paris, em 1969, como que em uma espécie de continuidade do espírito normalizador desse evento, porquanto lá se discutiu sobretudo os cabeçalhos das entradas. Por isso, houve o consenso de que se deveria continuar enfrentando em nível internacional os demais problemas da catalogação, como era o caso da descrição bibliográfica (FRÍAS MONTOYA, 1996, p. 22).

Para tanto, Michael Gorman, bibliotecário britânico e conhecido editor do AACR2, empreendeu estudos intensos, sobretudo em bibliografias, com a finalidade de propor um padrão que uniformizasse a catalogação descritiva em nível internacional. Após o exame dos

métodos bibliográficos, minutas de propostas de descrição, discussões em eventos sobre catalogação, formação de grupo de trabalho para tratar da descrição bibliográfica, em 1971, um documento foi publicado e disseminado pela comunidade bibliotecária internacional, o qual marcou o surgimento da *International Standard Bibliographic Description*, ainda que na condição de edição preliminar.

Ato contínuo, a primeira versão da ISBD(M) foi publicada em 1974, “[...] que, embora não diferisse nos pontos essenciais do texto anterior, continha numerosas emendas formais e uma série de detalhes visando aumentar a clareza e precisão.” (FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 325, tradução nossa). Por esse tempo, já se sugeria uma ISBD própria para publicações periódicas, por isso houve a decisão de acrescentar a letra “M” entre parêntesis “[...] para evidenciar que a publicação se destinava à descrição bibliográfica de monografias. A edição preliminar (1971) da ISBD(M) foi traduzida em várias línguas, inclusive o português.” (CUNHA, 1979, p. 11).

A ISBD estabeleceu inicialmente uma ordem sucessiva de elementos descritivos de uma publicação divididos em sete áreas ou zonas de descrição, as quais são assinaladas por pontuações peculiares que as separam entre si e que sinalizam os elementos descritivos contidos nelas, isto é, atributos formais de uma publicação, como: título, autor, edição, editora, ano de publicação, dentre outros. Além disso, esse padrão catalográfico estabeleceu uma ordem preferencial de determinadas fontes dentro e fora da publicação, das quais provém a informação bibliográfica a figurar em cada área da descrição, bem como estabeleceu a língua e as abreviaturas adotadas em cada parte descritiva.

Por sua parte, a ISBD(S) seguiu as linhas gerais estabelecidas para a ISBD(M), exceto que aquela buscou representar o título da publicação periódica como unidade literária, não como unidade bibliográfica. Esse aspecto divergente da ISBD(S) foi inspirado da *International Serial Data System*⁹³ (ISDS), iniciativa estabelecida no âmbito do *United Nations International Scientific Information System*⁹⁴ (UNISIST), com o fim de reunir, registrar e disseminar informações sobre publicações periódicas, identificando seus títulos de modo singular (INTERNATIONAL CENTRE FOR THE REGISTRATION OF SERIAL PUBLICATIONS, 1973, p. I).

Segundo Frías Montoya (1996, p. 29-30), de modo análogo à ISBD(M), o título de uma publicação periódica deveria ser aquele que constasse nela própria, porém a ISBD(S) recomendou assentar no registro o título distintivo da publicação, o que, em catalogação, significou uma aproximação com o título chave determinado no ISDS.

No âmbito desse sistema, tal título é exclusivo de uma publicação periódica, inseparável de seu *International Standard Serial Number*⁹⁵ (ISSN), e sua atribuição era derivada do próprio

⁹³ Sistema Internacional de Dados sobre Publicações Periódicas.

⁹⁴ Sistema de Informação das Nações Unidas em Ciência e Tecnologia.

⁹⁵ O *International Standard Serial Number* (Número Internacional Padronizado para Publicações Seriadas) foi desenvolvido no início da década de 1970 e é constituído por uma sequência numérica de oito dígitos cujo objetivo é identificar publicações seriadas de forma única, breve e inequívoca (ISSN INTERNATIONAL CENTRE, 2009, p. 13).

título do periódico e era registrado no ISDS de acordo com a sua língua original ou transliterado em alfabeto latino, quando fosse o caso (INTERNATIONAL CENTRE FOR THE REGISTRATION OF SERIAL PUBLICATIONS, 1973, p. 22). Como se nota, esse direcionamento tem a ver com a representação da publicação periódica como unidade literária, não somente como unidade bibliográfica. No entanto, a iniciativa da ISBD(S) não prosperou porque era contrária ao que a ISBD(M) assinalara no tocante à descrição do título das publicações, por isso foi descartada.

Retomando a proposta de considerar a ISBD como padrão da descrição bibliográfica no AACR2 sem levar em conta o cabeçalho da entrada, a crítica de Lubetzky se deu no modo de posicionar a indicação de responsabilidade na descrição, a qual, se combinado com o posicionamento do seu cabeçalho, causaria repetição do nome do autor na entrada antes e depois do título, sobretudo nos casos em que a obra publicada foi criada por um único autor. Ante a isso, o professor emérito rememorou as contribuições de Cutter no tocante à necessidade de que as entradas contivessem informações comedidas, breves, claras e sem extravagâncias.

Embora o professor aposentado tenha reconhecido que a entrada principal por autor e a indicação de responsabilidade da ISBD tivessem propósitos distintos nos registros, ele entendeu que a duplicidade induzida por esse padrão poderia trazer este pressuposto:

[...] a descrição de uma publicação é uma questão separada e independente da de sua entrada, e deveria, portanto, ser completa e independente, sem o cabeçalho do autor – daí a conseqüente repetição do nome do autor após o título; mas isso é parte transparente da ideologia do catálogo de entrada unitária sob título em que o livro, como tal, é o foco do catálogo. A ideia é incongruente em nossos catálogos gerais, em que uma publicação deve ser representada por uma entrada principal como uma edição de uma obra particular por um autor específico e o cabeçalho do autor é um dos elementos dessa descrição. (LUBETZKY, 2001, p. 352-353, tradução nossa).

Assim, a mensagem mais relevante de Lubetzky no tocante à ISBD está no fato de que o padrão de descrição não deveria ser considerado isolado do cabeçalho da entrada, pois nessa condição a ISBD ignora o fato de que as entradas catalográficas devem representar uma publicação como edição ou tradução de uma dada obra de um autor específico. Ao não ponderar isso, o AACR2 baseado nas ISBDs, segundo Yee (1987, p. 22, tradução nossa),

[...] em grande parte, abandonou a abordagem de Lubetzky para simplificar a catalogação, isto é, começar com uma definição da função de catalogação e alguns princípios gerais que podem ser aplicados nas complexidades de qualquer caso dado, bem como produzir entradas breves e concisas contendo apenas o essencial.

Em meio a isso, o estudioso criticou também o preciosismo da ISBD manifestado por suas pontuações em profusão, consideradas por ele esotéricas. Nas palavras de Lubetzky (2001, p. 386, tradução nossa): “A pontuação da ISBD só marca, não de forma muito clara e não muito consistente, a anatomia de uma entrada e não fornece nenhuma outra informação.”

Malgrado a desconfiança de Lubetzky a respeito da ISBD, tal padrão de descrição bibliográfica teve aceitação da comunidade catalogadora internacional e, apesar de certas divergências, a ISBD se constituiu na base dos instrumentos catalográficos de muitos países “[...] sendo utilizada em vários sistemas de processamento automático de dados bibliográficos

como, entre outros, o CALCO, o MARCAL e o UNIMARC.” (CUNHA, 1979, p. 12). Com tanto interesse, a elaboração de um padrão de descrição próprio para monografias e publicações seriadas incitou a formulação de padrão análogo para outros tipos específicos de materiais bibliotecários.

Para tanto, grupos de trabalhos formados pela *International Federation of Library Associations and Institutions* começaram a preparar outras ISBDs que deveriam dar continuidade ao conceito de descrição iniciado na ISBD(M). Nesse ínterim, começaram a surgir incompatibilidades entre as novas ISBDs. Daí, em 1977, a IFLA ter criado a ISBD(G), cujo objetivo foi estabelecer os fundamentos para todos os padrões de descrição que fossem elaborados. Desde então, foram criadas as seguintes ISBDs (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2019):

- ISBD(M), *International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications* para monografias, cuja primeira edição padrão foi publicada em 1974, revisada em 1978, 1987 e 2002;
- ISBD(S), *International Standard Bibliographic Description for Serials* para publicações periódicas, publicada em 1977 e revisada em 1988;
- ISBD(G), *General International Standard Bibliographic Description* para servir como padrão de descrição de outras ISBD, publicada em 1977 e revisada em 1992 e 2004;
- ISBD(CM), *International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials* para descrição de materiais cartográficos, publicada em 1977 e revisada em 1987;
- ISBD(NBM), *International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials* para materiais não-bibliográficos, publicada em 1977 e revisada em 1987;
- ISBD(A), *International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)* para livros e manuscritos antigos, publicada em 1980 e revisada em 1991;
- ISBD(PM), *International Standard Bibliographic Description for Printed Music* para música impressa, publicada em 1980 e revisada em 1991;
- ISBD(CF), *International Standard Bibliographic Description for Computer Files* para arquivos de computador publicada em 1990;
- ISBD(ER), *International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources* para recursos eletrônicos, que é o padrão revisado e substituto da ISBD(CF) publicada em 1997;
- ISBD(CR), *International Standard Bibliographic Description for Continuing Resources*, para recursos continuados que é o padrão publicado em 2002, para substituir a ISBD(S).

Nos termos desses tipos específicos de materiais bibliotecários, cada descrição não se refere propriamente a um tipo, segundo uma mesma categorização. Por definição, a ISBD(NBM), por exemplo, abrange qualquer material bibliográfico distinto de livros, a despeito de sua leitura revelar que ele está voltado à regulação da descrição de documentos audiovisuais.

O mesmo poderia ser dito de outras ISBD, porque, se levarmos em conta as tipologias documentais categorizadas por López Yepes (1997, p. 21), então é possível perceber que: Algumas ISBD regulam a descrição de material bibliográfico segundo o modo de representação da mensagem – ISBD(M), ISBD(ER), ISBD(CM), ISBD(NBM) e ISBD(PM); uma ISBD regula a descrição de material bibliográfico criado em tempo antigo – a ISBD(A); outra ISBD regula a descrição de material bibliográfico publicado periodicamente – ISBD (CR). Como se nota não há uma categorização única para determinar cada ISBD, de maneira que isso causa incoerências, como as que mencionamos na ISBD(NBM).

Ademais, há que acrescentar à lista de ISBDs as *Guidelines for the Application of the ISBDs to the Description of Component Parts*, publicado em 2003, diretrizes sobre a aplicação das ISBD para descrição de parte de qualquer tipo de documento (artigo de jornal, capítulo de livro, faixa musical de um disco sonoro e outros tipos de partes documentais), o que diz respeito à catalogação analítica.

Influenciada pelos FRBR e pela nova Declaração de Princípios Internacionais da Catalogação de 2009, a IFLA resolveu unificar as diferentes ISBDs, por isso publicou a ISBD Consolidada (2007) para representar qualquer tipo documental, tornando-a como que herdeira da ISBD(G). Assim, em sua estrutura mais recente, há nove áreas da ISBD:

- Área 0: forma de conteúdo e tipo de mídia;
- Área 1: título e indicação de responsabilidade;
- Área 2: edição;
- Área 3: específica de material ou tipo de recurso;
- Área 4: publicação, produção, distribuição etc.;
- Área 5: descrição física;
- Área 6: série e recurso monográfico multipartido;
- Área 7: notas;
- Área 8: identificador de recurso e condições de disponibilidade.

A Figura 18 ilustra uma descrição bibliográfica por intermédio do formato ISBD em áreas separadas pela pontuação prescrita por esse padrão: ponto-espaco-travessão-espaco.

Figura 18 – Exemplo de descrição bibliográfica pela ISBD

Texto. – Os limites da interpretação / Umberto Eco; [tradução: Pérola de Carvalho]. – 2. ed. – São Paulo : Perspectiva, 2004. – xxii, 315p. : il. – (Estudos ; 135). – Tradução de: I limiti dell'interpretazione. – ISBN 978-85-273-0178-7 (broch.).

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nota: No exemplo, não há ocorrência da área 3 após indicativo da edição, pois tal área não é empregada na descrição bibliográfica de livros.

Por trás dessa unificação e do estabelecimento recente da área 0, subjaz a imprecisão das ISBDs anteriores, do AACR2 e mesmo do formato MARC em lidar satisfatoriamente com

tipologias documentais, misturando o conteúdo (meio pelo qual os sentidos humanos apreendem ou percebem o conteúdo documental), o suporte (atributo da manifestação que remete ao seu aspecto físico enquanto armazenador da informação) e as mídias documentais (constituídas a partir do dispositivo mediador, que permite ao usuário acessar ao conteúdo documental). Na ISBD Consolidada, porém, tais aspectos foram bem resolvidos e podem ser aplicados satisfatoriamente.

Para além disso e da desconfiança de Lubetzky quanto a ISBD, não se pode negar que a estrutura descritiva da ISBD, deve ser vista como orientação para ser usada de modo coerente nos níveis de descrição e de pontuações prescritos, conforme lembram Abadal e Codina (2005, p. 177). Outrossim, segundo Ortega (2009, p. 102), a ISBD retoma o conceito de unidade bibliográfica, no qual todo o documento, o conjunto de documentos ou a parte de um documento é suscetível de descrição bibliográfica.

Em adição, a relevância da ISBD se deve ao fato de ser reconhecida internacionalmente e ser válida para representar diversas tipologias documentais, da partitura musical ao audiovisual, passando pelo arquivo de computador, fonograma ou artigo de periódico. Abadal e Codina (2005, p. 177) chamam-na de ferramenta de primeira grandeza para resolver qualquer problema documentário em contextos onde se deseja representar documentos.

No entanto, convém enfatizar que a proposta da ISBD atende tão somente o primeiro objetivo do catálogo declarado nos Princípios de Paris de identificar publicações específicas, mas não o segundo, pois ela é insuficiente para estabelecer em registro bibliográfico relacionamentos e correlacionamentos entre as publicações que manifestam ou são derivadas de uma obra específica. Por isso, a despeito de seu valor para a descrição bibliográfica, Lubetzky (2001, p. 391, tradução nossa) declarou:

A adoção da ISBD e a pressa em abandonar a entrada principal tradicional em favor de uma entrada unitária sob título são um afastamento aventureiro dos ideais de catalogação defendidos pelos fundadores de nossa profissão e sustentados pelos estudos realizados na preparação da última revisão. Eles não foram formulados para melhorar, mas para degradar a qualidade de nossos catálogos e o papel vital desses catálogos a serviço de nossas bibliotecas. A revisão atual foi originalmente pedida para continuar o progresso alcançado na última revisão, mas está assumindo o caráter, não de uma continuação dessa revisão, mas de uma nova aventura na catalogação anglo-americana.

Ante ao exposto sobre a questão da entrada principal e da entrada unitária sob título, vemos que a função da primeira (representar a publicação como uma edição ou tradução de uma obra específica) não pode ser esquecida, mal compreendida, flexibilizada ou deturpada na prática catalográfica, sob pretexto de agradar demandas catalográficas, por vezes, inconciliáveis.

Ao tentar lidar com as demandas conflitantes entre adeptos da entrada principal ou da entrada unitária sob título, o AACR2 comprometeu a consistência estrutural dos registros bibliográficos regulados por ele, tendo em conta que reduziu o papel da autoria corporativa e rejeitou as condições de autoria de publicações periódicas enquanto elementos bibliográficos

representativos da obra. Com isso, esse conjunto de regras catalográficas retrocedeu comparativamente à sua primeira edição de 1967.

Ademais, os adeptos da entrada unitária sob título consideravam que a entrada principal não tinha lugar no catálogo *on-line* com registros produzidos por computador através do formato MARC. Contudo, sem as devidas reformulações e ponderações do significado de uma entrada principal, a estruturação de registros foi comprometida por um formato que se voltou para a migração de um modelo impresso para um modelo eletrônico arremedador de catálogos impressos. Daí, é evidente que não se pode ignorar os princípios norteadores da Catalogação, pois eles são válidos para quaisquer métodos e formas de apresentação de um catálogo para seu público.

Ao ignorar os princípios, o formato apresentou suas próprias incoerências, além de acumular as do AACR, pois o registro MARC, do modo que é estruturado e implementado, não consegue relacionar e correlacionar adequadamente a publicação que representa como edição, tradução, adaptação e outras derivações de uma dada obra. A propósito, nesta seção temos evidenciado, de fato, as inexatidões de um registro MARC; por outro lado, faltaria identificar com mais refinamento as incoerências do AACR2 no tocante à entrada principal – o tema da próxima seção.

5.2.2 INCOERÊNCIAS DO CABEÇALHO DA ENTRADA PRINCIPAL DETERMINADO POR UM CÓDIGO VACILANTE

O AACR2 foi constituído por duas partes bem definidas: a primeira proveu orientações relativas à parte descritiva dos diversos documentos, seguindo os preceitos das áreas estabelecidas pela ISBD, salvo a área 0 (Forma de Conteúdo e Tipo de Mídia) estabelecida em 2009; a segunda parte deu orientações para o estabelecimento de pontos de acesso de autoria, de títulos uniformes e de remissivas.

Como editor do AACR2, Gorman (2000, p. 9) declarou que o código levou em conta a lógica analítica de Lubetzky, mas, como temos sinalizado, isso não se efetivou plenamente no texto dessa normativa, porque entendemos que a revolução lubetzkiana sobre catalogação ainda não se deu de todo, porquanto as três revisões do AACR2 – AACR2R de 1988, AACR2R de 1998 e AACR2R de 2002 – não alteraram o referido código substancialmente à Lubetzky. Em vista disso, nessa seção pomos em evidência certas incoerências presentes num código pautado por fundamentos oscilantes, as quais estão relacionadas com a representação da obra e sua manifestação: no título uniforme, na entrada por nome-título e na compreensão da unidade documentária a ser representada em registro.

No que diz respeito ao título uniforme, comparado à versão anterior, o capítulo 25 do AACR2 contém instruções mais claras sobre seu uso, mas manteve certas incoerências no tocante à presença de subcabeçalhos impróprios para identificar ou representar obras específicas. No código, a definição de tal título está assim exposta:

1. Um determinado título sob o qual uma obra pode ser identificada para fins de catalogação. 2. Um determinado título usado para distinguir o cabeçalho de uma obra do cabeçalho para uma obra diferente. 3. Um título coletivo convencional utilizado para agrupar as publicações de um autor, compositor ou entidade, compreendendo diversas obras, ou extratos etc. de diferentes trabalhos (p. ex., obras completas, diversas obras em determinada forma literária ou musical). (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, apênd. D, p. 15).

Considere-se ainda que, até o texto revisado de 1988 do AACR2, ajustes foram feitos na definição do título uniforme, sobretudo para comportar a definição número 2, no entanto “[...] as regras-chave para títulos uniformes no capítulo 25 permaneceram estáveis, com apenas pequenas alterações para maior clareza ou correção.” (WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 366, tradução nossa).

Com efeito, as duas primeiras definições apontam para a individualização de unidades literárias específicas, concordantes com o que Lubetzky (2001, p. 408-410) defendera em seus estudos. No entanto, a terceira definição destoa das anteriores por seu caráter generalizador, pois sob um título coletivo é possível catalogar, por exemplo, uma publicação que manifesta duas ou mais obras.

Aliás, o duplo caráter individualizador e generalizador do título uniforme é perceptível na própria estrutura sumariadora do AACR2, pois lá constam estas subdivisões: Títulos individuais das obras; títulos coletivos de obras; regras especiais para manuscritos e incunábulos; leis, tratados, etc.; escrituras sagradas; obras litúrgicas, credos teológicos, confissões de fé etc.; comunicações oficiais de papas etc.; obras musicais.

Mesmo nesses casos, assim como no AACR1, a aplicação do título uniforme é facultativa e deve levar em consideração a política de cada entidade catalogadora, tendo em conta estas premissas:

1) o quanto a obra é conhecida || 2) quantas apresentações da obra estão envolvidas || 3) se outra obra com o mesmo título principal foi identificada [...] || 4) se a entrada principal é pelo título [...] || 5) se a obra apareceu originalmente em outra língua || 6) o quanto o catálogo é usado para fins de pesquisa. (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, regra 25.1).

Vale acrescentar que Shinebourne (1979, p. 234) criticou regras enunciadas por expressões como “de acordo com a política da entidade catalogadora” ou “com as necessidades da agência catalogadora” por considerá-las ridículas para figurar em normativa da catalogação. Em nítida desestruturação da entrada principal representativa da obra e sua manifestação, tais expressões induzem as agências catalogadoras a se livrarem da aplicabilidade das regras de título uniforme, sob pretexto de que, por exemplo, elas causam elevados custos financeiros (SHINEBOURNE, 1979, p. 256).

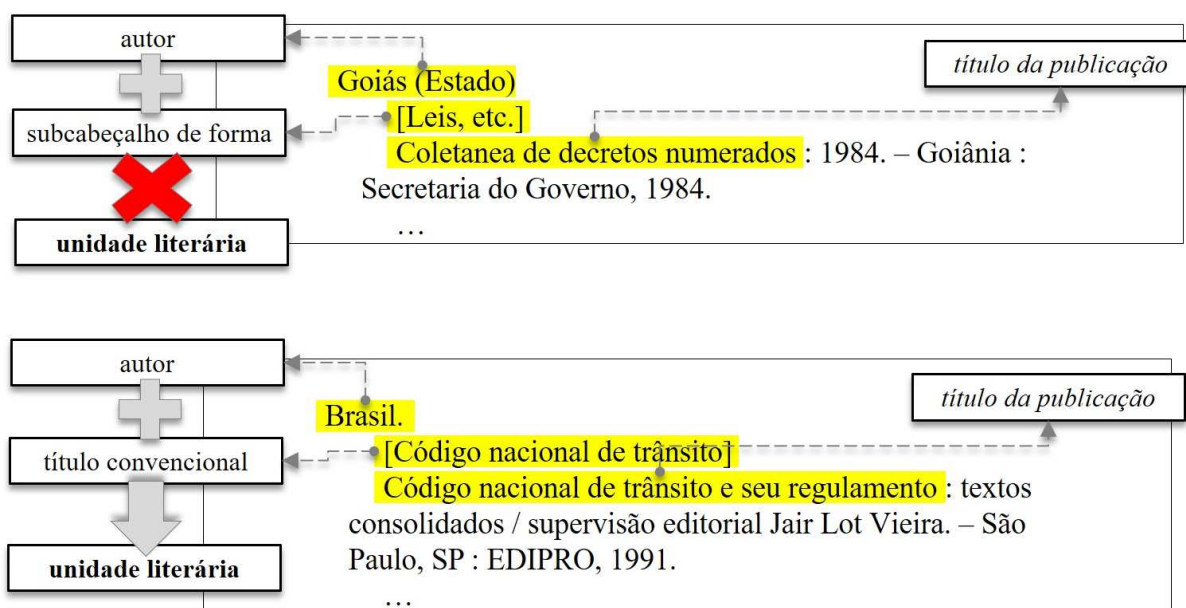
Desse modo, a diversidade de propósitos, as premissas da empregabilidade e a subordinação à política local de catalogação levaram à aplicação desigual do título uniforme em diferentes contextos catalográficos (WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 367). Nesse sentido, a essência original do título uniforme de identificar singularmente o título de uma dada obra não

se efetivou nas edições do AACR2, já que os subcabecçalhos de forma e os subcabecçalhos de termos designativos de duas ou mais obras foram mantidos em suas páginas.

Os primeiros estão presentes, por exemplo, nas regras 25.15 e 25.16, com subcabecçalhos de forma para Laws, etc. e Treaties, etc. designativos de publicações sob essas categorias de obras, os quais já estavam presentes no AACR1. Se, no entanto, os subcabecçalhos designarem leis ou tratados específicos, então é possível admitir que eles assumem nessa condição o valor representativo de uma obra específica.

Por exemplo, no cabeçalho Brasil. Constituição, seu subcabecçalho singulariza a referida obra, não sua forma de publicação. Nas palavras de Lubetzky (2001, p. 408, tradução nossa): “Subcabecçalhos nesses títulos são, de fato, os títulos convencionais, ou nome, pelos quais essas obras são comumente conhecidas.” Essas questões estão ilustradas na Figura 19.

Figura 19 – Subcabecçalho de forma e título convencional em registro bibliográfico do AACR2



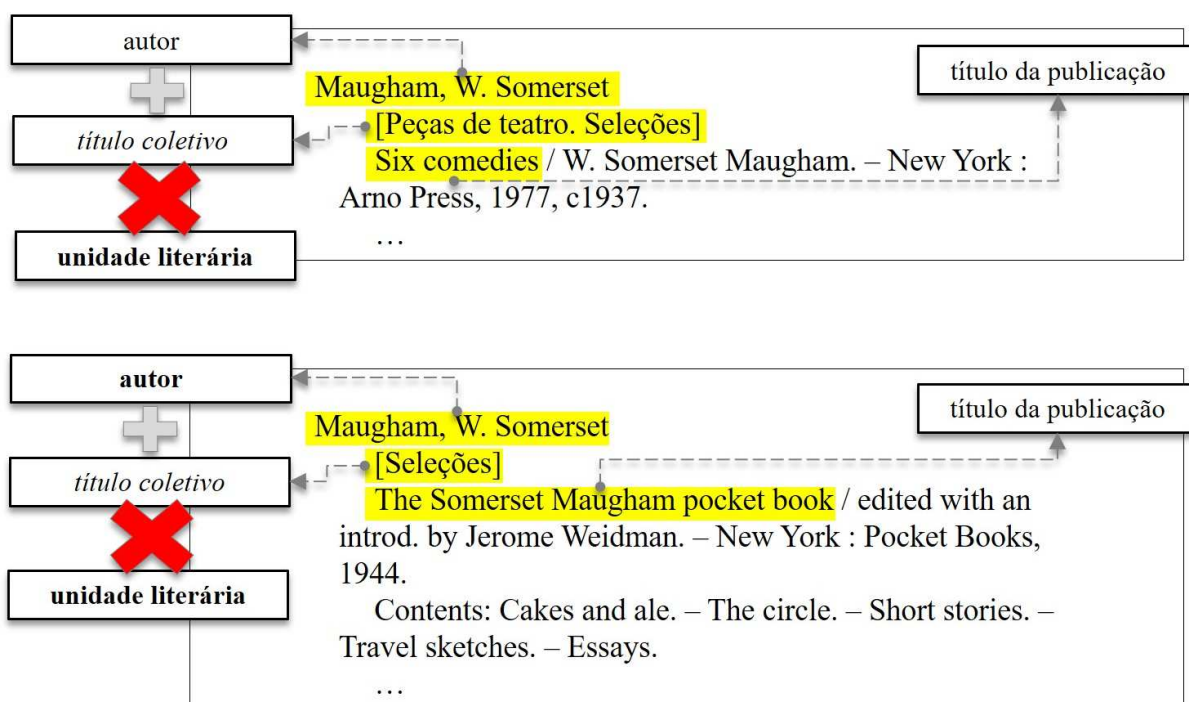
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Outrossim, subcabecçalhos designativos de duas ou mais obras podem ser observados nas regras 25.8 a 25.12, sob termos como: obras, seleções, contos, correspondência, ensaios, romances, discursos, poemas, obras em prosa, peças de teatro etc. Com efeito, a permanência desses cabeçalhos no AACR2 desestruturou a formação dos cabeçalhos representativos de unidades literárias nos registros bibliográficos, numa indicação clara de que os estudos de Lubetzky não foram observados e aplicados de modo pleno no código em questão, como se pode observar na Figura 20, que está na página seguinte.

Aliás, convém enfatizar que os títulos coletivos das regras 25.8-25.10 camuflam e dão sobrevida aos subcabecçalhos de forma no AACR2, segundo Nelson e Marnier (1995, p. 241).

Note-se, por exemplo, que a regra 25.10 autoriza o catalogador a acrescentar termos ao título coletivo de uma lista prévia, os quais se referem a subcabçalhos de forma (contos, correspondência, ensaios, romances, discursos, poemas, obras em prosa, peças de teatro), e autonomia é dada ao catalogador para formular um termo mais conveniente (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, p. 25-16).

Figura 20 – Título uniforme como título coletivo conforme AACR2



Fonte: Adaptado de exemplos do AACR2 (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, cap. 25).

Nota: título uniforme entre colchetes.

Considere-se também que, assim como na sua versão anterior, os acréscimos sugeridos pelo AACR2 ao título uniforme alteraram sua finalidade de identificar apropriadamente unidades literárias, uma vez que alguns acréscimos têm a função de organizar as entradas das diversas manifestações da obra em subgrupos com base na língua, na versão, no ano de publicação, etc., usando elementos específicos de uma edição para identificar a obra em si (DELSEY; DULABAHN; HEANEY apud WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 370). Veja-se o esquema exposto na Figura 21.

Figura 21 – Esquema de formação do cabeçalho e dos subcabeçalhos de título uniforme designativo da Bíblia em entrada principal, conforme AACR2

CABEÇALHO						
principal	subcabeçalhos					
Bíblia.	<i>partes</i>			<i>língua.</i>	<i>versão.</i>	<i>ano de publicação.</i>
	<i>testamento.</i>	<i>livro.</i>	<i>seleções.</i>			
		<i>grupos de livros.</i>	<i>excertos.</i>			

Exemplos:

Bíblia. *A.T. Gênesis XII, 1-XXV, 11 ...*

Bíblia. *Espanhol. Torres Amat. 1871.*

Bíblia. *N.T. Livros apócrifos.*

Fonte: Joint Steering Committee for Revision of AACR (2004, cap. 25.18).

Desse modo, algumas regras do título uniforme no AACR2 são insuficientes para formar cabeçalho representativo unicamente uma obra, porquanto elas orientam a formação de subcabeçalhos referentes a duas ou mais obras que o degradam. Por conseguinte, os critérios tortuosos e dúbios oferecidos por elas para tratar desse atributo documental causam a perda da consistência estrutural entre os registros bibliográficos de catálogo ou de uma base de dados.

Além da questão do título uniforme, cumpre retomar a questão do ponto de acesso secundário por ‘nome-título’ nas entradas catalográficas de que tratamos anteriormente no MARC, ou seja, aquele ponto de acesso do AACR2 cuja formação combina o nome do autor e do título. (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, apênd. D, p. 5).

Não há dúvidas de que o ponto de acesso em questão é representativo de unidades literárias, mas há quem considera certos problemas na combinação dos dois elementos: no primeiro, está a questão de comportar somente uma autoria, a mais proeminente ou a declarada primeiramente, excluindo as demais, mesmo nos casos em que os autores tenham contribuído igualmente; no segundo, constatam Weihs e Howarth (2008, p. 370, tradução nossa), “[...] bibliotecas que criam citações de nome-título [...] usariam o cabeçalho principal e o título principal combinados, refletindo, assim, uma dependência do item à mão, em vez da obra em si.”, ou seja, um cabeçalho de autor combinado com o título da publicação, não da obra.

A despeito desses problemas, é preciso lembrar que a função ponto de acesso secundário por ‘nome-título’ é representar obra, não necessariamente os autores dela, de sorte que a ausência de coautores no primeiro elemento não compromete a função de tal ponto de

acesso; e vale lembrar que o segundo elemento deve ser formado pelo título principal ou pelo título uniforme, este último nem sempre determinado somente pelo item à mão. Por isso, ainda que esses problemas precisem ser observados em certos contextos, as orientações dadas em regras catalográficas para a constituição desse ponto de acesso devem primar pela representação de uma obra, estabelecendo critérios claros para indicar o que se inscreve em cada segmento dele.

O problema do ponto de acesso secundário em questão surge quando ele é contaminado por título uniforme de caráter coletivo, quando ele é formado por subcabeçalhos de forma ou quando há nele acréscimos impróprios à representação de uma dada unidade literária nesse tipo de cabeçalho, conforme regula claramente o próprio AACR2: “Quando necessário, acrescente a indicação de edição, a data etc., ao cabeçalho da entrada secundária de nome-título.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, regra 21.30G).

À questão do título uniforme e da entrada de nome-título, cumpre acrescentar outra incoerência do AACR2 percebida por Shinebourne (1979, p. 233) um ano após sua publicação, quem constatou a inexistência de definição clara nesse código de qual entidade bibliográfica deve ser representada num registro bibliográfico. Em tese, segundo Lubetzky (1969, p. 9), o foco de interesse do usuário é por uma dada obra manifestada numa publicação, por isso ele propôs representá-la assim na entrada catalográfica.

Por vezes, tal entidade bibliográfica foi referida no AACR2 indiscriminadamente por termos como “item”, “obra” e “publicação”, mas só o primeiro foi definido no glossário do código: “Um documento ou um conjunto de documentos sob qualquer forma física, publicado, distribuído ou tratado como uma entidade autônoma, constituindo a base de uma descrição bibliográfica única.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, apênd. D, p. 7). Do modo como tal definição foi redigida, segundo Shinebourne (1979, p. 233), o item pode ser a base de descrição bibliográfica de qualquer coisa que o catalogador desejar.

Imprecisões como essas foram identificadas também por autores como Delsey, com o auxílio de Dulabahn e Heaney, quem constatou ser o termo “obra” uma referência implícita do Código, embora essa entidade seja determinante para a segunda parte do AACR2 (*apud* WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 370).

Outrossim, a base da descrição foi discutida por Wilson (1989) ao analisar o segundo objetivo da Conferência de Paris, relativo à identificação de unidades literárias. No âmbito catalográfico, ele constatou que tal objetivo nem sempre foi cumprido satisfatoriamente e, por vezes, sua efetivação dependia do primeiro objetivo, o qual funcionou como uma espécie de triagem determinadora das obras que deveriam ser representadas em registros bibliográficos. Nesses termos, o cumprimento do segundo objetivo ficou limitado a relacionar publicações com páginas de rosto distintas que manifestam a mesma obra. Para além disso, a despeito de algumas exceções, “[...] as únicas obras consideradas no segundo objetivo são aquelas

que ocupam todo o conteúdo de um ou mais volumes físicos.” (WILSON, 1989, p. 8, tradução nossa).

Dessa forma, o primeiro objetivo acabou por influenciar o modo de representar a publicação como unidade bibliográfica num registro, não como uma publicação que manifesta uma obra: “[...] podemos descrevê-lo [o documento] como um aspecto de uma obra específica, mas o fato básico é que ainda estamos descrevendo um livro, uma publicação periódica específica ou outra unidade de publicação.” (WILSON, 1989, p. 9, tradução nossa).

No entanto, nem sempre a obra é publicada dentro de um único volume documental, já que ela pode ser publicada em dois ou mais volumes documentais ou, em sentido inverso, pode ser publicada dentro de um volume documental com outras obras. Apesar desse fato, não há dúvidas que a catalogação vem sendo influenciada pelo modo como as obras são publicadas, pois essa prática considera primariamente a representação das publicações como produto e secundariamente as obras contidas nelas (WILSON, 1989, p. 8). Isso quer dizer, por exemplo, que duas ou mais obras publicadas em volume documental único simplesmente não contam para serem catalogadas, salvo se o catalogador praticar a catalogação analítica de partes documentais, como capítulos de livros, artigos de periódicos, faixas musicais, dentre outras frações documentais.

Ora, há o pressuposto de que a obra não é menor quando publicada como artigo de um jornal ou em forma de capítulo de livro com outras obras, tampouco “[...] se torna de repente em obra por ser reimpressa separadamente”, e “[...] se acontecer de nós termos duas publicações do mesmo texto, uma como o conteúdo exclusivo de um livro e uma como parte de um fascículo de um periódico ou em várias edições de um periódico, a primeira publicação constará no catálogo, mas a segunda não.” (WILSON, 1983, p. 8, tradução nossa).

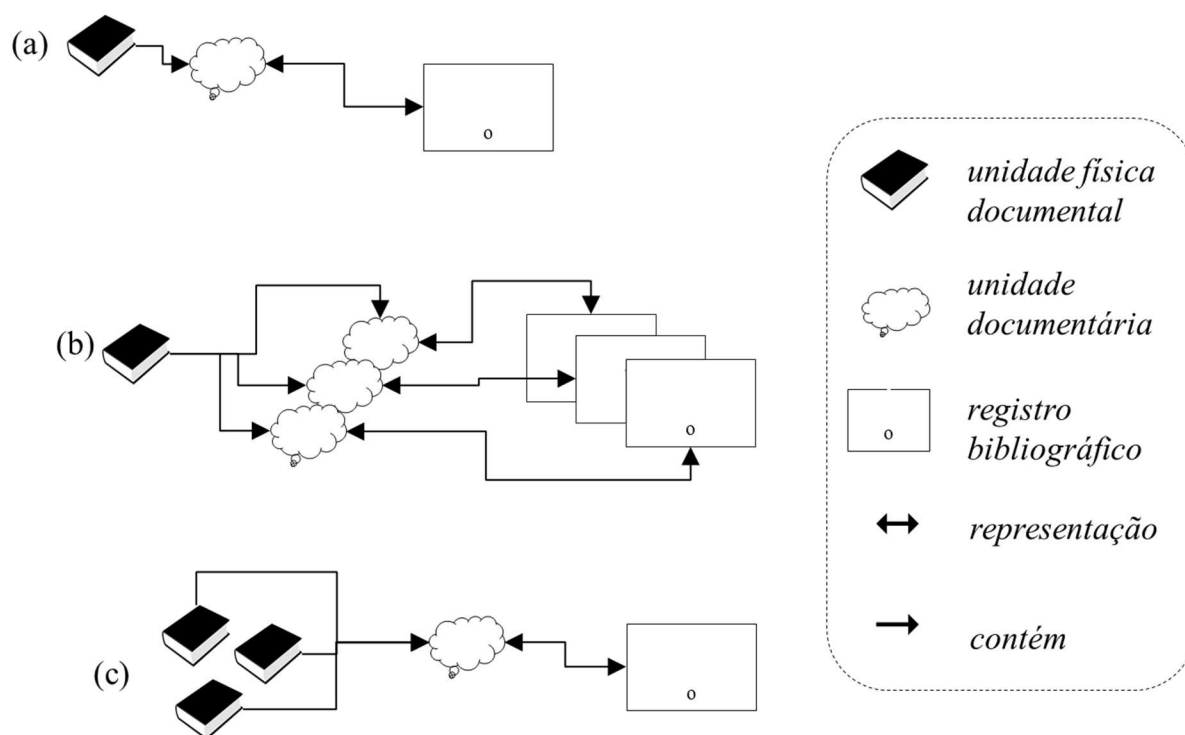
Assim, se se quer enriquecer a prática catalográfica com fundamentos consistentes e cumprir com mais rigor o objetivo de reunir manifestações da obra de um autor específico contidas numa dada coleção documental, não importando como foram publicadas, então é necessário rever a prática de catalogação, de modo a responder porque consideramos a obra em um conjunto documental e desconsideramos-la quando é parte de documento. Como se nota, as questões mencionadas por esse autor orbitam em torno da imprecisão do AACR2 sobre o que representar em registro bibliográfico.

Na Documentação, a questão da base de uma descrição bibliográfica única do AACR2 está mais resolvida, uma vez que já vem sendo discutida no âmbito das unidades de interesse do usuário para fins de representação documental, as quais são abordadas a partir da noção de “unidade documentária”, termo cunhado inicialmente por Briet (1951) como conceito basilar dessa área de estudo: “A *unidade documentária* tende a se aproximar da ideia elementar, da unidade de pensamento, na medida em que as formas do documento se multiplicam, que a

massa documentária aumenta e que a técnica da profissão do documentalista se aperfeiçoa.” (BRIET, 1951, p. 10, tradução nossa).

Nesse aspecto, a partir de Ortega (2009, p. 87), é possível observar que a noção abstrata de **unidade documentária**, passível de representação em registro bibliográfico, permite operar o documento em seus componentes, donde se considera uma **unidade física documental**, a parte material manipulável do documento, e os **conteúdos**, a informação registrada nas unidades. Assim, há uma ordem de todo-parte da qual é possível inferir certos aspectos em torno da compreensão de uma unidade documentária, conforme expresso na Figura 22.

Figura 22 – Relação todo-parte de unidades documentárias e sua representação em registro bibliográfico



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A título de exemplificação: em (a), uma publicação pode conter uma unidade documentária a ser representada num registro bibliográfico, como é o caso de um livro publicado em único volume documental; em (b), dois ou mais capítulos de um livro podem ser unidades documentárias representáveis em seus respectivos registro bibliográfico; em (c), dois ou mais volumes de livros podem constituir uma unidade documentária representável num registro bibliográfico.

Aliás, saliente-se que uma coletânea organizada por um compilador e composta por obras de vários autores pode apresentar duas relações concomitantes de ordem de todo-parte. A coletânea no todo é uma publicação que contém uma unidade documentária

representável em registro, a relação em (a). Outrossim, todas as obras contidas na coletânea são unidades documentárias em si passíveis de serem representadas em seus respectivos registros bibliográficos, que é a relação em (b).

Assim, a compreensão da unidade documentária para fins de sua representação em base de dados que considera unidades físicas documentais é válida para determinar um processo de catalogação mais preciso. Embora a unidade documentária não implique documentos relacionados entre si por uma concepção única, se o dito anteriormente for admitido e combinado com o entendimento de Lubetzky, que o interesse do usuário é por uma dada obra manifestada numa publicação, então a unidade documentária pode ser vista em catalogação como a unidade literária de interesse de usuário, independentemente das partes ou de um ou mais volumes de unidades físicas documentais em que elas se manifestam.

Ante as incoerências nas edições e revisões do AACR expostas nesta seção capitular sobre o trato com a entrada principal, vemos que os ideais de Lubetzky no tocante a um registro bibliográfico representativo de uma obra manifesta numa dada publicação não se efetivou plenamente. Sem dúvida, a primeira edição do AACR progrediu substancialmente comparado com o Código da ALA de 1949, porquanto seguiu em muitos aspectos o que esse estudioso propusera. Todavia, ao combinar Princípios de Paris, Código Rascunhado e práticas catalográficas tradicionais para diminuir impactos de recatalogação nos catálogos de grandes bibliotecas, o AACR1 ficou enviesado, pois comportou subcabecçalhos de forma não representativos de unidades literárias e regrou a formação de títulos coletivos designativos de duas ou mais obras. Além disso, manteve regras pautadas por tipologias documentais que desprezavam os objetivos da catalogação, degradando, inclusive, o método catalográfico de indicar autor e título como representativos da unidade literária, conforme proposto pelo professor da UCLA.

As lacunas mencionadas acima foram mantidas no AACR2, e esse código degradou ainda mais o cabeçalho representativo de obras, uma vez que a autoria de entidades coletivas teve papel diminuído nas páginas desse conjunto de regras. Além disso, o AACR2 buscou “agradar a gregos e a troianos” ao tentar conciliar uma prática de catalogação por entrada principal e por entrada unitária sob título. Em meio a isso e ainda que bem-vinda, o código em questão incorporou a ISBD na parte descritiva de suas regras, sem observar a função peculiar da entrada principal tão enfatizada por Lubetzky. Por isso, as eventuais falhas na proposta do estudioso não são provenientes dele, mas dos caminhos sinuosos trilhados pelas orientações inscritas nas edições e revisões do AACR.

Igualmente, o papel da entrada principal foi diminuído também sob alegação de que sua função não tinha mais valor na catalogação por computador. Todavia, desconsiderar tal função em todos os seus aspectos se mostrou impróprio na implementação do formato MARC, porque este, além de acumular as incoerências do AACR2, acrescentou falhas próprias.

No tocante à entrada principal, temos evidenciado as incoerências presentes num código pautado por fundamentos oscilantes, sobretudo quando se observa o modo de constituir:

o título uniforme e a entrada por nome-título. Ademais, no bojo das imprecisões e oscilações do AACR2 em lidar adequadamente com a entrada principal, esse código não proveu meios decisivos para tratar o que se representa no registro. Em contrapartida, a unidade documental proveniente da Documentação combinada com o ideal de Lubetzky (representar a obra e sua manifestação) são meios possíveis para tornar a representação em registro bibliográfico mais efetiva numa prática catalográfica, por vezes, influenciada e determinada pelo modo como os documentos são publicados.

A incompreensão e a rejeição parciais da proposta de Lubetzky, sobretudo no tocante à função da entrada principal, ocasionaram no código regras complexas e tortuosas para determinar seu cabeçalho, já que há no AACR regras permissivas à presença nos subcabeçalhos de elementos bibliográficos não representativos de uma obra específica. Como consequência, essas sinuosidades induziram muitos profissionais a pensar que a catalogação conduzida por esse código para determinar a entrada principal era complexa – frequentemente confundida com a entrada sob autor – e imprópria para um mundo catalográfico informatizado.

No AACR2, ajustes, revisões e atualizações foram realizados seguidamente, no transcurso do século XX, com o fim de viabilizar uma catalogação independente do cabeçalho de uma entrada principal, especialmente quando este é realizado sob sua autoria. Ao fim desse período, nada disso foi suficiente para tornar esse código aplicável satisfatoriamente na prática catalográfica, como, por exemplo, catalogar documentos digitais criados e mantidos em ambiente Web.

Em meio às revisões desse conjunto de regras, não se percebeu que o problema não era a determinação de uma entrada principal sob autor, mas a incompreensão da função de um cabeçalho da entrada principal dada por Lubetzky, que não se encerra na determinação de um autor, porquanto o título da obra precisa igualmente ser considerado para executar a referida função. Daí vem a questão de se os ideais do estudioso são válidos para a catalogação atual, sobretudo a que se faz em ambientes digitais, conforme se aborda na próxima seção capitular.

6 O REGISTRO BIBLIOGRÁFICO REPRESENTATIVO DA OBRA MANIFESTA NUMA PUBLICAÇÃO

Conforme temos disposto nas seções anteriores sobre a compreensão de Seymour Lubetzky, os objetivos do catálogo – (1) identificar publicações específicas e (2) identificar obras de um dado autor e as edições delas – são viabilizados pelo sentido de uma entrada principal na prática catalográfica que atenda a ambos. Com esse direcionamento, tal entrada não deve atender o objetivo (1) somente, representando a publicação isolada e unicamente, antes deve representá-la como edição ou tradução de uma dada obra, ao mesmo tempo que correlaciona essa publicação com suas congêneres criadas por seu autor ou derivadas de uma mesma obra. Para cumprir tal desígnio, o estudioso propôs que a entrada principal fosse formada de um cabeçalho composto por dois elementos básicos representativos da obra (seu autor e título ou somente o título se o autor não fosse determinado) seguidos dos atributos representativos da publicação em si. Dito nos termos da catalogação realizada por computador, o registro bibliográfico deve ser elaborado a partir de um ponto de acesso representativo da obra seguido dos atributos representativos da publicação que a manifesta.

Na representatividade da obra, o conjunto autor-título ou só o título deve identificá-la de modo único e singular com o fim de distingui-la de outras tantas. No entanto, no universo bibliográfico, há dois aspectos que dificultam a identificação de uma obra por esses elementos: o primeiro se refere à variabilidade de nomes do autor e do título das obras pelos quais eles podem ser denominados nas diferentes publicações de uma dada unidade literária; o segundo diz respeito ao modo de criação da obra, por um ou mais autores, colaboradores, editores, etc., sejam eles autor pessoal ou corporativo.

A solução para lidar com a variação de nomes de autor e de título, segundo Lubetzky, é estabelecer uma forma estável para denominá-los, pois isso é condição indispensável para a representação da obra em todos os registros representativos das publicações que a manifestam. Em tal condição, se dois ou mais registros bibliográficos distintos forem estruturados de um mesmo ponto de acesso representativo da obra, então eles representam duas ou mais manifestações dela, e esse mesmo ponto de acesso pode figurar ainda nos registros representativos de obras derivadas ou adaptadas da obra que se representa no referido ponto de acesso, com o fim de relacionar a obra original com as suas derivações e adaptações. Para esse intento, Lubetzky sugeriu considerar tão somente o autor principal da obra combinado com o título dela para compor o ponto de acesso representativo de unidade literária, mas se tal autor não pudesse ser determinado, então somente o título da obra deveria figurar em tal ponto.

Desse modo, a proposta de Lubetzky considerou o método de combinar dois elementos distintos para representar a obra num registro: autor e título. É inegável que o método empregado pelo estudioso foi determinado pelos objetivos propostos por ele para o catálogo que ele tinha em vista, ou seja, um catálogo de autor e título composto por fichas catalográficas, no

qual a entrada principal representativa da obra e sua manifestação deveria ser produzida para cumprir tais objetivos. Se tal entrada fosse insuficiente para cumpri-los integralmente, então entradas secundárias ou remissivas eram elaboradas com o fim de garantir o cumprimento pleno dos objetivos em questão.

Assim, pelo método de Lubetzky para conciliar objetivos e forma de apresentação do catálogo, o primeiro elemento – autor – predominou sobre o segundo, por isso o estudioso tomou como base o princípio de autoria para estruturar o registro bibliográfico a partir desse elemento bibliográfico. Esse caminho, no entanto, escamoteou sutilmente o sentido de uma entrada principal representativa de uma obra, uma vez que sua função se confundiu frequentemente com uma entrada determinada de uma autoria, segundo Gorman (2000, p. 10).

Já que vem ao caso, alguns autores questionam se o autor da obra pode ser considerado elemento imprescindível à representação da obra no registro, sob alegação de certas autorias serem inconstantes no universo bibliográfico. Wilson (1983), por exemplo, sustentou que a autoria não pode ser levada tão a sério nas publicações escritas por uma pessoa em nome de outrem mais eminente, por isso ele declarou,

Até onde posso ver, deixar de lado a indicação explícita de autoria não seria uma grande perda. Mas pode ser útil e, portanto, desejável especificar funções ou papéis diferentes desempenhados por indivíduos, permitindo a busca por obras das quais um indivíduo é o pretense autor sem recuperar igualmente aquelas das quais ele é o suposto editor ou tradutor ou escritor de introdução. (WILSON, 1983, p. 13, tradução nossa).

Além disso, o próprio Lubetzky (1969) considerou certas variações complexas do nome autoral quando, por exemplo, o indivíduo se identifica com vários nomes ou altera seu nome. Acrescente-se também a necessária distinção entre autores homônimos por meio de um qualificador para esse fim e o modo de inscrever a autoria no cabeçalho do registro bibliográfico, feito geralmente em forma inversa sob sobrenome de família, o que traz em seu bojo, por exemplo, observar sobrenomes compostos peculiares de cada língua.

Em adição, a complexidade em torno da determinação de autoria corporativa contém variações próprias que vão além da mudança de seu nome, do modo pelo qual elas são distinguidas entre si e da forma de composição de seus nomes. A mudança no nome de uma entidade coletiva, por exemplo, pode implicar alterações na sua identidade, o que não acontece na autoria pessoal. Em outra situação, há a complexa questão da subordinação administrativa de certas entidades coletivas que diz respeito ao modo como elas podem ser parte de uma entidade matriz ou podem conter uma ou mais entidades coletivas subordinadas. Ademais, nem sempre é tão fácil determinar quando um indivíduo se expressa em nome de uma entidade coletiva ou se manifesta em seu próprio nome.

De outro lado, a situação de determinar a autoria de uma obra se torna ainda mais complexa quando se considera a condição autoral por trás de sua criação, embora isso seja quase inexistente nas obras criadas por um autor ou nas obras em que a figura de um autor principal é declarada. A complicação se torna real quando é necessário determinar a autoria de uma obra criada por dois ou mais indivíduos sem a declaração de um autor principal,

inclusive se for preciso esquadrihar o nível de contribuição isonômica ou não dada por eles na criação da obra.

Para esta última situação e à luz dos objetivos do catálogo da Conferência de Paris, Lubetzky (1969, p. 32-45) sugeriu meios para determinar qual nome e forma de autoria deveria figurar como autor principal nos cabeçalhos dos registros bibliográficos, sempre levando em conta a função da entrada principal de representar obra e sua manifestação. Por esses meios, temos a compreensão de que não se trata de determinar avidamente uma autoria principal por ela mesma, antes se trata de compor um cabeçalho representativo da obra formado por autoria (um ou mais nomes) e por título da obra inscritos de modo estável e sem ambiguidades, de sorte que cabe as regras instruírem como esses elementos figuram no cabeçalho.

De sua parte, nem sempre as edições e revisões do AACR seguiram as sugestões dadas por Lubetzky, pois não primaram por essa função, antes preferiram adotar soluções incompatíveis com os objetivos da catalogação da Conferência de Paris. Conforme expomos na seção capitular anterior, muitas das soluções foram pautadas, por exemplo, por práticas catalográficas tradicionais, como a aceitação no cabeçalho da entrada principal de subcabeçalhos de forma e de título uniforme de caráter coletivo para designar duas ou mais obras distintas; ou ainda, adoção de dar entrada de todas as publicações sob seus títulos declarados na página de rosto, rejeitando a referida função da entrada principal.

Nesse âmbito, nota-se que seria conveniente se livrar da complexidade de determinar a autoria principal de uma obra a compor um cabeçalho de um registro bibliográfico⁹⁶, o que implica lidar com variáveis atuantes sobre o nome da autoria e na contribuição dada por dois ou mais autores à criação de uma obra. Leve-se em conta ainda que tal complexidade pode ser fonte geradora de julgamentos e decisões pessoais ou subjetivas por parte do catalogador. De fato, tal determinação pode ser tão complexa a ponto de, em certos casos, ser impossível definir uma autoria principal para compor o cabeçalho representativo de obra, por isso, nessas situações, é possível empregar o título como elemento representativo único dela.

E já que vem ao caso, entendemos que o título uniforme de caráter identificador e singularizador da obra é um caminho mais simples e viável para a representar a obra em qualquer situação, mesmo naquelas em que a tradicional combinação de autor-título se faça satisfatoriamente. Note-se que, para além do contexto catalográfico, pessoas, de fato, são identificadas por seu nome e, no caso de homônimos, outras características pessoais são levadas em consideração para esse fim (número de identidade, ocupação, endereço etc.), conforme a necessidade. Dificilmente, uma pessoa será identificada primariamente pelo nome completo de seu pai ou de sua mãe. Também é incomum identificar de modo primário entidade coletiva pelo nome de quem a criou. E o mesmo também é válido para obras.

⁹⁶ A título de informação, 13% do texto do AACR2 trata da determinação do cabeçalho de uma entrada principal, segundo Winke (1993, p. 54).

Com esse entendimento, o título da obra pode ser o atributo primordial à identificação dela nos pontos de acesso que a designam, sendo os outros atributos acrescentados nesses acessos somente para singularizar uma obra dentre outras tantas que apresentarem títulos homônimos, como se faz para individualizar e qualificar os pontos de acesso de autor e de assunto, por exemplo.

Aliás, a determinação pelo título da obra é mais simples comparativamente com a do autor da obra, porque o primeiro varia tão somente quanto ao modo de denominar a obra em suas manifestações, seja na forma de intitulação ou na tradução do título. Assim como se faz na autoria, é necessário estabelecer uma forma estável e única para o título de uma obra em todos os registros das publicações que a manifestam. Isso se faz por intermédio de um título uniforme estabelecido geralmente do título original da obra, sobretudo nas obras traduzidas, ou do título pelo qual ela é mais conhecida num dado contexto catalográfico.

Como se nota, a determinação de um título representativo de uma obra é menos complexa e mais objetiva do que a de um autor principal, por isso valeria adotar somente o título para representar a obra, porquanto o mesmo consegue desempenhar tal função em qualquer situação catalográfica. Desse modo, no lugar de considerar autor principal e título, leva-se em conta primordialmente o título da obra para representá-la.

Certamente, não há dúvidas de que o autor de uma obra é importante para identificá-la, por isso não invalidamos, em absoluto, o método de Lubetzky de combinar autor principal e título para representar unidades literárias nos pontos de acesso dos registros, até porque tal combinação dificilmente produzirá pontos de acesso homônimos. Em contrapartida, buscamos apresentar tão somente um método alternativo para representar obras, dado que, para fins de estruturação do registro como manifestação de uma obra, temos a compreensão de que o título da obra é mais conveniente para representá-la nele, de sorte que o autor da obra deve figurar apenas para fins de individualização de título homônimos das obras, conforme sugere Brunt (1999, p. 334).

Levando em conta a compreensão de Lubetzky sobre a função da entrada principal, as considerações expostas sobre a complexidade de determinar o cabeçalho dela mediante a combinação de autor-título e as alternativas de estruturação pelo título de um cabeçalho alusivo à obra, nas subdivisões desta seção cumpre apresentar estudos referentes à estruturação de um registro representativo da obra e sua manifestação e a representação da obra em registros bibliográfico nos termos dos FRBR da normativa RDA.

6.1 ESTUDOS E PROPOSIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO EM REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

De início, cumpre retomar a proposta de conceber registros bibliográficos a partir de seu título, como defenderam os adeptos da entrada unitária sob título, cujo porta-voz foi Hamdy (1973) e como se deu na proposta inicial da ISBD(S). Lembramos que esta última teve em

conta o assentamento no registro do título distintivo da publicação, prática relacionada ao título chave determinado no ISDS, isto é, um título exclusivo de uma publicação periódica (INTERNATIONAL CENTRE FOR THE REGISTRATION OF SERIAL PUBLICATIONS, 1973, p. 22).

Se combinarmos as duas abordagens, é preciso fazer uma adequação no título, o qual deve ser designativo **da obra**, não **da publicação** que a manifesta. Se ambos coincidirem, somente um será exibido no registro e o outro permanecerá oculto; do contrário, ambos podem ser exibidos. Nesses termos, a adoção de um título uniforme representativo da obra em todos os registros bibliográficos independe do modo como eles serão apresentados ao consulente em catálogos impressos ou em catálogos *on-line*, pois se trata de estruturação do registro; não de apresentação dele. Sobre isso, segundo Ridley (1997, tradução nossa), todos os registros passam a ter,

[...] um título uniforme, um título da obra, e, dentro de um banco de dados, muitos itens podem de fato ser relacionados, então não há limite para quantas versões variantes [da obra] você pode ter, não há problema sobre em que lugar um autor está no registro, não há problema em repetir as informações, já que elas não precisam ser repetidas fisicamente.

Daí se teria a estrutura fundamental de um registro bibliográfico representativo de uma manifestação de uma obra específica, sem alterar a proposta defendida por Lubetzky e os dois objetivos manifestos nos Princípios de Paris. Assim, com esse feitio, o registro bibliográfico identifica publicações específicas, atendendo o objetivo um, e representa as edições de uma dada obra e por ele seria possível acessar às obras de um dado autor, de modo a atender o objetivo dois. No final de contas, parafraseando Wilson (1989, p. 9), o segundo objetivo da Conferência de Paris prevaleceria sobre o primeiro, pois se a obra é o objeto de interesse principal do usuário, então o registro não pode indicar tão somente a publicação; precisa evidenciar também a obra contida nela.

Assim, um título uniforme seria atribuído a toda obra e a representaria em todos os registros bibliográficos das publicações que a manifestam ou que fossem derivadas dela, porquanto tal título seria o cabeçalho da entrada principal, o ponto de acesso a partir do qual o registro bibliográfico seria composto. Vale enfatizar que isso independe do que se representa no registro: se obra manifesta num artigo de periódico, num livro composto por um ou mais volumes documentais ou em qualquer outro tipo de publicação.

Assim como uma *'Collected Works'* contém várias obras, uma coleção editada ou uma publicação seriada pode conter vários artigos (ou obras). **Um registro em nível de obra** deve existir para cada um desses artigos da mesma forma que seria para *Bleak House* dentro dos *Collected Novels* [de Dickens]. Os registros da coleção e do artigo individual estariam vinculados naturalmente na mesma manifestação. [...] Uma obra crítica estaria então vinculada à obra sobre a qual se refere e uma tradução, à obra e, possivelmente, à manifestação específica sobre a qual se baseou, se, por exemplo, fosse a tradução da segunda edição. (RIDLEY, 1997, tradução nossa, grifo nosso).

Nesses termos, o papel de um título uniforme identificador singular da obra ganha força e não pode ser contaminado por títulos coletivos com cabeçalhos ou subcabeçalhos de forma, porquanto estes últimos não têm espaço para figurar como título da obra.

A proposta em questão converge para aquela exposta por Heaney (1995) e para o que Fattahi (1997), Hagler (1997), Vellucci (1997) discutiram, por ocasião da *International Conference on the Principles and Future Development of AACR* (realizada em Toronto, no Canadá). Além desses autores, vale considerar também as propostas de Brunt (1999, p. 334) e de Smiraglia (2004), as quais, tanto quanto os autores citados anteriormente, tratam da função de uma entrada principal, do protagonismo indispensável de um título uniforme no registro bibliográfico e da necessidade de se realizar o controle de autoridades para obra.

Precedendo os FRBR, Heaney, por exemplo, rememorou os estudos de Gorman para defender a necessidade de efetivar um controle de autoridade para título uniforme. Para tanto, sugeriu revisões nos registros MARC com o fim de maximizar o uso deles em banco de dados, o que implica alterar a filosofia do AACR2, direcionando-o a prover meios de estruturar um registro composto por três níveis: obra abstrata, publicação e cópia. Segundo esse autor, todos os três níveis são abrangidos de alguma forma nos diferentes formatos MARC, sobretudo os dois últimos – formato MARC bibliográfico (publicação) e formato MARC para dados de coleção (cópia). O primeiro nível, porém, carece de estruturação mais robusta no âmbito do formato MARC para autoridades, pois isso é necessário para pensar um acesso principal pela “obra abstrata” (HEANEY, 1995).

Fattahi (1997, p. 13), por sua parte, reconheceu a importância da função da entrada principal para designar e identificar obras, ao passo que ela é útil para colocar e posicionar as diferentes manifestações de uma obra, sendo isso essencial para o catálogo *on-line*. Mais que conter informações completas representativas de uma publicação ou ponto de acesso primário a ela, Fattahi enfatizou que o conceito de uma entrada principal ainda é importante porque preserva certas funções básicas do catálogo: “A menos que criemos novos mecanismos para a identificação e colocação uniformes das diferentes manifestações e edições de uma obra, seria imprudente abandonar o conceito de entrada principal.” (FATTAHI, 1997, p. 25, tradução nossa).

A despeito dessa declaração, Fattahi entendeu que a função da entrada principal deveria passar por uma reformulação, sobretudo no título uniforme, com o fim de levar em conta a utilidade dele em meio às potencialidades de pesquisa em OPAC. Daí ele ter declarado: “[...] ainda existe a necessidade de uma forma padronizada do título de uma obra que serve para identificar, colocar e exibir diferentes expressões e manifestações dessa obra.” No entanto ele ressaltou que “[...] para ser útil à pesquisa, à recuperação e à apresentação em catálogos *on-line*, é essencial a reestruturação do conteúdo e da estrutura de títulos uniformes.” (FATTAHI, 1997, p. 15, tradução nossa).

Hagler (1997) criticou o AACR2 por ser insuficiente para pré-coordenar autor principal e título uniforme para designar obras, tendo em conta que o “[...] título uniforme (na maioria das vezes é o mesmo que o título propriamente dito [o da publicação], mas em muitos casos não é e pode incluir outros elementos além das palavras de intitulação).” (HAGLER, 1997, tradução nossa). Por isso, reconhecendo a importância de se identificar a obra no registro

bibliográfico, ele propôs que os títulos das obras fossem controlados mediante um registro de autoridade.

Por sua vez, ao constatar que títulos uniformes nem sempre foram objetos de controle de autoridade, Vellucci declarou: “Para desenvolver um ambiente de catálogo baseado na vinculação completa de obra, os registros de autoridade devem ser criados para todas as obras, o que significa que os títulos uniformes devem ser construídos e aplicados consistentemente para todas as obras.” (VELLUCCI, 1997, p. 23, tradução nossa).

Brunt (1999) também defendeu a necessidade de controle de autoridade para obras, e propôs alternativas para construir um cabeçalho da entrada principal com base no título uniforme. Conforme indicamos anteriormente, ele sugeriu adotar o nome do autor para qualificar tal título e também apresentou outros meios para qualificar obras criadas por dois ou mais autores:

Ainda seria necessário selecionar um qualificador a partir da publicação e poderia ser uma escolha direta de primeiro nome, independentemente da natureza da responsabilidade. Como não teria nenhuma função de recuperação exclusiva, isso não diminuiria o valor do enésimo nome na página de rosto para fins de acesso. Essa abordagem também proporcionaria uma oportunidade para reconsiderar a 'regra de três' (regras de catalogação anglo-americanas, 1998, regras 21.6C2 e 1.1F5) com o objetivo de eliminá-la para fins de indexação, mesmo que fosse mantida a clareza no registro. (BRUNT, 1999, p. 334, tradução nossa).

Outro autor que aborda a importância do controle de autoridade é Smiraglia (2004), considerado por ele como uma quimera da catalogação: “Metaforicamente, a quimera passou a ser usada para descrever fantasias vãs e tolas, e é por isso que escolhi o termo para descrever o controle [quase inexistente] de autoridade das obras.” (SMIRAGLIA, 2004, p. 306, tradução nossa). Ao final do artigo, ele conclamou que a Catalogação deve voltar-se ao estabelecimento do controle de autoridade para obras, sobretudo quando se considera as potencialidades trazidas pelos modelos FR.

Por ora, os autores citados são suficientes para pôr em evidência estudos e proposições que convergem para as ideias de Lubetzky no tocante à representação da obra e sua manifestação em registro bibliográfico. Tais estudos consideram a função da entrada principal exposta pelo estudioso, o protagonismo de um título uniforme na representação da obra no registro bibliográfico e a necessidade de se realizar o controle de autoridades para efetivar plenamente tal representação. É preciso salientar que mesmo a proposta de Hamdy (1973) é proveitosa para estruturar registros à Lubetzky, desde que o elemento título seja o título da obra, não o da publicação. Para além desses estudos e propostas, resta-nos considerar as propostas de representação da obra e sua manifestação expostas nos textos dos FRBR e da normativa RDA, temas das seções subsequentes.

6.2 A REPRESENTAÇÃO DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO NOS *FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS* (FRBR)

Conforme mencionamos anteriormente, os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) surgiram em 1998 e foram seguidos de outros dois modelos complementares – FRAD e FRASAD. Com efeito, a publicação desses modelos marcou um novo período da Era da Autoridade e Escrutínio de Regras Catalográficas, pois a influência deles tem sido tão efetiva a ponto de que se pode considerar, de fato, tratar-se do Período dos Modelos Bibliográficos, quiçá uma nova era.

Note-se também que o impacto trazido pela publicação desses modelos influenciou, em 2009, a revisão da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Daí, em tese, a família dos FR e a nova declaração serviram de base para revisão do AACR2, cujo modelo catalográfico foi substituído por uma nova normativa catalográfica – *Resource Description and Access* (RDA), da qual trataremos na próxima seção.

Aliás, o texto da nova declaração é reelaboração daquela produzida na Conferência de Paris, em 1961, já que as funções do catálogo na versão recente foram detalhadas e ampliadas para abranger outras funções ocultas ou decorrentes das declaradas na versão anterior. Além de abranger a descrição bibliográfica, o texto da versão de 2009 anunciou que sua elaboração levou em conta as grandes tradições catalográficas do mundo e os modelos conceituais da IFLA (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016, p. 4). Sem ir além dessa manifestação, é surpreendente que o novo texto não fez conexões diretas e patentes com sua versão antecessora, inclusive parece renegá-la, porque transparece ser apenas um alinhamento com os FRBR, porquanto a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação de 2009 apresenta entidades similares aos modelos bibliográficos.

Nesse contexto de estudos, de modelos, de declaração e da normativa RDA, vem a questão: a função da entrada principal exposta por Lubetzky é válida para Período dos Modelos Bibliográficos? A resposta aparente é sim, pois tais modelos têm se mostrado promissores à fundamentação dos instrumentos catalográficos, uma vez que eles proveem conceitos, limites e relacionamentos consistentes para representar as distintas entidades bibliográficas num registro bibliográfico. Isso inclui a obra, uma das entidades centrais nos modelos bibliográficos, o que no fim de contas, é a realização dos ideais de Seymour Lubetzky.

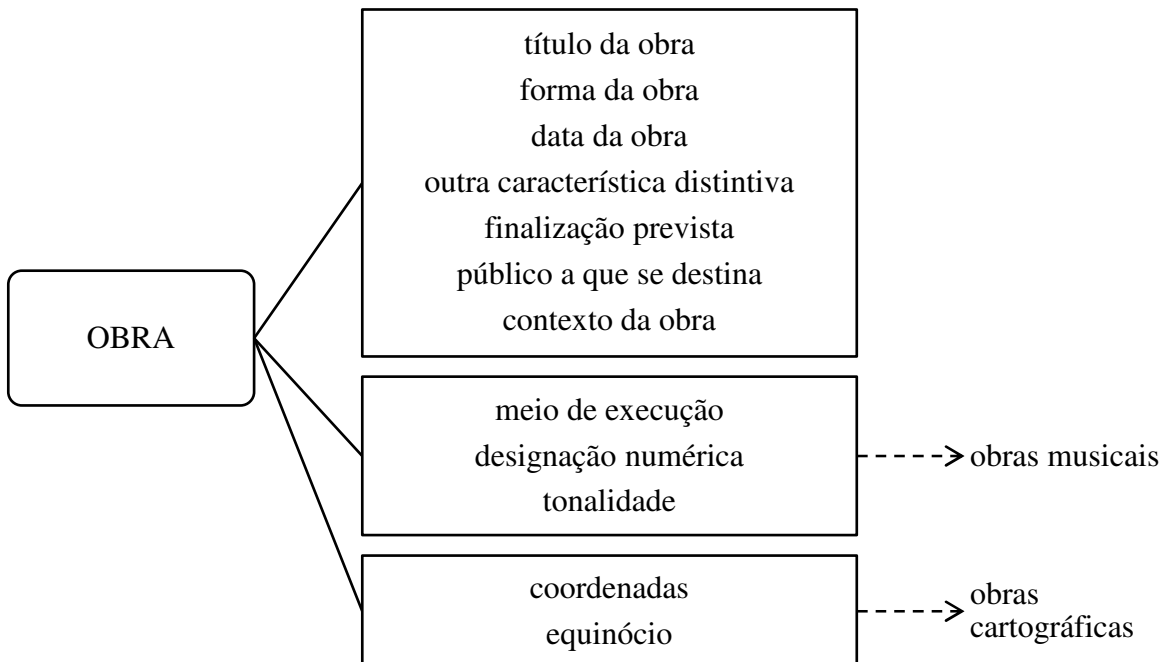
Nos seus termos, os FRBR, tanto quanto os FRAD e FRASAD, foram estruturados conforme a técnica de análise E-R (entidade-relacionamento), divulgada por Peter Chen (1976; 1990) em meados da década de 1970. Nesses modelos, entidade é qualquer coisa ou objeto factível de ser analisado e identificado de forma particular, especialmente por seus atributos, as propriedades que caracterizam a entidade; relacionamento, por sua vez, é uma associação formada por meio de duas ou mais entidades, meio importante pelo qual o usuário formula buscas bibliográficas, interpreta respostas relativamente às suas pesquisas e ‘navega’ pelo

universo de entidades descritas no registro bibliográfico (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009).

Os FRBR preveem dez entidades bibliográficas divididas em três grupos, consideradas elementos-chaves de interesse do usuário de informação (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009): 1) produtos de criação intelectual ou artística: obra, expressão, manifestação e item; 2) responsáveis pelo conteúdo artístico e intelectual, pela produção física e pela difusão ou guarda das entidades do primeiro grupo: pessoa e entidade coletiva; e, 3) conteúdo ou assunto de uma obra: conceito, objeto, evento e lugar.

Assim, no âmbito dos FRBR, a função da entrada principal proposta por Lubetzky aparentemente foi observada de modo mais pleno em seu texto que nos códigos anglo-americanos, sobretudo quando se considera a entidade bibliográfica “obra”. Nesse sentido, surge outra questão: como realizar a função de representar uma publicação em registro bibliográfico como manifestação de uma dada obra nos termos desse modelo conceitual? Isso se faz por meio de atributos representativos da própria obra, os quais são definidos nos FRBR nos termos da Figura 23.

Figura 23 – Atributos da entidade obra nos FRBR



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2009, tradução nossa).

Os atributos **título da obra**, **data da obra**, **finalização prevista**, **público a que se destina** e **contexto da obra** aparentemente são mais claros. No entanto, o atributo **forma da obra**, por exemplo, não é detalhado ou definido satisfatoriamente, posto que o Modelo FRBR

se limitou a apresentá-lo mediante termos, como: romance, peça teatral, poema, ensaio, biografia, sinfonia, concerto, sonata, mapa, desenho, pintura, fotografia etc. (remete parcial e aparentemente aos cabeçalhos de títulos uniforme de caráter coletivo ou de subcabeçalho de forma do AACR2). Nesse aspecto, a definição apresentada pela normativa RDA também não avança substancialmente, pois designa tal atributo como “classe ou gênero da qual a obra pertence.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2011, cap. 6, p. 17, tradução nossa), e os exemplos citados na RDA seguem os mesmos teores dos FRBR.

Embora exemplificar seja uma forma admissível de definir quando o aspecto fundamental está nos exemplos, o que se listou nos FRBR não evidencia tal aspecto. Logo, valeria esclarecer a definição de forma da obra, porquanto os exemplos elencados para definir esse atributo misturam formas, gêneros e tipos documentais, por isso não há como identificar o fundamento sobre o qual se determina inequivocamente o atributo em questão.

Por sua parte, nos termos dos FRBR, o atributo **outra característica distintiva** pode ser qualquer coisa distinta dos atributos anteriores que sirva para diferenciar a obra de outra com o mesmo título. Além desse atributo, há atributos exclusivos de obra musical (meio de execução, designação numérica, tonalidade) e de obra cartográfica (coordenadas e equinócio). Mais uma vez, o Modelo FRBR não explicitou as bases que determinaram esses atributos específicos. Lembramos que Lubetzky, ao se deparar com regra catalográfica específica para correspondência, indagou por que não se fez regras específicas para diários, notas, lembranças, reflexões, ensaios, leituras e outras formas de escrita, por isso, no âmbito dos FRBR, é possível questionar se não haveria atributos específicos em outros tipos de obras (audiovisual, textual e outras). Além disso, mantendo a lógica do estudioso, constatamos que o atributo outra característica distintiva e os atributos exclusivos de obras musicais e cartográficas nos FRBR parecem colidir ou se sobrepor, pois ambos poderiam ser assinalados simplesmente como “característica distintiva”.

Além desses senões, três atributos precisam ainda ser examinados: **título da obra**, **data da obra** e **contexto da obra**. O primeiro tem papel fundamental na identificação da obra, sobretudo quando se constata que ele tem relação direta com a aplicação do título uniforme como representação do título da unidade literária, conforme assinalaram Weihs e Howarth (2008, p. 374) e conforme tratamos na seção anterior. No âmbito dos modelos e da normativa RDA, vale acrescentar que o termo “título uniforme” foi substituído pelo termo “título preferido” para se referir ao título da obra nos FRBR, tendo em conta que, seja qual for o termo, a aplicação de tal título deve estar orientada a identificar obra. Assim, embora sua denominação seja alterada, “títulos uniformes agora são vistos unilateralmente como dispositivos de relacionamento eficazes para tornar conhecidas muitas das relações bibliográficas que existem entre vários tipos e formatos de material atualmente.” (VELLUCCI, 1990, p. 55, tradução nossa).

Por ora, vamos manter o termo “título uniforme” ou “título da obra” como atributo fundamental da entidade bibliográfica em questão. Em tese, qualquer variação titular da obra pode ser usada como título uniforme, conforme certo autor expressou por intermédio de um exemplo de uma obra escrita originalmente em russo e traduzida para o alemão: “O título uniforme da língua alemã ou o original russo seria qualificado com um termo indicando que a língua era o original russo. Deve se lembrar que o título uniforme poderia ser qualquer dos nomes variantes da obra.” (CARPENTER, 1989, p. 88, tradução nossa). Desse modo, o título uniforme, por exemplo, pode ser um título traduzido em português no contexto catalográfico brasileiro; não o título uniforme na língua original. Apesar disso, na prática, o título uniforme é formado geralmente do título original de uma obra ou do modo titular pelo qual ela é conhecida dentro de um contexto catalográfico.

Dessa forma, a estrutura de um ponto de acesso representativo da obra composto num registro bibliográfico exige que aquele seja o designativo único para a identificar e a singularizar dentre outras tantas, como acontece no ponto de acesso representativo de autor ou de um descritor de assunto, por exemplo. Se o título for suficiente para identificar e singularizar a obra, então temos um ponto de acesso pelo qual o registro bibliográfico pode evidenciar a obra e sua manifestação. No entanto, o problema surge quando o título da obra é comum a duas ou mais obras distintas entre si. Nesses casos, é necessário acrescentar outros atributos nos pontos de acesso de obras com título homônimo, com o objetivo de distingui-las entre si com uso de qualificadores, como se faz com autor e assunto.

Nessa altura, passamos a considerar, o atributo **data da obra**, o ano de sua criação ou, na ausência deste, o ano de publicação de sua primeira edição, tendo em conta que a obra só existe quando se torna real, ou seja, quando se realiza e se manifesta num documento, porquanto a obra precisa de um instante inicial para ser reconhecida.

No entanto, a ausência ou a indeterminação de tais datas inviabiliza muitas vezes a distinção de obras com títulos homônimos, por isso o contexto da obra pode ser mais útil a tal distinção, ou seja, o “contexto histórico, social, intelectual, artístico ou outro dentro do qual a obra foi originalmente concebida [...]” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 34, tradução nossa). Do modo que está, o conceito é amplo, por isso os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) proveram dois atributos distintos para tentar refinar esse atributo: local de origem da obra e história da obra. O primeiro é o país ou região geográfica em que a obra se originou; o segundo tem a ver com histórico da obra, como a mudança de títulos de publicações periódicas, por exemplo (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2013).

Seja qual for o atributo diferenciador a usar, o importante é garantir a unicidade de um ponto de acesso representativo da obra, pelo qual é possível vinculá-la a todos os registros bibliográficos com publicações que a manifestem ou com as obras derivadas dela. Assim, nos

termos da família dos FR, pela combinação desses atributos, é possível observar que os referidos modelos convergem para a proposta de representar unidade literária de modo mais efetivo comparativamente ao que as edições do AACR realizaram. No âmbito dessa família, faltaria, no entanto, discernir e definir seus atributos com mais clareza, sendo isso uma das lacunas que impedem a estruturação plena de registros bibliográficos consistentes.

Para além dessa lacuna, vale mencionar que os atributos da obra expostos pelos FRBR não preveem a adoção do autor como atributo da obra. No entanto, uma leitura mais atenta no FRAD revela que a composição de um ponto de acesso controlado admite a combinação autor-título da obra para representá-la: “Um ponto de acesso controlado pode ser baseado em uma combinação de dois nomes e/ou identificadores, como no caso de um ponto de acesso de criador/título representando uma obra que combina o nome do autor com o nome (ou seja, o título) da obra.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2013, p. 6). Essa possibilidade está presente no texto da normativa RDA, o código catalográfico anglo-americano substituto do AACR2, da qual trataremos na seção subsequente.

6.3 A REPRESENTAÇÃO DA OBRA E SUA MANIFESTAÇÃO EM *RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS* (RDA)

Inspirada dos modelos conceituais expostos na seção anterior e do AACR2, a recente normativa RDA manteve o método de representar pontos de acesso de nome-título do AACR2 para representar obra, ou seja, nos termos da regra 6.27.1 (Pontos de acesso autorizado de obras) a elaboração deles combina uma forma exclusiva de autor e de título uniforme. Isso implica a existência da complexidade de se determinar o autor principal da obra, conforme estabelecido anteriormente no AACR2.

Antes de prosseguir, no entanto, importa mencionar que essa normativa foi estabelecida em 2013 e sua elaboração buscou abranger pretensamente uma série de objetivos e propósitos, a saber: apresentar estrutura similar ao AACR2, do qual dá continuidade; compatibilizar-se com formatos de registro bibliográfico e com padrões de metadados; modelar o registro bibliográfico, de maneira a favorecer o acesso do usuário a qualquer mídia em ambiente Web; apresentar regras para novos formatos e mídias; utilizar-se das potencialidades do ambiente Web em benefício do usuário de informação, valendo-se desse ambiente para ser ela mesma um produto digital com interfaces interativas; ser utilizável internacionalmente pela comunidade bibliotecária, inclusive pelas comunidades museológicas, arquivísticas e publicadoras de documentos (OLIVER, 2011; HART, 2010).

Com tantos objetivos e propósitos a cumprir, a RDA vem se caracterizando por ser uma norma híbrida, “[...] feita para funcionar com os recursos tradicionais de uma biblioteca, como

interagir com bases tanto analógicas como digitais em um ambiente de rede.” (SILVA *et al.*, 2012, p. 115). Como um *déjà vu* do AACR2 que tentou agradar adeptos da entrada principal e da entrada unitária sob título, isso não tem se mostrado tão simples assim, como se pode ver em sua pretensão de ser utilizável internacionalmente por diversas comunidades com abordagens documentais distintas.

Veja-se que um estudo efetivado por um grupo de trabalho formado no âmbito da *Association française de normalisation* (AFNOR), instituição responsável pelas regras francesas de catalogação, analisou e avaliou as regras da normativa RDA, chegando a algumas conclusões preliminares, que são reveladoras dos limites dessa normativa e que não podem ser desprezadas, pois têm implicações nos objetivos e avanços dessa normativa. Para citar algumas (LERESCHE; BOURDON, 2011, p. 2-4): pouco reconhecimento ou citação a documentos elaborados pela comunidade internacional de catalogação e muitos dos documentos da IFLA; tratamento predominante para países anglo-americanos; e desconsideração das distintas culturas que há no mundo, como, por exemplo, as obras jurídicas do Direito Romano distintas à tradição jurídica anglo-americana. Quanto às ambições internacionais da RDA, Leresche e Bourdon (2011, p. 2) constataram também que elas parecem, ao menos, questionáveis, porquanto a RDA é uma dentre outras interpretações possíveis do Modelo FRBR. Que isso seja enfatizado, trata-se de uma interpretação.

No tocante ao alinhamento com o AACR2, é possível observar que muitas regras da RDA têm redação similar ao código antecessor, embora alguns conceitos e terminologias tenham sido redefinidos ou revisados, alguns dos quais citamos: cabeçalho \Leftrightarrow ponto de acesso autorizado; título uniforme \Leftrightarrow título preferido; descrição física \Leftrightarrow descrição do suporte; designação geral do material (DGM) \Leftrightarrow tipo de mídia, de suporte ou de conteúdo; dentre outros. Isso foi feito para alinhar as terminologias e a estrutura lógica da RDA com os modelos FRBR e FRAD. Ademais, vale considerar que a normativa RDA não determina uma ordem de elementos e pontuação de descrição como preceituou a ISBD, no entanto a estrutura desse padrão pode ser vista como uma orientação à exibição dos elementos da RDA, mantendo assim alguma compatibilização com os catálogos estruturados pela ISBD e pelo AACR2.

Levando isso em conta, podemos então retomar o exame das regras da normativa RDA reguladoras da formação dos pontos de acesso sob obras. De início, é possível constatar que a complexidade delas não é tão grande, visto que muitas, mesmo ajustadas metodologicamente, apresentam instruções similares às das regras do AACR2. Por exemplo, se houver um único autor ou um autor principal da obra, basta indicar a forma autorizada de nome de pessoa, da família (entidade acrescida pelos FRAD) ou da entidade coletiva combinada com o

título uniforme – o título preferido (regra 6.27.1.2⁹⁷ e 6.27.1.3⁹⁸). Não havendo um autor principal entre dois ou mais autores responsáveis pela criação da obra, então o primeiro autor apresentado na obra publicada é tomado para compor o ponto de acesso à obra, conforme se ilustra na Figura 24.

Figura 24 – Exemplo de ponto de acesso sob obra na normativa RDA

<p>autor e título da obra (ponto de acesso autorizado à obra)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tracey, John Paul. <i>Managing bird damage to fruit and other horticultural crops</i>
<p>título da publicação</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Managing bird damage to fruit and other horticultural crops</i>
<p>autores da obra</p> <ul style="list-style-type: none"> • John Tracey, • Mary Bomford, • Quentin Hart, • Glen Saunders, • Ron Sinclair

Fonte: RDA Toolkit (2019).

A regra 6.27.1.3 provê ainda alternativas⁹⁹ que permitem a inscrição de todos os nomes autorais no ponto de acesso em questão; noutra direção, porém, dá alternativa de estabelecer ponto de acesso de obra com imagem em movimento tão somente sob o título uniforme dela.

⁹⁷ **RDA. Regra 6.27.1.2:** “If one agent is responsible for creating the work (see 19.2.1.1), construct the authorized access point representing the work by combining: a) the authorized access point representing that person (see 9.19.1), family (see 10.11.1), or corporate body (see 11.13.1), as applicable; b) preferred title for work (see 6.2.2).” (RDA..., 2019).

⁹⁸ **RDA. Regra 6.27.1.3:** “If two or more agents are collaboratively responsible for creating the work (see 19.2.1.1), construct the authorized access point representing the work by combining: a) the authorized access point representing the person (see 9.19.1), family (see 10.11.1), or corporate body (see 11.13.1) with principal responsibility; b) preferred title for work (see 6.2.2).” (RDA..., 2019).

⁹⁹ Alternativas sob a **RDA. Regra 6.27.1.3:** “Construct the authorized access point representing the work by combining: a) the authorized access points for all creators named either in manifestations embodying the work or in reference sources; [...] Moving image works. For motion pictures, videos, video games, etc., construct the authorized access point representing the work using a preferred title for work [...]” (RDA..., 2019).

Esta última alternativa, no entanto, não observa a condição autoral, antes observa a tipologia documental, o que não coaduna com o entendimento de Lubetzky no tocante ao sentido de um ponto de acesso à obra. Nos termos desse estudioso, tal tipologia não deveria estar em causa na representação da obra e sua manifestação em um registro bibliográfico, porque o criador principal de uma obra cinematográfica lançada em DVD pode ser também o criador da mesma obra publicada de outra forma ou pode ser criador de outras obras. Se a alternativa da regra pautada na tipologia for aplicada, então a estruturação do ponto de acesso para cada uma das obras do referido criador será desigual.

Aliás, há outros casos em que somente o título da obra deve figurar no ponto de acesso à obra: obras compiladas por um ou mais compiladores (regra 6.27.1.4¹⁰⁰) e obras de autoria indeterminada (regra 6.27.1.8¹⁰¹). Outros atributos da obra – forma da obra, data da obra, local de origem e outra característica distinta – vão compor o ponto de acesso à obra somente para fins de distinção deste (regra 6.27.1.9¹⁰²), o que pode ser útil quando somente o título da obra figura como acesso. Para além disso, subcabecçalhos de forma ou títulos designativos de duas ou mais obras foram abolidos do texto da normativa RDA. Nesse aspecto: Vitória de Lubetzky, enfim!

Diante do exposto, nota-se que a normativa RDA apresenta certas lacunas a serem examinadas, pois concorrem à desestruturação de registros bibliográficos. Tal normativa, por exemplo, mantém vínculos com o AACR2, porque permite práticas híbridas de catalogação determinadas pela tipologia documental ou pelas condições de autoria. Em adição, tal normativa foi elaborada para abranger pretensamente uma série de objetivos e propósitos, a fim de agradar a “gregos e troianos”, repetindo aquilo que o AACR2 fez com adeptos da entrada principal e da entrada unitária sob título. Contraditoriamente, a ironia por trás dessa agraciação é que a normativa RDA não fez caso dos documentos produzidos pela comunidade internacional de Catalogação e nem levou em conta as distintas culturas existentes no mundo, como, por exemplo, a tradição do Direito Romano comparada à tradição jurídica anglo-americana.

Seja como for, na aplicação dessas regras, os catalogadores precisam estar cientes do entendimento de Lubetzky pelo qual a publicação deve ser representada no catálogo ou na

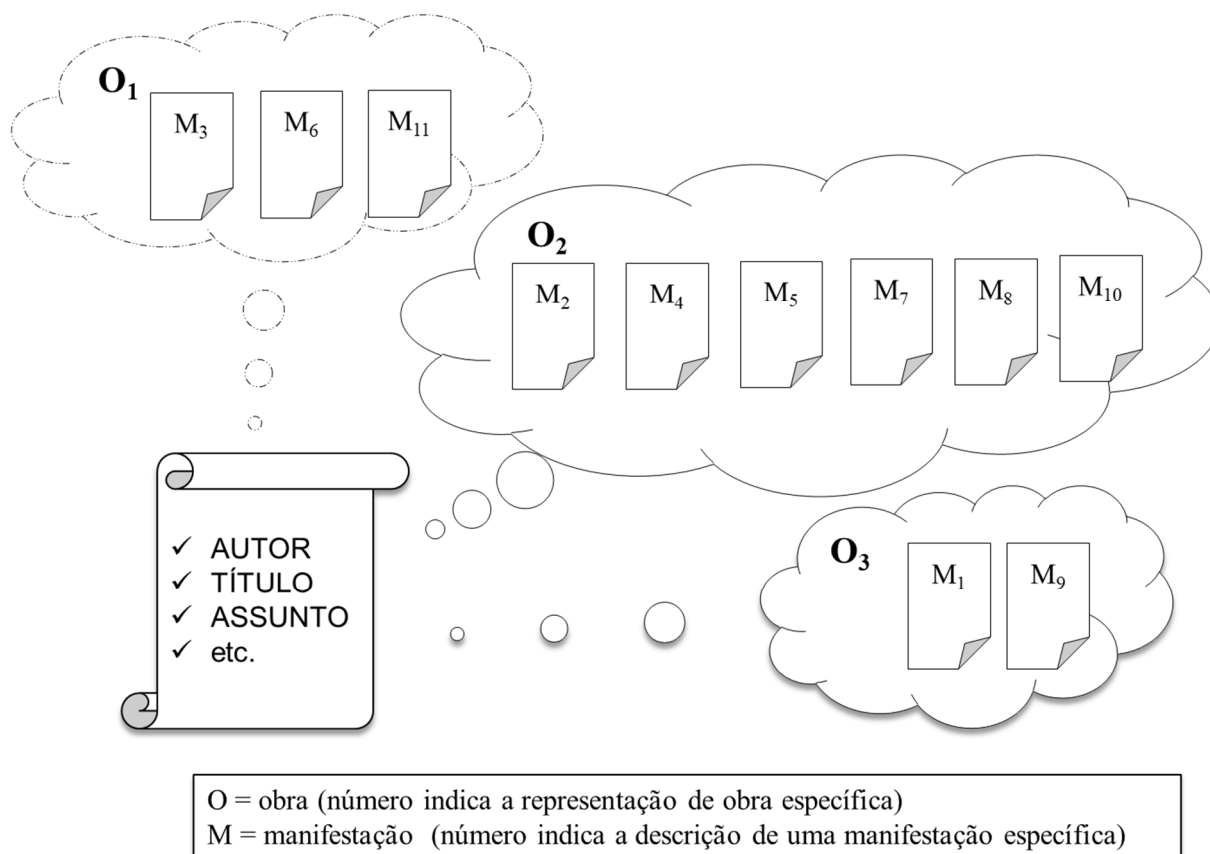
¹⁰⁰ **RDA. Regra 6.27.1.4 RDA:** “If the work is a compilation of works by different agents, construct the authorized access point representing the work by using the preferred title for the compilation (see 6.2.2).” (RDA..., 2019).

¹⁰¹ **RDA. Regra 6.27.1.8:** “If the work has been attributed to one or more agents, but there is uncertainty as to the probable agent responsible, construct the authorized access point representing the work by using a preferred title for work (see 6.2.2).” (RDA..., 2019).

¹⁰² **RDA. Regra 6.27.1.9:** “Include additional elements in authorized access points if needed to distinguish the access point for a work: from one that is the same or similar but represents a different work or from one that represents an agent or place. Include one or more of the following elements, as appropriate: a) form of work (see 6.3); b) date of work (see 6.4); c) place of origin of work (see 6.5) and/or d) other distinguishing characteristic of work (see 6.6).” (RDA..., 2019).

base de dados como manifestação de uma obra, sendo esse um aspecto fundamental que não pode ser ignorado na sustentação interpretativa de qualquer modelo catalográfico. Com esse direcionamento, o legado de Lubetzky em *Catálogo se efetiva* do modo que esquematizamos na Figura 25.

Figura 25 – Agrupamento de registros bibliográficos representativos da obra manifesta numa publicação

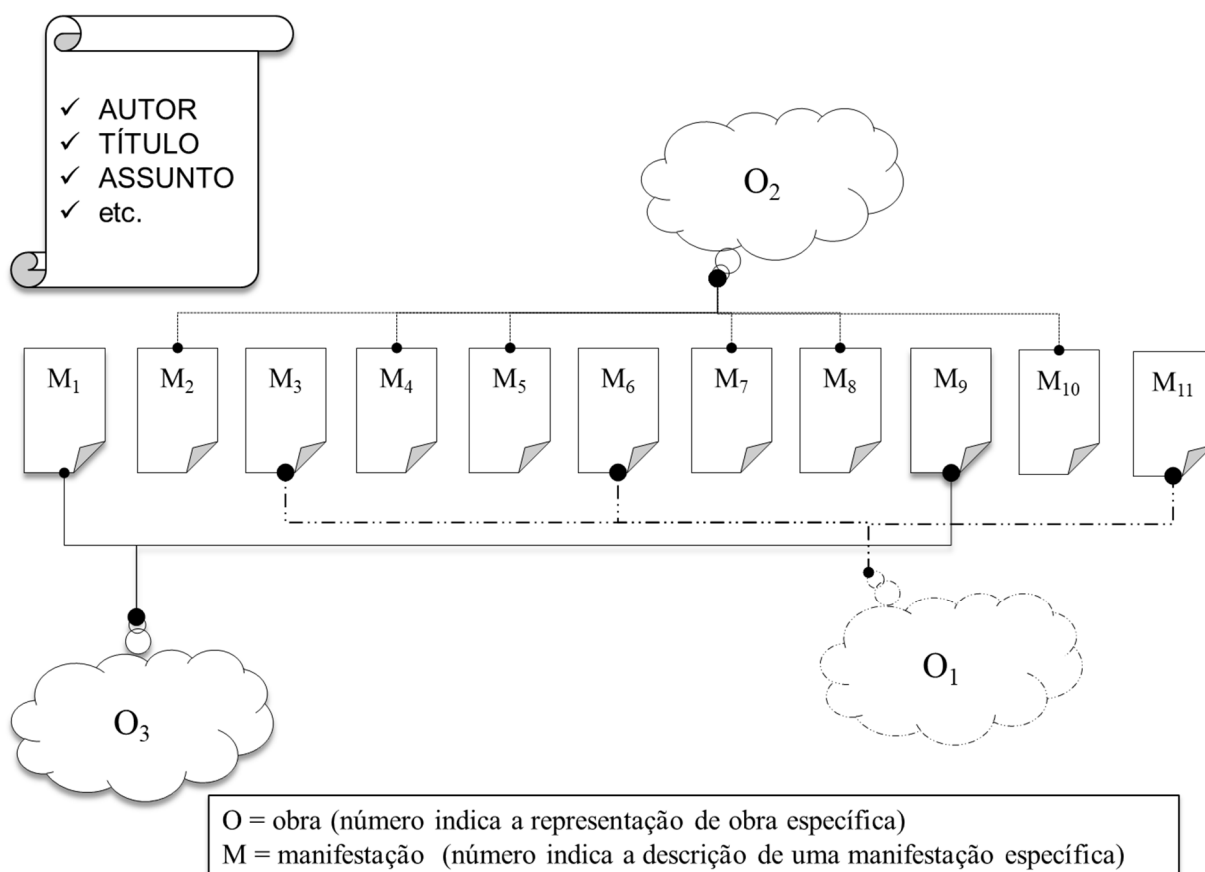


Fonte: Elaborado pelo Autor.

Como se nota, ao estruturar o registro bibliográfico enquanto representação da obra e sua manifestação, os agrupamentos formados de tal estrutura determinam a ordem de apresentação de registros para qualquer forma de busca (por autor, por assunto, por título etc.), e isso vale tanto para catálogos *on-line* quanto para os catálogos impressos ou em fichas. Tudo isso começa por um cabeçalho representativo da obra no registro bibliográfico, seja ele formado da combinação de autor-título, conforme a tradição anglo-americana, seja ele composto do título da obra, de elaboração mais simples e menos complexa do que o anterior. Nesta última opção, quanto mais títulos homônimos designativos de duas ou mais obras distintas venham a compor o catálogo mais atributos são acrescentados ao ponto de acesso representativos das novas obras, com o fim de identificar e singularizar cada uma delas entre si.

Por outro lado, se a função da entrada principal dada por Lubetzky for desconsiderada na formação de um registro bibliográfico, sobretudo na tendência de representar tão somente a unidade bibliográfica, então o resultado se efetiva conforme a Figura 26.

Figura 26 – Agrupamento de registros bibliográficos ordenados pelos títulos das publicações



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Por sua parte, estruturar o registro bibliográfico enquanto representação da manifestação determina a ordem de apresentação de registros sob os títulos das publicações nas diferentes formas de busca (por autor, por assunto, por título etc.). Por tal estruturação, é possível que as relações de equivalência e de derivação de uma obra sejam perdidas ou espalhadas pelo catálogo, embora a unidade literária possa ser rastreável eventualmente pelos pontos de acesso inscritos nos registros de suas manifestações. É plausível que a representação de unidades bibliográficas seja válida em certos contextos bibliográficos, sobretudo se tais equivalências e derivações forem desprezíveis ou desnecessárias. Contudo, quem se vale dessa possibilidade deve estar ciente de sua escolha e das implicações que isso acarreta.

O método de combinar autor-título proposto por Lubetzky tem mérito e deve ser observado na representação da obra em registro bibliográfico. Todavia, sua aplicação na prática se

deu por meios complexos e desiguais, porque os códigos anglo-americanos publicados após os estudos do professor da UCLA não observaram de todo as soluções dadas por ele no tocante à função da entrada principal, porquanto as edições e revisões do AACR trilharam caminhos tortuosos para determinar incoerentemente tal combinação ou não a seguiram plenamente devido a condicionantes políticos, econômicos e tradicionais da catalogação.

Como vimos, no entanto, alguns estudiosos contemporâneos da catalogação, os recentes modelos bibliográficos e a normativa RDA têm sugerido meios adequados para lidar com a representação de unidades literárias nos registros bibliográficos, compatíveis com a função da entrada principal definida por Lubetzky.

Os primeiros, além de reconhecerem a validade da função de um cabeçalho da entrada principal, propuseram meios para estruturar um registro representativo da obra e sua manifestação, sobretudo valorizando um título uniforme sustentado pelo controle de autoridades para obra. No âmbito dos modelos bibliográficos e da normativa RDA, eles foram, de fato, concebidos para considerar a representação em registro de certas entidades bibliográficas, dentre as quais está a obra e a manifestação, e de seus atributos. Nos termos deles, a questão central é como representar os atributos da obra e sua manifestação em registro. No entanto, alguns dos atributos básicos da obra nos FRBR e nos FRAD são definidos impropriamente; por sua vez, a normativa RDA contém regras para estruturar registro bibliográfico representativo da obra e sua manifestação, mas apresenta alternativas que podem realizar isso de modo desigual.

A despeito desses senões, por tais estudos e instrumentos catalográficos é possível afirmar que a proposta de Lubetzky permanece válida para a catalogação por meio de computador tanto quanto foi válida para os catálogos impressos ou em fichas. Por isso, os modelos bibliográficos atuais podem ser considerados como herdeiros daquilo que o estudioso desenvolveu e efetivou nas décadas de 1950 e de 1960, porquanto por eles se pode estruturar uma entrada principal representativa da obra e sua manifestação.

Manter tal integridade estrutural nos registros bibliográficos começa pelo necessário controle de autoridade para obras que dê um caráter exclusivo ao ponto de acesso aos registros nos quais elas são representadas, sendo isso prática imprescindível para a catalogação de nossos dias que observa o relacionamento das publicações equivalentes e derivativas de uma unidade literária.

Com esse entendimento, podemos então cumprir de modo mais pleno as funções do catálogo expostas na Conferência de Paris, com uma pequena inversão da ordem delas, nestes termos: (1) agrupar obra de um dado autor e as edições de uma dada obra; (2) identificar publicações específicas. De fato, a recente Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação de 2009 ampliou e especificou essas funções, mas seu texto deveria, antes de mais nada, reafirmar veementemente que tudo parte do pleno cumprimento das funções do catálogo expostas em 1961, o que em última instância provém do ideal de Seymour Lubetzky para a Catalogação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitarmos a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação, é possível concluir que sempre haverá uma “entrada principal sob” algum ente bibliográfico. Embora pareça óbvio, a questão é saber como isso se faz na estruturação de um registro bibliográfico, tendo em conta que as eras e os períodos históricos da Catalogação revelam que a função de uma entrada principal foi vista essencialmente como aquela composta por todas informações necessárias à representação de uma dada publicação, da qual poderiam ser feitas entradas secundárias com as referidas informações mais resumidas.

Frequentemente, a entrada principal foi confundida com a entrada de autor, em razão de ela, em geral, ser feita sob um cabeçalho autoral seguido da descrição bibliográfica, na qual o elemento inicial era o título da publicação que se catalogava. Na ausência do autor, somente o título da publicação figurava como cabeçalho da entrada principal. Em muitas situações, tal sequência combinatória conseguiu eventualmente reunir as obras de autor, ainda que parcialmente.

Nessa direção, Panizzi observou que, em catalogação, o leitor conhece e se interessa por obras e nem sempre está ciente das nuances de edição ou de tradução das mesmas, por isso buscou prover orientações nas *91 Regras* que possibilitassem a estruturação de entradas a partir da obra. No entanto, apesar de seu esmero catalográfico, ele não pôde avançar tanto quanto queria.

No tocante à função da entrada principal, Jewett e Cutter não avançaram substancialmente, embora eles tenham depurado parcialmente certos aspectos do cabeçalho de tal entrada não relacionados ao autor ou ao título. Ainda que se pautasse por entradas sob autor, o primeiro deles valeu-se em sua prática catalográfica de um método parecido com o da entrada unitária sob título; por sua vez, o valor do segundo se deu por intermédio dos objetivos catalográficos que propôs, embora ele os flexibilizasse a favor da conveniência do público.

Com a formação de associações bibliotecárias nos Estados Unidos e no Reino Unido, os ideais e os estudos desses pioneiros ganharam força na catalogação anglo-americana e direcionaram as ações catalográficas dessa comunidade, sobretudo para constituir regras catalográficas aplicáveis na catalogação cooperativa do início do século XX, impulsionada pelo serviço de fichas impressas da LC.

Desprovida de objetivos e princípios, as regras constituídas naquele tempo – sobretudo o Código da ALA de 1908 com suas revisões e adições – se tornaram complexas, sem causa ou razão, uma vez que elas foram definidas a partir de situações ou casos específicos surgidos na prática catalográfica, como uma espécie de jurisprudência catalográfica sem critérios regulares, porquanto desconsiderava soluções similares para casos catalográficos análogos. Nos termos do referido código, a abordagem catalográfica se deu mais sob o ponto de vista

prático do que sob o ponto de vista teórico de processo consistente. Com esse movimento, a LC e as instituições bibliotecárias tomaram para si a tarefa de ordenar as práticas catalográficas nos Estados Unidos, como um processo pronto e acabado oferecido à comunidade catalográfica.

No entanto, as incoerências em catalogação – provenientes do fornecimento cumulativo de regras de caráter *ad hoc*, determinadas circunstancialmente para cada novo caso que surgia na prática catalográfica – trouxeram mais dificuldades para os catalogadores, em razão de eles terem que se valer frequentemente de guias catalográficos contraditórios publicados por instituições bibliotecárias ou produzidos em suas respectivas bibliotecas. Em face disso, surgiram críticas efusivas na comunidade catalográfica anglo-americana, como as de Osborn, para quem a catalogação passava por uma crise. A ALA tentou remediar a situação publicando apressadamente suas regras preliminares. Essa reação súbita, no entanto, mostrou-se desastrosa, pois catalogar através do Código da ALA de 1941 agravou essa prática e a tornou ainda mais sem causa ou propósito, embora houvesse em seu texto menção de que seguia princípios catalográficos. Nesse cenário, surgiu a figura de Seymour Lubetzky, cuja abordagem teórica já se fazia presente nos artigos publicados por ele naquele tempo.

Em meio às críticas e mais estudos e discussões, a ALA e a LC foram instadas a tomar alguma atitude, por isso ambas trabalharam na concepção de dois códigos catalográficos conjuntos: a primeira ficou incumbida de um código para entradas catalográficas; a segunda, de um código para a descrição bibliográfica – o corpo da entrada. Ambos os códigos foram publicados em 1949 com abordagens distintas, pois, valendo-se do valor de Lubetzky, a LC tratou a descrição bibliográfica de modo a constituir regras pautadas por objetivos e princípios. Por sua parte, a ALA, no entanto, seguiu a mesma linha de suas regras de 1908 e de 1941, de caráter *ad hoc*, por isso a abordagem dos dois códigos de 1949 foi tão desigual, o que gerou mais críticas na comunidade catalográfica.

Assim, nesse percurso, contextualizamos os momentos anteriores aos estudos de Lubetzky, tendo em conta que a função da entrada principal ficou restrita a ser a entrada com todas as informações representativas de uma publicação formada sob um cabeçalho de autor ou de título, da qual se poderia constituir entradas secundárias de autor, de título, de assunto etc.

A análise profunda de Lubetzky sobre regras catalográficas deu um sentido mais fundamental à entrada principal. Isso foi possível após ele comprovar a complexidade tortuosa existente nas regras do Código da ALA de 1949 causada pela ausência de objetivos e princípios catalográficos orientadores da escolha dos cabeçalhos das entradas em meio às condições bibliográficas variáveis, sobretudo as que incidem sobre a autoria e sobre o modo de criar e intitular obras. Para enfrentar a sinuosidade desse conjunto de regras, o estudioso da Catalogação aprimorou os objetivos concebidos inicialmente por Cutter, a fim de defender que o catálogo deveria ser um instrumento útil para: (1) identificar publicações; (2) agrupar obras de um autor e as manifestações delas.

Para alcançar os objetivos em questão, ele ainda propôs um método que pressupõe ser a obra identificada e referenciada geralmente por meio de seu autor e de seu título. Com essa compreensão, Lubetzky forjou seu entendimento de que cada entrada do catálogo deve ser estruturada de modo a concorrer para o alcance de tais objetivos, sendo isso iniciado pela entrada principal com função de: representar a obra (objetivo 2) e sua publicação específica (objetivo 1).

Nesse âmbito, o cabeçalho da entrada principal deve representar a obra, ao passo que ele deve identificar e singularizar a obra dentre outras tantas representadas no catálogo. Para cumprir tal desígnio, o cabeçalho precisa ser formado de modo coerente por intermédio da combinação estável e padronizada do nome de autor e do título, independentemente do modo como estes são declarados nas publicações que manifestam uma dada obra. Estabelecido assim o cabeçalho, a identificação singular da publicação é feita no corpo da entrada, de maneira que as informações fornecidas no cabeçalho combinadas com o corpo da entrada propiciam o cumprimento dos objetivos em questão.

Uma vez publicadas, as ideias do estudioso geraram debates e discussões, sobretudo no modo de formar os cabeçalhos das entradas principais, dado que havia catalogadores contrários ao abandono dos tradicionais cabeçalhos não designativos de autor ou de título nas entradas principais. Ademais, conforme relatos da Conferência de Paris, alguns não viam necessidade de estruturar entradas a partir de unidades literárias, antes entendiam que o catálogo deveria conter entradas estruturadas de unidades bibliográficas. Mesmo assim, o valor de Lubetzky foi reconhecido pela comunidade internacional e suas ideias serviram de fundamento às regras catalográficas anglo-americanas.

Veja-se que a própria catalogação anglo-americana se valeu em grande medida da função da entrada principal exposta por Lubetzky, porém não a exerceu plenamente, pois suas regras catalográficas – as edições e revisões do AACR – trilharam caminhos tortuosos para determinar o cabeçalho de tal entrada, porquanto acolheram em seu texto instruções catalográficas tradicionais ou híbridas que nem sempre levaram em conta os objetivos lubetzkianos. No fim de contas, a catalogação nos termos do AACR deveria ter sempre sido compilar fundamentalmente catálogos de obras, não de autor ou de título, mas isso não foi plenamente levado em conta pelos editores desse código. Como consequência disso, considere-se também que o formato MARC, por sua vez, não conseguiu lidar adequadamente com a efetivação dos atributos básicos representativos de uma obra (autor e título) em sua estrutura, pois não se observou os estudos de Lubetzky para implementar um registro MARC.

As incoerências dos códigos catalográficos na determinação da entrada principal induziram a comunidade catalográfica a entender que ela perdera seu sentido num mundo catalográfico informatizado, por isso surgiu a proposta da entrada unitária sob título de modo a tornar a catalogação mais simples, rápida e econômica, evitando a complexidade em torno da determinação de uma entrada principal contida no texto das edições do AACR.

No entanto, essa proposta desconsidera claramente a função por trás da entrada principal e a necessária observação quanto ao que se representa nela, sobretudo quando se quer reunir as obras de um autor, estejam elas publicadas em volume único de um livro, nos capítulos de um livro ou nos volumes de um livro. Nesse aspecto, vale observar o que dispõe o conceito da unidade documentária proveniente da Documentação combinada com os ideais de Lubetzky, que pode ser proveitoso para a catalogação, sobretudo para tornar a representação em registro mais efetiva no agrupamento das manifestações da obra de um dado autor.

Ao se avaliar os estudos catalográficos, modelos conceituais e a normativa RDA, pelos quais o registro pode ser estruturado, é possível verificar que o entendimento de Lubetzky sobre a função da entrada principal vem sendo observado. Nos termos desse estudioso, as proposições expostas anteriormente demonstram que, com efeito, isso pode ser feito por intermédio de cabeçalhos ou pontos de acesso representativos da unidade literária, seja pela combinação de autor e título da obra, mantendo a tradição anglo-americana, seja somente pelo título da obra. Havendo pontos de acesso homônimos, atributos da obra podem ser usados paulatinamente para distinguir a homonímia.

Em nosso entendimento, um ponto de acesso a obra formado a partir de seu título uniforme de caráter identificador e singularizador da obra é um caminho viável e coerente para a representação da obra, válido tanto para a catálogos e bases de dados *on-line* quanto para catálogos impressos ou catálogos em fichas.

Seja pela combinação de nome-título ou só do título, a integridade dos registros como representação da obra começa pelo controle de autoridade para obras que dê um caráter exclusivo ao ponto de acesso aos registros dela, sobretudo quando se pretende relacionar as publicações equivalentes, derivativas e descritivas provenientes de uma unidade literária.

Os modelos e a normativa RDA proveem meios de determinar e individualizar os pontos de acesso à obra, porém faltaria aos primeiros discernir e definir atributos da obra com mais clareza, pois isso é uma lacuna que precisa ser refinada neles, a fim de que se possa estruturar registros bibliográficos consistentes. Por sua parte, a normativa anglo-americana, ainda, mantém certos vínculos com o AACR2, pois permite concomitantemente práticas híbridas de catalogação determinadas pela tipologia documental ou pelas condições de autoria, por exemplo. Além disso, faltaria a essa normativa observar os contextos catalográficos além da comunidade anglo-americana, reconhecendo, por exemplo, as implicações de catalogar documentos legais nos termos da tradição do Direito Romano e da tradição jurídica anglo-americana. De mais a mais, vale lembrar que a normativa RDA é apenas uma interpretação dos FRBR e FRAD, dentre outras possíveis de existir.

Por isso, a despeito dessas lacunas e de outros senões que possam existir, é possível servir-se desses modelos e normativa para chegar ao ideal de Lubetzky sobre entrada principal. Para tanto, os catalogadores devem estar conscientes do entendimento de Lubetzky de que a obra e sua manifestação precisam ser representadas no catálogo ou na base de dados, sendo esse um aspecto fundamental imprescindível na interpretação de qualquer modelo

catalográfico. Por outro lado, não se pode ignorar que a entrada unitária sob título é admissível de ser aplicada em certos contextos catalográficos; todavia, ao ser empregada, os catalogadores devem estar cientes das implicações que isso acarreta, e eles não deveriam desconhecer ou desconsiderar a função da entrada principal proposta por Lubetzky.

Assim, confirma-se a premissa inicial desta pesquisa que a compreensão sobre tal entrada desenvolvida por esse estudioso é válida para a fundamentação estrutural dos registros bibliográficos de catálogos e bases de dados de nossos dias, conforme os estudos e modelos bibliográficos apontam e consideram. A Catalogação atual deve muito a Lubetzky e sua compreensão deveria ser levada com mais afinco, sobretudo na catalogação em ambiente Web, inclusive na catalogação realizada por padrões de metadados. Daí, sugere-se estudar a compreensão de Lubetzky para estruturar fundamentalmente metadados representativos da obra e sua manifestação.

E já que vem ao caso, para além do exposto nesta pesquisa e sem a pretensão de ser exaustivo, vale sugerir estudos futuros que investiguem outros aspectos não aprofundados por ora. A noção de unidade documentária, por exemplo, abre questionamentos sobre o modo de tratar a área de série da ISBD separada do atributo título, porquanto o título de uma série apresenta características análogas a qualquer título, de maneira que a série em si pode ser de interesse do usuário e tratável sob a noção de unidade literária, como se faz, por exemplo, em obra publicada em vários volumes documentais.

Outrossim, faltaria investigar a consistência de título de obras musicais em designar obra ou partes de obras de modo singular e efetivo, nos termos da função da entrada principal de Lubetzky. Faltaria investigar também a função de uma entrada principal no recém proposto *IFLA Library Reference Model* (LRM), o qual tenta consolidar num texto aquilo que os FRBR, FRAD e FRASAD tratam separadamente, tendo em conta, inclusive, que o LRM redefine algumas entidades e atributos dos modelos precedentes. No âmbito da entidade expressão indicada por esses modelos, que é uma dimensão não abordada por Lubetzky, faltaria investigar o modo de constituir o título das expressões de uma obra e suas implicações na determinação do registro bibliográfico representativo da obra e sua manifestação.

Convém ainda examinar outras interpretações da família dos FR, como o código catalográfico italiano – *Regole italiane di catalogazione* (REICAT) – para contrapô-lo à interpretação da normativa RDA e para investigar como a normativa italiana lida com o modo de representar unidades literárias e bibliográficas no registro bibliográfico. No encaixe disso, outro tema que exige discussões mais amplas diz respeito aos caminhos traçados pela comunidade catalográfica brasileira para analisar criticamente os instrumentos que emprega na sua catalogação, sobretudo a compreensão do que se representa num registro bibliográfico.

Seja como for, em qualquer estudo, não se pode prescindir dos avanços catalográficos alcançados por nossos antecessores, por isso, mais que revisitar, resgatamos a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação, de modo a produzir um registro bibliográfico estruturado fundamentalmente, desprovido de

um veneno da “serpente no paraíso” ou de uma “quinta coluna”. Se alcançamos o mesmo ponto ou reafirmamos parcialmente o que os FRBR e a normativa RDA propõem, é porque suas bases reproduzem aquilo que Lubetzky já havia proposto nas décadas de 1950 e 1960 no tocante à representação da obra e sua manifestação em registro bibliográfico, de sorte que nisso se comprova o valor desse estudioso para a Catalogação.

Nos termos de tal representação, tais instrumentos catalográficos possibilitam a realização do ideal desse estudioso, desde que a função da entrada principal proposta por Lubetzky seja observada na aplicação deles. Para chegar a essa compreensão, proveitosa para o catálogo *on-line* e para o catálogo impresso ou em fichas, o notável professor da UCLA, falecido em 2003, examinou e expôs os estudos de seus predecessores, sem precisar recorrer à técnica de entidade-relacionamento desenvolvida na década de 1970. Desse modo, em qualquer abordagem catalográfica, por que não observar, reconhecer, declarar e aplicar criticamente os estudos fundamentais de nossos predecessores?

REFERÊNCIAS

- ABADAL, Ernest; CODINA, Lluís. **Bases de datos documentales: características, funciones y método.** Madrid: Síntesis, 2005.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et al.* **Código de catalogação anglo-americano.** Brasília: Ed. dos Tradutores, 1969.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Advisory Catalog Committee. **A. L. A. rules-- advance edition:** Condensed rules for an author and title catalog. Washington: Govt. print. off., Library division, 1904. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/001759524>. Acesso em: 15 maio 2018.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Catalog Code Revision Committee. **A.L.A. catalog rules:** author and title entries. Preliminary american 2nd. ed. Chicago: ALA, 1941. Disponível em: <https://ia600204.us.archive.org/19/items/lacatalogrulesau007893mbp/lacatalogrulesau007893mbp.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Condensed rules for cataloging. **The library journal**, New York, v. 3, n.1, p. 12-19. Mar. 1878. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000494488>. Acesso em: 1. ago. 2016.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Cooperation Committee. Condensed rules for an author and title catalog. **The library journal**, New York, v. 8, n. 9/10, p. 251-254, Sep./Oct. 1883. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/njp.32101076204948>. Acesso em 30 jul. 2016.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Division of Cataloging and Classification. **A.L.A. Cataloging rules for author and title entries.** 2nd ed. Chicago: ALA, 1949. Disponível em: <http://archive.org/details/universallibrary>. Acesso em: 19 jul. 2012.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; LIBRARY ASSOCIATION (comp.). **Catalog rules:** author and title entries. American Ed. Chicago: America Library Association, 1908. Disponível em: <http://archive.org/details/universallibrary>. Acesso em: 19 jul. 2012.
- ANGELL, Richard S. The Need for a New United States Code. **The library quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 318-330, Oct., 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4304577>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- BAKEWELL, K. G. B. **A manual of cataloguing practice.** Oxford: Pergamon, 1972.
- BALL, Katharine. The Paris Conference. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 6, n. 2, p. 172-175, Spring 1962. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv6no2.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação.** Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.
- BATTLES, Matthew. Livro para todos. *In:* BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. p. 120-156.
- BECKMAN, Margaret. Experiment in the use of the revised code of cataloguing rules. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 5, n. 3, 216-220, Summer 1961. Disponível em: <https://ia801009.us.archive.org/18/items/lrtsv5no3/lrtsv5no3.pdf>. Acesso em:

30 set. 2016.

BIERBAUM, Esther Green. On my mind: a modest proposal: no more main entry. **American libraries**, v. 25, n. 1, p. 81-84, Jan., 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25633134>. Acesso em: 8 fev. 2016.

BLAKE, Virgil L. P. Forging the Anglo-American cataloging alliance: descriptive cataloging, 1830-1908. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 35, n. 1/2, p. 3-22, 2002. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v35n01_02. Acesso em: 19 jul. 2016.

BLOOMFIELD, Masse. A comment on the Lubetzky report. **Journal of cataloging and classification**, [Richmond, etc.], v. 11, n. 4, p. 196-199, Oct. 1955.

BOLL, John J. Professional literature on Cataloging – then and now. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 29, n. 3, p. 226-238, July/Sept. 1985. Disponível em: <https://ia600502.us.archive.org/2/items/lrsv29no3/lrsv29no3.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BOSTON ATHENÆUM. **Catalogue of the library of the Boston Athenæum**: 1807-1871. Boston, 1874-1882. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/008615322>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BRENNE, Marte. **Storage and retrieval of musical documents in a FRBR-based library catalogue**: a comparison with the traditional databases in libraries today. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculty of journalism, library and information science, Oslo University College, 2004.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: EDIT, 1951.

BRITISH MUSEUM. Department of Printed Books. **Catalogue of printed books in the British Museum**: volume I. London: Printed by order of the Trustees, 1841. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OThAAAAAYAAJ&hl=pt-BR&pg=PR1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 4 jul. 2017.

BROWN, James Duff. **A manual of practical bibliography**. London: G. Routledge, 1906. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/008627086>. Acesso em: 29 dez. 2017.

BROWN, Margaret C. Living with the new code: the Free Library of Philadelphia. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 5, n. 3, p. 206-212, Summer 1961. Disponível em: <https://ia801009.us.archive.org/18/items/lrsv5no3/lrsv5no3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de filosofia**. 3. ed. São Paulo: EPU, 1977.

BRUNT, Rodney. From main entry to work authority record: development of a cataloguing fundamental. **Library review**, v. 48, n. 7, p. 328-336, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/00242539910288773>. Acesso em: 16 jun. 2016.

CARPENTER, Michael. **Corporate authorship**: its role in library cataloging. Westport: Greenwood Press, 1981. Disponível: <https://archive.org/details/corporateauthors00carp>. Acesso em: 3 ago. 2018.

CARPENTER, Michael. Editor's introduction. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (ed.). **Foundations of Cataloging**: a sourcebook. Littleton: Libraries Unlimited, 1985. p. 104-105.

CARPENTER, Michael. Lubetzky, Seymour. In: WEDGEWORTH, Robert (ed.). **World encyclopedia of library and information services**. 3rd ed. Chicago: American Library Association, 1993. p. 523-524. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=HSFu99FCJwQC&lpg=PR3&dq=%22Bibliotheca%20Universalis%22%20conrad%20gesner&>

hl=pt-BR&pg=PR14#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 23 maio 2017.

CARPENTER, Michael. Main entry. *In*: SVENONIUS, Elaine (ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. p. 73-95.

CARPENTER, Michael. Seymour Lubetzky as a teacher of cataloging. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 25, n. 2/3, p. 181-190, 1998. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v25n02_14. Acesso em: 28 set. 2016.

CARPENTER, Michael. The narrow, rugged, uninteresting path finally becomes interesting. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 36, n. 3, July 1992. Disponível em: <https://ia600302.us.archive.org/25/items/lrtsv36no3/lrtsv36no3.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHAPLIN, A. H. A Universal Cataloging Code. **The library quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 337-347, Oct., 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4304579>. Acesso em: 22 jul. 2016.

CHAPLIN, A. H. International Conference On Cataloguing Principles I. Organization. **Journal of Documentation**, London, v. 19, n. 2, p. 41-46, Jun. 1963. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/eb026325>. Acesso em: 28 set. 2016.

CHEN, Peter. **Gerenciando banco de dados: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico**. São Paulo: 1990.

CHEN, Peter. The entity-relationship model—toward a unified view of data. **ACM transactions database systems**, v. 1, n. 1, p. 9-36, mar. 1976.

CLAUSÓ GARCÍA, Adelina. Análisis documental: el análisis formal. **Revista general de Información y Documentación**, Madrid, v. 3, n. 1, p. 11-19, enero 1993. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID9393120011A>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CONFERENCE OF LIBRARIANS, 1879, Boston. Proceedings of the Boston Conference. **The library journal**, New York, v. 4, n.7-8, p. 279-304, July/Aug, 1879. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000494488>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CONNELL, Tschera Harkness; MAXWELL, Robert L. (ed.). **The future of Cataloging: insights from the Lubetzky Symposium**, April 18, 1998, University of California, Los Angeles. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: https://archive.org/details/isbn_9780838907788. Acesso em: 9 ago. 2017.

CONNERS, David. A ghost in the catalog: the gradual obsolescence of the main entry. **The serials librarian**, v. 55, n. 1-2, p. 85-97, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03615260801970790>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Maria Luiza Monteiro da. ISBD: origem, evolução e aceitação. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. 1/2, p. 7-14, jan/jun.1979.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: B. de Lemos, 2008.

CURRIER, Thomas Franklin. Preliminary cataloging. **College and research libraries**, [Chicago], v. 1, n. 3, p. 235-240, Jun. 1940. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/>

crl_01_03_235. Acesso em: 13 jan. 2017.

CUSTER, Benjamin A. Seymour Lubetzky. **Journal of cataloging and classification**, [Richmond, etc.], v. XII, n. 1, p. 3-7, Jan. 1956

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalog**. 4th ed., rewritten. Washington: Government Printing Office, 1904. Disponível em: <http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc1048/>. Acesso em: 3 ago. 2017.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalogue**. 2nd ed. with corrections and additions. Washington: Govt. Print. Off., 1889. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/coo1.ark:/13960/t10p1n75r>. Acesso em: 8 ago. 2017.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalogue**. 3rd ed. [Washington: Govt. print, off., 1891]. Disponível em: <http://www.archive.org/details/ae5655.0001.001.umich.edu>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CUTTER, Charles A. **Rules for a printed dictionary catalogue**. Washington: Govt. print, off., 1876. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/cu31924029518978#page/n253/mode/2up>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CUTTER, Charles A. The new catalogue of Harvard College Library. **The North American review**, v. 108, n. 222, p. 96-129, Jan. 1869. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25109431>. Acesso em: 3 jul. 2017.

DENTON, William. FRBR and the history of cataloging. *In*: TAYLOR, Arlene (ed.). **Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools**. Westport: Libraries Unlimited, 2007. p. 35-57.

DEWTON, Johannes L. Holes in the fish net. **The library journal**, New York, v. 86, p. 2752-2755, 1. Sept. 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/libraryjournal86jul>. Acesso em: 18 out. 2018.

DEWTON, Johannes L. The grand illusion. **The library journal**, New York, v. 86, p. 1719-1729, 1. May 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/libraryjournal86jan>. Acesso em: 22 jan. 2018.

DOWELL, Arlene Taylor. **Cataloging with copy: a decision-maker's handbook**. Littleton, Colo.: Libraries Unlimited, 1976. Disponível em: <https://archive.org/details/catalogingwithco00arle/page/94>. Acesso em: 7 fev. 2019.

DRAPER, Hal. How to roll back the corporate empire. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 5, n. 1, p. 73-81, Winter 1961. Disponível em: <https://ia800209.us.archive.org/15/items/lrtsv5no1/lrtsv5no1.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

DUBESTER, Henry J. The catalog-a finding list?. **College and research libraries**, [Chicago], v. 8., n. 2, p. 107-111, Mar. 1957. Disponível em: <http://crl.acrl.org/content>. Acesso em: 14 jan. 2017.

DUNKIN, Paul S. **Cataloging U.S.A.** Chicago: American Library Association, 1969.

DUNKIN, Paul S. Criticisms of current cataloging practice. **The library quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 286-302. Oct. 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4304575>. Acesso em: 18 jul. 2016.

DUNKIN, Paul S. Cutter redivivus: American catalog code revision. **Libri**, Munich, v. 11, n. 2, p. 181-189, Jan. 1961. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/libr.1961.11.2.181>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DUNKIN, Paul S. Explanatory commentary. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the**

classical art of cataloging. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 213-217.

DUNKIN, Paul S. Guesstimates unlimited: the draft code in imagined operation. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 5, n. 3, p. 179-185, Summer 1961. Disponível em: <https://ia801009.us.archive.org/18/items/lrtsv5no3/lrtsv5no3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

DUNKIN, Paul S. Howlers—here and now. **The library journal**, New York, v. 86, p. 2744-2749, 1 Sept. 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/libraryjournal86jul>. Acesso em: 18 out. 2018.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva, 2016.

EDLUND, Paul. A monster and a miracle: the Cataloging Distribution Service of the Library of Congress, 1901—1976. **The quarterly journal of the Library of Congress**, Washington, v. 33, n. 4, p. 383-421, Oct. 1976. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/29781708>. Acesso em: 17 fev. 2017.

ENCONTRO DE DIRETORES, 11.; ENCONTRO DE DOCENTES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 10., 2016, Belo Horizonte, MG, ECI/UFMG. **Anais [...]** Belo Horizonte, ECI/UFMG, 2016. Disponível em: <http://mercosur2016.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/10/AnaisMercosur5.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ESCOLAR, Hipólito. **Historia de las bibliotecas**. 3. ed. cor., rev. y ampl. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Pirámide, 1990.

ESTIVILL RIUS, Assumpció. Momentos estelares de la catalogación en el cincuentenario de los Principios de París. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, n. 28, jun. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/bid/28/estivill2.htm>. Acesso em: 13 jul. 2012.

EVANS, Luther H. Foreword. In: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 79.

FATTAHI, Rahmatollah. AACR2 and catalogue production technology. In: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, 1997, Toronto, Canada. **Proceedings [...]**. [Ottawa: National Library of Canada], 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/8378>. Acesso em: 12 set. 2018.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

FERRAZ, Iraneuda M. C. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. **Transinformação**, v. 3, n. 1/2/3, p. 90-114, jan./dez. 1991. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1662>. Acesso em: 19 jan. 2007.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIUZA, Marysia Malheiros O ensino da "catalogação de assunto". **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 2, p. 257-269, 1985. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 28 Jul 2018.

FIUZA, Marysia Malheiros. **Estudo das funções do catálogo da Biblioteca Central do SESC**. 1980. Dissertação (Mestrado) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980.

FONCIN, Myriam. Conférence internationale de catalogage. **Bulletin des bibliothèques de France**, Paris, n. 7-8, p. 367-376, juil. 1959. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1959-07-0367-005>. Acesso em: 25 out. 2018.

FREEDMAN, Maurice J. Must we limit the catalog. **The library journal**, New York, v. 101, n. 3, p. 322-324, 1984.

FRÍAS MONTOYA, José A. **La descripción bibliográfica y sus puntos de acceso en el catálogo de la biblioteca**: evolución histórica y problemática actual, volumen II. 1995. Tese (Doutorado) – Departamento de Filología Española IV, Facultad de Filología, Madrid, 1995. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/3827/>. Acesso em: 4 jul. 2012.

FRÍAS MONTOYA, José A. Orígenes de la ISBD. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, v. 12, n. 42, p. 19-40, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10366/126074>. Acesso em: 29 jul. 2016.

FROST, Carolyn O. The Bodleian catalogs of 1674 and 1738: an examination in the light of modern cataloging theory. **The library quarterly**, Chicago, v. 46, n. 3, p. 248-270, July, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4306676>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FUSCO, Elvis. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação**: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

GALEFFI, Agnese. Biographical and cataloguing common ground: Panizzi and Lubetzky, kindred spirits separated by a century. **Library & information history**, [London], v. 25, n. 4, p. 227-246, Dec. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/175834809X12489650422732>. Acesso em: 3 set. 2011.

GALLAGHER, H. M. Dr. Osborn's 1941 "The Crisis in Cataloging". **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 12, n. 3-4, p. 3-33, 1991. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v12n03_02. Acesso em: 8 jun. 2016.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis **Lingüística documental**. Barcelona: Mitre, 1984.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. Fundamentos del análisis documental. In: LÓPEZ YEPES, José (coord.). **Manual de información y documentación**. Madrid: Pirámide, 1996. cap. 12, p. 229-250.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, [1996].

GJELSNES, Rudolph H. Catalog code revision: report of progress, April, 1937. **Bulletin of the American Library Association**, [Chicago], v. 31, n. 6, p. 366-367, Jun. 1937. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25689129>. Acesso em: 25 fev. 2018.

GORMAN, Michael. Osborn revisited; or the catalog in crisis; or, four catalogers, only one of whom shall save us. **American libraries**, v. 6, n. 10, p. 599-601, Nov. 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25620476>. Acesso em: 8 ago. 2018.

GORMAN, Michael. Seymour Lubetzky uomo di principi. **Biblioteche Oggi**, [Milano], n. 6, p. 6-11, luglio/ag. 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecheoggi.it/2000/20000600601.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

HAGLER, Ronald. Access points for works. In: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, 1997, Toronto, Canada. **Proceedings** [...]. [Ottawa: National Library of Canada], 1997. Disponível em: http://epe.lac-bac.gc.ca/100/200/300/jsc_aacr/access/r-access.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

HAMDY, Mohamed N. **The concept of main entry as represented in the Anglo-American cataloging rules**: a critical appraisal with some suggestions: author main entry vs. title main entry. Littleton, Colo., Libraries Unlimited, 1973.

HANSON, Eugene R.; DAILY, Jay E. Catalogs and cataloging. *In*: KENT, Allen; LANCOUR, Harold (ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**: volume 4. New York: M. Dekker, 1970. p. 242-305.

HARROD, Leonard M. **The librarians' glossary of terms used in librarianship, documentation, and the book crafts, and reference book**. 4th rev. ed. Boulder: Westview Press, 1977.

HART, Amy. **The RDA primer: a guide for the occasional cataloger**. Santa Barbara: Linworth, 2010.

HASKINS, Susan M. Is Harvard bound by the past? **Library resources & technical services**, Chicago, v. 5, n. 3, Summer 1961. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv5no3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

HEANEY, Michael. Object-oriented cataloging. **Information technology and libraries**, Chicago, v. 14, n. 3, p. 135-53, Sept. 1995. Disponível em: <http://link.galegroup.com/apps/doc/A17539985/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=2f43f9c5>. Acesso em: 11 mar. 2019.¹⁰³

HENDERSON, Kathryn L. Treated with a degree of uniformity and common sense: Descriptive cataloging in the United States, 1876-1975. **Library trends**, Urbana, v. 25, n. 1, p. 227-271, jul. 1976. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/6903>. Acesso em: 29 jun. 2016.

HILL, Janet Swan. The cataloging half of Cataloging and Classification, 1986. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 31, n. 4, p. 321-332, Oct./Dec. 1987. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv31no4.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

HILL, Janet Swan. The year's work in descriptive cataloging and... **Library resources & technical services**, Chicago, v. 32, n. 3, p. 203-216, Oct./Dec. 1988. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv32no3.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

HINES, Theodore C. Comment on the draft code. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 5, n. 3, p. 237-240. Summer 1961. Disponível em: <http://alcts.ala.org/lrts/lrtsv5no3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, London, v. 56 n. 1, p. 27-41, Jan. 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/EUM000000007107>. Acesso em: 24 mar. 2017.

HORNER, John Leonard. **Cataloguing**. London: Association of Assistant Librarians, 1970. Disponível em: <https://archive.org/details/cataloguing00horn>. Acesso em: 12 jan. 2019.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUFFORD, Jon R. The pragmatic basis of catalog codes: has the user been ignored? **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 14, n. 1, p. 27-38, 1992. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v14n01_03. Acesso em: 23 jun. 2012.

HUNTER, Eric J. **Cataloguing**. London: Clive Bingley, 1974.

HYDE, Thomas. **Catalogus impressorum librorum Bibliothecae Boldleianae in Academia Oxoniensi**. [S.l.]:Theatrum Sheldonianum, 1674. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Y8ystMI-EEYC&hl=pt-R&pg=PP9#v=onepage&q&f=false>. Acesso

¹⁰³ Embora a referência de Heaney (1995) tenha páginas, a versão digital representada na referência está disponível em formato HTML sem paginação.

em: 18 nov. 2017.

IMMROTH, John Phillip; DAILY, Jany E. **Library Cataloging**: a guide for a basic course. Metuchen, N.J.: The Scarecrow Press, 1971.

INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1958, Stanford. Institute on Catalog Code Revision: a composite report. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 3, n. 2, p. 123-140, Spring 1959. Disponível em: <http://alcts.ala.org/lrts/lrtsv3no2.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960, Montreal. Reports [...]. **Information Bulletin**, Washington, v. 19, n. 25, p. 317-331, 20 Jun. 1960. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000639207>. Acesso em: 25 out. 2018.

INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION, 1960, Montreal. **Summary of proceedings**. Chicago: American Library Association, 1960. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/001759526>. Acesso em: 29 out. 2018.

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE REGISTRATION OF SERIAL PUBLICATIONS (França). **Pautas del ISDS (Sistema Internacional de Datos sobre Publicaciones en Serie)**. Paris: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1973. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000004470_spa. Acesso em: 11 fev. 2019

INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, Paris. **Report**. London: Clive Bingley: IFLA, c1963.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA**. 2019. Disponível em: <https://www.ifla.org>. Acesso em: 12 fev. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. 2016 Edition with minor revisions, 2017. Den Haag Netherlands: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11015?og=54>. Acesso em: 31 maio 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **ISBD**: Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada. Ed. Consolidada. [Madrid]: Biblioteca Nacional de España, 2011. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/44-es.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. [München]: K. G. Saur: IFLA, 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso em: 5 jun. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records. **Functional requirements for authority data (FRAD)**: a conceptual model. [S. l.]: IFLA, 2013. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf. Acesso em: 5 jun. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. Communications. **Libri**, Munich, v. 5, n. 2, p. 172–189, Jan. 1954. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/libr.1954.5.2.172>. Acesso em: 22 fev. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. International Cataloguing Conference: preliminary meeting. **Libri**, Munich, v. 9, n. 1-4, p. 254–261, Jan. 1959. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/libr.1959.9.1-4.240>. Acesso em: 23 fev. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. Working Group on the Co-ordination of Cataloguing Principles. Report on anonyma and works of corporate authorship. **Libri**, Munich, v. 6, n. 1-4, p. 271–298, Jan. 1956. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/libr.1956.6.1-4.271>. Acesso em: 22 fev. 2018.

ISSN INTERNATIONAL CENTRE. **ISSN manual**: cataloguing part. Paris: ISSN International Centre, 2009. Disponível em: <https://www.issn.org/understanding-the-issn/assignment-rules/issn-manual>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ISTITUTO CENTRALE PER IL CATALOGO UNICO DELLE BIBLIOTECHE ITALIANE E PER LE INFORMAZIONI BIBLIOGRAFICHE. Commissione Permanente per la Revisione delle Regole Italiane di Catalogazione. **REICAT**: Regole italiane di catalogazione. Roma: O Istituto, 2009. Disponível em: <http://www.iccu.sbn.it/opencms/export/sites/iccu/documenti/2015/REICAT-giugno2009.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

JEWETT, Charles C. **Smithsonian report on the construction of catalogues of libraries, and their publication by means of separate, stereotyped titles, with rules and examples**. 2nd ed. Washington: Smithsonian Institution, 1852. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zCIDAAAAYAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 13 ago. 2016.

JEWETT, Charles C. **Smithsonian report on the construction of catalogues of libraries, and their publication by means of separate, stereotyped titles, with rules and examples**. 2nd ed. Washington: Smithsonian Institution, 1853. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=AxYIAAAAQAAJ&hl=pt-BR&pg=PR1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 nov. 2017.

JIN, Qiang. **Demystifying FRAD**: functional requirements for authority data. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2012.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA**: Resource Description & Access. Chicago: American Library Association, 2011.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. **Código de catalogação anglo-americano**. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. **Código de catalogação anglo-americano**. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983. 2 v.

JOLLEY, Leonard. International Conference on Cataloguing Principles II. Thoughts after Paris. **Journal of Documentation**, London, v. 19, n. 2, p. 47-62, Jun., 1963. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/eb026326>. Acesso em: 21 nov. 2018.

JOLLEY, Leonard. Some recent developments in cataloguing in the U.S.A. **Journal of Documentation**, London, v. 6, n. 2, p. 70-82, Jun. 1950. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/eb026154>. Acesso em: 6 ago. 2018.

JOLLEY, Leonard. The function of the main entry in the alphabetical catalogue; a study of the views put forward by Lubetzky and Verona. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, Paris. **Report**. London: Clive Bingley: IFLA, c1963. p. 159-163.

JOLLEY, Leonard. **The principles of cataloguing**. London: Crosby Lockwood & Son, 1961.

JORDAN, F. P. The history of printed catalog cards. **Public libraries**, Chicago: Library Bureau, v. 9, n. 7, p. 318-321, July 1904. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/007996053>. Acesso em 17 maio 2018.K

KAYE, Sharon. William of Ockham (Occam, c.1280—c.1349). *In*: INTERNET encyclopedia of

Philosophy: A peer-reviewed academic resource. 2007. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/ockham/>. Acesso em: 8 ago. 2014.

KIM, Kyung-Sun. Recent work in Cataloging and Classification, 2000–2002. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 47, n. 3, p. 96-108, July 2003. Disponível em: http://www.ala.org/alcts/resources/lrts/archive_II. Acesso em: 9 jun. 2016.

KNOWLTON, Steven A. Criticism of cataloging code reform, as seen in the pages of Library Resources and Technical Services (1957–66). **Library resources & technical services**, Chicago, v. 53, n. 1, p. 15-24, Jan. 2009. Disponível em: <https://journals.ala.org/lrts/issue/archive>. Acesso em: 9 jun. 2016.

KROEGER, Alice B. Cataloging and the new A.L.A. Rules, **The library journal**, New York, v. 27, n. 12, p. 1011-1012, Dec. 1902. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000494488>. Acesso em: 16 jan. 2017.

THE L. B. PRINTED catalog cards. **The library journal**, New York, v. 21, n. 6, p. 278, Jun. 1896. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000494488>. Acesso em: 18 maio 2018.

LAMBRECHT, Jay H. Ours should be to reason why: descriptive cataloging research in 1990. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 35, n. 3, p. 257-265, July 1991. Disponível em: http://www.ala.org/alcts/resources/lrts/archive_I. Acesso em: 27 set. 2016.

LANE, William C. Cataloging. *In*: WORLD'S LIBRARY CONGRESS, 1893, Chicago Ill. **Papers prepared for the world's library congress held at the Columbian exposition**. Washington: Govt. print. off., 1896. p. 835-849. Disponível em: <https://ia800504.us.archive.org/14/items/paperspreparedf01dewegoog/paperspreparedf01dewegoog.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

LANE, William C. Present, tendencies of catalog practice. *In*: GENERAL MEETING OF THE AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 26., St. Louis, Mo. **Papers and proceedings** [...]. Boston: American Library Association, 1904. p. 134-143. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/008610725>. Acesso em: 30 maio 2018.

LASSO DE LA VEGA, Javier. Hacia la elaboración de un código internacional de reglas para la catalogación. **Revista de archivos, bibliotecas y museos**, [s. l.], v. LVI, p. 335-344, 1950.

LE BOEUF, Patrick. FRBR: Hype or cure-all?: Introduction. *In*: LE BOEUF, Patrick (ed.). **Functional requirements for bibliographic records (FRBR): hype or cure-all?**. Binghamton: Haworth Information Press, 2005. cap. 1.

LEE, Kang-San-Da-Joeng. A study on cataloguing thought of Lubetzky. **Journal of the Korean Society for Information Management**, Seoul, v. 32, n. 3, p. 155-182, 2015. Disponível em <http://www.dbpia.co.kr/Article/NODE06519813>. Acesso em: 26 ago. 2016.

LEHNUS, Donald J. **A comparison of Panizzi's 91 Rules and the AACR of 1967**. Champaign, Il.: University of Illinois, Graduate School of Library Service, 1972. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/3872>. Acesso em: 27 nov. 2018.

LEHNUS, Donald J. **Catálogo descritiva**. Brasília: VIPA, 1971.

LEHNUS, Donald J. **Milestones in cataloging**. Littleton, Colo.: Libraries Unlimited, 1974.

LERESCHE, Françoise; BOURDON, Françoise. RDA in Europe: Report of the work in progress in France: Proposal for an EURIG Technical Meeting in Paris. *In*: GROUPE TECHNIQUE SUR L'ADOPTION DE RDA EN FRANCE. **RDA: (Ressources : Description et Accès) Fondements, évolutions et mise en oeuvre**. San Juan, Puerto Rico, 12 Aug. 2011. Disponível

em: <http://rda-enfrance.enssib.fr/node/254>. Acesso em: 11 nov. 2015.

LEVENDUSKI, Cristine. Quakers. In: ROOF, Wade Clark (Ed.). **Contemporary American religion**. New York: Macmillan Reference USA, 2000. v. 2, p. 571-574.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Advisory Committee on Descriptive Cataloging. **Report of the Advisory Committee on Descriptive Cataloging to the Librarian of Congress**. Washington: The Library of Congress, 1946. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/001162922>. Acesso em: 16 ago. 2018.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Descriptive Cataloging Division. **Cataloging rules of the American Library Association and the Library of Congress: additions and changes, 1949-1958**. Washington: LC, 1959. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/001162721/Home>. Acesso em: 1 mar. 2017.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Descriptive Cataloging Division. **Rules for descriptive cataloging in the Library of Congress**. Washington: LC, 1949. Disponível em: <http://dspace.gipe.ac.in/xmlui/bitstream/handle/10973/28822/GIPE-025867.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jul. 2016.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Descriptive Cataloging Division. **Rules for descriptive Cataloging in the Library of Congress: Supplement 1949-51**. Washington: LC, 1952. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/mdp.39015033349328>. Acesso em: 3 jun. 2017.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Descriptive Cataloging Division. **Rules for descriptive Cataloging In the Library of Congress**. Prelim. ed. Washington: U. S. Govt. Print. Off., 1947. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015030346202;view=1up;seq=26>. Acesso em: 28 ago. 2018.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Processing Department. **Studies of descriptive cataloging: a report to the librarian of Congress by the director of the Processing Department**. Washington: U.S. Govt. Print Off., 1946. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/mdp.39015030345014>. Acesso em: 23 fev. 2017.

LODEWYCKS, K. A. Self-cataloging book. **Australian library journal**, Sydney, v. 2, p. 29-34, Apr. 1953.

LÓPEZ GUILLAMÓN, Ignacio. Teoría sobre catalogación bibliográfica en autores españoles y en la actualidad. **Boletín ANABAD**, Madrid, v. LXII, n. 1, enero/marzo 2012. Disponível em: <http://www.anabad.org/images/boletines/2012.1.pdf>. Acesso em: 5 out. 2016.

LÓPEZ HERNÁNDEZ, Ma. Ángeles. Descripción externa: monografías, series y audiovisuales. In: GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio (ed.). **Introducción a la documentación informativa y periodística**. España: Mad, 1999. Cap. VIII.

LÓPEZ YEPES, José (ed.). **Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación**. Madrid, Espanha: Editorial Síntesis, 2004.

LÓPEZ YEPES, José. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información, **Scire**, Zaragoza, v. 3, n. 1, p. 11-29, ene./jun. 1997. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/issue/view/126>. Acesso em: 28 nov. 2018.

LUBETZKY, Seymour. Catalog code revision. **The library journal**, New York, v. 89, n. 22, p. 4863-4865, Dec. 1964. Disponível em: <https://archive.org/stream/libraryjournal89jul#page/4865/mode/1up>. Acesso em: 1 jul. 2017.

LUBETZKY, Seymour. Development of cataloging rules. **Library trends**, Urbana, v. 2, n. 2, p. 179-186, Fall 1953. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/5511>. Acesso em: 23 jan. 2017.

LUBETZKY, Seymour. P.S to Dewton's reply. **The library journal**, New York, v. 86, p. 2755, 2771, 1. Sept. 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/libraryjournal86jul>. Acesso em: 18 out. 2018.

LUBETZKY, Seymour. **Principles of Cataloging**: final report. Washington: ERIC Document Reproduction Service, 1969. Disponível em: https://ia601309.us.archive.org/27/items/ERIC_ED031273/ERIC_ED031273.pdf. Acesso em: 1 fev. 2018.

LUBETZKY, Seymour. Principles of descriptive cataloging. *In*: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (ed.). **Foundations of Cataloging**: a sourcebook. Littleton: Libraries Unlimited, 1985.

LUBETZKY, Seymour. The function of the catalog. **College and research libraries**, [Chicago], v. 17, p. 213-215, May 1956. Disponível em: https://doi.org/10.5860/crl_17_03_213. Acesso em: 14 jan. 2017.

LUBETZKY, Seymour. The quest for catalogers: today and tomorrow. **The library journal**, New York, v.88, n.17, p.3535-3538, Oct. 1963. Disponível em: <https://archive.org/stream/libraryjournal88jul#page/3537/mode/1up>. Acesso em: 1 jul. 2017.

LUBETZKY, Seymour. Titles: fifth column of the catalog. **The library quarterly**, Chicago, Vol. 11, n. 4, p. 412-430, Oct., 1941. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4302883>. Acesso em: 26 fev. 2016.

LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001.

MAHONEY, Orcena. Catalog code revision. **ALA Bulletin**, [Chicago], v. 55, n. 1, p. 7, Jan. 1961. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25696024>. Acesso em: 25 fev. 2018.

MALCLÈS, Louise N. **Bibliography**. New York: The Scarecrow Press, 1961.

MALINCONICO, S. Michael; FREEDMAN, Maurice J. (ed.). **The nature and future of the catalog**. Phoenix: Oryx Press, 1979.

MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos: v. 1. 2. ed. Marília: Unesp, 2002.

MARTEL, Charles. Cataloguing: 1876-1926. *In*: ROWLAND, Arthur R. (sel.). **The catalog and cataloging**. [S. l.]: The Shoe String Press, 1969. p. 40-50.

MARTÍNEZ COMECHE, Juan A. El mensaje documentario y el documento. *In*: MARTÍNEZ COMECHE, Juan A. LÓPEZ YEPES, José (coord.). **Manual de información y documentación**. Madrid: Pirámide, 1996. cap. 2, p. 48-62.

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. **Diccionario de Bibliología y ciencias afines**. Gijón: Trea, 2004.

MASSA DE GIL, Beatriz; GOY, Peter; TRAUTMAN, Ray. **Diccionario técnico de biblioteconomía**. 4. ed. México: Trillas, 1973.

MASSONNEAU, Suzanne. The main entry and the book catalog. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 15, n. 4, Fall 1971. Disponível em: <https://ia800200.us.archive.org/11/items/lrtsv15no4/lrtsv15no4.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

MAUNSELL, Andrew. **The catalogue of english printed books**. London: Gregg Press, 1595. pt. 1-2. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zoAeZ4bMf8oC&hl=pt-BR&pg=PP7#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 23 maio 2017.

MAXWELL, Margaret F. The Genesis of the Anglo-American Cataloging Rules. **Libri**, Munich, v. 27, n. 3, p. 238-262, Jan., 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/>

libr.1977.27.1.238. Acesso em: 29 jun. 2016.

MAXWELL, Robert L. **FRBR**. Chicago: American Library Association, 2008.

MAXWELL, Robert L. **Maxwell's handbook for RDA**. Chicago: American Library Association, 2013.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et schématisation**, [Paris], 2. trim., n. 14, p. 51-63, 1981.

MIKSA, Francis. **Charles Ammi Cutter**. 1974. Tese (Doutorado) – University of Chicago, 1974. Disponível em: <https://www.ischool.utexas.edu/~miksa/dissertation.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MILLARES CARLO, Agustín. **Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOON, Eric. Who cares about the code? **The library journal**, New York, v. 86, p. 1744, 1 May 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/libraryjournal86jan>. Acesso em: 18 out. 2018.

MORALES LÓPEZ, Valentino. **Metodología en la bibliotecología**. Buenos Aires: Alfagrama, 2005.

MOREIRO GONZÁLEZ, Jose Antonio. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Universidad de Antioquia, 1998.

MORENO, Fernanda P. **Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata**, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/index.php. Acesso em: 21 mar. 2008.

NAM, Tae-Woo. A study on theory of cataloging. **Journal of the Korean Society for Information Management**, Seoul, v. 14, n. 1, p. 223-254, 1997. Disponível em: http://koreascience.or.kr/article/ArticleFullRecord.jsp?cn=JBGRBQ_1997_v14n1_223&ordernum=10. Acesso em: 20 ago. 2016.

NEEDHAM, C. D. **Organizing knowledge in libraries: an introduction to information retrieval**. 2nd ed. rev. London: Deutsch, 1971.

NELSON, David; MARNER, Jonathan. The concept of inadequacy in uniform titles. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 39, n. 3, p. 238-246, July 1995. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv39no3.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

NORRIS, Dorothy May. **A history of cataloguing and cataloguing methods, 1100-1850: with an introductory survey of ancient times**. London: Grafton & Co., 1939.

OLIVEIRA, José T.de. **A fascinante história do livro: III, Idade Média**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1987.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: B. de Lemos, 2011.

O'NEILL, Edward T. The impact of research on the development of FRBR. *In*: TAYLOR, Arlene (ed.). **Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools**. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2007. cap. 5, p. 59-72.

ORTEGA, Cristina D. **Os registros de informação dos sistemas documentários**, 2009.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OSBORN, Andrew D. Cataloging and cataloging codes in other countries today. **The library quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 276-285, Oct. 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4304574>. Acesso em: 22 jul. 2016.

OSBORN, Andrew D. **Descriptive cataloging**. Preliminary ed. Pittsburgh: University of Pittsburgh, Graduate Library School, 1963. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/001162829>. Acesso em: 5 jan. 2017.

OSBORN, Andrew D. From Cutter and Dewey to Mortimer Taube and beyond. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 12, n. 3-4, p. 35-50, 1991. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v12n03_03. Acesso em: 24 jan. 2017.

OSBORN, Andrew D. Revision of the catalog code. **College and research libraries**, [Chicago], v. 3, n. 3, p. 207-211, Jun. 1942. Disponível em: <http://crl.acrl.org/content>. Acesso em: 13 jan. 2017.

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. **The library quarterly**, Chicago, v. 11, n. 4, p. 393-411, Oct. 1941. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4302882>. Acesso em: 7 mar. 2016.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <https://archive.org/details/OtletTraitDocumentationUgent/page/n1>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PETTEE, Julia. The development of authorship entry and the formulation of authorship rules as found in the Anglo-American code. **The library quarterly**, Chicago, v. 6, n. 3, p. 270-290, July, 1936. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/430>. Acesso em: 14 jun. 2014.

PIERSON, Harriet W. (ed.). **Guide to the cataloguing of the serial publications of societies and institutions**. Washington: Govt. print. off., Library branch, 1919. <https://archive.org/details/cu31924014513570>. Acesso em: 30 maio 2018.

POINDRON, Paul. Préparation de la Conférence internationale sur les principes de catalogage. **Bulletin des bibliothèques de France**, Paris, n. 12, p. 467-483, Déc. 1960. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1960-12-0467-002>. Acesso em: 25 out. 2018.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Cultrix: Ed. Univ. de São Paulo, 1989.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática, c2013. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>. Acesso em: 8 mar. 2016.

QUESTIONS in cataloging rules. **The library journal**, New York, v. 30, p. 278-279, Jan./Dec. 1905. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000494488>. Acesso em: 27 jul. 2016.

RAMOS FAJARDO, Carmen. Principios generales e instrumentos de catalogación. In: PINTO, MOLINA, María. **Catalogación de documentos**: teoría y práctica. 2. ed. rev. e atual. Madrid, Espanha: Editorial Síntesis, 2001. Cap. I.

RANGANATHAN, S. R. **Theory of library catalogue**. Madras: Madras Library Association, 1938. Disponível em: <https://archive.org/details/theoryoflibraryc030891mbp>. Acesso em: 3 out. 2016.

RDA Toolkit. Chicago: American Library Association; Ottawa: Canadian Library Association;

London: Chartered Institute of Library and Information Professionals, 2019. Disponível em: <http://access.rdatoolkit.org>. Acesso em: 27 mar. 2019.

REITZ, Joan. M. **Online dictionary for Library and Information Science**. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC, c2017. Disponível em: http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_e.aspx. Acesso em: 8 mar. 2017.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Documento. *In*: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. p. 120-135.

REVELLI, Carlo. L'assassinat des catalogueurs. **Bulletin des bibliothèques de France**, Paris, t. 50, n. 4, 2005. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2005-04-0013-002>. Acesso em: 30 jun. 2006.

RIDLEY, Mick. Beyond MARC. *In*: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, 1997, Toronto, Canada. **Proceedings** [...]. [Ottawa: National Library of Canada], 1997. Disponível em: http://epe.lac-bac.gc.ca/100/200/300/jsc_aacr/beyond/r-beyond.htm. Acesso em: 12 mar. 2019.

RIJK, Elisabeth de. Principle issues: catalog paradigms, old and new. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 35, n. 1-2, p. 37-59, 2002. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v35n01_04. Acesso em: 4 mar. 2018.

RIJK, Elisabeth de. Thomas Hyde, Julia Pettee and the development of Cataloging principles: with a translation of Hyde's 1674 preface to the reader. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 14, n. 2, p. 31-62, 1992. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v14n02_03. Acesso em: 4 out. 2016.

RIOS HILÁRIO, Ana Belén. **Nuevos horizontes en el análisis de los registros y la normativa bibliográfica**. Gijón: Trea, 2003.

RIVA, Pat; LE BŒUF, Patrick; ŽUMER, Maja. **IFLA Library Reference Model: a conceptual model for bibliographic information**. Den Haag: IFLA, [2017]. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11412>. Acesso em: 15 maio 2018.

ROSTGAARD, Frederik. *Projet d'une nouvelle méthode pour dresser le catalogue d'une bibliothèque*. 2. ed. Paris: [s. n.], 1698. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=XtOQJAozbCYC&hl=pt-BR&pg=PA113#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ROVIRA, Carmen. Spanish language cataloging and the Lubetzky report. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 2, n. 1, p. 44-47, Winter 1958. Disponível em: <https://ia800209.us.archive.org/2/items/lrtsv2no1/lrtsv2no1.pdf>. Acesso em: 1º out. 2016.

ROWLAND, Arthur R. (sel.). **The catalog and cataloging**. [S. l.]: The Shoe String Press, 1969.

RUSCHOFF, Carlen. The year's work in descriptive cataloging. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 34, n. 3, p. 338-349, July 1990. Disponível em: http://www.ala.org/alcts/resources/lrts/archive_l. Acesso em: 27 set. 2016.

SANDERS, Thomas R. Uniform title as author: a problem in online catalogs? **Library resources & technical services**, Chicago, v. 31, n. 3, p. 231-238, July/Sept. 1987. Disponível em: <https://ia800302.us.archive.org/31/items/lrtsv31no3/lrtsv31no3.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SANTOS, Marcelo Nair. **Documento como obra: contribuições para a Organização da Informação**, 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Marcelo Nair; ORTEGA, Cristina Dotta. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 93-113, dez. 2013. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8464/6938>. Acesso em: 4 abr. 2014.

SCOTT, Edith. The evolution of bibliographic systems in the United States, 1876-1945. **Library trends**, Urbana, v. 25, n. 1, p. 293-309, Jul 1976. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/6895>. Acesso em: 29 maio 2018.

SEELY, Mary L. What the school librarian wants from the author and title catalog. **Journal of cataloging and classification**, [Richmond, etc.], v. XI, n. 4, p. 185-190, Oct. 1955.

SENGUPTA, Benoyendra. **Cataloging its theory and practice**. Calcutta: The World Press Private, 1964.

SHARP, N. F. Introductory talk. SEMINAR ON THE ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES (1967), 1968, Nottingham. **Proceedings** [...]. London: The Library Association, 1969. p. 1-8.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. **Catálogo sistemático**. Brasília: UNB, 1969.

SHINEBOURNE, J. A. A critique of AACR2, **Libri**, Munich, v. 29, n. 1, p. 231-259, 1979.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira *et al.* Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SITTIG, William J. Luther Evans. *In*: THE LIBRARY OF CONGRESS. **Librarians of Congress, 1802-1974**. Washington: Library of Congress: for sale by the Supt. of Docs., U.S. Govt. Print. Off., 1977. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000212419>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SMIRAGLIA, Richard P. Authority control of works: cataloging's Chimera?. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 38, n. 3/4, p. 291-308, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J104v38n03_22. Acesso em: 27 nov. 2019.

SMIRAGLIA, Richard P. Further reflections on the nature of 'a work': an introduction. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 33, n. 3/4, p. 1-11, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J104v33n03_01. Acesso em: 2 ago. 2012.

SMIRAGLIA, Richard P. Instantiation: toward a Theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE [...], 2005, London, Ontario. **Proceedings of the Annual Conference of CAIS: data, information and knowledge in a networked world**. Toronto: CAIS, 2005. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/ojs.cais-acsi.ca/index.php/cais-ascii/article/view/310>. Acesso em: 25 jun. 2012.

SMIRAGLIA, Richard P. Works as signs, symbols, and canons. **Knowledge organization**, Frankfurt, v. 28, n. 4, p. 192-202, 2001.

SPALDING, C. Sumner. Illusion? Delusion? Collusion?. **The library journal**, New York, v. 86, p. 2749-2751, 1. Sept. 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/libraryjournal86jul>. Acesso em: 18 out. 2018.

SPALDING, C. Sumner. Main entry: principles and counter-principles. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 11, n. 4, p. 389-396, Fall 1967. Disponível em: <https://ia800300.us.archive.org/32/items/Irsv11no4/Irsv11no4.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

STROUT, Ruth French. The development of the catalog and cataloging codes. **The library quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 254-275, Oct. 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4304573>. Acesso em: 21 jun. 2018.

STROUT, Ruth French. **Toward a better cataloging code**. Chicago: The University of Chicago, 1957.

SVENONIUS, Elaine. Referee responses to "on the use of form headings in an alphabetical catalog". **The library quarterly**, Chicago, v. 69, n. 2, p. 232-233, Apr., 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4309302>. Acesso em: 19 set. 2018.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT Press, 2000.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Editors' introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 1.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Editors' introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 47-49.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Editors' introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 75-77.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Editors' introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 141-142.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Editors' introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 161.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Editors' introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 207-208.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Editors' introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 239.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Introduction. *In*: LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. xi-xxi.

TAIT, James A. **Authors and titles**. London: Clive Bingley, 1969.

TATE, Elizabeth L. Examining the "main" in main entry headings. *In*: CLACK, Doris H. (ed.). **The making of a code: the issues underlying**. Chicago: American Library Association, 1980.

TAYLOR, Arlene (ed.). **Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools**. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2007.

TIKKU, Upinder Kumar. Anglo-American Cataloging Rules 1908-1978: a state of the art. **Annals of library and information studies**, New Delhi, v.30, n. ¾, Sept./Dec.1983. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/28013>. Acesso em: 12 jan. 2017.

TILLET, Barbara B. Bibliographic relationships. *In*: BEAN, Carol A.; GREEN, Rebecca (ed.). **Relationships in the organization of knowledge**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers,

2001. cap. 2, p. 19-35.

TILLET, Barbara B. Catalog it once for all. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 17, n. 3-4, p. 3-38, 1994. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v17n03_02. Acesso em: 12 jan. 2018.

TILLET, Barbara B. **O que é FRBR?**: um modelo conceitual para o universo bibliográfico. [Washington]: Biblioteca do Congresso, [2003?]. Disponível em: <http://www.loc.gov/cds/FRBR.html>. Acesso em: 22 mar. 2008.

VAN HOUTEN, Stephen. In the iron age of cataloging. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 25, n. 4, p. 362-373, Oct./Dec. 1981. Disponível em: http://www.ala.org/alcts/resources/lrts/archive_I. Acesso em: 18 jun. 2016.

VELLUCCI, Sherry L. Bibliographic relationships. *In*: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, 1997, Toronto, Canada. **Proceedings** [...]. [Ottawa: National Library of Canada], 1997. Disponível em: http://epe.lac-bac.gc.ca/100/200/300/jsc_aacr/bib_rel/r-bibrel.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

VELLUCCI, Sherry L. Uniform titles as linking devices, **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 12, n. 1, p. 35-62, 1991. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v12n01_03. Acesso em: 27 fev. 2019.

VERONA, Eva. Form headings in catalogues of the past and present. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 6, n. 4, p. 295-317, Fall 1962. Disponível em: http://www.ala.org/alcts/resources/lrts/archive_I. Acesso em: 14 jan. 2019.

VERONA, Eva. Literary unit versus bibliographical unit. **Libri**, Munich, v. 9, n.1/4, p. 79-104, Jan. 1959. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/libr.1959.9.1-4.79>. Acesso em: 23 ago. 2017.

VERONA, Eva. **Statement of principles**: adopted at the International Conference on Cataloging Principles, Paris, October, 1961. London: IFLA Committee Cataloging, 1971.

VERONA, Eva. The function of the main entry in the alphabetical catalogue – a second approach. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, Paris. **Report**. London: Clive Bingley: IFLA, c1963. p. 145-163.

VISWANATHAN, Caduveti G. **Cataloguing**. London: Asia Publishing House, c1965.

WAGMAN, Frederick H. The administrator and the research library catalog. **Journal of cataloging and classification**, [Richmond, etc.], v. XI, n. 4, p. 190-196, Oct. 1955.

WATKINS, David R. A Reference librarian's view of the draft cataloging code. **The library journal**, New York, v. 86, p. 1730-1733, May 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/libraryjournal86jan>. Acesso em: 18 out. 2018.

WEIHS, Jean; HOWARTH, Lynne C. Uniform titles from AACR to RDA. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 46, n. 4, p. 362-384, 2008. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01639370802322853#.Vt2yB0lrLIU>. Acesso em: 18 nov. 2015.

WEISS, Amy K.; CARSTENS, Timothy V. The year's work in cataloging, 1999. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 47, n. 3, p. 47-58, July 2003. Disponível em: http://www.ala.org/alcts/resources/lrts/archive_II. Acesso em: 9 jun. 2016.

WELLISCH, Hans H. **A cibernética do controle bibliográfico**: para uma teoria dos sistemas de recuperação da informação. Brasília: IBICT, 1987.

WILSON, Patrick. The catalog as access mechanism: background and concepts. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 27, n. 1, p. 4-17, Jan./Mar. 1983. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv27no1.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

WILSON, Patrick. The second objective. *In*: Svenonius, Elaine (ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. p. 5-16.

WINKE, R. Conrad. Discarding the main entry in an online cataloging environment. **Cataloging & classification quarterly**, New York, v. 16, n. 1, p. 53-70, 1993. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v16n01_04. Acesso em: 6 mar. 2019.

WRIGHT, Wyllis E. A report of progress on catalog code revision in the United States. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 331-336, Oct., 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4304578>. Acesso em: 22 jul. 2016.

WRIGHT, Wyllis E. Catalog code revision. **Journal of cataloging and classification**, [Richmond, etc.]. v. XII, n. 2, p. 103-107, Apr. 1956.

WRIGHT, Wyllis E. Comparison of results of use of CCR draft code versus present ALA rules. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 5, n. 3, Summer 1961. Disponível em: <https://ia801009.us.archive.org/18/items/lrtsv5no3/lrtsv5no3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

WRIGHT, Wyllis E. General philosophy and structure of the code. *In*: ROWLAND, Arthur R. (org.) **The catalog and cataloging**. [Hamden]: Shoe String, 1969. p. 127-134.

WRIGHT, Wyllis E. International Cataloging Conference. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 4, n. 1, p. 85-89, Winter, 1960. Disponível em: <https://ia800500.us.archive.org/21/items/lrtsv4no1/lrtsv4no1.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018.

WRIGHT, Wyllis E. The Anglo-American cataloging rules. **Library resources & technical services**, Chicago, v. 20, n. 1, Winter 1976. Disponível em: <https://archive.org/details/lrtsv20no1>. Acesso em: 30 jul. 2016.

YEE, Martha M. Attempts to deal with the "Crisis in Cataloging" at the Library of Congress in the 1940s. **The library quarterly**, Chicago, v. 57, n. 1, p. 1-31, Jan., 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4308069>. Acesso em: 31 jul. 2018.

YEE, Martha M. Lubetzky's work principle. *In*: MAXWELL, Robert L.; CONNELL, Tschera H. **The future of Cataloging**. Chicago: American Library Association, 2000. cap. 7, p. 72-104.

ZENG, Marcia L.; ŽUMER, Maja; SALABA, Athena (ed.). **Functional requirements for subject authority data (FRSAD): A conceptual model**. [S.l.]: IFLA, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/node/5849>. Acesso em: 31 maio 2018.